

revista
indi
scip
lina

v. 5, n. 2
dezembro 2012



v . 5 , n . 2
dezember / 2019

revista
**indi
scip
lina
r**

**A revista Indisciplinar é uma publicação do grupo de
pesquisa Indisciplinar (EA-UFMG / CNPq),
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil**

COORDENAÇÃO EDITORIAL Fernanda Dusse

EDITORES Daniel Medeiros de Freitas, Marcela Silviano Brandão Lopes, Marcelo Reis Maia, Natacha Rena

CONSELHO EDITORIAL Alemar S. A. Rena, Breno Silva, David Sperling, Eduardo Jesus, Fernanda Dusse, Gisela Barcellos, Giselle Beiguelman, Karina Leitão, Karine Carneiro, Luis Regis Coli, Monique Sanches, Myriam Ávila, Patricia Azevedo, Roberta Romagnoli, Samy Lansky, Simone Tostes, Thais Portela

PROJETO GRÁFICO Octavio Mendes e Nuno Neves. Adaptado por Lucca G Mezzacappa

DIAGRAMAÇÃO Lucca G Mezzacappa

ENDEREÇO PARA CONTATO Escola de Arquitetura da UFMG. Rua Paraíba, 697, sala 411. CEP 30130-141.

TELEFONE 31 34098834 / 31 34098835 / 31 34098845

CAPA Lucca G Mezzacappa. Fotografia de Camila Alba

A revista Indisciplinar está disponível para download em indisciplinar.com

Belo Horizonte, Jul-Out. de 2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Indisciplinar / EA-UFMG – Belo Horizonte (MG)

V.
Semestral.
v.5, n.2 (2019).

ISSN: 2525-3263

1. Conhecimento científico – Difusão – Periódicos. 2. Cultura – Periódicos. 3. Periódicos científicos. I. Escola de Arquitetura. II. Universidade Federal de Minas Gerais. III. Título.

Editorial

As edições 8 e 9 da Revista Indisciplinar trazem o tema “Territórios populares: movimentos de resistência ao urbanismo neoliberal” e objetivam discutir as várias formas que os agentes promotores do projeto neoliberal encontram para expulsar as populações mais vulneráveis de territórios estabelecidos, bem como indicar os modos de resistência mobilizados pelos sujeitos que habitam esses espaços. Na presente revista, tratamos de estratégias para a sustentabilidade ecológica nos centros urbanos, bem como dos problemas provenientes da mineração, especialmente dos dois crimes socioambientais cometidos pela Vale em Minas Gerais, em 2016 e 2019.

Abrimos a revista com o ensaio fotográfico de Camila Alba em territórios rurais e indígenas da Argentina. Em seguida, apresentamos a entrevista com a Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Maíra da Cunha Pinto Colares, abordando, primordialmente, as disputas pelo território da Lagoinha, tradicional bairro na região central de Belo Horizonte. Divulgamos ainda o ensaio “Luta de classes na batalha das ideias: movimentos sociais x movimentos populares”, de João Pedro Stedile, anteriormente publicado no veículo de comunicação Sul21. Escolhemos reproduzir esse breve ensaio sobre movimentos populares por seu diálogo com as duas edições da Revista Indisciplinar que abordam o tema “territórios populares”. Trata-se de levantar um argumento importante para o debate sobre o recorte temático destas duas revistas, já que surge de uma liderança representante do maior movimento social do Brasil, vinculado à Frente Brasil Popular, maior frente de esquerda do país.

Os artigos selecionados para esta edição podem ser divididos em três grupos. O primeiro aborda estratégias de movimentos sociais que promoveram a entrada de grupos marginalizados nos debates oficiais sobre acesso a moradia, trabalho e renda. No artigo “Saindo da invisibilidade: as lutas e conquistas dos catadores de materiais recicláveis entre 2001 e 2016”, Diogo de Sant’Ana demonstra como o Movimento Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis se transformou em um dos principais agentes políticos e econômicos na agenda ambiental voltada ao incentivo à reciclagem. Em “A produção popular do habitat no contexto de

neoliberalização do Equador: a experiência da Cooperativa Aliança Solidaria em Quito”, são apresentados os êxitos de tal cooperativa na luta contra uma visão mercantilizada de moradia, a partir da inclusão de elementos culturais, do cooperativismo e da economia popular e solidária. Em “Ativismo urbano: a construção da horta comunitária de Ritápolis - MG”, as autoras discutem as dificuldades e os êxitos de um projeto de extensão universitária que visa construir hortas comunitárias e estimular a agricultura familiar em uma cidade do interior de Minas Gerais a partir da cooperação com a prefeitura. Já em “Um diálogo de Experiências: Conflitos Socioambientais e o Plano Popular do Banhado como Ferramenta Estratégica e Tecnopolítica de Resistência ao Urbanismo Neoliberal”, é apresentada a parceria entre a universidade e a Associação de Moradores de Banhado, situado na região central de São José dos Campos, para a construção de um plano popular que buscasse ressaltar a relevância da produção rural em área central, bem como instaurar um olhar sobre a possibilidade de adequação da comunidade em relação à sensibilidade ambiental do território.

O segundo grupo de artigos debate estratégias de resistência ao neoliberalismo. Em “Barcelona Invisível: a tradição libertária no espaço urbano”, Léa Guimarães Souki analisa o legado da cultura anarquista e libertária em Barcelona no século XXI, fazendo um breve resumo da experiência ácrata na cidade. Já em “A efervescência dos agentes privados na produção da cidade contemporânea: reflexões sobre neoliberalismo e insurgências urbanas”, os autores discutem a fragilização dos Estados nacionais por força da ideologia neoliberal, suas consequências, impactos e movimentos de resistência no contexto do espaço urbano, dando enfoque à experiência das manifestações ocorridas no Brasil entre os anos de 2012 e 2013.

Já o terceiro grupo de artigos apresenta o cotidiano de diversos grupos ligados ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Em “Belo Monte: Reflexões a partir dos novos reassentamentos”, demonstra-se a ineficácia de algumas estratégias governamentais que deveriam garantir o acesso a direitos dos trabalhadores e da população atingida pela Barragem de Belo Monte, especialmente no que tange à educação. Em “Da retomada à invenção do território: a criação da aldeia Naô Xohã”, os autores narram a trajetória dos indígenas que ocuparam/retomaram, em 2017, terras no município de São Joaquim de Bicas, posteriormente atingidas pela queda da barragem da Vale em Brumadinho. Já o crime socioambiental

cometido pela Vale em 2016, no distrito de Bento Rodrigues, é tema dos quatro últimos artigos desta edição. “Festa e cotidiano na apropriação dos territórios atingidos pelos rejeitos minerais do Fundão, em Mariana MG” evidencia a importância do território de Bento Rodrigues para a comunidade que habitava o distrito e que retorna para a área devastada para realizar festas e outras comemorações. “Maquete-lousa: tecnologia social como ferramenta para a construção coletiva de territorialidades: o caso do Plano Popular do reassentamento coletivo de Gesteira/Barra Longa/MG” apresenta as estratégias de um projeto de extensão conduzido pela Universidade Federal de Ouro Preto junto à comunidade de Barra Longa. “Estamos juntos, estamos vivos e somos muitos: desastre e resistência – a voz dos atingidos em Mariana/MG” também trata de um projeto de extensão da Universidade junto aos moradores atingidos: a criação do Jornal A Sirene – para não esquecer. Já “Um museu de território para Bento Rodrigues” discute o conceito de museu e apresenta um projeto para a transformação do distrito de Bento Rodrigues em um “sítio de consciência”.

Sumário

ensaio gráfico

- I2** Mucho laburo de la pacha
por Camila Alba Costa Curta

entrevista

- 24** Indisciplinar entrevista
Maíra da Cunha Pinto Colares
por Natacha Rena, Gabriela Bittencourt, Susan Oliveira, Carolina

ensaio

- 50** A luta de classes na batalha das ideias: movimentos sociais x movimentos populares
por João Pedro Stédile

artigos

- 58** Saindo da invisibilidade: as lutas e conquistas dos catadores de materiais recicláveis entre 2001 e 2016

por Diogo de Sant'Anna

- 82** A produção popular do habitat no contexto da neoliberalização do Equador: a experiência da cooperativa Alianza Solidaria em Quito

por Janaina Marx, Hernán Espinoza, Irina Godoy, Andrés Cevallos & Antonella Amaluisa

- 108** Ativismo urbano: a construção da horta comunitária de Ritápolis - MG

por Maíra Ramirez Nobre & Fernanda Nascimento Corghi

- 138** Conflitos socioambientais e o Plano Popular do Banhado como instrumento de resistência técnica e política

por Ana Luísa Figueiredo, Augusto Oyama, Natalia Tamanaka, Renan Gomez, Jeferson Tavares & Marcel Fantin

- 164** Barcelona invisível, a tradição libertária no espaço urbano

por Léa Guimarães Souki

190

- A efervescência dos agentes privados na produção da cidade contemporânea: reflexões sobre neoliberalismo e insurgências urbanas

por Lucas Berdague Corrêa, Marcus Felipe Abreu Maia, Teresa Cristina de Almeida Faria & Luciana Bosco e Silva

212

- Belo Monte: reflexões a partir dos novos reassentamentos - mudanças territoriais, lutas e as promessas de um novo contexto educacional

por Roselene Feiteiro de Melo, Leonardo Zenha Cordeiro & Dориедсон Alves de Almeida

238

- Da retomada à invenção do território: a criação da aldeia Naô Xohâ

por Frederico Canuto & Thiago Barbosa de Campos

262

- Este canto é nosso: festa e direito à apropriação nos territórios atingidos pelos rejeitos de minério do Fundão, em Mariana, Minas Gerais

por Flore d'El Rei Lopes Passos

286

- Maquete-lousa: tecnologia social como ferramenta para a construção coletiva de territorialidades - o caso do plano popular do reassentamento coletivo de Gesteira/Barra Longa/MG

por Karine Carneiro, Tatiana Ribeiro de Souza & Talita Lessa Melo

322

- Estamos juntos, estamos vivos e somos muitos: desastre e resistência - a voz dos atingidos em Mariana/MG

por Maria Auxiliadora Ramos Vargas

344

- Um museu de território para Bento Rodrigues

por Samantha de Oliveira Nery, Claudia Nunes de Lima e Andrade & Leonardo Barci Castriota

e

n

s

a

i

o

l

Mucho laburo de la pacha

por Camila Alba Costa Curta*

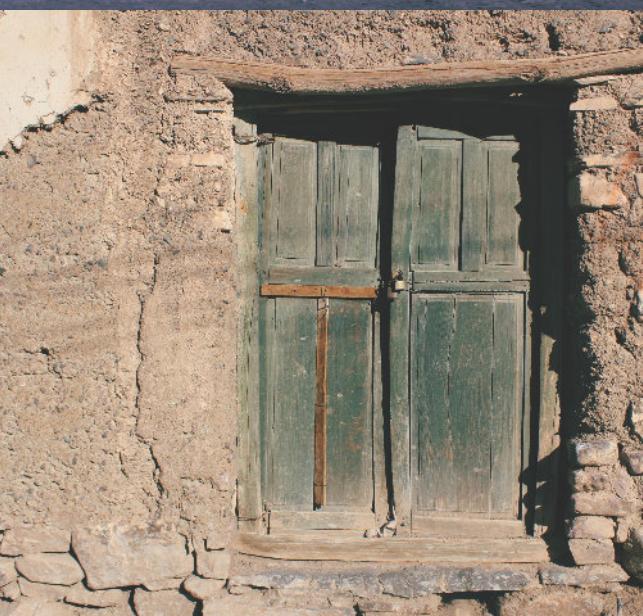


*Dados do Instituto Nacional de Estadística y Censos de la República Argentina (INDEC) - Encuesta Complementaria de Pueblos Indígenas (ECPI) 2004-05

Compõem este ensaio fotográfico retratos feitos em julho de 2017, em uma viagem que cruzou o norte argentino. A Argentina tem 92% de sua população vivendo em cidades. Dos 43 milhões de habitantes do país, 40% vivem na província de Buenos Aires. De areia, terra, gelo, sal ou pasto, o resto é deserto. Após anos de resistência à colonização, os povos originários que ainda não haviam sido dominados pelos espanhóis tiveram seus territórios ocupados, mas todavia muitos não reconhecem o Estado Argentino. Hoje, estima-se que quase 60% da população do país tem ao menos um antepassado indígena, mas apenas 2,38% consideram-se pertencentes a um grupo étnico*. Pacha mama é a mãe terra. Mas é também água, planta, bicho, e outros tipos de chão - de sal, gelo, areia e vulcão. Terra é humano também - mas tem humanos que são mais terra que outros... Essa série expõe paisagens que relatam anos de trabalho da mãe terra, e recortes de pedaços de pacha, para senti-la de perto.







***Camila Alba Costa Curta** é fotógrafa e estudante de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Se interessa por paisagens e pelos recortes que as compõem. Tem pesquisa na área de habitação e direito à cidade, estudando movimentos insurgentes no Brasil e na Argentina, com o apoio da Universidade de Buenos Aires.

environnemental

Indisciplinar entrevista Maíra da Cunha Pinto Colares

Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC) - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH).

Por Natacha Rena; Gabriela Bitencourt; Susan Oliveira; Carolina Nasser; Anderson Chagas.

-

Como parte das investigações realizadas pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar e pelas ações pertencentes ao projeto de extensão Urbanismo Biopolítico[1] - vinculado ao programa de extensão IndLab, nós da equipe[2] do Grupo de Estudos (GE) Lagoinha[3] realizamos em 2019 diversas entrevistas com: (i) técnicos da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH); (ii) integrantes de movimentos sociais e populares e (iii) lideranças comunitárias, a fim de avançar na análise sobre a produção do espaço urbano contemporâneo em Belo Horizonte.

Assumindo que o método cartográfico se constitui com base na identificação de atores (humanos e não-humanos) que fomentam narrativas associadas a seus campos de poder e atuação, o GE Lagoinha vem tentando mapear as linhas de força, que ora fomentam aspectos do urbanismo neoliberal, ora concretizam práticas de resistências nessa região. Entende-se que há um contexto de interesses controversos que é próprio das dinâmicas urbanas e envolve as lutas territoriais que articulam formações de diferentes grupos, a cada momento, o que ressalta a ausência de uma simples dicotomia entre a produção capitalista do espaço via urbanismo neoliberal e resistências sociais. Assim, no dia 20 de agosto de 2019, entrevistamos a secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - Maíra da Cunha Pinto Colares - Assistente Social, mestre em Administração Pública e especialista em Gestão Pública pela Fundação João Pinheiro, com experiência na gestão de políticas em âmbito municipal e estadual, em Minas Gerais.

A entrevistada tem vasto currículo relativo à atuação com políticas públicas e sociais e atuou na Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais. A entrevista em questão tem como propósito explorar as múltiplas linhas de disputas territoriais atreladas às lutas urbanas presentes na região da Lagoinha, assim como, ressaltar os fenômenos espaciais relativos à criação de políticas públicas

de combate às cenas de uso de drogas e seu paralelo com a recente efervescência de intervenções culturais e sociais no ambiente construído da região da Lagoinha.

Tais políticas urbanas surgem como reflexo da aplicação de uma intensa estratégia de intervenção territorial fomentada pela nova gestão pública da cidade de Belo Horizonte sob o comando do Prefeito Alexandre Kalil (PSB), que busca na política intersetorial, o caminho para desenvolver um olhar prioritário para as problemáticas específicas da Lagoinha. Assim, o relato de Maíra Colares revela possivelmente um dos maiores desafios enfrentados por técnicos, secretários e subsecretários do poder público: articulação e integração entre diversas políticas públicas pertencentes a diversas secretarias.

Seguindo essa linha de raciocínio, busca-se através destas investigações, aprofundar a discussão em torno da produção espacial na escala da cidade, averiguando a possível conexão da atualização do Plano Diretor 2019, seguido do consequente incremento nas diretrizes da ADE[4] região da Lagoinha, em vínculo às recentes intervenções no espaço público desse território. Aliado a esse contexto, faz-se necessário também considerar a perspectiva de execução da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Leste Oeste (OUC-ACLO), que tem a região da Lagoinha como o Setor 01 do programa de requalificação urbana, sob o projeto denominado: Corredor Cultural Lagoinha e Bonfim.

Desta forma, investiga-se a potencialidade para um processo de gentrificação, um fenômeno urbano que pode desencadear a expulsão das classes inferiores por classes superiores através do enobrecimento da qualidade e do uso do espaço público e privado. Portanto, podendo haver um risco eminent de expulsão de grupos em situação de vulnerabilidade social e desigualdade racial, tais ameaças sócio-espaciais são pontuadas pelo Indisciplinar nessa entrevista, visto que a atual realidade da região da Lagoinha indica a intensificação de disputas territoriais dado o cenário de investimentos financeiros, que tendem a fortalecer a relação entre Estado, Capital e sociedade civil, interessada em ampliar seus microempreendimentos culturais.

Assim, a partir do método das Cartografias das Controvérsias[5], a pesquisa vem elencando pontos de contrassensos que envolvem as narrativas de melhorias urbanas, à exemplo do acontecimento da instalação de um “tapete de pedras

"pontiagudas" nos baixios dos viadutos do Complexo da Lagoinha, no dia 24 de agosto de 2019. Portanto, após exatos 4 dias da realização desta entrevista em questão, tal evento de intervenção urbana foi declarado pela PBH, especificamente pelo órgão da Superintendência de Desenvolvimento Urbano da Capital - SUDECAP, como uma medida de prevenção estrutural ao complexo de viadutos, que segundo os envolvidos, visa coibir o desgaste da infra-estrutura devido à comum ocorrência da queima de fios furtados para a extração de cobre nas áreas dos baixios.

No entanto, a intervenção urbana não passou despercebida das críticas e reivindicações por parte de outros agentes sociais^[6] que trazem argumentos de que tal "tratamento paisagístico" realça uma atuação hostil em relação ao enfrentamento da questão da população de rua, além de evidenciar uma política de ação higienista perante o uso e a ocupação dos espaços livres da cidade. Como funcionária pública que lida com a defesa dos direitos humanos de grupos em situação de vulnerabilidade social, Maíra Colares nos traz sua narrativa individual, esclarecendo as adversidades no fomento de políticas públicas vinculadas às cenas de uso e também às conquistas do setor público na tentativa de melhorar o acesso e a garantia da população de rua no direito à cidade.

Indisciplinar: Maíra, você poderia começar falando de você, da sua formação e como você se tornou secretária?

Maíra Colares: É um prazer falar com vocês estudantes, pesquisadores, enfim, pessoas que refletem criticamente a sociedade, obrigada pela oportunidade. Sou Assistente Social, minha formação é em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e atualmente sou estudante de Direito, na mesma Universidade. Sempre tive intervenção na área pública, esse foi e é o meu *lócus* de trabalho e de pesquisa. Fiz uma pós-graduação em Gestão Pública, na Fundação João Pinheiro e, em seguida, o mestrado em Administração Pública, na mesma instituição. Minha área de atuação sempre passou pela política de assistência social e direitos humanos, inclusive quando docente em Serviço Social ou em pós-graduações nessas áreas. Tive passagem também no Poder Legislativo, tanto na Assembleia Legislativa, como assessora da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, quanto na Câmara Municipal de Belo Horizonte, atuando especialmente junto à Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Participação Popular. Paralelamente a isso, sempre atuei em movimentos sociais e tive a oportunidade de atuar na associação do bairro Santa Tereza, onde nasci e vivo até hoje. Enfim, tenho uma vida de atuação na área pública. No início de minha carreira profissional fui gestora do Programa Bolsa Família, em Montes Claros (MG). Regressei a Belo Horizonte para fazer a pós-graduação e integrei pela primeira vez a equipe da Prefeitura de Belo Horizonte, na Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. Também tive passagem pelo Governo do Estado de Minas Gerais, na Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE), quando Superintendente das Políticas de Assistência Social no Estado.

Indisciplinar: Quais são os principais programas e ações da SMASAC? Em que aspectos essa nova gestão da PBH se diferencia das anteriores?

Maíra Colares: Quando fui convidada para assumir este lugar na Prefeitura de Belo Horizonte, o desafio colocado era uma nova gestão. Com a reforma administrativa, a Secretaria de Políticas Sociais passou a ser a SMASAC, constituída como *lócus* da gestão de três políticas públicas da cidade: Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania. Chegamos (inicialmente eu, e

em seguida, os subsecretários que convidei para integrar a equipe) com o desafio de construir uma lógica de organização dessas políticas como sistemas constituídos em políticas públicas com diretrizes ligadas ao Sistema Nacional, mas que precisavam considerar a realidade do município. **Então, apostamos muito no desenvolvimento de políticas locais e acredito que esse foi o grande diferencial da nossa gestão, além do olhar para a cidade inserindo-a em sistemas nacionais**, como o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) que já tínhamos e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), no qual, incorporamos Belo Horizonte em 2017 (quando inicia a atual gestão). Além disso, desenvolvemos, de modo geral, Políticas de Direitos Humanos em Belo Horizonte, as quais não possuem um sistema modelo como o SUAS ou o SISAN. Apostamos muito no desenvolvimento de políticas olhando para as que já estavam em curso, seu histórico de construção, o que era importante nelas e também para questões estratégicas que precisávamos mudar no rumo da política, tanto na gestão, quanto no atendimento para garantir direitos na cidade. A direção do Prefeito Alexandre Kalil foi e é importante, porque ele chega com dois *motes* de campanha e com duas diretrizes principais para gestão, primeiro: “**governar para quem precisa**”, que vem como uma diretriz de priorizar o atendimento à população que de fato precisa do poder público; para isso seria necessário o trabalho compartilhado em todas as esferas políticas; e o segundo: “**fazer funcionar o que já existia**”. No processo de campanha, o Prefeito não fez grandes promessas, mas chegou com essa orientação e cobrança para o Secretariado. E acrescento uma terceira e importante diretriz interna, que foi relacionada à intersetorialidade. Quando o Prefeito Kalil chegou fez uma primeira reunião com os seus gestores, disse algo nesse sentido: “*olha gente, eu nunca estive nesse lugar*”, (a trajetória do Prefeito não é na Área Pública), “*mas estou percebendo que para atender bem as pessoas, não podemos olhar para o cidadão em partes. A mulher que está lá na favela é atendida pela saúde, pela educação, pela assistência social, pela segurança...* Então vocês vão ter que conversar. Cada um liga para o outro, senta e conversa, eu quero resultados.” **Com isso percebemos que teríamos que montar uma agenda coletiva intersetorial a partir da vivência do secretariado.** A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SMPOG) teve um papel importante nesse início, porque ela começou com a construção do **Plano de Metas e Contrato de Gestão Pública**, por isso, cada Secretaria também teve que se autoanalisar e definir suas principais prioridades. A SMPOG criou algo muito legal nos

nossos contratos, que foram as **metas intersetoriais**. Então, às vezes eu colocava uma meta intersetorial para a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção (SMSP), por exemplo: discutir o genocídio da juventude negra. E começávamos a se reunir e traduzir as áreas temáticas a partir disso. Dessa forma, eu avalio que a liderança do Prefeito foi importante para definir onde ele queria chegar nessa gestão de 4 anos. Ele se expressava dessa forma: “*Eu quero que a gente defina um rumo para cidade e melhore o que já existe. Não admito chegarmos ao final da gestão e ter um Centro de Saúde que não consegue funcionar na sua capacidade máxima. Pode ser que não construamos nenhum Centro de Saúde, mas os que já existem precisam funcionar.*” Dessa forma, passamos a olhar para dentro das secretarias, cada uma analisando seus problemas, mas também definindo **pautas e agendas intersetoriais**. Também passamos a entender que não bastaria somente fazer funcionar o que já existia, teríamos demandas de novos recursos de acordo com nossas metas. E em relação a isso, mesmo em um cenário em crise, tive para a SMASAC, por exemplo, um crescimento orçamentário muito maior do que o geral da Prefeitura.

Indisciplinar: Quais são os principais programas que vêm sendo realizados na assistência à população de rua e aos usuários (as) de drogas? Em que bairros da cidade estão sendo implementados? Como funcionam?

Maíra Colares: Para a população em situação de rua tínhamos o desafio de construir respostas conjuntas, entendendo que muitos moradores de rua fazem o uso de drogas, mas outros não. Muitos estão à procura de um trabalho e de uma forma de superar a vida nas ruas. A primeira tarefa seria fazer um diagnóstico e não tratar como um grupo homogêneo. Em setembro de 2017, fizemos um Decreto Municipal, definindo as diretrizes e ações nas diversas áreas, como saúde, educação, habitação, trabalho, emprego, renda, cultura e outras áreas, como assistência social e direito humanos. Havia uma produção importante do Comitê de Assessoramento das Políticas para a População em Situação de Rua, composto também por instituições da sociedade civil. Assim, passamos a dialogar no Governo que essa não é uma pauta que acaba na criação de abrigos, que não é de responsabilidade exclusiva da assistência social. Esse atendimento é complexo, envolve uma série de questões, uma série de violações, de rupturas com o tecido social. Fizemos ampliações importantes na assistência social,

criamos dois abrigos masculinos e está previsto mais um feminino para o final de 2019, qualificamos as vagas já existentes, pois as pessoas não queriam ir para os abrigos, ampliamos as equipes de abordagem de rua e contratamos pessoas com trajetória de vidas nas ruas para essas equipes, além disso, reformamos os abrigos e os centros de referência para a população de rua. A área da habitação também ampliou o bolsa moradia, de 250 para 340 até 2019 e criou outra modalidade, que é a locação social. A saúde qualificou e ampliou o seu atendimento a toda a rede e a educação assumiu sua responsabilidade em ofertar educação de jovens e adultos para elevar a escolaridade, dobrando essa oferta. Em relação aos usuários de drogas (que não são apenas os que vivem nas ruas, mas também os que passam pelas ruas), as primeiras agendas intersetoriais ocorreram logo em 2017, com a intervenção na Rua Araribá[7], como uma cena de uso de crack. Para isso, foi muito importante que a Secretaria de Segurança tenha criado uma Diretoria de Prevenção, a qual, levou uma série de servidores que já tinham uma trajetória em Direitos Humanos para esse espaço. Isso foi um diferencial muito grande. A Secretaria de Saúde também assumiu o seu protagonismo. Então criou-se a discussão de que ali, na Rua Araribá, não era uma Cracolândia, mas sim uma cena de uso de crack, assim, o nivelamento conceitual foi importante. A partir desse local e situação começamos a fazer diagnósticos e propostas, então vimos que não dava para falar somente da Araribá, **tínhamos que falar da Lagoinha como um todo. A região da Lagoinha entra no foco a partir dessa discussão, mas também a partir de uma série de discussões de planejamento urbano, da cultura, da segurança alimentar...ou seja, já havia um nível de permeabilidade de outras pautas naquela região, então esta é a primeira ação forte da agenda intersetorial.** Além da agenda do atendimento à população em situação de rua. Então, acredito que **as duas principais áreas de políticas em relação às cenas de uso de drogas foram essas duas: a agenda intersetorial da Araribá, que virou um plano de articulação maior na Lagoinha; e a população em situação de rua.** E acrescento uma terceira, que foi a questão das ocupações urbanas, que era pauta do Prefeito. Ele pediu uma única coisa: “*Cada um olha o que tem e o que falta nas áreas de ocupação, o que está precisando, para podermos fazer o atendimento.*” Isso porque anteriormente, na Assistência Social, havia a questão de não fazer o cadastramento das pessoas porque elas estavam em áreas consideradas irregulares pelo poder público, anteriormente. Quando percebemos isso e as tantas outras questões que haviam em relação às ocupações

urbanas como uma diretriz de não atendimento, ficamos muito preocupados! No caso da SMASAC começamos a fazer um mapeamento das políticas dos territórios, principalmente com ajuda da Secretaria de Saúde e da Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU). Nesse sentido, a SMASAC criou o programa “**Territórios Sustentáveis**”, a partir de uma atuação na Ocupação Izidora, com a criação de um quintal produtivo. Isso foi um novelo puxado, porque a partir de uma proposta de horta, se desencadeou o mapeamento de nascentes e uma série de outras articulações que eram importantes ao território. Inclusive em relação à parceria com a política de saúde, que foi importante para conseguirmos estruturarmos a divisão de espaço no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) com o Centro de Saúde. No CRAS Zilah Spósito. Ampliamos e levamos o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e começamos por ele, justamente por estar no território do Izidora.

Indisciplinar: A Lagoinha tem aparecido muito nas mídias sendo associada a diversos Projetos Culturais (Movimento Gentileza, Projeto Moradores - a Humanidade no Patrimônio, Projeto Cura). Como esses projetos dialogam com a SMASAC e especificamente com a Agenda Intersetorial de Políticas de Drogas?

Maíra Colares: Eu acho importante, primeiramente, falar um pouco da intervenção na Rua Araribá. A SMASAC não coordena essa agenda das cenas de uso. A agenda da região da Lagoinha começa com o olhar para a Rua Araribá, devido à questão da cena de uso de crack. E a partir da Secretaria de Segurança e Prevenção, da Saúde e a Assistência Social começamos a montar uma estratégia de intervenção para aquela área. Isso foi muito importante para chegarmos para o Prefeito com uma proposta consistente, porque para ele não importa se vai demorar um ano para fazer aquela entrega, mas ele precisa saber que ela está acontecendo objetivamente. E a partir da construção dessa agenda, tivemos a noção de que iríamos demorar uma gestão para entregar algo com mais consistência. Isso porque eram intervenções de médio a longo prazo, além das propostas de curto prazo. Então a Secretaria de Segurança fez um compilado de experiências, identificando o que não dava certo. Foi ótimo que essa Secretaria tenha conduzido assim, porque ela tinha muita propriedade para colocar que chegar com a polícia violenta não daria certo, então fomos construindo juntos uma concepção dessas ações. Portanto, definimos que a **intervenção na região da Lagoinha, se chamaria “Territórios**

Seguros e Inclusivos" e estaria embasada em três eixos: proteção social, segurança e a discussão da intervenção urbana, havendo um tempo determinado para o desenvolvimento de cada um. Nesse contexto, definimos que a Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Saúde entrariam primeiro no território e à médio prazo entrariam as Secretarias de Segurança Alimentar e de Cultura, para por fim, entrar a Secretaria de Esportes. O Projeto Movimento Gentileza também teve uma contribuição muito importante e veio nessa fase seguinte. Fizemos um planejamento no tempo estimado e os resultados necessários para que dássemos sequência ao próximo passo. Caso, chegássemos ao prazo final de uma fase e não tivéssemos alcançado o resultado esperado, não daríamos sequência às fases seguintes. Isso foi importante porque passamos por uma gestão estratégica, envolvendo tanto as Secretarias, quanto o Prefeito e outros atores importantes, os quais entraram em um nível tático. Dessa forma, organizamos as equipes que atuariam na região, envolvendo os serviços de abordagem social, como o consultório de rua e os equipamentos de base territorial que haviam na região da Lagoinha; a escola profissionalizante; o mercado da Lagoinha; o CRAS e a articulação com lideranças e movimentos sociais que atuavam no local e no entorno da região. E aí, ali havia uma infinidade de pessoas e de movimentos, por exemplo, movimentos de bairro, de moradores, de cultura, movimentos de quem queria pensar a Lagoinha como pólo gastronômico, uma presença forte da Igreja (é uma região onde há uma diversidade religiosa considerável). Enfim, começamos a conversar com todo mundo. No início não sabíamos que seriam tantas pessoas e demandas, como as que surgiram, então ao longo do processo foi preciso tomar um certo nível de cuidado, porque cada um puxava para um determinado lado e assim podíamos acabar sem uma proposta final.

Indisciplinar: E como a SMASAC atuou de perto nesse território, aderindo a proposta de intersetorialidade?

Maíra Colares: Tivemos vários encontros para discutir a Lagoinha, algumas vezes convidamos movimentos urbanos, sociais e lideranças locais. Nesses encontros ficamos muito impressionados com certas falas. Com isso, fomos absorvendo todas as expectativas e questões importantes para as comunidades e para o núcleo da Pedreira Prado Lopes (PPL). Na região da Lagoinha, há a PPL, e dentro dela está a Rua Araribá. Então passamos a fazer o mapeamento do território em

microterritórios de intervenção. Nesse momento definimos o escopo do projeto com envolvimento das equipes técnicas, dos gestores, dos secretários, portanto, todos os níveis de gestão de intervenção foram envolvidos. Porém definimos que só as secretarias de Assistência Social e Saúde entrariam à princípio no território. Dessa forma, entramos no território, inicialmente, buscando identificar as pessoas em situação de uso de crack, partindo do entendimento de suas trajetórias de vida, ou seja, seu vínculo familiar ou ausência do mesmo, o nível de dependência, assim como as possibilidades de intervenção de um consultório de rua para um primeiro atendimento, além das articulações possíveis com as associações que já atuavam no entorno. Teve a questão do banho, depois a questão do atendimento, a possibilidade de ir para um abrigo, a possibilidade do retorno familiar, a possibilidade disso, a possibilidade daquilo... Para isso, no primeiro momento do desenvolvimento das ações da agenda intersetorial na região, criamos um Plano de Intervenção focado no território e também na construção do indivíduo, porque vimos que não adiantava criar uma solução mágica e homogênea para aquelas pessoas. Cada um tinha sua vivência, sua experiência, cada um tinha sua família, tinha vínculo ou não, enfim, fomos olhar para o sujeito. Junto com a Secretaria da Saúde fizemos uma escala de atendimento em planilha de Excel para nos guiarmos e nos organizarmos. Essa planilha era compartilhada com as equipes que atuavam juntas no território, estabelecendo uma forma de compartilhamento das informações que não eram sigilosas ao atendimento.

Indisciplinar: Dentro desse contexto territorial que abrange forças e agentes sociais diversos e imbricados em complexas dinâmicas urbanas, quais as situações você conseguiria dar de exemplo como pontos de disputas na região da Lagoinha?

Maíra Colares: Ao longo das ações fomos identificando algumas disputas, por exemplo, em relação ao Mercado da Lagoinha. Em um dado momento, essa questão se tornou bastante delicada porque algumas pessoas queriam fazer de lá um centro de referência para a população de rua, outros queriam vender o espaço e outros queriam mantê-lo como um mercado. Paralelamente a isso, passamos a estruturar fortemente o Programa de Segurança Alimentar, consolidando o Mercado da Lagoinha como um Centro de Referência de Segurança Alimentar, também disputando aquele espaço. Então colocamos

na reforma administrativa e saímos estruturando coisas, reordenando os serviços que existiam lá. Isso foi fundamental para as intervenções no território e também para a consolidação daquele lugar enquanto Mercado da Lagoinha, resguardando o sentido histórico e cultural daquele espaço. E a articulação com o território também foi muito importante a partir do Mercado da Lagoinha, com a discussão de segurança alimentar, agricultura urbana e a utilização dos canteiros e espaços residuais dos viadutos. Essa foi uma linha de planejamento local que deu certo, mas que também partiu de uma corrida entre os interesses diversos.

Indisciplinar: As diretrizes dos programas de assistência seguem os modelos de internação compulsória ou redução de danos e abstinência do consumo? Qual o método utilizado para lidar com as cenas de uso na região da Lagoinha?

Maíra Colares: Em um primeiro momento fizemos o mapeamento das pessoas, das suas situações, da possibilidade de adesão ao atendimento da rede ou não, e a Secretaria de Saúde identifica na rede aqueles tratamentos para uso de álcool e drogas. Essa rede também foi ampliada pela Saúde, com mais um Cersam na cidade. A internação compulsória nunca foi uma questão considerada para nós, enquanto Prefeitura de Belo Horizonte. Esse posicionamento também sempre foi conduzido pela Secretaria de Saúde, a qual sempre compartilhou essa visão conosco (da SMASAC). A saúde coordena a saúde mental e essa área. Na PBH existe um Conselho Municipal de Política Sobre Drogas, que é composto por toda uma diversidade de associações, entidades, forças e concepções que compõem o cenário da política sobre drogas. Então a Secretaria de Saúde criou o **Comitê de Políticas Sobre Drogas** para reunir as Secretarias, a fim de criar um nível encaminhamento para as decisões do Conselho, assim como de sustentação para as decisões da Secretaria de Saúde a partir das demais secretarias, construindo estratégias de atuação do Conselho, além do plano de implementar em alguma parte da Lagoinha, um espaço físico para plena atuação dos trabalhos do Comitê. Porque sentíamos falta de um *locus* institucional no âmbito dessa agenda intersetorial.

Indisciplinar: Publicações no site da Prefeitura de Belo Horizonte, relatam que o CIAM foi a primeira ação de uma Agenda

Intersetorial de Políticas de Drogas, como foi a caminhada e a concretização desse equipamento público, na época?

Maíra Colares: Quando fomos fazendo as intervenções e foi dando certo, instalamos o Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM) no bairro da Lagoinha, que foi uma captação junto ao Governo Federal em 2017, pela Secretaria de Segurança Pública, para o desenvolvimento de um equipamento intersetorial. Havia interesse em fomentar o espaço porque a Assistência Social não possuía um equipamento de base territorial na região para atender as pessoas com trajetória de vida nas ruas. Aí então a Saúde entrou, a Educação entrou, a Assistência Social entrou, e no início fizemos o escopo do projeto e dividimos as tarefas, responsabilidades e insumos: uma secretaria paga conta de luz, outra a conta de água, a Segurança Alimentar vai oferecer a alimentação, a Educação vai entrar com uma turma de Educação de Jovens e Adultos, a Assistência Social vai entrar com a equipe técnica... Enfim, fomos construindo esse equipamento de forma intersetorial, definindo responsabilidades e dividindo as tarefas. Desde os mínimos detalhes, como qual secretaria ficaria responsável por lavar as toalhas do CIAM. Esse era o nível de detalhamento entre as responsabilidades das Secretarias de Assistência Social, Saúde e Segurança. Pois pensamos - **"Se vamos construir uma política nova, teremos que definir os mínimos detalhes, desde quem vai lavar toalha, até a construção metodológica, quem são as nossas equipes técnicas. E também dar o caráter de segurança cidadã que queríamos, materializando um equipamento que construisse essa identidade de segurança cidadã, deslocando a ideia da segurança como uma política violenta. Enfim, esse sonho...essa utopia...de construir uma política de segurança cidadã, em que entendemos que é responsabilidade de TODOS nós construirmos e não só da Secretaria de Segurança"**. Então fomos construindo o CIAM, o qual foi um grande momento dessa intervenção no território e que deu retaguarda para as equipes, agora precisamos dar vazão às retaguardas públicas para atendimento destas pessoas. Esse, no meu ver, é um caso de sucesso para intervenção em cenas de uso de crack.

Indisciplinar: Porque a iniciativa do CIAM foi aplicada na Lagoinha e não em territórios que apresentam maiores índices de vulnerabilidade social, como a favela Pedreira Prado Lopes ou a Vila Senhor dos Passos, ambos territórios localizados na região

da Lagoinha e estigmatizados pela relação com a pobreza e o tráfico?

Máira Colares: O CIAM foi construído exatamente no local de cenas de uso de crack, onde por meio do mapeamento, constatamos uma taxa de 50% do público feminino como usuária de drogas. Tomar ciência da dimensão desse dado foi muito violento para nós, na época. Há situação de prostituição, de violência, de exploração econômica e até a prostituição como uma forma de sustentação do vício de homens. Então isso foi muito impactante, por isso decidimos fazer o CIAM naquele local. Vejo o CIAM como um grande momento que marca nossa atuação na região da Lagoinha, e a partir dele, passamos a ter resultados concretos com mulheres reintegradas, mulheres que voltam para suas famílias. Passamos a receber relatos familiares pelo Geral da Prefeitura (pelo site ou telefone) que diziam: “*havia 6 anos que eu não via a minha filha, a minha sobrinha, e eu recebi uma ligação do CIAM e eu fui lá, não encontrei com ela ainda, mas marcaram para semana que vem!*” A construção do CIAM é um momento incrível! Como começamos a ter resultados muito concretos nos fortalecemos enquanto política pública, porque tínhamos uma hipótese: se você garantir políticas de inclusão, de dignidade, você vai rompendo com o ciclo que é difícil, que é lento. A pessoa não tomava banho, agora ela já toma banho. A pessoa não comia, agora ela já come. A pessoa não conversava, agora ela já conversa. A pessoa despertou interesse em voltar a estudar na turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA) lá no centro. Então essa construção foi muito legal, crescemos!

Indisciplinar: E como se deram as alianças com outros parceiros ligados à segurança e com a finalidade efetuar o policiamento nas cenas de uso?

Máira Colares: Nesse momento, quando já estávamos fazendo encaminhamento das demandas, fortalecendo as políticas do território com os equipamentos públicos, como o CRAS, Mercado da Lagoinha e o CIAM, entramos em um acordo com as **Forças de Segurança** para, a partir da intervenção de inteligência, ser possível começar a ronda de patrulhamento, mas sempre considerando a pauta da nossa construção e atuação naquele território. Nenhuma ação das Forças de Segurança seria feita sem considerar o que fizemos em um ano e meio nesse território. **Então entramos em um acordo e tínhamos o protagonismo da**

Secretaria de Segurança e da Guarda Municipal no território, mas pouco controle de outras Forças de Segurança, como a Polícia Militar e Polícia Civil. Começamos a construir essa outra etapa da agenda e a Guarda foi articulando, tivemos uma boa receptividade desses outros órgãos. Eles viram que a proposta da PBH deu certo, então ganhamos um nível de legitimidade com os resultados alcançados nessa primeira fase. No dia em que o Prefeito foi para a inauguração do CIAM, lembro de falar assim com ele: “*Prefeito, antes havia 300 pessoas circulando nesse território, hoje há 80.*” Ainda há, mas a nossa intervenção traz qualidade. Enfim, as Forças de Segurança entram no território com uma outra perspectiva. Então, fizemos uma série de acordos e entramos com um terceiro elemento que foi a questão da intervenção urbana.

Indisciplinar: E sobre esse eixo da intervenção urbana, como se deu a construção dessa proposta de melhorias no ambiente construído?

Máira Colares: Começamos fazendo uma série de reuniões com o pessoal do Conjunto Habitacional IAPI. Isso porque havia uma grande discussão em torno do muro do IAPI, se derruba o muro ou se deixa, se faz isso ou aquilo. As Forças de Segurança defendiam que tinha que derrubar porque o mesmo tampava a visão e nós (Assistência Social) trazímos o questionamento sobre o significado desse muro no território e entre outras questões. Foram várias rodadas discutindo esse muro. Então chamamos os moradores da PPL e do IAPI e fizemos uma reunião dentro do IAPI, que foi um momento muito legal também, para discutir as intervenções que estavam sendo feitas, de porque o foco não era só mais na Rua Araribá, questões mais gerais do IAPI e a questão do muro. E aí a comunidade falava - “*Não, a gente não quer que derrube esse muro!*” Tinha gente que queria e tinha gente que não queria, porém a maior voz que ficou sendo mais forte ali, foi pela não derrubada do muro. Então, tivemos que pesar o que fazer com esse muro e surgiu a proposta de fazer uma intervenção artística envolvendo vários artistas da cidade, envolvendo grafiteiros daquela região, inclusive. O Projeto Gentileza foi decisivo nessa fase. E o que que a gente faria naquele muro? O que grafitar naquele muro? E aí novamente a Segurança Alimentar entra no circuito, em parceria com o Projeto Gentileza, fazendo uma oficina com os artistas e com os moradores sobre temáticas em relação ao muro: a história da região da Lagoinha, a questão das ervas medicinais,

os quintais verdes, a presença dos Hortelões da Lagoinha...Enfim, fizemos essa oficina e depois a intervenção no muro. Com isso, começamos a olhar mais para o entorno da região da Lagoinha, por exemplo para a passarela do metrô da Estação Lagoinha, que estava muito degradada. Mas também não queríamos fazer uma intervenção agressiva, para deixar bonito, não era esse o objetivo, mas sim, ter o envolvimento daquelas pessoas locais. Então fizemos o alargamento da calçada, abrimos um processo para construção de uma feira ali, a qual tinham sido todas essas demandas dos moradores, quanto à necessidade de ter esse espaço de comercialização. Também vimos outras necessidades que a população tinha e a Secretaria de Esportes chegou para sua atuação no território fazendo a academia aberta na Rua Araribá, além de uma agenda semanal com o “BH é da Gente”. Com essa ampliação do passeio houve várias discussões sobre o que faríamos assim que entregássemos a obra, se deixaríamos ela vazia, o que seria feito no local... E falamos que seria isso mesmo, que entregariíamos a obra com a calçada nova e que as pessoas iriam circular, **as pessoas que ainda estão ali em uma cena de uso de drogas também permaneceriam naquele território e é isso mesmo, a vida no espaço continua a mesma, é um lugar da cidade que tem as suas questões.** Nesse momento, a Secretaria de Esportes entra com uma intervenção no local, a partir do programa “BH da Gente”. A Secretaria de Cultura também entra com a participação dos moradores. O Centro Cultural Liberalino Alves tinha uma gestora da Cultura na época, a Aline Tavares[8], que posteriormente foi transferida para a Secretaria de Esportes e ela foi uma peça fundamental como coordenadora do Centro Cultural, porque conhecia muito do território e começamos a fazer várias intervenções na comunidade PPL. Várias atividades envolveram os usuários de drogas. Essas pessoas que estavam no local e que às vezes iam para as atividades e às vezes não; elas tinham condição, mesmo aquelas em situação de uso de drogas pesadas e com limitação física.

Indisciplinar: E como essa agenda intersetorial, com todas essas Secretarias que estavam de certa forma envolvidas nesse Comitê de Políticas Sobre Drogas, se preocupou com a questão da população de rua que ocupava os baixios do viaduto da Lagoinha?

Maíra Colares: Foi importante termos dividido entre eixos os principais fatores de sucesso da experiência na região: a questão dos territórios, intervenção urbana e a Segurança Pública, cada um deles têm seu tempo e limite. Lembro que falamos que para a primeira etapa seria um ano, só a SMASAC

atuando no território. Não era para entrar segurança, nem intervenção urbana, passeio, nada disso. **E essa relação de confiança mútua entre as áreas da Prefeitura de Belo Horizonte foi um fator fundamental, mais até do que a construção da intersetorialidade.** Na verdade, a construção de confiança também faz parte da intersetorialidade e foi algo essencial, também para sairmos do foco da Rua Araribá como cena de uso, ampliando a atuação para a região da Lagoinha, para as suas multiplicidades e possibilidades. Nesse território há vários instrumentos mais gerais da cidade e ele entrava como principal em um edital especial da Secretaria de Cultura. A Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU) estava elaborando o Plano Diretor, construindo e revisitando tanto as deliberações da Conferência de Política Urbana quanto criando estratégias para a preservação daquele bairro e a criação de instrumentos de desenvolvimento que o respeitassem. Então, essa discussão foi fundamental nesse processo de lançarmos a questão dos imóveis tombados, da ADE da região da Lagoinha, do desenvolvimento local e entre outras. Paralelamente, surge uma agenda que foi da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE) para incentivo daquela região do ponto de vista econômico. E nesse momento, foi preciso reorganizar internamente o governo, pois precisávamos de uma proposta de desenvolvimento econômico para a região da Lagoinha, mas que não poderia desconsiderar toda a construção anterior que já tínhamos feito nesse território. A SMDE era um ator importante que queríamos na pauta, mas era preciso tomar cuidado com essa construção. Isso porque na Lagoinha já havia pessoas debaixo do viaduto e enquanto a gente não construísse de forma definitiva uma saída com acesso à política de habitação ou uma política de assistência temporária na assistência social, as pessoas retornariam para esse espaço e ficaríamos atuando de forma constante nessa região. **O baixio dos viadutos é monitorado, a Prefeitura sabia da existência de pessoas ali, mas aquele território tinha sua dinâmica que era importante de se considerar.** Nesse meio tempo, tivemos um edital sobre o uso dos baixios dos viadutos, no qual construímos diretrizes como a questão da agroecologia e da agricultura urbana com os Hortelões da Lagoinha, que já atuavam no território e tiveram um papel importante na construção dessas orientações, assim como uma articulação com o Mercado da Lagoinha, na questão da segurança alimentar, mas que não teve muito sucesso nessa primeira proposta das ações da agenda intersetorial e se trata de uma pauta que ainda estamos discutindo. Então, na minha avaliação, de modo geral acredito que a intervenção na Lagoinha

foi de sucesso, apesar de ela ainda não estar concluída. Se olharmos com uma perspectiva de futuro, não é consensual analisar essa etapa como concluída, porque o que consideramos por isso e pelo diálogo com a comunidade, com as pessoas da Pedreira Prado Lopes, com as pessoas da Lagoinha e seu entorno, é que essa região é um lugar de desenvolvimento social, cultural, econômico em curso e que vai demorar muito tempo para chegar em seu ápice, porque a Lagoinha ficou muito tempo sem investimentos. Nesse sentido, lembro que em uma conversa com um grupo que queria uma intervenção diferente na região, as pessoas falavam que o Poder Público era muito ausente ali, então falávamos que o que estávamos discutindo era exatamente a nossa presença nesse território e como seria nossa atuação. Nesse momento eles voltaram atrás dizendo: "a gente não quer sua presença, o Poder Público só atrapalha." Então questionamos o fato da comunidade estar colocando a ausência do Poder Público como um dificultador nesse território, quando estávamos justamente falando que queríamos estar presente no local e alguns falaram que não precisávamos atuar ali, **principalmente grupos que queriam uma intervenção mais elitizada, inclusive havia adesão de pessoas do bairro, que viam a Lagoinha como um pólo, que é de fato, um pólo de arte, cultura e gastronomia. Mas assim... para quem? Enfim, a participação é isso aí, ela traz desafios mesmo.** A participação é para você construir a intervenção, mas surgem coisas que a princípio não concordamos, e mesmo assim, precisamos pensar como lidaremos com isso. Queríamos sim, discutir a Lagoinha como pólo de arte, mas não necessariamente um pólo de arte (no sentido de arte elitizada). Então, qual arte queríamos? De qual conceito? Com a participação de quem?

Indisciplinar: Qual é a relação dessas políticas que estão sendo realizadas na região da Lagoinha com a famosa Operação Urbana Consorciada - Antônio Carlos Leste-Oeste? Sabendo que parte da região da Lagoinha está definida como Setor 01 da OUC-ACLO, é muito interessante perceber que logo esse território está sendo visto pela gestão pública como área prioritária para Assistência Social, Cultura e tantos outros mecanismos de intervenções urbanas, como anteriormente mencionados. Você poderia comentar sobre isso?

Maíra Colares: Como disse anteriormente, a Lagoinha se transformou em uma região prioritária para todos da Prefeitura, foi uma diretriz de governo, mas não por ser território x ou y de

uma operação urbana. Tampouco para beneficiar o setor x ou y. A preocupação inicial era a cena de uso de drogas, isso foi determinado para nós. A dinâmica daquela cena de uso, dependendo da proporção que tomasse, o Poder Público não iria conseguir mais atuar ali. Lembro bem que no início da gestão aconteceu aquele caso em São Paulo, na Cracolândia. **Aquele evento gerou forças mais progressistas para a nossa gestão, então precisávamos fazer uma proposta logo, porque as forças conservadoras estão muito fortes na sociedade.** Então, eu e alguns representantes das Secretarias de Saúde, Política Urbana, Segurança, Saúde e da Assistência Social, começamos a nos reunir para construir uma proposta rápida para a situação da Lagoinha. Então, não sei te falar quanto à Operação Urbana, realmente não sei. Porque não há uma orientação de gestão que direcione o trabalho à uma região por ela ser uma grande possibilidade de especulação imobiliária ou porque precisamos deixar a cidade bonita para investidores virem. Até porque quando os investidores vão fazer um grande negócio desses, eles não estão nem aí, chegam e passam o trator. Então, para nós da Prefeitura, essa história de priorização da Lagoinha chega como uma pauta em que várias Secretarias viram que, depois do que houve em São Paulo, era um território que precisava de cuidado. Não podíamos deixar aquela situação crescer e fugir do nosso controle, porque se não, perderíamos a capacidade de monitorar a agenda para essa região. Essa é uma característica dessa gestão, todo mundo chegou sem conhecer um ao outro, e havia a liderança do Prefeito, que também ninguém conhecia muito, não sabíamos como ele funcionava. Então falamos - "**Se não entrarmos com uma proposta rápido, iríamos perder o controle da agenda para forças de segurança, para o conservadorismo que está ampliando, à exemplo da experiência de São Paulo.**" Não houve uma direção que explicasse que existia uma Operação Urbana, que aquele é o setor 1 e precisaríamos de intervir lá por essas questões.

Indisciplinar: E como a Secretaria da Cultura e o Fundo Municipal de Cultura se envolveram com as ações da SMASAC da Agenda Intersetorial?

Maíra Colares: No início estávamos muito centrados na Assistência Social e Saúde, assim, tínhamos um planejamento de médio prazo para a Secretaria de Esportes, Educação e Cultura, que são as áreas mais vinculadas às ofertas de serviços e às políticas sociais. Tínhamos um entendimento de que a

Cultura, assim como outras áreas, não deveria entrar na região da Lagoinha de início, havendo uma cena de uso de drogas com 300 pessoas. Na verdade, a Secretaria estava se organizando, pois foi criada na gestão do Prefeito Alexandre Kalil. Então fizemos um planejamento, conforme mencionei anteriormente, com um cronograma e metas a serem alcançadas para que pudéssemos passar para a próxima etapa. A Secretaria de Cultura foi envolvida de forma mais concreta a partir da oferta de ações, no momento em que tínhamos conseguido minimamente identificar as pessoas usuárias, atendê-las, acionar família e inserir na rede de saúde. A Cultura entrou como uma estratégia de intervenção, não só na cena de uso de crack, mas também como eixo importante na discussão do desenvolvimento daquela região como um todo. Porque já havia um acúmulo de discussão do local como circuito cultural. Então, a Cultura cumpre esse papel de pensar a intervenção na Rua Araribá, na cena de uso, naquele entorno, na PPL, e ela também tem a importância na construção da identidade local daquele território com a intervenção. A Cultura foi muito estratégica nesse sentido e cumpriu muito bem o seu papel. Na discussão do Plano Diretor sobre a ADE, houve uma série de ideias preservadas para a Lagoinha, não só como oferta de serviço como o área cultural, com oficinas e um cinema aberto, mas também como estratégia de planejamento urbano, de patrimônio da região. Então, acredito que a Cultura cumpriu essas duas tarefas estratégicas. Em 2017, quando começamos o programa, a Secretaria de Cultura nem existia, ela estava sendo criada, então começamos esse planejamento enquanto essa secretaria estava se organizando.

Indisciplinar: *E a preocupação com a diretriz de não expulsão permeada por um possível processo de gentrificação? Enfatizando que você tratou desse assunto desde o princípio da entrevista, pergunta-se: como atuar de forma cuidadosa no território para que você não atinja os mais vulneráveis. Como se dá na prática essa discussão entre os integrantes da equipe intersetorial?*

Maíra Colares: Eu penso que chegamos em um nivelamento e uma concepção de governo. Quando falamos em Segurança pensamos no “modelo” em que estamos acostumados. Na Secretaria de Segurança Pública destaco o Genilson Ribeiro Zeferino[9], que hoje é o Secretário de Segurança e já era o coordenador dessa pauta na PBH. Com a criação da

Superintendência de Prevenção, a Márcia Cristina Alves[10] assume essa pauta também. Então, o Genilson e a Márcia Alves foram figuras essenciais nessa construção. Porque desde o início foi: **“o que não podemos fazer no território?”** Então, desde o início já tinha um consenso construído, e a Secretaria de Segurança foi fundamental nisso quanto ao fato de que não adianta chegar no local e agir de forma violenta. **“Não adianta chegar e expulsar aquelas pessoas, colocar um policial em cada esquina. Não adianta você reproduzir a experiência de São Paulo aqui. E por mais triste que isso pareça, a experiência de São Paulo foi importante para gente sobre: o que não fazer.** Também foi muito importante porque deu sustentação prática para nós, junto ao Prefeito, junto à imprensa...**“Não queremos simplesmente espalhar essas pessoas no território.** Essa é uma situação em que o uso de crack tem a ver com o adoecimento das pessoas. Essa é uma questão de Saúde Pública e a Secretaria de Saúde assume essa responsabilidade. E tinha também um consenso de que isso é negócio da Assistência Social, **mas não só, porque é uma questão da Saúde Pública também.** A Saúde Pública assume a responsabilidade, a Segurança segue nessa diretriz, a SMASAC assume uma função importante de ir construindo as conexões no território. Como tínhamos o CRAS no território, o Mercado da Lagoinha e as equipes de abordagem junto à Saúde, fomos alimentando essa concepção de rede e reforçando.

Indisciplinar: *E houve alguma outra parceria fundamental para fazer essa construção mútua dar certo?*

Maíra Colares: Houve a intervenção com o Ministério Público também. Chamamos o Ministério Público na época, a promotoria de Direitos Humanos, Dr. Mário Konichi Higuchi Júnior[11]. Fizemos essa construção, porque o Dr. Mário estava muito preocupado na época, em reproduzirmos o que estava acontecendo em São Paulo e ele, sugeriu inclusive uma série de intervenções de articulação e de mediação com a Segurança Pública. Então o Ministério Público foi um ator importante porque apostou em nossa proposta. Porque geralmente as pessoas tinham um nível de desconfiança em saber que entrariam na região da Lagoinha porque não sabiam o que faríamos depois de um tempo no local. Nunca tínhamos feito isso, do ponto de vista prático, mas mesmo assim, executamos. Por exemplo, na minha área da Assistência Social, pensávamos que essas ações tinham que dar certo, porque iríamos

desconstruir e desmontar uma série de coisas, então precisava dar certo.

Indisciplinar: E vocês já desenvolveram um compilado de informações de pelo menos dois momentos - o de quando vocês chegaram e agora - após todas essas intervenções?

Maíra Colares: Atualmente possuímos alguns dados sistematizados, porque o que acontece é que não tínhamos nenhum número da intervenção do território. Nenhum, zero, nada. Então fomos combinando números de várias equipes. Por exemplo, a intervenção da Secretaria de Saúde com a Secretaria de Assistência foi importante para chegar em uma identificação. Foi importante entender o fenômeno da presença dessas pessoas no território, dormindo ali, morando ali, fazendo aquele lugar de moradia. Há pessoas que vão ali apenas para o uso do crack e voltam para suas casas ou vão para outros lugares. Chegamos à essa percepção e identificação do território e nesses dados, tínhamos mais de trezentas pessoas circulando ali. O primeiro dado que me chocou muito foi o de 50% ser o público feminino. Havia muitos adolescentes atuando naquele território e tivemos que fazer uma série de articulações com o juizado, dentre outras coisas: a identificação dos pais, das famílias, então, fomos produzindo muitas informações.

Indisciplinar: Existe outro programa de assistência à população de rua sendo articulado pela Prefeitura atualmente?

Maíra Colares: Um destaque importante é a criação do Programa Estamos Juntos, que busca a inserção produtiva desse público e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico assumiu seu protagonismo nessa tarefa. Este programa foi um Projeto de Lei que criamos e mandamos para Câmara, instituindo uma política de inclusão produtiva para a população em situação de rua, no município de Belo Horizonte. A Secretaria de Assistência Social tem uma retaguarda importante na identificação e acompanhamento do público, mas é a Secretaria de Desenvolvimento Econômico quem coordena. Além disso, a Secretaria de Trabalho também é uma parceira nesse mesmo programa, os quais não tinham vergonha de falar conosco sobre como faríamos para atender esse público. Então com o programa "Estamos Juntos" havia uma desconfiança também, as pessoas falavam: "Vocês vão tirar a pessoa da rua e enfiar dentro das empresas? Lógico que vai dar errado!" E não era isso, iríamos identificar as pessoas usuárias que estavam em nossos

programas de abrigos ou políticas habitacionais, essas pessoas receberiam ajuda para construir um projeto de vida. E a Secretaria de Trabalho é fundamental para isso, pois não dá para discutirmos política de atendimento à população em situação de rua e situação de drogas sem se preparar para a etapa posterior. A pessoa precisa de uma retaguarda. É óbvio que não estamos falando que a pessoa que está na cena de uso vai se levantar e simplesmente bater cartão, óbvio que não. Mas ela tem que passar por um atendimento, por um processo e vislumbrar uma perspectiva futura.

Indisciplinar: Então dentre toda essa experiência de gestão relatada, o que você observa como um dos principais desafios dessa "nova tentativa em aplicar políticas públicas"?

Maíra Colares: O que acontece é que cada pessoa que conta a história do programa, conta algo diferente. Isso porque para cada Secretaria foi um sofrimento específico, alguns achavam que não tínhamos condições de entrar na região da Lagoinha e que precisávamos planejar outros locais, como Savassi e Grajaú, mas reforçamos que a partir de agora o foco seria Lagoinha. E isso que diziam não era má vontade, é porque as pessoas não sabiam fazer e ficavam preocupadas e sempre vinham com a pergunta: "como é que vai ser?" Então, todas as Secretarias tiveram que iniciar o processo, a partir do conceito que construímos nessa gestão. Era uma pauta muito nova e esse estabelecimento de vínculo foi muito importante, se uma Secretaria estava com dificuldade ajudávamos, era um auxiliando o outro, construindo junto, fomos construindo uma outra cultura institucional de atendimento aos públicos vulneráveis e às pessoas que às vezes nunca tinham de fato sido atendidas antes por algumas áreas da Prefeitura. Com isso, passamos a entender as nossas dificuldades também. Fizemos uma série de mudanças na equipe de abordagem de rua, por exemplo, e colocamos educador com trajetória de vida nas ruas para integrar a equipe técnica. Portanto, a dupla do assistente social e psicólogo agora teria esse educador, que às vezes consegue chegar em um ponto de intervenção que um técnico não consegue. Também incluímos o arte-educador na equipe de serviço de abordagem para território. Então, enquanto assistente social, vimos que do ponto de vista da metodologia e da qualidade do atendimento precisávamos ser criativos, porque é uma responsabilidade muito grande estarmos como referência nessa articulação, sendo que muitas vezes tínhamos problemas

internos. Ao longo do tempo precisamos redefinir e redesenhar as equipes, rever metodologia. Isso foi na época, em que tínhamos criado o grupo de trabalho de reordenamento de serviço e atendimento à população em situação de rua na Secretaria de Assistência Social, discutimos o sistema de abordagem com o Movimento de População de Rua, com a Pastoral, com o Ministério Público e com os usuários. Tivemos quase 200 usuários, quase 200 pessoas em situação de rua discutindo serviço conosco. Então estávamos pegando uma agenda intersetorial muito pesada em um momento de redefinição de uma série de pautas na SMASAC. Enfim, foram muitas articulações, muito trabalho, ainda há muito o que fazer e muitos desafios, mas espero que a prefeitura siga nesse caminho. **Se for para mudar, que seja para aprimorar e estabelecer mais ofertas nesse local, que respeitem a sua história, a diversidade que existe lá e que principalmente respeite a dignidade dessas pessoas.**

Notas

1. Para mais detalhes sobre a Plataforma de Urbanismo Biopolítico e a pesquisa sobre o processo de desenvolvimento da Operação Urbana Consorciada Nova BH e a sua reformulação em Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos Leste Oeste, visitar a Plataforma de Urbanismo Biopolítico, disponível em: <<http://pub.indisciplinar.com/ouc-nova-bhaclo/>>. Acesso 28 de novembro de 2019.
2. O roteiro da entrevista busca compreender a atuação do Poder Público no desenvolvimento de políticas urbanas e de saúde pública em cenários de vulnerabilidade social, especificamente em torno das cenas de uso de drogas, a fim de averiguar a construção de políticas assistenciais aplicadas na redução de danos. Também faz parte do escopo da investigação a possível influência de grandes projetos urbanos e os potenciais fenômenos espaciais que podem ser acentuados a partir da requalificação do ambiente construído. As perguntas foram elaboradas pelas já citadas pesquisadoras do GE- região da Lagoinha. A transcrição da entrevista foi realizada por Anderson Chagas (Graduando em Arquitetura e Urbanismo na EA/UFMG), também pesquisador do Indisciplinar.
3. O GE Lagoinha é formado pelas pesquisadoras Gabriela Bitencourt (Arquiteta e Urbanista formada pela UFAL e mestrandona programa de pós-graduação em PACPS pela EA/UFMG), Carolina Nasser (Advogada formada pela UFMG e doutoranda na Faculdade de Direito/UFMG) Susan Oliveira (Graduanda em Arquitetura e Urbanismo/UFSC, em mobilidade acadêmica na EA/UFMG) e por Natacha Rena (Professora Doutora da EA/UFMG, além de líder do grupo de pesquisa Indisciplinar e coordenadora do GE Lagoinha).
4. De acordo com a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo - Lei nº 7.166 de 27 de agosto de 1996, a região da Lagoinha é considerada como uma da Área de Diretriz Especial da cidade de Belo Horizonte. Atualmente o Plano Diretor de 2019 caracteriza a ADE da região da Lagoinha como uma área de proteção ao patrimônio cultural e à paisagem urbana, com tendências à revitalização de áreas degradadas ou estagnadas, além do incremento em políticas de desenvolvimento de economia criativa e solidária.
5. Informações sobre o método em desenvolvimento pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar podem ser encontradas nas seguintes

referências bibliográficas: RENA, Natacha ; SÁ, Ana Isabel; RENA, Natacha ; BRANDÃO, Marcela; RENA, Alemar; NEVES, Bernardo. Cartografia enquanto método de investigação: uma conversa com Virgínia Kastrup. Revista Indisciplinar, v. 2, p. 17-30, 2016. - BRANDÃO, Marcela; FRANZONI, Júlia. Grupo de pesquisa Indisciplinar: método, ativismo e tecnopolítica na defesa dos bens comuns urbanos. In: **Contested Cities**, 2016. v. 1. p. 1-18. Madrid. - BRANDÃO, Marcela; SÁ, Ana Isabel RENA, Natacha. Método Cartográfico Indisciplinar: da topologia à topografia do rizoma. **V!RUS**, São Carlos, n 19, 2019 (no prelo).

6. Movimento de População de Rua, Vereador Pedro Patrus (PT), vereadora Bela Gonçalves (PSOL), Comissão de Direitos Humanos da OAB/MG, Defensoria Especializada em Direitos Humanos Coletivos e Socioambientais; Fórum Mineiro de Direitos Humanos, Polos de Cidadania, Pastoral do Povo de Rua e o Grupo de Pesquisa Indisciplinar da Escola de Arquitetura da UFMG.

7. A Rua Araribá está localizada na favela Pedreira Prado Lopes (PPL). Segundo Núbia Ribeiro (2001), a PPL é a favela mais antiga e mais próxima à área central de Belo Horizonte. Assim, a construção das grandes avenidas e dos prédios nobres na cidade planejada se deu à partir da extração de pedras da PPL. Este processo, por sua vez, originou também o nome da favela, que é símbolo de resistência e morada de muitas pessoas que conseguiram criar um lar, não só em cima das pedras, mas sob uma realidade de desigualdade social.

8. Foi servidora pública da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte desde 2010, gerente do Centro Cultural Liberalino Alves de Oliveira até 2019, passando a ocupar o cargo público na Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, como chefe de Diretoria de Lazer e Qualidade de Vida. disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/3467298/aline-martavares>> e <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1211555>> Acesso 05 jan. 2020.

9. Genilson Ribeiro Zeferino é Secretário Municipal de Segurança e Prevenção, atua como “Servidor público federal aposentado do MEC, com formação em Psicologia e especialização em Criminologia e Planejamento Estratégico, ocupou a Superintendência de Integração das Polícias Civil e Militar do Estado de MG e a Secretaria Adjunta de Estado de Defesa Social de MG”. Informação disponível em:

<<https://prefeitura.pbh.gov.br/integrantes/seguranca>> Acesso 05 de jan. 2020.

10. Márcia Cristina Alves é Diretora de Prevenção Social à Criminalidade da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção.

11. Promotor de Justiça da 18ª Promotoria de Justiça da Comarca de Belo Horizonte



A luta de classes na batalha das ideias: movimentos sociais x movimentos populares¹

por João Pedro Stédile²

Reproduzimos aqui o texto do militante e coordenador nacional do MST[3] João Pedro Stédile que foi publicado originalmente em maio de 2018 no veículo de comunicação Sul 21[4]. Neste ensaio, Stédile defende o uso do termo Movimentos Populares para identificar movimentos de trabalhadores e sugere eliminar o uso do termo Movimentos Sociais para movimentos ligados às classes trabalhadoras e populares. O MST se entende como organização que vem do povo, especialmente nos países de economia dependente e subordinada, ou seja, é um movimento que, segundo o Stédile, representa a classe trabalhadora em seu sentido amplo, diferenciando-se de movimentos sociais que vêm das classes burguesas e/ou da pequena burguesia e que, obviamente, não se identificam com o povo.

Escolhemos reproduzir este breve ensaio sobre movimentos populares já que esta edição da Revista Indisciplinar, assim como a edição anterior, trata do tema "territórios populares". Trata-se de levantar um argumento importante para o debate sobre o recorte temático destas duas revistas, já que surge de uma liderança representante do maior movimento social do Brasil, vinculado à Frente Brasil Popular[5], maior frente de esquerda do país.

A partir da década de 1990, o termo Movimentos Sociais vem sendo propagado nos espaços internacionais da esquerda, adquirindo especial relevância a partir de 2001, nas seguidas edições do Fórum Social Mundial (FSM), nos quais se organizavam Assembleias dos Movimentos Sociais.

Neste período, o uso dessa expressão tinha um claro conteúdo político, pois caracterizava a organização de sujeitos da classe trabalhadora que tinham uma luta social específica e que não estavam necessariamente organizados nos tradicionais sindicatos ou partidos da esquerda.

Nos últimos períodos, sobretudo a partir da crise internacional do capitalismo inaugurada em 2008, temos identificado uma crescente distorção no uso do termo Movimento Social, que vem sendo cada vez mais caracterizado de forma genérica, como toda e qualquer articulação, rede, movimento ou luta que aglutine um determinado grupo humano, e portanto social.

Partindo desta concepção distorcida, temos visto por toda a América Latina a proliferação de pequenos grupos de direita e de extrema direita, organizados principalmente através das redes sociais da internet, serem denominados Movimentos Sociais. Estes têm aglutinado sobretudo os setores de classe média insatisfeitos com os governos progressistas e de esquerda, e tem sido muito úteis à ofensiva neoliberal e golpista que tem avançado na região principalmente na disputa das mobilizações de rua com as organizações da esquerda.

Entendemos que o uso genérico do termo desconsidera totalmente a perspectiva de análise a partir da luta de classes, o que têm um grande impacto sobre a identidade e a linha de ação da esquerda na região, por isso não é tarefa menor enfrentar este debate e assumir uma posição sobre ele.

No âmbito da ALBA Movimientos (Articulação Continental de Movimentos Sociais da ALBA – Aliança Bolivariana das Américas) – que hoje agrupa organizações de 24 países em torno de um projeto de integração popular para a região -, iniciamos em Julho de 2015 um debate para passarmos a usar o termo Movimentos Populares, no intuito de não perdermos o caráter de classe trabalhadora com o qual nos identificamos. No entanto, não demos sequência a este debate e não avançamos em concretizar uma deliberação coletiva rumo a um conceito único que caractere a especificidade e

identidade desse sujeito.

Desde então, a confusão segue, e vemos que mesmo nos espaços da esquerda seguimos utilizando ambos os termos para identificar as organizações da classe trabalhadora.

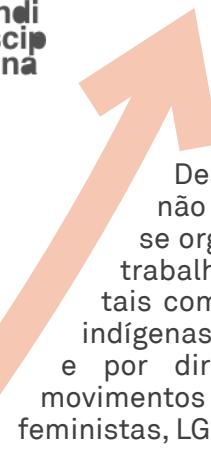
Conforme mencionei acima creio que este não é um debate menor. É de suma importância que retomemos este debate e avancemos, o mais breve possível, em chegar a um acordo coletivo sobre o uso do termo.

Assim sendo, me atrevo a defender que devemos passar a utilizar somente o termo Movimentos Populares, para nos identificar nos espaços nacionais e internacionais que atuamos e em todos os documentos que publicamos. Desta forma, eliminariamos o uso do termo Movimentos Sociais.

No atual contexto internacional, somente com o uso do termo Movimentos Populares poderemos caracterizar que somos organizações que vêm do povo, sendo que, em nosso entendimento, o povo, especialmente nos países de economia dependente e subordinada, não é outra coisa senão a classe trabalhadora, em seu sentido amplo, como a classe que vive do seu próprio trabalho.

As frações de classe burguesas dominantes em nossos países, somadas à determinadas parcelas da pequena burguesia, não se identificam como povo, por isso em suas articulações não podem considerar-se movimento popular, ainda que possam considerar-se movimentos sociais. Ademais, interessa muito a estes setores a adoção deste último termo, pois ele pode dar a (falsa) impressão de que suas organizações tem uma ampla representação na sociedade, o que lhe daria mais legitimidade na disputa das ideias e das ruas.

Temos clareza que para sermos rigorosos com o conceito, o ideal seria utilizar “movimentos da classe trabalhadora”, no entanto, entendemos que a partir da primeira ofensiva neoliberal dos anos 1990, e da reestruturação produtiva aplicada por esta, houve um grande impacto na classe trabalhadora como um todo, mas em especial no operariado industrial urbano, que perdeu muitos postos de trabalho, e cada vez mais vive do trabalho precarizado e informal, além de estar muito mais concentrado nos setores de serviços em detrimento dos setores produtivos.



Desde então, a classe que vive do seu trabalho já não é somente o tradicional operariado urbano que se organiza em seu sindicato. As trabalhadoras e os trabalhadores têm se organizado de formas diversas, tais como: nos movimentos camponeses; movimentos indígenas e afrodescendentes; movimentos por moradia e por direito à cidade; movimentos de juventude; movimentos culturais, de comunicação; movimentos feministas, LGBTs; entre muitos outros.

Para abarcar esta diversidade, caracterizar mais claramente esses sujeitos organizados e fazermos a luta de classes também com a arma das ideias, é fundamental que passemos a utilizar somente o termo Movimentos Populares em nossas diversas intervenções orais e escritas.

Notas

1. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/colunas/via-campesina/2018/05/a-luta-de-classes-na-batalha-das-ideias-movimentos-sociais-x-movimentos-populares-por-joao-pedro-stedile/>>. Acesso em 30 de dezembro de 2019.
2. João Pedro Stédile é graduado em economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pós-graduado pela Universidade Nacional Autônoma do México e coordenador nacional Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Stédile fez parte da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e participa, desde 1979, das atividades da luta pela reforma agrária no País, pelo MST e pela Via Campesina. O militante de maior destaque no Brasil é autor e co-autor de diversos livros como: *Brava Gente: a Trajetória do MST e a Luta Pela Terra no Brasil*, com Bernardo Mancano Fernandes. São Paulo. Editora Perseu Abramo: 1999; *Classes Sociais em Mudança e a Luta Pelo Socialismo*, com Francisco de Oliveira e José Genoíno. São Paulo. Editora Perseu Abramo: 2000; *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*, com Roberta Traspadini. São Paulo. Editora Expressão Popular: 2005; *A Questão Agrária no Brasil: o Debate Tradicional: 1500-1960*. São Paulo. Editora Expressão Popular: 2005; *A Questão Agrária no Brasil: o Debate na Esquerda: 1960-1980*. São Paulo. Expressão Popular: 2005; *A Questão Agrária no Brasil: Programas de Reforma Agrária: 1946-2003*. São Paulo. Expressão Popular: 2005; *Leituras da Crise*, com Marilena Chauí, Leonardo Boff et al. São Paulo. Editora Perseu Abramo: 2006. Texto extraído da Wikipédia, disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Pedro_St%C3%A9dile>. Acesso em 10 de dezembro de 2019.
3. Site do MST, movimento fundado em 1984. Conteúdos sobre o movimento no site disponível em <<https://mst.org.br/>>. Acesso em 10 de dezembro de 2019.
4. O Sul21 "é um veículo de comunicação com foco na defesa da democracia, dos direitos, da liberdade de expressão e do desenvolvimento social." Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/quem-somos/>>. Acesso em 10 de dezembro de 2019.
5. Segundo o site da Frente Brasil Popular, *participam da Frente Brasil (por ordem alfabética)*: ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais; Adere – Movimento dos Assalariados Rurais; A Marighella; ANA –

Associação Nacional de Agroecologia; Associação de Advogados da União pela Democracia; ANPG- Associação Nacional dos Pós-Graduandos; Ainda MG; ATRAF (Associação dos Trabalhadores de Franca); Barão de Itararé; CBJP – Comissão Brasileira de Justiça e Paz; CEBES - Centro Brasileiro de Estudos de Saúde; CEBRAPAZ (Centro Brasileiro de Solidariedade e Luta pela Paz); CMP (Central de Movimentos Populares); CONAM (Confederação Nacional das Associações de Moradores); CONAQ – Movimento Nacional dos Quilombolas; CONEN (Confederação Nacional de Entidades Negras); Consulta Popular; CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura); CPT - Comissão Pastoral da Terra; CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil); CUT (Central Única dos Trabalhadores); ESTOPIM; FETRAF Brasil; Fora do Eixo; FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação); Fórum Político Interreligioso; FEAB (Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil); Federação dos Metalúrgicos do RS; Fórum 21; FUP (Federação Única dos Petroleiros); Grupo ACONTECE – Arte e Política LGBT; INESC; Igrejas; INMA (Instituto Nacional do Meio Ambiente); Juventude Revolução; Levante Popular da Juventude; Marcha Mundial das Mulheres; Mídia Ninja; MCP (Movimento Camponês Popular); MTD (Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos); MLT (Movimento de Luta por Terra); MMC (Movimento de Mulheres Camponesas); MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens); MNCCD (Movimento Nacional Contra Corrupção e pela Democracia); MNLCN (Movimento Nacional de Luta Contra o Neoliberalismo e Pelo Socialismo); MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores); MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra); MOTU (Movimento dos Trabalhadores Urbanos); MAM (Movimento Nacional Pela Soberania Popular Frente à Mineração); Movimento Nacional de Rádios Comunitárias; Movimento da Reforma Sanitária Brasileira; Movimento das Pescadoras e Pescadores do Brasil; Movimento Fé Brasil; Nação Hip Hop Brasil; Pastorais Sociais; Rede de Médicas/os Populares; RENAP (Rede Nacional de Advogados Populares); Sindsesp SP; Sindieletrô MG (Sindicato dos Eletricitários de Minas); SENGE-Rio (Sindicato dos Engenheiros do Estado – RJ); Sindute MG (Sindicato Único de trabalhadores em Educação de Minas Gerais); UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas); UBM (União Brasileira de Mulheres); UJS (União da Juventude Socialista); UNEGRO (União de Negros Pela Igualdade); UNE (União Nacional de Estudantes); UNMP (União Nacional por Moradia Popular); Via campesina. Ainda, parlamentares e dirigentes de diversos

partidos e correntes partidárias, entre os quais o PT, o PCdoB, o PSB, PMDB, PCO, PCML, Refundaçao Comunista e o PDT. Também participam diversos intelectuais e jornalistas que atuam em diferentes espaços da mídia popular e que compartilham desse esforço." Site da Frente Brasil Popular, disponível em <<http://frentebrasilpopular.org.br/>>. Acesso em 10 de dezembro de 2019.



Saindo da invisibilidade: as lutas e conquistas dos catadores de materiais recicláveis entre 2001 e 2016

Coming Out of the Invisibility: the Struggles and Successes of Recycling Material Collectors between 2001 and 2016

Diogo de Sant'Ana*

Resumo

Construir políticas públicas eficazes no combate à pobreza e à desigualdade exige organizar mecanismos que proporcionem o direito à fala dos grupos excluídos, modificando o léxico jurídico e pensando a legislação a partir da realidade desses sujeitos históricos. O presente artigo apresenta o caso da inclusão e do reconhecimento dos catadores e catadoras de materiais recicláveis entre 2001 e 2016. Nesse período, as políticas públicas voltadas para catadores e catadoras tiveram um salto qualitativo expressivo. Neste trabalho, sustentamos que esse salto foi resultado da combinação de três fatores: (i) a organização do Movimento Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (MNCR); (ii) a ampliação e a prioridade aos fóruns de interação entre os catadores e o Governo Federal, com contato direto, previsível e constante entre o movimento social e a principal autoridade do Poder Executivo e (iii) a inclusão dos catadores e catadoras como um ator institucional formal, seja na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2010), seja no acordo setorial de logística reversa de embalagens.

Abstract

Building effective public policies to combat poverty and inequality requires the organization of mechanisms which give voice to excluded groups, the modification of legal codes and changes in legislation based on the reality of these subjects. With this in mind, the present article shows a successful case of recognition and inclusion of waste pickers between 2001 and 2016. During this period, public policies aimed to improve the inclusion of waste pickers had a significant qualitative leap. In this paper, we argue that this leap was the result of a combination of three factors: (i) the organization of the National Movement of Waste Pickers (MNCR); (ii) expansion and priority to the forums of interaction between waste pickers and the Federal Government, with direct, predictable and constant contact between the social movement and the main authority of the Executive Branch; and (iii) the inclusion of waste pickers as an institutional actor, either in the National Solid Waste Policy (Law No. 12.305 of 2010) and in the sectoral agreement on packaging.

1. Introdução

O processo de reprodução das desigualdades no Brasil possui dimensões que vão muito além das diferenças materiais geradas pelo acesso à renda. Uma das disparidades mais marcantes diz respeito ao acesso a espaços de poder e às oportunidades de apresentar demandas nas linguagens de quem pode tomar decisões relevantes para que a situação de exclusão possa ser combatida. Essa disparidade por vezes se torna tão acentuada que cria uma “invisibilidade” da situação de exclusão em relação ao poder público, na medida em que as reivindicações de quem está “invisível” sequer possuem canais para serem apresentadas.

Questionar estruturas institucionais fossilizadas, “entrar no mapa” das políticas públicas e obter reconhecimento formal e econômico (verbas orçamentárias e incentivos tributários, por exemplo) é uma das mais difíceis tarefas de movimentos sociais originados e dirigidos pela população de baixa renda. No entanto, movimentos sociais organizados, combinados a ações de governo voltadas a promover diálogo e inclusão, podem romper paradigmas e contribuir para que o quadro de “invisibilidade” seja revertido. Este artigo discute como essa quebra de paradigma pode se tornar real apresentando um caso concreto: o ciclo de reconhecimento e inclusão dos catadores e catadoras de materiais recicláveis entre 2001 e 2016.

Nesse período, catadores e catadoras organizaram um dos mais atuantes movimentos sociais do país, construíram canais de diálogo institucionalizados, conquistaram reconhecimento por meio de investimentos de recursos públicos em suas atividades e se transformaram em um dos principais agentes políticos e econômicos na agenda ambiental voltada ao incentivo à reciclagem.

A hipótese a ser discutida neste artigo é a de que a reversão da “invisibilidade” demandou uma articulação específica de três fatores:

- a) organização e aumento da consciência política da população submetida à invisibilidade;
- b) criação de canais de diálogo formais e informais, que contaram com a presença e monitoramento constante do chefe do Poder Executivo; e
- c) transformação das demandas da população excluída

em normas jurídicas, que aumentaram o grau de institucionalidade do diálogo e puderam sustentar um ciclo virtuoso de investimentos e políticas públicas destinadas à reversão da situação de invisibilidade.

Logo após esta introdução, na Seção 2, apresentam-se os dados sobre o perfil socioeconômico de catadoras e catadores no Brasil e como eles se relacionam com a atividade econômica da reciclagem.

Na Seção 3, apresentam-se as dimensões do que se define como “invisibilidade” em termos de políticas públicas, quais fatores contribuem para que essa invisibilidade se reproduza e como a organização do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis foi essencial para interromper esse ciclo.

Na Seção 4, descreve-se como foram criados os canais de diálogo para discussão das demandas dos catadores e como esses canais foram essenciais para a transformação das demandas em ações concretas.

Na Seção 5, discute-se como as ações concretas voltadas para os catadores foram sendo institucionalizadas e como o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis passou a ter relevância estratégica na agenda político-institucional da reciclagem de resíduos sólidos no Brasil.

Por fim, apresentam-se as conclusões do artigo.

2. Dados e perfil dos catadores e catadoras no Brasil

Uma das primeiras perguntas na construção de qualquer política diz respeito ao público que se quer atingir ou beneficiar. No entanto, como responder a essa pergunta quando se trata de uma questão que, ao longo de anos, foi subestimada pelas estatísticas oficiais? Pior, como estruturar uma política pública destinada a uma parcela da população que, pelas distribuições formais de nosso pacto federativo, deveria ser atendida por políticas municipais?

A consequência das dificuldades em responder essas perguntas foi a indefinição, durante um longo tempo, do número de catadores no Brasil. Porém, nos últimos anos, um conjunto de estudos tem buscado superar essa lacuna e construir bases mais científicas sobre as quais podem se assentar as políticas destinadas a esse público.

O primeiro estudo relativo ao tema partiu de uma iniciativa do próprio Movimento Nacional dos Catadores no ano de 2006. Coordenado pelo Prof. João Damásio de Oliveira Filho, e com o apoio do MDS, OAF e PANGEA, o estudo *Análise de custo de geração de postos de trabalho na economia urbana para o segmento dos catadores de materiais recicláveis* (2006)[1] buscou indicar quem eram, onde estavam e quais eram as principais características das organizações de catadores. O estudo buscou também estimar o número de catadores isolados.

Realizando extensa pesquisa na base do movimento a partir do Cadastro Nacional, formatado pelo MNCR em 2005, a pesquisa encontrou 115 cooperativas de catadores no Brasil, com aproximadamente 25 mil cooperados. Além dos dados sobre o número total de catadores, o estudo inovou ao apresentar o estágio de evolução das cooperativas, dividindo-as em quatro categorias de acordo com o seu grau de desenvolvimento. Os números revelados e as fragilidades apontadas contribuíram para a formatação dos primeiros programas do Governo Federal destinados aos catadores.

Em 2010, em uma parceria entre Ministério do Meio Ambiente, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Presidência da República, publicou-se um estudo chamado “Pesquisa Sobre Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos para Geração de Resíduos Sólidos”, coordenado pelos pesquisadores Bruno Milanez, Gustavo Luedemann, Jorge Hargrave Gonçalves da Silva e João Damásio de Oliveira Filho (Professor da UFBA, bolsista PNPD/IPEA)[2].

A pesquisa tinha o objetivo de adensar, com dados bem elaborados, a discussão em torno do pagamento por serviços ambientais urbanos. À época – e ainda hoje – havia forte resistência à implantação desse tipo de iniciativa pelas dificuldades inerentes à quantificação, valoração e fiscalização da atividade de catação. O estudo procurou detalhar os materiais que poderiam ser objeto de reciclagem, estimar o seu valor econômico e propor, ainda que não de forma definitiva, uma fórmula de eventual compensação das cooperativas de materiais recicláveis.

O ponto mais destacado do estudo foi a estimativa sobre as perdas econômicas resultantes do fato de o Brasil não reciclar tudo o que poderia. Segundo os pesquisadores, o Brasil perdia cerca de R\$ 8 bilhões todos os anos por não reaproveitar os resíduos sólidos que poderiam ser reciclados. A conclusão,

Tabela 1: Fonte: SILVA; GOES; ALVAREZ (2013)

portanto, era a de que não só o aumento da reciclagem geraria um ganho enorme para o conjunto da sociedade, como a de que realizar o Pagamento de Serviços Ambientais Urbanos aos catadores era um ato de justiça, uma vez que boa parte do que é recuperado atualmente se deve ao trabalho desse público.

Em 2013, foi publicado o estudo detalhado sobre o tema. A partir dos dados do Censo 2010, os pesquisadores do IPEA Fernanda Lira Goes, Albino Rodriguez Alvarez e Sandro Pereira Silva, apresentaram um quadro mais completo sobre os catadores no Brasil em *Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável*[3]. De acordo com o estudo, em 2010, 387 mil pessoas diziam ter na catação sua ocupação principal, com renda média nacional de R\$ 571,56 mensais (à época, acima do salário mínimo de R\$ 510,00). Os dados permitiram também observar que, dentro desse universo, é forte o corte de raça, com 66% dos catadores se afirmando como negros. O quadro abaixo, trazendo também algumas informações da PNAD 2012, sintetiza as informações trazidas pelo estudo.

Quadro-síntese da situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável no Brasil

Categorias	Indicadores	Brasil	Sul	Sudeste	Nordeste	Centro-Oeste	Norte
Demografia	Total de catadores	387.910	58.928	161.417	116.528	29.359	21.678
	Média de idade dos catadores	39,4	38,9	40,6	38,3	40,0	36,5
	Mulheres (%)	31,1	34,1	30,9	29,3	34,1	29,5
	Negros (pretos e pardos) (%)	66,1	41,6	63,0	78,5	71,3	82,0
	Catadores residentes em áreas urbanas (%)	93,3	93,5	96,2	88,5	95,6	93,2
	Total de residentes em domicílios com pelo menos um catador	1.426.584	196.787	578.190	456.060	99.412	96.135
	Razão de dependência de crianças em domicílios com pelo menos um catador	50,0	53,5	43,6	55,3	46,3	64,1
Economia	Formalização da força de trabalho (CTPS e RJU) (%)	38,6	32,2	45,7	33,8	38,4	29,0

O detalhamento a partir do censo gerou forte reação entre os catadores. Isso porque os dados apresentados diferem fortemente da intuição e dos relatos dos grupos organizados que realizam a atividade de reciclagem. Vários dados geraram reação, tais como o número global de catadores, a renda obtida

e a distribuição regional. No entanto, o dado que mais foi “contestado” nos encontros de catadores foi o de distribuição de gênero. Enquanto o censo apontou uma distribuição de 68,9% de homens e 31,1% de mulheres, o trabalho cotidiano do movimento nacional, especialmente das mulheres catadoras, indicava que acontecia exatamente o inverso.

As ressalvas metodológicas, os questionamentos de quem vive o dia-a-dia e as ponderações sobre a metodologia do censo não eliminam o fato de que a pesquisa é uma das mais detalhadas sobre o tema, e o próprio debate entre os pesquisadores e os catadores tem aberto a possibilidade de aprimoramento da metodologia de novas pesquisas e um campo de questões a ser explorado por futuros estudos.

Além dos estudos citados, outra base de dados relevante para entender o universo da catação é o Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico). Isso porque, a partir de 2013, a atividade de catação passou a ser explicitamente contabilizada. De acordo com informações do Ministério do Desenvolvimento Social de junho de 2015, constam no CadÚnico 49.181 catadores, sendo que 31.078 recebem algum tipo de benefício social.

É importante ter em conta que o número total de catadores no Brasil não pode ser estimado apenas pelo CadÚnico, já que parte importante dos cooperados e dos que têm a catação como atividade principal, ainda que isolados, muitas vezes está acima do limite de renda para ingresso no Cadastro. Além disso, a informalidade da atividade e a sazonalidade da atuação de parte dos catadores dificultam a captação dessa atividade pelas pesquisas oficiais e pelo CadÚnico.

Esse é, aliás, um dos grandes desafios das equipes de governo quando chegam aos lixões do Brasil. Em alguns casos, o catador foi privado de todos os direitos de cidadania, no entanto, pelo corte da renda, acaba ficando fora dos programas sociais, pois a renda mensal no momento do Cadastro supera o definido pelos normativos. Encontrar uma saída para esse dilema foi um dos principais desafios para o encerramento dos lixões, determinado pela Lei nº 12.305/2010. Sem atender aos catadores isolados e cooperados que atuam nesses espaços, é realmente muito difícil articular o fechamento dos mesmos de forma sustentável.

Apresentados os estudos e dados que oferecem um panorama sobre a atividade de catação no Brasil, cabe agora descrever a evolução das políticas e dos normativos voltados aos catadores

desenvolvidos nos últimos anos.

3. “Não somos agentes ambientais, somos catadores!”

Uma das principais dimensões do reconhecimento é ser chamado pelo nome. Uma afirmação tão simples e singela como essa é embutida de significado profundo quando tratamos de políticas públicas. Isso porque, assim como na vida civil, não ser chamado pelo nome se transforma em ter negados direitos fundamentais; no universo das políticas públicas, não ter nome é mortal para que haja reconhecimento de sua condição específica. As fórmulas de categorização invertidas para negação de direitos, tais como o “ocupante” transformado em “invasor” ou o “ativista” transformado em “terrorista” são mais conhecidas, mas a condição de exclusão também permanece intocada quando um movimento social não tem identidade própria ou é identificado em termos genéricos, geralmente provindos da linguagem jurídica construída pela burocracia[4].

Quando surgiu o Movimento Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis, em 1999, a questão do nome não era uma questão trivial. O MNCR[5] surgiu de uma articulação entre cooperativas de catadores e catadoras, agentes sociais e organizações da sociedade civil que trabalhavam junto à população de rua. Tinha como uma de suas principais bandeiras no início da jornada o reconhecimento da profissão de catador, a organização de um Programa Nacional de Reciclagem que colocasse o catador em posição de destaque e a criação de políticas públicas de qualificação profissional, saúde e assistência social para a população em situação de rua.

A preocupação não era sem motivo: catadores e catadoras entendiam que a denominação genérica “agentes ambientais” era completamente desprovida de sentido, na medida em que a expressão agente ambiental pode identificar muitas coisas diferentes e que, na verdade, a nomenclatura era utilizada com frequência para evitar ou mitigar um debate mais profundo sobre a situação daqueles que obtêm a renda para seu sustento a partir da catação, ou seja, da atividade de buscar no que as pessoas descartam como lixo o sustento de suas famílias. “Não somos agentes ambientais, somos catadores(as)” se transformou numa espécie de introdução frequente, quase obrigatória, nas falas dos representantes do MNCR.

A “Carta de Brasília”[6], documento final elaborado com base

em um encontro que reuniu mais de 1600 delegados em 2001, refletiu o avanço na organização de catadores e um aumento de densidade na avaliação crítica que os catadores faziam das políticas públicas, seja da área social, seja da área ambiental. Além disso, a Carta foi acompanhada da elaboração de um Projeto de Lei, no qual os Catadores pediam o reconhecimento de sua profissão. O encontro em Brasília pode ser apontado como o momento em que os catadores fizeram um bloqueio e elevaram seu grau de organização, dando um passo importante para quebrar a “invisibilidade” que marcava a atuação dos governos em relação às cooperativas e à população em situação de rua que vivia da coleta de materiais que poderiam ser reciclados.

Destaque-se que o sentido que se dá aqui à palavra “invisibilidade” não diz respeito àquilo que não pode ser visto, mas ao que é visto e frequentemente ignorado, nos termos do que o psicólogo Fernando Braga chamou de invisibilidade pública, um fenômeno sustentado por motivações psicosociais e por antagonismos de classe que levam a uma “cegueira psicosocial”, na qual “cegos superiores” forjam não ter ciência sobre os subalternos[7].

No campo das políticas públicas, a invisibilidade se reflete na ausência de fóruns institucionalizados para interlocução com o público excluído, na ausência de recursos orçamentários destinados a reverter a situação de exclusão e na ausência de normas e comandos jurídicos que reconheçam a situação de exclusão e organizem ações concretas para revertê-la.

Com o aumento da organização do movimento dos catadores, a partir de 2001, essa invisibilidade passou a ser questionada cotidianamente. Em 2002, o movimento conquistou a aprovação do reconhecimento da profissão de Catador na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)[8] e, a partir de 2003, quando um movimento mais forte e politizado encontrou maiores canais de comunicação com o governo eleito, foi conquistando espaços cada vez maiores em termos de institucionalização de suas demandas, ampliação de recursos orçamentários e maior prioridade ao papel do catador nas políticas voltadas à reciclagem.

3. A construção de canais de diálogo e institucionalização das demandas dos catadores e catadoras.

Os governos Lula e Dilma (2003-2016) implementaram políticas públicas inovadoras para atendimento à população em situação de rua e aos catadores de materiais recicláveis[9]. Essas políticas partiram de um ponto de partida essencial: para governar e enfrentar as desigualdades e exclusões no Brasil é preciso dar voz aos movimentos sociais e à sociedade civil, especialmente aos movimentos que são organizados por atores das camadas mais excluídas da sociedade.

Descrever com cuidado esta história não é apenas elencar um conjunto de ações de governo, mas principalmente, analisar as conquistas e insuficiências de um método de governar, que combinou sensibilidade social, escuta constante e adaptação de linguagens para transformar demandas sociais urgentes em canais de diálogo, políticas públicas com orçamento concreto e inclusão da representação de movimentos sociais como elemento chave da política pública.

Em dezembro de 2003, foi tomada a decisão que alteraria de forma qualitativa a relação do MNCR com o Governo Federal ao longo dos 12 anos seguintes. Ao invés de cumprir agenda protocolar em Brasília, Lula decidiu aceitar o convite feito pelo Padre Júlio Lancelotti (Pastoral do Povo de Rua da Arquidiocese de São Paulo) para realizar uma celebração com catadores e moradores de rua embaixo de um viaduto em São Paulo[10].

A celebração de Natal se tornou uma tradição e um momento de cobrança entre 2003 e 2015. Tanto Lula como Dilma estiveram presentes, acompanhados de ministros e outros membros da equipe de governo. O evento consistia na apresentação, por parte do movimento, de atividades artísticas – música, poesia e teatro – contando o dia-a-dia do povo dos catadores, assim como de discursos dos representantes do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) e do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). O evento passou a funcionar como um ponto de controle, na qual os catadores tinham a oportunidade de expor, sem intermediários, suas principais reivindicações e também detalhar as conquistas e falhas que ocorreram durante o ano.

A importância desse relacionamento direto não pode ser subestimada por aqueles que avaliam o desenvolvimento de políticas de governo. Muito mais do que um ritual, o relacionamento constante, previsível no tempo e com relevância destacada, impulsionava as áreas de governo que deveriam prestar contas durante a celebração. Mais ainda, o encontro

direto estimulava o desenvolvimento de soluções criativas para problemas graves que criavam contradições entre as demandas apresentadas e a linguagem burocrática e institucional. Conhecer alguns exemplos é salutar para concretizar o ponto que se busca ressaltar aqui.

Um primeiro desafio se deu em relação ao enquadramento dos catadores e catadoras no Programa Bolsa Família[11]. A operação do programa dependia de um instrumento fundamental para o registro de informações dos beneficiários: O Cadastro Único (CadÚnico). As informações do CadÚnico, no entanto, eram coletadas pelas prefeituras. Só teriam direito ao benefício as famílias cadastradas que tivessem renda familiar mensal inferior a R\$ 137,00 (em 2004). O problema era que uma parte importante dos catadores e catadoras, apesar de todas as privações em termos de direitos, tinha renda superior a esse limite. Ao mesmo tempo, aqueles que estavam em situação de rua, ainda que tivessem renda inferior ao limite, não conseguiam se cadastrar simplesmente porque o cadastro exigia informações de endereço, forma básica de controle de repasses de recursos públicos. Em resumo, havia claramente um choque. De um lado, era mais do que óbvio que a população em situação de rua e os catadores deveriam ser públicos atendidos por um programa de transferência de renda voltado ao enfrentamento da pobreza; de outro, as linguagens e normas da administração claramente não eram suficientes para que o público fosse incluído no programa. A solução para a contradição demandou iniciativa e muitas horas de encontros entre o movimento social e a equipe de governo. A solução veio a partir da sétima versão do CadÚnico, a população de rua, e os catadores passaram a ser cadastrados em módulo específico.

Outro exemplo foi a destinação dos materiais recicláveis dos órgãos públicos federais para cooperativas de catadores (Decreto nº 5.940, de 2006). A Esplanada dos Ministérios e as empresas controladas pela União geravam toneladas de resíduos (especialmente papel e papelão) todos os dias. Até 2006, esse material era descartado como lixo, enquanto os catadores pediam que esse material fosse entregue às cooperativas. Quando a equipe do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) fez a proposta de entrega do material aos catadores, um “parecer jurídico” interrompeu a tramitação da norma, argumentando que, para recolher o que era descartado como lixo, seria necessário um processo licitatório. O assunto mobilizou diversas instâncias jurídicas do governo e dificilmente teria tido solução sem que

houvesse uma mensagem clara e direta da chefia do Poder Executivo de que uma solução para o problema deveria ser encontrada. Ao final, foi estabelecido um sistema de rodízio entre cooperativas para coleta do material.

Esse tipo de conflito é extremamente frequente quando se trata de incluir públicos que por muito tempo não estiveram no centro da prioridade da agenda governamental. Boa parte dos controles, normas e sistemas foram pensados para o atendimento a públicos estruturados do ponto de vista econômico, ou com mecanismos de representação de interesse já estabelecidos institucionalmente. Quando o conflito aparece, os mecanismos são questionados, e, se não for dada a prioridade ao assunto, é muito provável que as forças inerciais derivadas de sistemas consolidados levem à manutenção da situação de exclusão. Por esse motivo é que apontamos o contato direto e frequente da população excluída com o(a) chefe do Poder Executivo. Sem esse contato e sem a definição clara de uma prioridade para que demandas sejam resolvidas, o ciclo que leva à “invisibilidade” de públicos como catadores se alimenta.

Ao longo dos governos Lula e Dilma a prioridade para encontrar soluções concretas para as reivindicações de catadores foi reforçada muitas vezes. Essa prioridade permitiu que se criasse um conjunto de canais institucionais de articulação, normas jurídicas, destinação de recursos públicos e permitiu que o movimento social ocupasse uma posição central na definição das políticas relacionadas à reciclagem. A Seção 4 irá tratar como isso se deu.

4. Os catadores como elemento-chave da política de resíduos sólidos no Brasil

Nas seções anteriores deste artigo, foram apresentados dois elementos essenciais para que os catadores saíssem de uma condição de “invisibilidade” e viessem a ocupar um espaço institucional importante nas políticas públicas voltadas à ampliação da reciclagem no Brasil, quais sejam, a organização do Movimento Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis e a criação de canais de diálogo que permitiram a Lula e Dilma (chefes do Poder Executivo) escutar diretamente e com constância as demandas dos catadores. Porém, apenas escutar e dar um sentido de prioridade abstrata não bastaria. O terceiro elemento essencial para que a situação de “invisibilidade” seja definitivamente rompida é a transformação

das demandas em ações concretas.

Como foi destacado na Seção 2, a situação de “invisibilidade”, em termos de políticas públicas, significa (i) não ter canais de interlocução institucionalizados, (ii) a ausência de recursos públicos destinados a reverter a condição de exclusão e (iii) a ausência de comandos jurídicos que reconheçam a condição de exclusão e organizem ações para sua reversão.

Entre os anos de 2003 e 2016, ações concretas relativas às três etapas foram sendo realizadas. Em 2003, foi criado o Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Lixo[12] (conhecido como CIISC), que tinha como objetivos:

I - implementar o Projeto Interministerial Lixo e Cidadania: Combate à Fome Associado à Inclusão de Catadores e à Erradicação de Lixões, visando garantir condições dignas de vida e trabalho à população catadora de lixo e apoiar a gestão e destinação adequada de resíduos sólidos nos Municípios;

II - articular as políticas setoriais e acompanhar a implementação dos programas voltados à população catadora de lixo;

III - definir mecanismos de monitoramento e avaliação da implantação das ações articuladas que deverão atuar de forma integrada nas localidades.

O Comitê reunia nove ministérios e bancos públicos (Caixa e BNDES), que ficariam responsáveis por organizar os planos relativos à política de inclusão dos catadores, erradicação dos lixões e relacionamento do Governo Federal com as prefeituras no intuito de organizar a participação dos catadores no processo de coleta seletiva.

Além dos desafios mencionados acima e da resolução de problemas relacionados à inclusão dos catadores em políticas de governo, tais como relatados na Seção 3, o Comitê, coordenado pela equipe do Professor Paul Singer, com a participação direta da equipe do MDS, coordenada por Patrus Ananias[13], foi responsável por três marcos de referência.

O primeiro foi a previsão da entrega dos materiais recicláveis consumidos e descartados no âmbito da Administração Pública Federal para as cooperativas de catadores de baixa renda por meio do Decreto nº 5940, de 2006[14]. O decreto determinava aos órgãos públicos a destinação dos materiais que poderiam

ser reciclados às cooperativas de baixa renda. A obrigação proveniente do Decreto teve efeito direto sobre o material arrecadado pelas cooperativas, especialmente em Brasília, onde o fluxo de materiais destinados às cooperativas chegou a atingir 70 toneladas por mês.

O segundo foi a discussão, encaminhamento e apoio à aprovação da possibilidade da contratação direta das cooperativas de catadores de materiais recicláveis por prefeituras, aumentando a chance de que catadores e catadoras venham a participar do sistema de coleta seletiva formal do município. A Lei de Saneamento (Lei nº 11.445/07) alterou a Lei de Licitações para incluir tal ação entre as hipóteses de dispensa previstas no art. 24, da Lei 8.666/93.

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

XXVII – na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.

O terceiro, por fim, foi a formulação de um programa federal voltado exclusivamente ao desenvolvimento de política para os catadores, que recebeu o nome de “Cataforte”. O programa, que combinava ações de capacitação, treinamento e investimentos nas cooperativas por meio da articulação de diversos órgãos de governo, teve três versões entre 2005 e 2016 e disponibilizou cerca de R\$ 500 milhões que foram aplicados em 1.017 empreendimentos econômicos solidários constituídos por catadores de materiais recicláveis em 526 municípios brasileiros[15]. Dentre os empreendimentos apoiados, estão 40 redes de cooperação, 191 grupos informais, 739 cooperativas e 828 associações. Nessas ações foram atendidos 30.240 catadores e catadoras, das quais cerca de 57% eram mulheres[16].

Na transição dos governos Lula e Dilma, o papel dos catadores foi incorporado com centralidade na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10). Na Lei, os catadores são

reconhecidos como agentes estratégicos da recuperação de resíduos sólidos, e a reciclagem com inclusão social foi destacada como um dos objetivos centrais da política.

Art. 7º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

(...)

XII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

Além disso, no mesmo momento em que a Lei foi regulamentada, o Governo Federal lançou o Programa Pró-Catador (Decreto nº 7.405/10), que ampliava o CIISC e os recursos que seriam disponibilizados durante o governo Dilma para as políticas de inclusão produtiva dos catadores.

Art. 2º—O Programa Pró-Catador tem por objetivo promover e integrar as seguintes ações voltadas aos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis:

I - capacitação, formação e assessoria técnica;

II - incubação de cooperativas e de empreendimentos sociais solidários que atuem na reciclagem;

III - pesquisas e estudos para subsidiar ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

IV - aquisição de equipamentos, máquinas e veículos voltados para a coleta seletiva, reutilização, beneficiamento, tratamento e reciclagem pelas cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

V - implantação e adaptação de infraestrutura física de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

VI - organização e apoio a redes de comercialização e cadeias produtivas integradas por cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

VII - fortalecimento da participação do catador de

materiais reutilizáveis e recicláveis nas cadeias de reciclagem;

VIII - desenvolvimento de novas tecnologias voltadas à agregação de valor ao trabalho de coleta de materiais reutilizáveis e recicláveis; e

IX – abertura e manutenção de linhas de crédito especiais para apoiar projetos voltados à institucionalização e fortalecimento de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Parágrafo único. As ações do Programa Pró-Catador deverão contemplar recursos para viabilizar a participação dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas atividades desenvolvidas, inclusive para custeio de despesas com deslocamento, estadia e alimentação dos participantes, nas hipóteses autorizadas pela legislação vigente.

O fechamento do ciclo veio no ano de 2015, quando foi assinado o Acordo Setorial de Logística Reversa de Embalagens em Geral, no qual a Associação Nacional dos Carroceiros e Catadores de Materiais Recicláveis (“ANCAT”) foi incluída não só como uma das entidades de intervenientes, mas também como um dos braços de implementação dos objetivos do acordo por meio da construção de sistemas de acompanhamento e a realização de investimentos em cooperativas de catadores de materiais recicláveis[17].

Os resultados dos investimentos realizados nas cooperativas apoiadas pela ANCAT foram sistematizados no documento Anuário da Reciclagem, elaborado pela Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (ANCAT) e pela Pragma Soluções Sustentáveis, em parceria com LCA Consultores. Nos anos de 2017 e 2018, 260 organizações de catadores coletaram mais de 151 mil toneladas de resíduos, gerando renda média de R\$ 982,00 (2017) e R\$ 969,00 (2018) por cooperado. Ademais, os investimentos geraram economia de R\$ 67 milhões para o poder público e evitaram a emissão de 64 mil toneladas de CO₂[18].

A participação efetiva dos catadores e catadoras no Acordo de Logística Reversa de Embalagens fechou um ciclo importante. Levando em consideração o que poderia se chamar de Economia Política da Reciclagem, ou seja, a forma de distribuição dos

recursos econômicos entre os diversos atores da cadeia, os catadores e catadoras saíram de uma situação de total subornoção e isolamento em 2001 para ocupar um espaço como ator produtivo e como agente político de peso na definição das normas que regem a reciclagem de embalagens no Brasil. Isso não significa dizer que os catadores passaram a ser o ator principal ou mesmo que não existem problemas no acordo na forma de remuneração das cooperativas, mas o fato é que, por meio de sua luta e mobilização, o movimento dos catadores conseguiu protagonismo expressivo, que se refletiu não apenas no campo discursivo e político, mas também econômico.

5. Conclusão

A construção de uma sociedade mais justa e menos desigual passa pela construção de políticas públicas em diversas dimensões. No entanto, ciclos virtuosos que combinem crescimento econômico e inclusão social por vezes não são suficientes para abarcar e reverter a exclusão de grupos excluídos que se encontram em situação de invisibilidade social. Nesses casos, é preciso algo mais do que macropolíticas, uma vez que o próprio crescimento econômico pode agravar a condição de vulnerabilidade.

Neste artigo, buscamos detalhar como a trajetória de saída da invisibilidade de catadores e catadoras pode ser uma boa referência para discussão futura de como reverter situações de invisibilidade pública.

Conforme demonstramos, a combinação de três fatores chave – (i) mobilização e organização do movimento de catadores e catadoras, (ii) a construção de canais de diálogo, efetivos e constantes, com participação direta da chefia do Poder Executivo e (iii) a institucionalização dos fóruns para discussão de demandas e a ocupação de espaços institucionais relevantes na cadeia econômica da reciclagem – permitiram com que os catadores revertessem a situação de invisibilidade à qual foram historicamente submetidos.

Sem dúvida, o caminho não chegou ao final em 2016 e ainda há muito a percorrer para que a maioria dos catadores e catadoras possam reverter a condição de pobreza e vulnerabilidade em que vivem, mas as conquistas alcançadas por meio da mobilização e organização indicam um caminho que pode ser referência para o futuro para outros movimentos sociais organizados e dirigidos pela população de baixa renda.

De qualquer forma, vale finalizar com a reafirmação da esperança. O maior legado de uma interação positiva entre governo e movimento social é o aumento da consciência e consistência política das lideranças dos movimentos. No caso dos catadores e catadoras, mesmo com todo retrocesso no campo federal nos últimos três anos, temos diversas experiências positivas no Brasil que combinam um trabalho intenso entre governo, organizações da sociedade civil e lideranças dos movimentos sociais. Conhecer esse trabalho e aprender com os acertos e equívocos da experiência é o caminho para construir o futuro.

Um futuro, por fim, que voltará a ser de plena democracia e respeito pela dignidade da pessoa humana, pondo fim ao ciclo de ódio e intolerância que resultou, em 2018, na eleição de governadores e de um presidente da República que não escondem suas ideias neofascistas e fazem do estímulo à violência um eixo central de atuação e pregação.

Notas

1. OLIVEIRA FILHO, João Damásio (coord). Análise de custo de geração de postos de trabalho na economia urbana para o segmento dos catadores de materiais recicláveis. Ministério do Desenvolvimento Social, Brasília, 2006. O estudo pode ser encontrado no endereço eletrônico: <http://www.mncr.org.br/biblioteca/publicacoes/relatorios-e-pesquisas/analise-do-custo-do-postos-de-trabalhos-na-economia-urbana-para-o-segmento-dos-catadores-de-materiais-reciclaveis>

2. MILANEZ, Bruno (et al). Pesquisa Sobre Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos para Geração de Resíduos Sólidos. Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2010. O estudo pode ser encontrado no endereço eletrônico:
https://www.mma.gov.br/estruturas/253_arquivos/estudo_do_ipea_253.pdf

3. GOES, Fernanda Lira; ALVAREZ, Albino Rodriguez; SILVA, Sandro Pereira. Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2013. O estudo pode ser encontrado no endereço eletrônico:
http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20986&Itemid=9

4. Realidade semelhante é enfrentada por diversos segmentos sociais, como a população de Pessoas com Deficiência (PcD) e a população LGBTQIAP+. Uma das principais dificuldades desses segmentos no relacionamento com o poder público é fazer com que gestores entendam exatamente com que público estão falando e quais são os problemas específicos relacionados a eles.

5. Um relato do próprio do MNCR e com mais detalhes sobre a criação do movimento pode ser encontrado no endereço eletrônico:
<http://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/sua-historia>

6. A “Carta de Brasília” é um dos principais documentos de referência do início da trajetória do MNCR. A carta pode ser encontrada na íntegra no endereço eletrônico: <http://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/principios-e-objetivos/carta-de-brasilia>

7. BRAGA DA COSTA, Fernando. Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garis. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas. Doutorado no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2008 (p. 376).

8. O acesso à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) pode ser feita em: <https://empregabrasil.mte.gov.br/76/cbo/>

9. Em que pese haver semelhanças entre catadores e população em

situação de rua, neste artigo procuramos enfatizar as políticas criadas aos catadores e catadoras.

10. A celebração foi realizada embaixo do viaduto na baixada do Glicério. Entre 2003 e 2015 foi realizado em outras localidades, mas sempre com o mesmo perfil.

11. Para uma visão completa da trajetória institucional do programa Bolsa Família ver INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). “Programa Bolsa Família: Uma Década de Inclusão e Cidadania”. In: Org.: CAMPELLO, Tereza, CÔRTEZ NERI, Marcelo. Brasília, 2013.

12. BRASIL. Presidência da República. Decreto de 11 de setembro de 2003. Diário Oficial da União, set/2003. Poder Executivo, 2003. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2003/Dnn9975impressao.htm

13. Singer e Patrus já haviam coordenado trabalhos destacados na área. A incubadora de cooperativas da USP, um dos trabalhos pioneiros de Paul Singer, era uma referência central na organização de empreendimentos solidários. Patrus já havia desenvolvido outra experiência pioneira no tema como prefeito de Belo Horizonte, período no qual foram constituídas e/ou fortalecidas as principais organizações dos catadores em Minas Gerais, tais como a Associação dos Catadores de Papelão e Material Reaproveitável (Asmare). Após a reformulação pelo Programa Pró-Catador (Decreto nº 7.405/2010) posteriormente Comitê passou a ser coordenado por Gilberto Carvalho, Ministro da então Secretaria-Geral da Presidência da República e que ao longo de sua trajetória teve intenso contato com movimentos sociais, especialmente os coordenados por grupos em situação de exclusão como a população em situação de rua, catadores, hansenianos, dentre outros.

14. A assinatura desse Decreto foi um momento marcante para os catadores e para o presidente Lula. Com muita frequência Lula se refere, ainda hoje, à assinatura desse decreto como um de seus momentos mais marcantes na Presidência da República por ver os catadores e a população em situação de rua entrando no Palácio do Planalto na condição de iguais.

15. SANTANA, Diogo de; METELLO, Daniela. Reciclagem e Inclusão Social no Brasil: Balanços e Desafios. In PEREIRA, Bruna C. J. e GOES, Fernanda Lira. Catadores de Materiais Recicláveis – Um Encontro Nacional. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2016.

16. SILVA, Ronald B. Estudo acerca da experiência dos catadores de resíduos sólidos na cadeia da reciclagem no Brasil. Documento Técnico: Relatório analítico com dados sobre os empreendimentos

econômicos solidários atendidos por ações do Governo Federal e outras cooperativas e associações existentes em outros bancos de dados, com produção de gráfico e geoprocessamento. Brasília, SGPR/PNUD, 2014.

17. O Acordo Setorial de Logística Reversa de Embalagens em Geral, assim como informações detalhadas sobre sua execução entre 2012 e 2017 pode ser consultado no endereço eletrônico:
https://sinir.gov.br/images/sinir/LOGISTICA_REVERSA/RELATORIOS_ANUAIS/Embalagens_em_Geral/RELATORIOFINALFASE1_2017.pdf

18. ANCAT & PRAGMA. Anuário da Reciclagem 2017-2018. São Paulo, 2019. O anuário pode ser acessado no endereço eletrônico:
<https://ancat.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anua%CC%81rio-da-Reciclagem.pdf>

Bibliografia e normas de referência

ANCAT & PRAGMA. Anuário da Reciclagem 2017-2018. São Paulo, 2019

BRAGA DA COSTA, Fernando. "Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garis. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas". Doutorado no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2008 (p. 376).

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.666/1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Poder Executivo, Brasília, DF, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>

BRASIL. Presidência da República. Decreto de 11 de setembro de 2003. Diário Oficial da União, set/2003. Poder Executivo, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2003/Dnn9975impressao.htm>

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.445/2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Poder Executivo, Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.305/2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União, ago/2010. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>;

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.405/2010. Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências. Diário Oficial da União, dez/2010. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7405.htm>

GOES, Fernanda Lira; ALVAREZ, Albino Rodriguez; SILVA, Sandro Pereira. Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2013

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). “Programa Bolsa Família: Uma Década de Inclusão e Cidadania”. In: Org.: CAMPELLO, Tereza, CÔRTES NERI, Marcelo. Brasília, 2013

MILANEZ, Bruno (et al). Pesquisa Sobre Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos para Geração de Resíduos Sólidos. Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2010.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Classificação Brasileira de Ocupações (“CBO”). Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>>

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. “História do MNCR”, 2011. Disponível em: <<http://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/sua-historia>>

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. “Carta de Brasília”, 1º Congresso Nacional do MNCR. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://mncr.org.br/sobre-o-mncr/principios-e-objetivos/carta-de-brasilia>>

OLIVEIRA FILHO, João Damásio (coord). Análise de custo de geração de postos de trabalho na economia urbana para o segmento dos catadores de materiais recicláveis. Ministério do Desenvolvimento Social, Brasília, 2006.

SANTANA, Diogo de; METELLO, Daniela. Reciclagem e Inclusão Social no Brasil: Balanços e Desafios. In PEREIRA, Bruna C. J. e GOES, Fernanda Lira. Catadores de Materiais Recicláveis – Um Encontro Nacional. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2016.

SILVA, Ronald B. *Estudo acerca da experiência dos catadores de resíduos sólidos na cadeia da reciclagem no Brasil*. Documento Técnico: Relatório analítico com dados sobre os empreendimentos econômicos solidários atendidos por ações do Governo Federal e outras cooperativas e associações existentes em outros bancos de dados, com produção de gráfico e geoprocessamento. Brasília, SGPR/PNUD, 2014.

***Diogo Sant'Ana** é advogado, trabalhou na Presidência da República entre 2008 e 2015 e acompanhou as instâncias de articulação com catadores e população em situação de rua. É doutor em Direito Econômico pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Administração Pública pela Universidade Harvard. Atualmente, é professor convidado do Instituto de Direito Público (IDP-Brasília).



A produção popular do habitat no contexto da neoliberalização do Equador: a experiência da cooperativa Alianza Solidaria em Quito

Popular Habitat Production in the Context of Ecuador's Neoliberalization: the Experience of Alianza Solidaria Cooperative in Quito

Janaina Marx, Hernán Espinoza, Irina Godoy, Andrés Cevallos & Antonella Amaluisa*

Resumo

A chegada do modelo neoliberal na América Latina a partir da década de 90 fez com que vários países impulsionassem um “processo de modernização” de suas economias, adotando o receituário definido pelo Consenso de Washington. No Equador, esse processo levou a uma profunda crise econômica e política, que culminou na dolarização do país. Na escala urbana, os processos de descentralização foram retomados, transferindo maiores obrigações aos municípios, ao mesmo tempo em que a onda de privatizações e a desregulamentação estatal possibilitaram que a cidade fosse cada vez mais ditada pelos interesses de mercado. Esse contexto impactou diretamente os investimentos sociais. No caso das políticas de habitação, que já eram direcionadas majoritariamente às classes médias, tem-se uma redução ainda mais drástica; por outro lado, os investimentos privados em habitação se centraram nas classes mais altas. A mercantilização da habitação impossibilitou que grande parte da população tivesse acesso a esse direito. Como consequência, as periferias cresceram de maneira desordenada e as desigualdades sociais aumentaram. As camadas populares tiveram que se organizar em torno da luta pela moradia e a ocupação de terras foi uma das estratégias para reivindicar seus direitos. Em defesa da propriedade privada, o Estado reprimiu violentamente essas manifestações. Nesse processo de lutas, diversas experiências foram idealizadas, entre elas está a Cooperativa Alianza Solidaria, que buscou promover um hábitat de qualidade a partir da recuperação de elementos culturais, do cooperativismo e da economia popular e solidária, superando a visão mercantilizada da moradia.

Palavras-chave: cooperativismo, habitação, lutas populares

Abstract

The arrival of the neoliberal model in Latin America since the 1990s has led several countries to promote a "modernization process" of their economies, adopting the indications defined by the Washington Consensus. In Ecuador, this process led to a deep economic and political crisis that culminated in the dollarization of the country. On the urban scale, decentralization processes continued, transferring greater obligations to the municipalities, while the wave of privatizations and state deregulation made it possible for the city to be increasingly dictated by market interests. This context directly impacted on social investments. In the case of social housing policies there was a drastic reduction, private investments focused strictly on the upper classes. The commercialization of housing made it impossible for a large part of the population to have access to this right. As a result, the peripheries grew in a disorderly manner and social inequalities increased. The popular classes had to organize around the struggle for housing, and land occupation was one of the strategies to claim their rights. In defense of private property, the state violently repressed these manifestations. In this process of struggles, several experiences have been devised, among them is the Cooperativa Alianza Solidaria, that sought to promote a quality habitat through the recovery of cultural elements, cooperativism and the popular and solidarity economy, overcoming the vision commercial housing.

Keywords: cooperativism; housing; popular struggles

O neoliberalismo e a produção das cidades latino-americanas

A partir dos anos 70 o modelo econômico do pós-guerra entrou em crise levando o mundo capitalista a uma profunda recessão. As eleições de Margaret Thatcher na Inglaterra em 1979 e de Ronald Regan nos Estados Unidos em 1980 significaram uma fronteira simbólica entre a era keynesiana e a era neoliberal, sinalizando como o cenário de crise deveria ser superado pelos demais países capitalistas nos anos seguintes (FIORI, 2014). Rapidamente o neoliberalismo se posicionou como uma proposta ideológica de alcance global, convertendo-se em um "pensamento único". Desde então essa "forma de discurso hegemônico" tem ditado as práticas e o pensamento da sociedade, incorporando-se de forma natural em nosso cotidiano, na maneira como "interpretamos, vivemos e entendemos o mundo" (HARVEY, 2005, p.9). Dardot & Laval (2016, p.70) entendem o neoliberalismo como uma norma de vida que impõe a lógica da concorrência como "princípio central da vida social e individual", criando condições globais para que este esteja presente nas diferentes escalas do planeta e nas diferentes dimensões da vida política, econômica e social. Portanto, o neoliberalismo deve ser reconhecido como um sistema que transformou o próprio capitalismo ao estender a lógica do capital a todas relações sociais e esferas da vida, difundindo-se pelo mundo como um claro exercício do poder global.

O discurso neoliberal chegou na América Latina em uma conjuntura peculiar determinada pela substituição dos regimes ditatoriais por governos democráticos. Nesse período, a ideia de desenvolvimento foi retomada e em nome do crescimento econômico vários países impulsionaram um "processo de modernização" de suas economias, adotando o receituário neoliberal definido no Consenso de Washington (ACOSTA, 2006; CORREA, 2009). Organismos internacionais como Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e outros organismos multilaterais de crédito se encarregaram de disseminar a ideia de que a solução para o crescimento dessas nações deveria estar focado, entre outras medidas: na abertura econômica, a partir dos tratados de livre comércio; na redução da intervenção estatal e reestruturação da despesa pública; na privatização dos serviços e empresas públicas; na abertura sem restrições aos investimentos diretos estrangeiros; na flexibilização das relações econômicas e trabalhistas; na austeridade e disciplina fiscal; na desregulação dos mercados

financeiros e, claro, na total garantia e cumprimento dos direitos de propriedade privada. Com essa receita, procurou-se criar um "contexto apropriado para garantir a participação dos países subdesenvolvidos na nova divisão internacional do trabalho na era da globalização, apresentada de forma simplória como se fosse um processo novo, quando na realidade é apenas uma fase do processo de mundialização do capitalismo" (ACOSTA, 2006, p. 150). Os resultados foram catastróficos. As economias foram debilitadas, houve significativa perda da soberania nacional e entrega dos recursos naturais para a exploração de empresas multinacionais, implicando em altos custos ambientais e a redução nos investimentos sociais.

A reforma dos Estados nacionais na América Latina teve duas consequências significativas na formulação de políticas públicas no nível local: (i) a descentralização, ainda que tenha se estabelecido com diferentes intensidades em cada país, através da eleição de autoridades locais (autonomia política), do aumento da transferência recursos econômicos (autonomia financeira) e das competências (autonomia administrativa) para municípios e (ii) a privatização, beneficiando o mundo empresarial-privado por meio da desregulamentação estatal, concessões e terceirizações. Esse fato foi determinante para que "as cidades latino americanas evoluam mais pelo peso do mercado do que pelo desenho de políticas públicas" (CARRIÓN, 2007, p.212). Torna-se evidente o papel central das cidades para o avanço desse sistema, uma vez que se configuram como os locais de administração e controle do capitalismo global contemporâneo, além de concentrarem a força de trabalho e a massa de consumidores indispensáveis para movimentar essa engrenagem, algo que vem sendo discutido por vários autores (ALSAYYAD; ROY, 2009; HARVEY, 2001; ARANTES; VAINER; MARICATO, 2002).

No entanto, a compreensão desse contexto na produção das cidades latino-americanas não pode deixar de considerar as heranças do colonialismo e do rentismo, que desde muito tempo determinam as lógicas de produção urbana. Essa tríade tem definido a organização das nossas cidades, tanto na escala intra-urbana, determinando dinâmicas centro-periferia, onde os territórios marginalizados são ocupados por populações negras e indígenas, quanto na escala regional, a partir da assimetria na distribuição de recursos entre as cidades. Com a virada do século, esses modelos de urbanização têm se afirmado como universais, dando forma às nossas cidades a partir da expansão

urbana desenfreada e de projetos de renovação urbana pontuais, conduzidos por interesses privados e apoiados por políticas de Estado que aceleram a remoção das camadas menos favorecidas dos centros urbanos, ampliando as desigualdades em detrimento de uma visão mais abrangente dos problemas urbanos.

Os efeitos do neoliberalismo na produção do espaço equatoriano

No caso equatoriano, esses processos se intensificaram tardivamente, a partir dos anos 90, quando a nova estratégia de desenvolvimento passou a ser adotada (CORREA, 2009, p.32). O enfraquecimento sistemático do setor público provocou uma crise econômica e social que aprofundou as desigualdades internas, gerando uma forte instabilidade política. A aplicação desse modelo no Equador se caracterizou por uma “escassa consistência nas políticas econômicas e um crônico conflito político” (LARREA, 2005, p.106). As consequências para o país foram nefastas: em oito anos, entre 1997 e 2005, foram nomeados oito presidentes, nem todos eleitos por voto popular (ARKONADA; KLACHKO, 2017); em 1999^[1] o governo vigente ordenou o congelamento dos depósitos, denominado “feriado bancário” e em 2000 o país sofreu a dolarização da economia^[2] (CORREA, 2009; LARREA, A., 2011). Esse período, caracterizado por uma economia recessiva, provocou “uma redução real das despesas do Estado em investimentos sociais e obras públicas, pois o crescente gasto fiscal era motivado em especial pelo aumento sustentado do serviço da dívida pública, externa e interna” (ACOSTA, 2006, p.210).

Las reformas de mercado, orientadas hacia las privatizaciones y Estado mínimo durante las décadas pasadas, lejos de conseguir eficiencia económica y crecimiento sostenido han reforzado las estructuras elitistas tradicionales de privilegio, han profundizado la concentración económica y política, han deteriorado la privación de capacidades y han institucionalizado la inequidad y la exclusión (SENPLADES, 2009, p.108).

O receituário neoliberal levou ao deterioro social do país, observado nos cortes dos gastos públicos, na estagnação da educação e da saúde públicas; na expansão do subemprego e do

desemprego; no aumento da desigualdade social e da pobreza e nos danos ambientais causados pela exploração econômica desmedida dos recursos naturais (LARREA, C., 2005). Os efeitos dessa crise só puderam ser minimizados a partir de 2007 com a eleição de Rafael Correa, que se tornou presidente apoiado por um novo movimento político, o *Movimiento Alianza País*, construído a partir de um forte discurso de combate às medidas neoliberais, inaugurando um novo ciclo político e econômico no país.

As cidades são o resultado de um processo histórico. Com a desintegração do sistema pré-capitalista, o Equador passou por três importantes ciclos econômicos ao longo do século XX, o cacauero, o bananeiro e o petroleiro, sendo este último o mais importante para a economia do país atualmente (ACOSTA, ALBERTO, 2006). Desde a época colonial, “começa a se configurar uma bipolaridade espacial” (LARREA, A., 2011, p.63) e, a partir da década de 60, a migração campo cidade em direção a Quito e Guayaquil promoveu um intenso processo de urbanização concentrado nestas cidades. Com o início da exploração petroleira a partir da metade da década de 70 se viabilizou a modernização capitalista que acelerou o processo de urbanização nessas cidades (CARRIÓN; ERAZO, 2012). Assim, na escala nacional, conformou-se uma estrutura bipolar com grandes assimetrias regionais e na escala urbana: o crescimento dessas duas cidades possibilitou o surgimento de uma nova classe rentista, que passou a acumular capital a partir da exploração da terra agrícola e urbana (ACOSTA, 2006; CARRIÓN; ERAZO, 2012; LARREA, A., 2011).

No começo dos anos 90, a população urbana do Equador era de 55% (INEC, 1990), a capital do país, Quito, crescia a uma taxa de 3% anual e concentrava as principais atividades econômicas, políticas e sociais. O aumento da população fez com que o processo de urbanização se desenvolvesse do centro para as periferias, deixando a população migrante do campo cada vez mais afastada do centro da capital. O crescimento da população e o processo de periferização geraram uma crise urbana. A solução capitalista para a crise se deu a partir de estratégias baseadas na eliminação das restrições da propriedade privada impostas à indústria da construção; na consolidação do capital imobiliário e na adoção de uma política urbana de acordo as novas exigências que promoveram um processo de metropolização de Quito. Assim, nos anos 90 se assistiu a consolidação de uma cidade segregada e baseada na estrutura

centro-periferia, que, para Fernando Carrión (2012), são mudanças que:

no pueden explicarse sin al menos la mención del desarrollo capitalista que se tuvo en el país en las últimas décadas: el desarrollo industrial, el crecimiento y modernización del Estado, el nacimiento de la industria de la construcción, la expansión de la inversión extranjera, entre otros. En este marco general se observa otro hecho de profundo contenido urbano: el aparecimiento del promotor inmobiliario y de la industria de la construcción (mercado al centro), apadrinado por el Estado a través de sus distintos órganos. (...) El Municipio juega un papel fundamental adicional: su función es la de eliminar obstáculos que significa la propiedad de la tierra para la acumulación de capital; con lo cual se evidencia un nuevo carácter que asume la política urbana municipal (p. 518).

O processo de dolarização gerou transformações no mecanismo de inserção do país dentro da economia global. A expressão espacial da crise dos anos 90 é observada no aprofundamento das desigualdades. Na escala nacional, o processo histórico de concentração de pessoas e capitais nas cidades de Quito e Guayaquil é reafirmado e, na escala intra-urbana, a cidade de Quito é moldada por uma lógica de readequação da cidade por meio de processos de expansão e renovação urbana, marcados por uma forte lógica empresarial adotada pelo município e a marginalização dos setores populares.

Os efeitos do neoliberalismo na produção de moradia em Quito

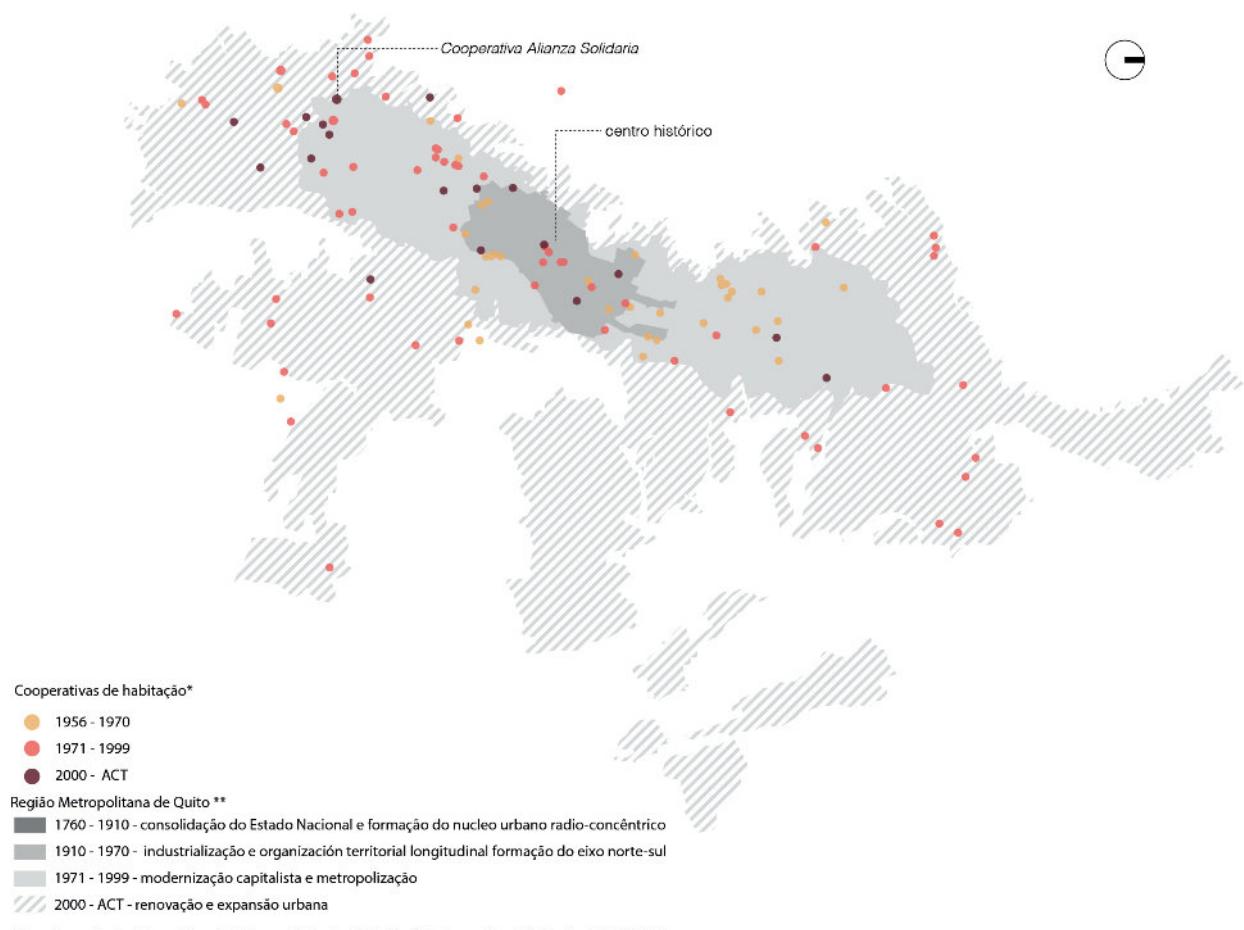
A partir dos anos 90, o incremento dos recursos econômicos provenientes da exploração petroleira possibilitou um auge do setor da construção, canalizada por organismos estatais como o Banco Ecuatoriano de la Vivienda (BEV) e o Instituto Ecuatoriano de Seguridad Social (IESS), pelo mutualismo e pela empresa imobiliária privada (OQUENDO, 1988). Assim, a distribuição dos excedentes do petróleo, de certa maneira, definiu a organização espacial da crescente população urbana. Em Quito, a produção de moradia se dava de três formas: (i) por meio do Estado e das mutualistas^[3], que executavam programas de urbanização e

moradia destinados majoritariamente para os setores de classe média^[4]; (ii) por meio do capital imobiliário, viabilizado por crédito público ou internacional, direcionados aos projetos de verticalização residencial e comercial nos bairros próximos à região central e de revalorização do centro histórico e (iii) através das formas de organização das camadas populares que demandavam do Estado melhores condições de acesso ao solo urbanizado (OQUENDO, 1988). Os demais segmentos da população não contemplados se incorporaram à cidade por meio da "urbanização clandestina".

O Estado equatoriano sempre foi um ator diretamente ligado à produção de moradia no país. A intervenção estatal se dividiu em dois momentos: o primeiro, entre os anos 1930 e 1997, caracterizado pelo papel de "fazedor-doador", quando o Estado se encarregava de toda a produção, definindo modelos, subsidiando, construindo e financiando a habitação; e o segundo, a partir de 1997, quando o Estado assumiu o papel de "facilitador" dirigindo uma nova política de habitação que estabeleceu regras para co-financiar moradias e fomentar a participação da iniciativa privada (ACOSTA, M., 2009). Em 1992, durante o governo do arquiteto Sixto Durán Ballén se impulsionou a modernização do Estado, gerando uma mudança no sistema de acesso à moradia com o objetivo de otimizar a gestão e os recursos. Para isso, criou-se o *Ministerio de Desarrollo Urbano, Vivienda y Saneamiento Ambiental* (MIDUVI), que entre 1993 e 1994 realizou uma política nacional que constituiu um "marco conceitual da ação do Estado, dos governos municipais e do setor privado" (ACOSTA, 2009, p.53).

Essa nova faceta do Estado nas políticas de habitação é construída ao longo dos anos 90 sob forte influência do pensamento neoliberal, fundamentado na redução do papel do Estado. A partir desse momento, o Estado não teria que realizar todas as tarefas, procuraria a participação da "população", principalmente dos setores produtivos. Essa visão fomentou o crescimento expressivo do setor terciário, como organizações não governamentais, organizações sem fins de lucro, fundações, associações, cooperativas e mutualistas, que foram cruciais para o financiamento e a construção de habitação nos anos seguintes (ACOSTA, M., 2009). A partir das reformas estabelecidas pelo Estado, estes atores se transformaram em provedores de moradia e os governos locais e estatais se converteram em compradores (CÓRDOVA, 2015). Nessa segunda etapa de atuação do Estado se consolidou uma nova política de

habitação dirigida pelo recém-criado MIDUVI. Com apoio financeiro do *Banco Interamericano de Desarrollo* (BID), essa entidade lançou o *Sistema de Incentivos de Vivienda* (SIV), responsável pela entrega de créditos habitacionais dirigidos às populações como menos recursos, os chamados “bonos de vivienda”[5]. Esse sistema passou por várias modificações com o objetivo de diversificar as classes atendidas[6], mas também de ampliar as oportunidades de atuação do setor privado na produção de habitação para os segmentos médios e baixos.



Nesse contexto é criada a Cooperativa *Reina del Cinto*, em 1992, que anos mais tarde, deu origem à Cooperativa *Alianza Solidaria*, objeto de estudo deste trabalho. A Cooperativa *Reina del Cinto* era uma das cooperativas que formava a *Associación de*

Figura 01: surgimento das cooperativas de habitação no processo de urbanização em Quito. Fonte: Obsetvatorio de la producción del espacio ecuatoriano - OPTE

Cooperativas Múltiples de Quito (ACMQ), da qual faziam parte nove cooperativas de distintas atividades econômicas (moradia, serviço e construção), que procuravam alternativas aos problemas de acesso à moradia na zona sul da cidade. Essa associação não possuía autonomia jurídica, no entanto, estava organizada sob uma coordenação geral que administrava e solucionava os problemas comuns das nove cooperativas. Dessa associação surgiu o programa de desenvolvimento comunitário “*La Solidaridad*”, que deu origem ao projeto de moradia de interesse social “*Villa Solidaridad*” (COOVIAS, 2012b). No entanto, esse processo foi afetado pela forte crise econômica e política sofrida pelo país ao final da década de 90, colocando em xeque o papel das cooperativas na provisão de habitação de interesse social em um contexto neoliberal.

Com a dolarização, surgiram novas lógicas de desenvolvimento urbano concentradas espacialmente nos circuitos de maior afluência de capitais. Nesse sentido, o mercado da construção redirecionou seus investimentos para os setores médios e altos em detrimento das classes mais baixas (OSPIÑA; ESPINOSA, 2009). Por outro lado, após um longo período de estagnação, a dolarização trouxe um clima de estabilidade financeira que propiciou uma etapa de crescimento econômico, principalmente no setor da construção civil. Esse crescimento se deu por dois fatores: (i) pelo investimento estrangeiro direcionado à construção de infraestruturas para o setor produtivo, principalmente o setor petroleiro; e (ii) pelo investimento em habitação, possibilitado tanto pelas remessas enviadas pelos migrantes que haviam abandonado o país no período da crise, como pelo descongelamento dos ativos da época do feriado bancário. Outro motivo que impulsionou o crescimento do setor da construção civil nesse período foram os investimentos em imóveis realizados pela população, motivados pela desconfiança nas instituições financeiras devido a recente memória do feriado bancário de 1999. A compra de imóveis era considerada um investimento seguro, além de ser um meio para gerar rendimentos a partir da cobrança de aluguéis, como uma alternativa ao rendimento por juros nos bancos privados. Ainda é importante acrescentar que nesse período a estabilização dos preços dos materiais de construção promoveram uma maior confiança no setor, já que em tempos de crise esses preços oscilavam com frequência em resposta às medidas econômicas adotadas pelo Estado, provocando desajustes no preço final da obra e gerando conflitos entre construtores e proprietários (OLEAS, 2007).

O cooperativismo na produção de habitação em Quito como resistência ao neoliberalismo

Um dos efeitos do auge petroleiro dos anos 70 sobre o cenário urbano foi o significativo crescimento do setor informal e o aumento do déficit habitacional. Houve algumas tentativas do Estado para solucionar o problema da habitação de interesse social a partir de uma visão mais ampla que considerasse os problemas urbanos que surgiam nesse período, como foi o caso do *Plan Solanda*[7], aprovado em 1980. No entanto, a baixa capacidade do Estado para realizar investimentos sociais na década seguinte, dada a crise enfrentada, impossibilitou que as camadas mais baixas fossem incorporadas ao contexto urbano. Isso faz com que esta parcela da população busque alternativas para superar “a cidade pensamento único” (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2002) a partir da formação de cooperativas, comitês e mutualistas[8].

É importante lembrar que ao mesmo tempo que o neoliberalismo avançava sobre a América Latina, as camadas populares retomavam suas lutas, em um contexto de redemocratização após o longo período de governos ditoriais. Nas periferias de Quito, as ocupações de terra se tornavam cada vez mais intensas, porém em defesa da propriedade privada, o Estado atuou violentamente contra estas ações. Em 1991, o Estado, por meio do aparato policial, expulsou 1000 famílias que ocuparam um terreno abandonado no sul da capital. Este episódio violento foi a semente de uma importante organização social dedicada à luta pela moradia em Quito: a Cooperativa *Reina del Cinto*[9], mencionada anteriormente (COOVIAS, 2012a), que posteriormente dá origem à Cooperativa *Alianza Solidaria*, no ano 2000.

Quando a Associação de Cooperativas Múltiplas de Quito (ACMQ) foi criada em 1992, a partir da união de nove cooperativas no sul da capital, tentava-se estabelecer uma rede de apoio e intercâmbio para a busca de soluções. Dessa união surgiu a ideia de empreender o programa de desenvolvimento comunitário *La Solidaridad*[10], enfocado em resgatar valores ambientais e culturais dos bairros próximos às cooperativas. Esse programa por sua vez deu origem ao projeto de habitação de interesse social *Villa Solidaridad*, localizado no sul de Quito com a proposta de:

...crear un nuevo modo de vida, con una comunidad participativa, consciente y solidaria, ubicada en un territorio debidamente planificado, con formas de poder y control que lleven a constituir una fuerza social con una identidad propia, basada en el trabajo, el respeto de la diversidad, la democracia, la iniciativa individual y colectiva, la ayuda mutua y la autogestión (COOVIAS, 2012b, sp.)

Ao mesmo tempo, o processo de descentralização, que já vinha sendo promovido pelo Estado equatoriano, fez com que os municípios assumissem maior responsabilidade na resolução do problema da habitação. Assim, em 1991, a prefeitura de Quito apresentou a proposta para o desenvolvimento urbano da região sul: o *Plan Quitumbe*. Esse plano tinha por objetivo criar uma nova centralidade, a partir da “descentralização das funções e equipamentos através da transferência total ou parcial de atividades políticas administrativas, de serviços, financeiras, gerenciais e informais de mercado” (DMQ, 1991), incorporando novos usos e buscando superar a reduzida presença de equipamentos públicos para educação, cultura, recreação, gestão pública, assistência social e saúde na região. Essa proposta significou um salto qualitativo no planejamento levado a cabo até então na capital, pois além de romper com a estrutura territorial segmentada do sul de Quito e marcada por uma relação entre a indústria e a classe operária[11], tomou-se como ponto de partida para a elaboração do plano o déficit habitacional que havia sido identificado pela *Junta Nacional de Vivienda*, estimado em torno de um milhão de unidades habitacionais em todo país naquele momento (DMQ, 1991). No entanto, a crise adiou a implantação do *Plan Quitumbe* a partir do ordenamento especial para a *Ciudad Quitumbe 2005*.

Em 2000 a cooperativa *Alianza Solidaria* adquiriu um terreno de aproximadamente seis hectares no eixo de expansão sul da cidade, dentro da área delimitada pelo *Plan Quitumbe*. Foi o começo do ambicioso projeto *Solidaridad Quitumbe* “dedicado à construção de habitat, moradia e comunidade por meio de formas cooperativas, autogestionárias e de economia solidária para o bem viver” (MELO, sem data [b]) (LÓPEZ, 2010, P. 44). No entanto, o terreno estava delimitado pelas *quebradas*[12] (*talveques*) *Ortega* e *El Carmen*, uma característica que trazia algumas dificuldades para a implantação do projeto (COOVIAS, 2012a).

Uma vez adquirido o terreno, a cooperativa deu início ao processo participativo com os futuros moradores, sócios da cooperativa, com o objetivo de definir quais seriam os primeiros passos para a implantação do projeto. Foram realizadas atividades de formação e sensibilização com a finalidade de conscientizar os futuros moradores sobre a conjuntura política e social do momento, buscando despertar o pensamento crítico para a tomada de decisões sobre o projeto. Era preciso entender que “o problema da habitação não tinha a ver somente com a construção de casas, devia se considerar o meio natural em torno as moradias, (...) por este motivo era necessário discutir o hábitat” (MELO, sem data [b]). Esse processo contribuiu para que os associados pudessem optar pela recuperação e preservação das *quebradas*, rompendo com as práticas comumente utilizadas em Quito. A decisão dos moradores nasceu de um processo de conscientização ambiental, mas principalmente do desejo de promover um habitat de qualidade para a periferia. Assim, os moradores decidiram recuperar e proteger as *quebradas*, trazendo elementos da cosmovisão andina que entendem que o homem e a natureza são parte de uma única estrutura, ideia ainda muito presente nessa população, que há pouco tempo havia deixado o campo para buscar melhores condições de vida na metrópole. Essa decisão incidiu diretamente nas estratégias de ocupação do terreno, pois além de impedir o preenchimento das *quebradas*, também se optou por um modelo de densificação mais baixa.

O processo de urbanização teve como eixo fundamental o modelo cooperativo e a autogestão. Assim, os associados definiram que o terreno seria dividido em grandes glebas (*vecindarios*) de aproximadamente 16.000m² de propriedade comunal, compartilhada entre as famílias sorteadas para cada *vecindario* (COOVIAS, 2012c, p.16). Além de romper com a ideia do terreno individual, o modelo de co-propriedade[13] possibilitou que fossem assinados uma série de convênios entre a cooperativa e as instituições públicas para a provisão de infraestrutura, como a implantação da rede de esgoto e água e o calçamento do entorno. Esses acordos previam a responsabilidade dos custos da obra, ou seja, parte seria subsidiada pelas empresas públicas e parte seria cobrada das famílias após o registro de parcelamento do terreno. Para que as famílias obtivessem a escritura individual, a cooperativa buscou o apoio do município de Quito para a aprovação de um ordenamento específico para o parcelamento dos terrenos (COOVIAS, 2012b). Somente depois de realizado esse processo,

as famílias tiveram acesso ao financiamento do Banco Ecuatoriano de la Vivienda. Essa experiência demonstrou a capacidade de organização popular para realizar intervenções nas decisões da esfera pública (MELO, sem data[a]).

Os projetos de parcelamento, arquitetônico e de infraestrutura, assim como a construção das moradias, estiveram a cargo do escritório de arquitetura *Andino y Asociados*. A empresa foi contratada pelos cooperados para prestar serviços de assessoria técnica e construção, no entanto, com o objetivo de garantir um processo democrático na tomada de decisões para o desenvolvimento do projeto e construção do empreendimento, criou-se uma unidade gestora conformada por sócios da cooperativa e profissionais do mesmo escritório. Essa unidade tinha como objetivo “definir, aplicar e avaliar os processos relacionados ao planejamento, construção, financiamento e organização das moradias” (COOVIAS, 2012a, p.43).

Seguindo as recomendações da unidade gestora, somente uma tipologia de habitação unifamiliar geminada foi construída com o objetivo de facilitar a gestão e a economia da obra. Além disso, a construção das moradias foi progressiva[14], garantindo que as famílias pudessem aumentar suas casas de acordo com as capacidades econômicas de cada uma. O trabalho colaborativo entre a empresa e a cooperativa por meio da unidade gestora resultou em interessantes soluções técnicas, como por exemplo a implementação de um retiro posterior de 3 metros, que priorizou o conforto ambiental em detrimento da densificação do terreno. Nesse sentido, mais uma vez se afirmava que “não se tratava de fazer moradias para pobre, desconfortáveis e sem nenhum conceito de desenho” (COOVIAS, 2012a, p. 45).

Embora num primeiro momento tenha se levantado a possibilidade de que as casas fossem construídas com materiais tradicionais, como adobe e madeira, finalmente se optou pelo sistema pilar, viga e bloco. Essa decisão foi condicionada por dois fatores principais: em primeiro lugar, a falta de precedentes de financiamento público de construções com materiais tradicionais; e em segundo lugar, pela facilidade de acesso à mão de obra, já que esse sistema construtivo era amplamente utilizado na construção civil do país. Definido o método construtivo, a cooperativa organizou a formação de pedreiros entre seus sócios, pois os membros de muitas famílias estavam desempregadas devido à crise política e econômica, além de ser mais um instrumento de conscientização, uma vez

que o uso de mão de obra própria geraria um sentimento de pertencimento aos futuros moradores, “possibilitando que as pessoas fossem protagonistas da sua própria história” (MELO, sem data[a]).

O primeiro *vecindario* acolheu 60 famílias, os outros dois que haviam sido planejados foram construídos entre 2003 e 2005. Somente em 2007 a cooperativa finalizou a construção de todas as moradias, beneficiando 600 famílias de setores populares (COOVIAS, 2012a, p.47). Nesse período, o *Plan Quitumbe* foi reativado, em 2005 foram definidos os parâmetros urbanísticos, os espaços verdes e a futura a localização dos equipamentos públicos, fundamentais para que essa parcela da população fosse realmente inserida no contexto urbano. Nos anos seguintes, importantes obras de infraestrutura foram construídas no entorno, entre elas o Parque *Las Cuadras* (2007), o Terminal Terrestre *Quitumbe* (2008) e recentemente a *Plataforma Gubernamental de Desarrollo Social* (2018).

A cooperativa *Alianza Solidaria* havia sido criada como uma organização sem fins de lucro, sua força motriz estava baseada na economia de cada um dos seus sócios, no entanto, nem todas as famílias possuíam a mesma capacidade econômica. Buscando garantir que todos os associados da cooperativa tivessem acesso à moradia, implantou-se o sistema de “poupança solidária”, pelo qual famílias que haviam sido sorteadas para ocupar o mesmo *vecindario* pouparavam em conjunto de acordo com as suas possibilidades. O dinheiro economizado era utilizado para a construção das primeiras etapas, e o restante da obra era realizado com o subsídio do governo outorgado pelo MIDUVI. Quando a família não conseguia pagar sua mensalidade repetidas vezes, era transferida para outro projeto de moradia da mesma cooperativa um pouco mais econômico e com maiores prazos de entrega. Portanto, o financiamento cooperativo, baseado na dinâmica da economia popular e solidária, era regido por lógicas distintas ao mercado da habitação. Embora os processos de construção fossem um pouco mais demorados (2 a 4 anos), eles respeitavam as dinâmicas econômicas e sociais dos associados (COOVIAS, 2012a, p.55). Também é importante considerar a mudança no papel do Estado em relação à política de habitação a partir do final dos anos 90, algo fundamental para que a produção privada de habitação via cooperativismo fosse desenvolvida.

O sucesso da experiência da COOVIAS se deve ao

reconhecimento da importância de criar uma cultura de educação e capacitação para a formação de “comunidades conscientes, participativas, solidárias e autogestionárias, onde as famílias sejam educadas dentro dos princípios e valores cooperativos” (LÓPEZ, 2010, p.46). Essa atitude, presente desde sua fundação, foi inspirada nas experiências do educador Paulo Freire, buscando promover a “transformação dos associados a partir das suas próprias atitudes, crenças, paradigmas, formas de pensar e atuar”, rompendo com a ideia de realizar unicamente uma transferência de conhecimentos (LÓPEZ, 2010, p.73). As capacitações abordavam temáticas variadas sobre habitat saudável, *buen vivir*, comunidade, interação de vizinhos, segurança comunitária, resolução de conflitos e cultura do diálogo, com o objetivo de provocar uma atitude crítica e um posicionamento consciente frente aos problemas a serem enfrentados[15] (LÓPEZ, 2010).

Outra importante estratégia para fortalecer a cooperativa estava baseada no resgate do trabalho comunitário ancestral por meio da *minga*[16]. Tradicionalmente a *minga* é um poderoso ritual cultural e ceremonial de reunião comunitária, um espaço de intercâmbio de normas socioculturais que sintetiza a importância do trabalho dentro da cultura andina, visto como um elemento fundamental para garantir o bem-estar individual, familiar e coletivo. Esses valores ancestrais, baseados em ações de reciprocidade e solidariedade, foram trazidos para promover a recuperação ambiental das quebradas *Ortega* y *El Carmen*. As *mingas* eram realizadas todos os domingos e eram abertas para todas as famílias. Nesse momento, as hierarquias eram rompidas, participavam do trabalho presidentes, diretores e associados. Essa dinâmica reforçou as relações horizontais “criando laços de solidariedade que distinguiram essa experiência de outras” (COOVIAS, 2012a, p.54). Durante esse processo as pessoas se envolveram com o problema, entenderam a situação social e cresceram politicamente dentro de uma “experiência difícil e sacrificada, mas muito enriquecedora e esclarecedora” (MELO, sem data[c]).

Assim, a presença das duas *quebradas*, que, no momento de reconhecimento do terreno havia gerado uma decepção generalizada entre os associados, agora se tornava motivo de orgulho dos cooperados. A ideia da *quebrada*, construída desde o imaginário popular, como depósito de lixo e esgoto a céu aberto, onde apenas famílias pobres deveriam resignar-se a viver perto, foi pouco a pouco sendo rompida. Essa ideia havia

sido construída desde o período colonial, evidenciando “a discriminação, o desprezo e o medo da natureza” (MELO, sem data[c]). Desde essa época, as quebradas eram preenchidas para promover a expansão urbana e possibilitar maior adensamento, e, em nome da modernidade, muitas quebradas de Quito foram (e ainda são) preenchidas com resíduos compactados para a construção de ruas, parques e moradias. Assim, as quebradas foram sendo paulatinamente apagadas em nome do progresso e do desenvolvimento. Portanto, quando a comunidade decidiu, por meio das assembleias, recuperar os talvegues e implantar o parque ecológico, rompeu-se com um processo histórico predatório, transformando o aparente “problema” em oportunidade. Nesse sentido, os processos de formação e diálogo promovidos pela cooperativa demonstram a importância de “promover uma mudança nos padrões culturais das comunidades” (LÓPEZ, 2010, p.50).

A implantação do parque ecológico durou 10 anos e foi organizado em três etapas: limpeza, recuperação e construção. Durante os três primeiros anos de limpeza, os moradores tiraram dez toneladas de lixo do fundo e das encostas das quebradas (MELO, sem data[c]). Durante a primeira etapa, foram concebidas as primeiras metodologias de organização social do trabalho, como por exemplo, o *banco de herramientas*, criado para facilitar o acesso às ferramentas durante as *mingas*, evitando o deslocamento incômodo dentro do transporte público. Os sócios da cooperativa realizavam doações de ferramentas, que eram catalogadas e guardadas em um depósito para uso comum. Esse espaço existe até hoje e facilita o cuidado do parque e os pequenos reparos dentro do condomínio.

As *mingas* continuaram durante a etapa de recuperação e em pouco tempo as *quebradas* sujas e contaminadas se converteram em espaços limpos e de qualidade para o bairro e para a cidade. A recuperação não seguiu nenhum estudo de manejo ambiental ou geológico, aconteceu de maneira empírica a partir dos conhecimentos práticos da comunidade. Os corredores ambientais criados para a cidade protegeram as nascentes e evitaram as enchentes na região. A experiência foi reconhecida pelo município de Quito em 2002, que passou a apoiar a iniciativa por meio da instituição “Vida para Quito”[17] a partir de um convênio para descontaminação do curso d’água, plantio de árvores nativas através de um programa educativo, construção de jardins, criação de uma estação de tratamento de

Figura 02: Mingas para a recuperação de quebradas Ortega e El Carmen. Fonte: Arquivo COOVIAS

Figura 03: Parque Linear do projeto Solidariedad Quitumbe. Fonte: Colégio de Arquitetos de Pichincha - Equador



água e de espaços comunitários de esporte e lazer (COOVIAS, 2012a). Ainda que as ações do governo não tenham sido implementadas em sua totalidade, essa iniciativa demonstrou como uma ação local é capaz de incidir em políticas públicas.

Na etapa de construção do parque foram implementados 6 quilômetros de ciclovias, quiosques, áreas verdes, pomares, terrazas para semear jardins nas encostas da *quebrada*, caminhos ecológicos, parque infantis e pontes (MELO, sem data[c]). A partir de um plano de educação ambiental promovido pelo município e pela cooperativa, foram plantadas aproximadamente 4000 mudas de árvores, que contribuíram para o reflorestamento do parque, ação realizada com o apoio de estudantes de colégios dos bairros próximos. Além disso, foram construídos 800 metros de caminhos ecológicos e as nascentes foram protegidas.

Essas ações da COOVIAS captaram o interesse de outras cooperativas e do poder público, influenciando a criação do *Parque Lineal del Rio Machángara* em 2004 pelo município de Quito, com 30 quilômetros de extensão dedicados a preservação e proteção das *quebradas* do principal rio da cidade. Em 2008 o município adotou a política de recuperação e tratamento das

Figura 04: Vista geral do projeto Solidariedad Quitumbe. Fonte: Observatorio de la Producción del territorio Ecuatoriano



quebradas, representando um importante avanço no manejo ambiental destes ecossistemas tão importantes para a cidade.

Atualmente, a COOVIAS continua ampliando sua ação para toda a zona de *Quitumbe*. Nos últimos anos, esse setor da cidade passou por um notável crescimento urbano, configurando-se como mais um bairro incorporado à trama urbana, e o parque ecológico segue mantido pela comunidade, estabelecendo-se como importante corredor ambiental para a metrópole e exemplo para outras comunidades (MARX, 2018). O *Centro de Interpretación Ambiental Quitumbe*, construído para a realização de atividades, reuniões, eventos e workshops para a educação social e formação ambiental tem mantido viva a experiência da cooperativa (MELO, sem data[c]). A gestão para a conservação ambiental e o compromisso com a formação cidadã fez com que o Município de Quito reconhecesse mais uma vez o trabalho da COOVIAS por meio da *Distinción Ambiental Metropolitana Quito Sostenible* outorgado pela Secretaria Municipal de Ambiente de Quito, em 2016 (DMQ, 2017). Além disso, os eventos culturais, entre eles o *Encuentro Latinoamericano de Actores y Actoras de la Economía Solidaria*, o *Foro de Participación Ciudadana de Quitumbe*, o *Foro Ambiental Urbano de Quitumbe* tornaram-se importantes momentos de reunião comunitária.

Depois de quase duas décadas a COOVIAS tem demonstrado que, por meio da organização popular, da economia social e solidária e da autogestão, é possível mudar paradigmas sócias, influenciar políticas públicas e servir de exemplo para outras comunidades organizadas. Fabián Melo (sem data [a]), presidente da cooperativa, resume essa experiência importante não só para a cidade, mas para todo o país, uma vez que sua construção está fundamentada na organização social e comunitária, que é a base de uma sociedade consciente, organizada, propositiva e democrática.

Notas

1. Em 1999 o Equador sofreu com o retrocesso econômico mais severo da América Latina: entre 1995 e 2000, a pobreza passou de 34% para 71% e a extrema pobreza passou de 12% para 35% (Acosta, 2006, p. 182).

2. Com a dolarização, o país perdeu a possibilidade de ter uma política monetária e a política fiscal ficou extremamente limitada: em torno de 90% do orçamento do Estado estava comprometido com subsídios, gastos correntes e o pagamento da dívida externa (LARREA, A., 2011, p.85).

3. O modelo de Mutualista (empresas privadas com fins sociais) foram responsáveis por extensas construções de moradia nas periferias das grandes cidades. Funcionaram como uma caixa de poupança, no entanto, atualmente têm se convertido em promotores imobiliários e um dos responsáveis diretos pela expansão da cidade.

4. Escassos projetos de habitação de interesse social foram realizados na década de 80. Um desses raros exemplos é o Plan Solanda, no sul de Quito.

5. O bono de vivienda é um incentivo monetário do Estado dirigido à população com menos de 3 salários mínimos. Foi criado a partir do primeiro empréstimo do BID em 1997.

6. Entre 2007 e 2015, o MIDUVI entregou mais de 330.000 apoios econômicos à população de baixa renda dentro de zonas rurais e urbanas, com um investimento de US\$ 1.371 milhões de dólares (MIDUVI, 2015).

7. O Plan Solanda foi construído num terreno de 150 hectares a partir de uma associação entre o Banco Ecuatoriano de Vivienda (BEV), a Agency International for Development (EE.UU) e o Município de Quito. A intenção era projetar e construir um bairro modelo para a zona marginalizada do sul da cidade com o conceito de moradia progressiva.

8. Os comitês são formas de ocupação de terra promovidas por grupos de moradia organizados e outros atores. O caso mais emblemático é o do Comité del Pueblo (CdP) que foi uma ocupação de um setor periférico de Quito nos anos 70. Posteriormente, consolidou-se como bairro e sua construção se deu a partir da sinergia entre uma organização social (CCP), um partido político de extrema esquerda (PCMEL) e uma faculdade pública de arquitetura.

9. Instituída originalmente com o nome de Cooperativa de Vivienda Reina del Cinto em 20 de Maio de 1992, por meio de portaria nº 002578. Depois de 8 anos, em abril de 2000, trocou seu nome para Cooperativa

de Vivienda Alianza Solidaria (LÓPEZ GILER, 2010, p. 43).

10. Villa Solidaridad foi uma grande projeto de moradias no sul da cidade de Quito que visava atender a mais de 3.000 famílias (COOVIAS, 2012a, p.23).

11. Esta estrutura havia sido estabelecida pelo Plan de Jones Odriozola em 1945.

12. Por estar no *cinturón del fuego del Pacífico*, o Equador possui numerosos vulcões que definiram sua plataforma geológica. A cidade de Quito está cheia de cavidades ou talvegues (*quebradas*) produto dos fluxos sedimentares das erupções vulcânicas. A expansão da cidade teve que desafiar essas características físicas, preenchendo o terreno com resíduos para construir ruas e bairros da cidade.

13. A co-propriedade distribui os direitos de propriedade em partes iguais para cada associado, resultando eventualmente em uma espécie de condomínio.

14. Em 2001 a cooperativa e a assessoria técnica adotaram o modelo de “crescimento progressivo” que consistia em prever uma futura expansão das casas de acordo com as necessidades dos moradores (COOVIAS, 2012a).

15. As capacitações eram dadas por diferentes sócios da cooperativa, mas principalmente pelo presidente Fabián Melo, com vasta experiência na luta por moradia desde os anos 70, e pela vice presidente Sandra López, que, além de ter realizado estudos acadêmicos com a temática cooperativismo na *Universidad Salesiana de Quito*, esteve vinculada aos cursos de formação da escola Florestan Fernandes no Brasil.

16. No Equador, a *minga* ('minka' em kichwa, idioma indígena) é parte das culturas ancestrais presentes até hoje na sociedade equatoriana. A *minga* é um maneira de organização do trabalho comunitário de utilidade social para intervenção nos territórios. Por meio da *minga*, podem se abrir canais de abastecimento de água, realizar o calçamento de uma rua ou mesmo a construção da casa nova dos membros da comunidade.

17. A instituição “Vida para Quito” foi uma corporação pública de saúde ambiental adjunta ao município de Quito e se encarregava de temas ambientais da cidade. A corporação era financiada captando parte dos impostos de renda da população de Quito.

Referencias Bibliográficas

ACOSTA, Alberto. *Breve história econômica do Equador*. [S.l.: s.n.], 2006.

ACOSTA, María Elena. *Políticas de vivienda en Ecuador desde la decada de los 70: análisis, balance y aprendizajes*. 2009. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales - FLACSO ECUADOR, 2009.

ALSAYYAD, Nezar; ROY, Ananya. Modernidade medieval: Cidadania e urbanismo na era global. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 85, p. 105–128, 2009.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único*. 3. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2002.

ARKONADA, Katu; KLACHKO, Paulo. *As lutas populares na América Latina e os governos progressistas: crises e desafios da atualidade*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

CARRIÓN, Fernando. (editor). *El financiamiento de la centralidad urbana: el inicio de un debate necesario*. [S.l.: s.n.], 2007.

CARRIÓN, Fernando; ERAZO, Jaime. La forma urbana de Quito: una historia de centros y periferias. In: *Bulletin de l'Institut français d'études andines*, v. 41, n. 41 (3), p. 503–522, 2012.

CÓRDOVA, Marco Antonio. Transformación de las políticas de vivienda social. El Sistema de Incentivos para la Vivienda en la conformación de cuasi-mercados en Ecuador. In: *Íconos - Revista de Ciencias Sociales*, v. 19, n. 53, p. 127, 2015.

CORREA, Rafael. *Equador: Da noite neoliberal à Revolução Cidadã*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

FIORI, José Luis. *História, estratégia e desenvolvimento para uma geopolítica do capitalismo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. 1. ed. São Paulo: ANNABLUME editora, 2001. Trad. Carlos Szlak

HARVEY, David. *Breve historia del Neoliberalismo*. Madrid: Ediciones Akal, S.A., 2005.

INEC, Instituto Ecuatoriano de Estadísticas y Censos. Difusión de los resultados definitivos del Censo de Población y de

Vivienda 1990. Quito: Administración Central, 1990.

LARREA, A. *Modo de desarrollo, organización territorial y cambio constituyente en el Ecuador*. 1. ed. Quito: SENPLADES, 2011.

LARREA, Carlos. *Hacia una Historia Ecológica del Ecuador: Propuestas para el debate*. [S.l.: s.n.], 2005.

MARX, Janaina. Buen Vivir, hábitat e a questão ambiental. In: XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Natal. *Anais XVIII ENANPUR*, 2019

MIDUVI. Ministerio de Desarrollo Urbano y Vivienda. Informe Nacional del Ecuador para la Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre Vivienda y Desarrollo Urbano Sostenible HABITAT III, Quito: MIDUVI, 2015

OLEAS, Julio. Vivienda Nueva ¿dónde, cuánto, cómo? In: *Gestión n.152*, 2007.

OQUENDO, Luis. *Renta del Suelo y expansión Urbana de Quito-El Caso de las Lotizaciones Clandestinas*. Quito: Flasco Ecuador, 1988.

OSPINA, Oscar Raúl; ESPINOSA, Jaime Erazo. Dolarización y generación de vivienda formal: su lectura en Ecuador / ECUADOR DEBATE, p. 29–54, 2009. Disponible em: <file:///D:/TA ABRAR terbaru/TA BATA FOAM/jurnal penelitian/BATU BATA.pdf>.

SENPLADES. *Plan Nacional para el Buen Vivir 2009-2013*. [S.l.: s.n.], 2009.

***Janaina Marx** - Arquiteta Urbanista pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade de São Paulo - USP (2018-2021). Atualmente é professora titular e pesquisador na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidad Central del Ecuador; pesquisadora do grupo Indisciplinar UFMG e do Observatorio de la Producción del Territorio Ecuatoriano - OPTE

Hernan Espinoza - Arquiteto Urbanista pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Engenharia de Materiais pela Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP. Doutorando em Arquitetura e Urbanismo na Universidade de São Paulo - USP (2018-2021). Atualmente é professor titular e pesquisador na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidad Central del Ecuador; pesquisador do grupo Indisciplinar UFMG e do Observatorio de la Producción del Territorio Ecuatoriano - OPTE

Irina Godoy - Arquiteta pela Universidad Central del Ecuador. Mestrado em Conservación del Patrimonio Arquitectónico pela Universidad Politécnica de Valencia - Espanha. Atualmente é docente da facultad de arquitectura y urbanismo da Universidad Central del Ecuador e coordenadora do Observatorio de la Producción del territorio Ecuatoriano – OPTE

Andres Cevallos - Arquiteto pela Universidad Central del Ecuador. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Urbano com especialização em gestão do solo urbano e estratégias de planejamento pelo Institute for Housing and Urban Development Studies da Erasmus University Rotterdam - Holanda. Atualmente é docente da facultad de arquitectura y urbanismo da Universidad Central del Ecuador e pesquisador do Observatorio de la Producción del territorio Ecuatoriano – OPTE

Antonela Amaluisa – Estudante de Arquitectura e urbanismo pela Universidad Central del Ecuador e assistente de pesquisa do Observatorio de la Producción del territorio Ecuatoriano – OPTE.



Ativismo urbano: a construção da horta comunitária de Ritápolis - MG

Urban activism: the Building of a Community Garden in Ritápolis - MG

Maíra Ramirez Nobre & Fernanda Nascimento Corghi*

Resumo

Sabe-se que o neoliberalismo é, de acordo com Dardot e Laval (2016), uma razão de mundo e que, como tal, fagocita grande parte das experiências de resistência que têm se desenvolvido ao longo dos últimos anos. Diante disso, este trabalho se propõe a debater uma experiência ativista realizada no município de Ritápolis em 2015 que envolvia diversos agentes: (i) alunos e professores do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ); (ii) estudantes de arquitetura e urbanismo de diversas partes do Brasil; (iii) a comunidade local; (iv) poder público de Ritápolis e (v) parceria com experiência alemã através de uma estudante intercambista. Trata-se, então, de um relato de experiência que conta com uma análise posterior tendendo à transescalaridade. Ou seja, uma experiência realizada localmente passa a ser analisada, neste momento, não apenas em relação ao seu caráter local, mas também por uma leitura global. O processo de construção do projeto a ser analisado envolveu diferentes instâncias, promovendo um debate sobre a atuação do profissional da arquitetura, do Estado, da Universidade e da extensão. Isso porque o trabalho começou a ser realizado ao longo da disciplina *O Município e o Rio*, ministrada no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSJ pela professora autora deste artigo, posteriormente, se tornou um projeto de extensão e teve parte do processo desenvolvido durante o Encontro Regional de Estudantes de Arquitetura (EREA). A comunidade se apropriou dos resultados e este segue em voga.

Palavras-chave: horta comunitária; Ritápolis; ativismo; neoliberalismo.

Abstract

According to Dardot and Laval (2016), neoliberalism is a world reason and, as such, phagocytes much of the resistance experiences that have developed over the last few years. Therefore, this paper aims to discuss an activist experience held in the city of Ritápolis in 2015 involving several agents: (i) students and professors of the Architecture and Urbanism course at the Federal University of São João del Rei (UFSJ); (ii) students of architecture and urbanism from various parts of Brazil; (iii) the local community; (iv) Ritápolis government and (v) a partnership with the German experience through an exchange student. It is, then, an experience report that counts with a later analysis tending to the transscalarity. That is, an experience performed locally is now being analyzed not only for its local character, but also for a global reading. The construction of the project to be analyzed involved different instances, promoting a debate about the professional performance of architecture, the State, the University and the extension program. This is because the work began to be done throughout the course *The Municipality and Rio*, taught in the course of Architecture and Urbanism at UFSJ by the author of this article, and later became an extension project and was part of the process developed during the Meeting Regional Student Architecture (EREA). The community has appropriated the results and this is still in vogue

Keywords: Community garden; Ritápolis; activism; neoliberalism

Introdução

O modo de realizar ações sociais muito se modificou com a entrada dos anos 2000 e, mais precisamente, após a crise do capitalismo de 2008. Movimentos ou ações ativistas começaram a ser criados ao longo de grande parte do mundo, com uma estrutura cada vez mais fluida, ou seja, próxima da realidade dos sujeitos neoliberais. Dentre as inúmeras ações ativistas que vem ocorrendo, este artigo dará foco a uma realizada no ano de 2015 no município de Ritápolis: a criação de uma horta urbana comunitária.

Ainda que localizada em uma pequena cidade de Minas Gerais, pode-se observar, ao longo deste texto, a forma como a ação ali proposta tem muito em comum com realizações de grupos em outros territórios e escalas como, por exemplo, alguns coletivos ibero-americanos de arquitetura, grupos de pesquisa em universidades brasileiras, Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) ou pelos organizadores das famosas hortas urbanas de Berlim[1]. Semelhanças estas que serão analisadas mediante à leitura de um mundo cada vez mais globalizado.

Este texto é, então, um relato de experiência analítico do processo de construção desta horta comunitária que, ao longo de quatro meses, envolveu diversos atores: (i) alunos e professores do curso de Arquitetura da UFSJ; (ii) estudantes e arquitetura de todo o país; (iii) moradores de Ritápolis; (iv) prefeitura do município de Ritápolis. Esta configuração de rede e o processo de trabalho tornou possível uma análise que revelou complexidades e tensões envolvendo o ativismo, o neoliberalismo, a globalização e o Estado. Complexidades estas que ocuparão como reflexão uma parte significativa deste trabalho que, de um lado, pode ser caracterizado enquanto memória, mas, de outro, se coloca como processo de construção de um pensamento em movimento.

A construção da horta pode ser dividida em quatro momentos principais: (i) a disciplina *O Município e o Rio* (UFSJ) na qual o projeto teve seu início; (ii) o mutirão realizado no Encontro Regional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (EREA); (iii) o cadastramento enquanto Projeto de Extensão (UFSJ); (iv) o afastamento dos estudantes e a gestão realizada pela comunidade. Sua realização só foi possível por meio da convergência de forças e dedicação dos atores supracitados.

O curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSJ foi o primeiro estímulo à ação, já que insere, em seu projeto educacional,

disciplinas que funcionam de forma semelhante a projetos extensionistas. Além disso, observa-se desde o final da primeira década dos anos 2000, um aumento significativo no investimento em extensão nas Universidades Federais brasileiras. Fato que se inverteu na atualidade. Boaventura Souza Santos, citado por Natacha Rena (2019), já anuncia a importância destes processos extensionistas:

A área de extensão vai ter no futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a Universidade e, de facto, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da Universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no currículum e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às Universidades uma participação activa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural. (Boaventura de Souza Santos, 2004 *apud* RENA, 2019, p. 10).

Sabe-se, entretanto, que a atuação no formato extensionista apresenta inúmeras dificuldades que vão desde o contato com a comunidade até a viabilização de materiais para execução das propostas. Nesse sentido, após uma contextualização teórica aplicada ao debate, o processo de construção da horta comunitária de Ritápolis será apresentado segundo seus êxitos, falhas e desvios. Por fim, já nas considerações finais, será realizado um paralelo entre as concepções teóricas e a experiência realizada.

A ação social em um contexto neoliberal

A atuação de grupos organizados em prol de causas sociais pode ser observada em várias partes do mundo ao longo dos últimos séculos. De partidos políticos, movimentos sociais e militantes a coletivos e ativistas, passando por instituições como igrejas e universidades, a causa social está presente na vida de muitas pessoas, principalmente em países marcados pelo colonialismo e escravidão, como o Brasil. Entretanto há diferenças marcantes entre os modos de atuação desses grupos, sendo impossível imaginar um padrão que expresse todo tipo de ação coletiva.

Por outro lado, Gohn (2014) caracteriza essas ações, por ela atribuídas aos movimentos sociais, pela modulação de três grandes grupos: movimentos sociais clássicos, novos movimentos sociais e novíssimos movimentos sociais.

Na atualidade, os movimentos sociais são distintos tanto daqueles que levaram à sua emergência na cena pública do século XIX, e nas primeiras décadas do século XX (movimento operário e movimentos revolucionários desde a Revolução Francesa) como dos movimentos que emergiram nos Estados Unidos nos anos de 1960 (direitos civis, feminismo, contra Guerra do Vietnã, estudantil etc.). Na América Latina, especialmente no Brasil, os atuais movimentos sociais são distintos dos movimentos que ocorreram na fase do regime político populista, assim como são diferentes também dos movimentos do final da década de 1970 e parte dos anos de 1980 (movimentos populares reivindicatórios de melhorias urbanas articulados com pastorais, grupos políticos de oposição ao regime militar etc.), embora muitos dos atuais movimentos sejam herdeiros dos anos de 1980. Naquela década, os movimentos lutavam para ter “direito a ter

direitos”. Como só podemos falar em direitos se contemplarmos o universal, aqueles movimentos não estavam autocentrados, não miravam apenas a si próprios. Na atualidade, muitos dos novíssimos movimentos, ou ações civis denominadas movimentos, não têm mais o universal como horizonte, mas sim o particular, os interesses imediatos, o direito de sua categoria ou grupo social. (GOHN, 2014, p. 11-12).

Segundo a autora, os movimentos sociais clássicos recebem este nome devido a sua íntima relação com os debates relativos à luta de classes. São movimentos que possuem estrutura preponderantemente rígida e verticalizada ou, usando a imagem deleuzeana, arbórea[2], tendem a se alinhar a partidos políticos, muitas vezes se relacionam a movimentos de base e sindicatos. Os novos movimentos sociais, por sua vez, estão mais relacionados a causas específicas, como o meio ambiente, o feminismo, a luta LGBTQI+, a questão racial, dentre outros. Por fim, os novíssimos movimentos sociais, diretamente relacionados ao conteúdo deste texto, são novas formas de ação coletiva que ganharam força no século XXI, principalmente após a crise do capitalismo de 2008. Retomando a análise supracitada de estruturas propostas por Deleuze e Guattari (1995), observa-se que os novíssimos movimentos sociais se constroem por meio de rizomas, ou seja, em redes horizontais, autogeridas, flexíveis, descentralizadas, adaptáveis, que, segundo a própria definição, se espalham como ervas daninhas. Para os autores, rizomas são sistemas plurais capazes de reunir sem unificar, de se conectar a vários outros sistemas criando redes, “atos muito diversos, linguísticos, mas também perceptivos, mímicos, gestuais, cogitativos” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 15).

As multiplicidades são rizomáticas e denunciam as p s e u d o m u l t i p l i c i d a d e s arborescentes. (...) Uma multiplicidade não tem nem sujeito nem objeto, mas somente

determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mude de natureza (as leis de combinação crescem então com a multiplicidade). Os fios da marionete, considerados como rizoma ou multiplicidade, não remetem à vontade suposta de um artista ou de um operador, mas à multiplicidade das fibras nervosas que formam por sua vez uma outra marionete seguindo outras dimensões conectadas às primeiras. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 15).

Os novíssimos movimentos sociais apresentam um caráter multitudinário – segundo com o conceito de *multidão* proposto por Hardt e Negri (2005) –, que molda grande parte dos ativistas brasileiros deste século. Pensando sua inserção em um mundo cada vez mais globalizado e neoliberal é necessário, para que se possa compreender melhor o significado desta ação, a realização e um debate transescalar, ou seja, transitando entre o que há de global e de local. A necessidade de uma abordagem transescalar é também trazida por Boaventura Santos (2016) ao afirmar que:

Os sistemas de dominação como o capitalismo ou o colonialismo apropriaram-se das grandes escalas (global e universal) porque são elas que garantem a hegemonia (as que desacreditam as alternativas) e a reprodução alargada. Às escalas menores (locais ou subnacionais) é deixada maior margem de liberdade. O colonialismo ofereceu os exemplos mais paradigmáticos por meio das várias formas de governo indireto – deixar o governo local entregue, em boa parte, às "autoridades tradicionais" –, mas o fenômeno é geral. O local permite combinar

radicalidade e atomicidade. Quer no nível da denúncia e da resistência, quer no nível da proposição e da alternativa, o investimento político-emocional organizativo e comunitário é potencialmente radicalizador porque vive da transparéncia entre o que é defendido e o que é combatido. (...) Para isso, são necessárias imaginação e vontade política que deslocalizem o local sem o eliminar (a articulação entre lutas locais) e que desglobalizem o global existente deslegitimando-o (esta ordem é desordem, esta justiça é injustiça, esta liberdade é opressão, esta fraternidade é egoísmo naturalizado) e minando sua hegemonia (há outras ordens menos desordenadas, outras justiças mais justas, outras liberdades mais livres e outras fraternidades verdadeiramente fraternas). Tudo isso é possível a todas as escadas, e a mudança social envolve sempre mudanças de escala (o que chamo de "transescala"). (SANTOS, 2016, p.130-131)

Nesse sentido, a compreensão do trabalho aqui apresentado deve se valer do fato de que, apesar de atuar localmente, as ações sociais têm, inevitavelmente, sua estrutura e modus operandi atrelada a uma escala global neoliberal, principalmente de produção de subjetividade ativista.

Em sua maioria, os movimentos ativistas, desligados de instituições governamentais, são formados por membros da sociedade civil e realizam atividades em prol de melhorias sociais para parte da população que, muitas vezes, não tem acesso a recursos básicos necessários à existência humana. Esses trabalhos podem estar relacionados a questões de ordem estrutural e infraestrutural. No caso da arquitetura, por exemplo,

ele pode variar desde a realização e/ou execução de projetos de infraestrutura urbana, a debates e ações culturais, passando pela confecção de mobiliários, hortas públicas dentre outros.

Para além da compreensão da relevância social e política inerente à dedicação a essas causas, por vezes relacionada a uma demanda do próprio ativista por justiça social ou a um incômodo frente aos funcionamentos desiguais do mundo, uma indagação deve ser posta: tais ações, dentro de uma lógica de Estado de bem-estar social deveriam ser realizadas pelo Estado Nacional, o que significa, então, essa incorporação de demandas por parte da sociedade civil?

Observa-se que esse dever constitucional não é cumprido da forma como se espera, tornando-se aparentemente justo e até mesmo louvável que a sociedade civil se organize a fim de, com suas próprias mãos, minimizar um problema de escalas global e local, vinculado à própria estrutura exploratória do neoliberalismo. Entretanto, alguns questionamentos se fazem necessários; (i) seria mesmo a ação coletiva apta à realização de mudanças profundas? (ii) De alguma forma as transformações pontuais alcançadas podem ser consideradas exitosas, ou seja, a coleção de microações seria capaz de fazer tremer macroestruturas? (iii) Qual a interferência deste tipo de posicionamento diante do papel desempenhado pelo Estado?

Às duas primeiras questões não cabe uma resposta definitiva, pois estão relacionadas a debates filosóficos do âmbito do desejo e das subjetividades. O que pode ser apontado é que, como lembra Zizek (2018), existe uma estratégia do neoliberalismo que combina culpa e ego tipicamente ocidentais. Ou seja, é muito difícil para os ocidentais aceitarem não ter poder de modificação sobre as situações que os incomodam, ao mesmo tempo em que sentem-se responsáveis, de alguma forma, pelas mazelas com as quais se deparam cotidianamente.

Mesmo quando nós nos dizemos prontos para assumir a nossa responsabilidade, podemos ver que existe aí um truque que visa esconder a sua verdadeira amplitude. Há algo falsamente tranquilizador nesta prontidão para bater em nosso próprio peito. Sentimo-nos culpados de bom grado porque, se somos culpados, é

que tudo depende de nós, nós é que puxamos as cordas, basta mudarmos o nosso estilo de vida para sairmos dessa. Aquilo que é mais difícil para nós aceitar, nós ocidentais, é ser reduzido a um papel puramente passivo de um observador impotente. (ZIZEK, 2018).

Em relação à última questão, observa-se que a medida em que a sociedade civil começa a se responsabilizar por obrigações que deveriam ser conferidas aos Estados, ela passa a isentar essa instituição de tais responsabilidades. Há, ao mesmo tempo, um processo de substituição e enfraquecimento deste Estado em relação ao papel social a ele atribuído, ou seja, um favorecimento direto e indireto dos interesses neoliberais.

O que acontece, nesse sentido, é um processo de neoliberalização do Estado em dupla direção: de cima para baixo, por meio da ação do mercado e de baixo para cima, com o uso da sociedade civil e do ativismo[3]. Busca-se, assim, a criação não de um Estado mínimo, como se daria no liberalismo, mas, como alertam Dardot e Laval (2016), de um Estado cada vez mais forte ao defender os interesses do mercado e fraco no que tange seu papel social.

Observa-se ainda, que o crescimento do neoliberalismo no mundo acabou gerando uma nova estrutura de reprodução do trabalho baseada, muitas vezes, no voluntariado e na filantropia. Atividades estas que acabam substituindo, de forma assistencialista, a lacuna deixada pelo Estado. Segundo Harvey (2016) organizações filantrópicas estão, em geral, “comprometidas de corpo e alma com a erradicação da pobreza, mas sem nenhuma ideia de como fazê-lo”. (HARVEY, 2016, p. 195). A isso o autor denomina “filantropia capitalista”.

Gerentes de investimento, presidentes de empresas, chefes de Estado ‘procuravam respostas com a mão direita para problemas que as outras pessoas presentes na sala tinham criado com a mão esquerda’. Ainda que a filantropia tenha se tornado um negócio

gigantesco (com 9,4 milhões de pessoas empregadas e gastos de US\$ 316 bilhões só nos Estados Unidos), as desigualdades globais crescem descontroladamente, ‘enquanto mais vidas e mais comunidades são destruídas pelo sistema que cria muitas riquezas para poucos’. A filantropia é uma lavagem de consciência. (HARVEY, 2016, p.195).

Nesse contexto em que o neoliberalismo atua sobre perspectivas políticas de direita e esquerda, sobre Estados, mercados e indivíduos, é possível compreendê-lo como razão de mundo (DARDOT; LAVAL, 2016). Característica esta que justifica que a análise da ação ativista aqui proposta parte da compreensão de sua inserção em um contexto neoliberal que permeia as relações e os interesses manifestados pelos atores envolvidos. Entretanto é preciso ressaltar que há, no estudo de casos proposto, uma diferenciação pontual, mas fundamental, dos ativismos de modo geral: o poder público não assumiu papel de vilão, mas de parceiro na luta. Dessa forma, ao contrário de uma lógica ativista de substituição seguida de enfraquecimento do Estado, foi proposto um modelo de ativismo que reforçava a função da gestão pública.

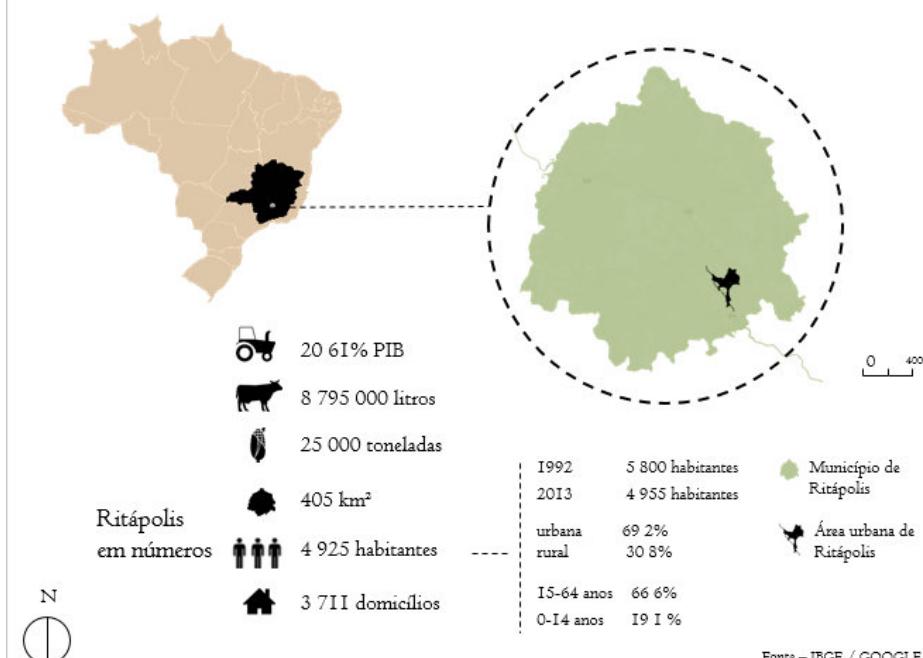
A seguir será debatida, então, a experiência vivenciada no município de Ritápolis contando com a formação das redes e articulação dos agentes.

Relato de experiência: Universidade, Comunidade e Gestão Pública: atuação em rede para a construção de uma horta comunitária no município de Ritápolis MG

O município de Ritápolis está localizado no Estado de Minas Gerais e conta, de acordo com o censo de 2010, com 4925 habitantes, número inferior ao exposto pelo censo de 1992, que registrava 5800 habitantes. O processo de decrescimento populacional é um dado fundamental no que tange a compreensão das dinâmicas internas do município. Com área rural muito mais extensa que urbana, Ritápolis tinha sua economia baseada na agricultura e na mineração. Entretanto, o

Figura 1: Dados gerais do município de Ritápolis. Fonte: Produzido pelo grupo Gabriela Viana, Júlia Haddad, Luíza Melo e Rafaela Souza

ciclo de mineração acabou se enfraquecendo na região nos anos 2000, tendo sua base transferida para o município de Prados, o que levou a uma intensificação dos fluxos migratórios para municípios vizinhos. A agricultura, por sua vez, também influenciou nesses processos, tendo em vista que, ao longo da primeira década do século XXI, uma modificação no padrão de cobrança hidráulica^[4] afetou diretamente os produtores familiares. Os dados gerais sobre o município de Ritápolis estão ilustrados na Figura 1.



Fonte – IBGE / GOOGLE

A escolha desse território ocorreu não apenas devido à proximidade com São João del Rei, mas também devido aos intensos fluxos migratórios estabelecidos entre as cidades. Ritápolis representa um município dormitório que vem sendo esvaziado com o tempo, não só pelas razões supracitadas, mas por um decrescimento dos índices de natalidade ao longo dos últimos vinte anos. A migração pendular que liga cotidianamente os dois municípios se dá, majoritariamente, devido à falta de oportunidade de estudos e trabalho apresentada pelo território em análise.

A dinâmica proposta pela disciplina *O município e o rio* contava com visitas de campo e pesquisas que possibilitaram a compreensão das dinâmicas territoriais, seguidas da elaboração

de propostas para as questões levantadas. Tendo em vista a leitura estabelecida em relação ao município, resumida pela Figura 1, foi decidido, junto ao grupo de trabalho, que a atuação se realizaria no sentido de reforçar a economia local. Isso só poderia ser feito frente ao que a ela é mais caro, a agricultura.

Os moradores de Ritápolis possuem hábitos rurais e uma estreita relação com a natureza que vai desde as criações domésticas até os espaços de lazer que, em sua maioria, são matas e cachoeiras. Trata-se de uma cidade típica do interior mineiro, onde a agricultura, mais que um caráter econômico, traduz uma cultura inerente à população. Restava saber se haveria ferramentas suficientes para fomento da agricultura familiar ou se outra estratégia deveria entrar em jogo. Foi quando alguns possíveis cenários urbanos foram levantados e avaliados, surgindo, dentre eles, a possibilidade de construção de uma horta comunitária. O levantamento de cenários segundo uma lógica qualitativamente comparativa segue a perspectiva de Santos (2004) apresentada no livro *Planejamento Ambiental*. O estudo comparativo entre os cenários está exposto pela Figura 3, apresentada abaixo.

Independentemente do cenário escolhido, o desenvolvimento da proposta necessitaria do estabelecimento de recorte territorial que permitisse, no curto tempo de disciplina (dois meses), um contato com a população local no sentido de viabilizar a ação. Tínhamos realizado contato com alguns moradores e com o prefeito da cidade, com os quais o recorte territorial foi definido. Decidiu-se atuar em uma área periférica que se tornaria espaço inicial de implementação da proposta, esperando que, posteriormente ela se estendesse ao restante do município. A seleção dessa área se deu com base em suas características: é um braço recente de ampliação da cidade, encontrando-se em plena expansão, e apresenta carência de vários recursos sociais e urbanos. Além disso, a maior parte dos lotes da região tem seus fundos voltados para o rio, o que reforça a relação rural e os hábitos da agricultura. A figura 2 apresenta a área selecionada.

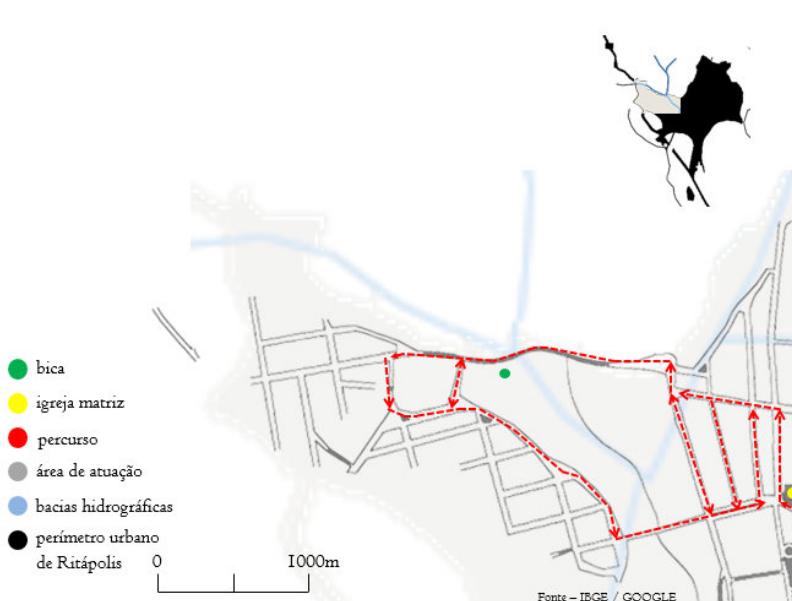


Figura 2: Recorte territorial. Fonte: Produzido pelo grupo Gabriela Viana, Júlia Haddad, Luíza Melo e Rafaela Souza

Figura 3: Quadro de cenários. Fonte: Produzido pelo grupo Gabriela Viana, Júlia Haddad, Luíza Melo e Rafaela Souza

Pensou-se, então, em duas principais propostas de intervenção local apresentada na forma de cenários: (i) incentivo, subsídio e viabilização da implantação de hortas familiares objetivando a ampliação dessa prática; (ii) criação de uma horta urbana para o município. Esses cenários podem agir conjunta ou separadamente e culminariam, em ambos os casos, em uma feira de escambio a ser realizada semanalmente no município, onde os excedentes poderiam ser vendidos. A ideia de realização dessa feira ocorreu após percebermos que havia em Ritápolis, apesar com a cultura rural e prática histórica de agricultura familiar, uma dependência da distribuição e hortifruti de São João del Rei via Senai. Foi então elaborada uma tabela na qual as dificuldades e potencialidades de cada ação seriam ponderadas a fim de definir uma proposta específica a ser levada para a prefeitura durante uma segunda reunião. A tabela com a comparação dos cenários propostos conta ainda com uma previsão de situação caso nada fosse realizado. Os elementos escolhidos para compor a tabela foram derivados dos levantamentos realizados pelas alunas em visitas de campo. Observou-se que a questão da água se mostrava central no processo e por isso recebeu maior ênfase. Partia-se do princípio que a implantação dos projetos se daria mediante o custeio da prefeitura de parte (agricultura familiar) ou totalidade (horta urbana) dos gastos com a água. Há ainda uma bica na região que encontrava-se poluída, seu tratamento e uso se tornaram elemento fundamental no projeto. Em relação à organização, foram pensadas as dificuldades e facilidades de gestão do espaço. Espaço este que foi analisado mediante as possibilidades de acesso. No caso da horta urbana, por exemplo, ainda não havia local de construção. A geração de excedentes se relacionava à possibilidade de venda e vinculada ao campo transporte. Em termos de ponta pé, foram debatidas as

	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Água	Sem atuação	Agricultura Familiar	Horta Urbana
Bica			
Organização			
Espaço			
Excedente			
Transporte			
Ponta pé			
gastos			
Tempo			
Social			
TOTAL	-3	10	5

Fonte: IBGE / GOOGLE

3
2
1
0
-1
-2

dificuldades de dar início aos processos, contando com o acesso à prefeitura e comunidade. Os gastos, por sua vez, colocavam em pauta os investimentos necessários de cada família e o tempo era relativo ao processo a que antecede a plantação das mudas. O critério social, por sua vez, trata das possíveis melhorias sociais de cada implementação.

Diante do resultado apresentado neste quadro, indicando o fomento da agricultura familiar como estratégia mais vantajosa, o grupo passou a se dedicar a um estudo sobre essa realidade no Brasil, em busca de leis de incentivo e ferramentas institucionais que auxiliassem a implementação do projeto. Em um primeiro momento foi realizada uma pesquisa sobre o conceito de Reforma Agrária[5], a história dessa luta no território nacional e a situação em que o debate se encontrava naquele ano (2015). Posteriormente iniciou-se um estudo sobre o conceito de agricultura familiar[6].

Grande parte das famílias da região selecionada já havia, em algum momento, subsistido por meio da agricultura, o que se modificou, segundo os próprios moradores, com o supracitado aumento do preço da água. As residências possuem, em sua maioria, área permeável, mas não o suficiente para que essa estratégia se tornasse a principal fonte de renda dos moradores (FIGURA 4). O que seria possível naquele momento era o estímulo à construção de hortas nesses quintais, que contribuiriam de forma secundária para a renda familiar. Mas os investimentos da prefeitura com o subsídio da água para todos os moradores não parecia valer a pena nesse contexto. Outras alternativas foram buscadas, como uma detalhada análise do PRONAF[7], mas, ainda assim, o problema não seria resolvido devido à própria estrutura urbana da cidade. Como supracitado, o tamanho da maioria dos quintais não está adequado à demanda produtiva de 50% da renda familiar, produtividade exigida pelo Programa. Acrescenta-se que, de acordo com o Censo Agro de 2006, o município de Ritápolis-MG possuía 196 (cento noventa seis) Agricultores Familiares, 43 DAP e 15 contratos com o Pronaf.

Vale enfatizar que a própria agricultura familiar pode ser compreendida, neste momento, como um ato de resistência da população local, se compreendermos a autonomia da gestão pela população e pela possibilidade de escolhas (desde a escolha das sementes ao modo de plantio – com ou sem agrotóxico, ao público consumidor, etc), em sentido a uma não-homogeneização das práticas e produtos. Fato que permite

Figura 4: Mapa de vazios e quintas. Fonte: Produzido pelo grupo Gabriela Viana, Júlia Haddad, Luíza Melo e Rafaela Souza

- limite do município
- bacias hidrográficas
- perímetro urbano de Ritápolis
- área de atuação
- bica
- igreja matriz
- percurso
- limite do município
- bacias hidrográficas
- perímetro urbano de Ritápolis



diversificação em diversos âmbitos, se comparado com uma agricultura extensionista.

A Figura 4 ilustra os vazios e quintais da área.

Ainda que o financiamento via PRONAF se mostrasse inviável, todos os estudos foram encaminhados à prefeitura, juntamente com o contato da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER), que se disponibilizou a oferecer oficinas de estímulo à criação de hortas familiares.

Começou-se a analisar, então, a viabilidade de construção de uma horta urbana que atendesse, de forma coletiva, a demanda do maior número possível de famílias da região. Nesse caso seria necessária mais uma reunião com a comunidade para averiguar seu interesse na proposta e a viabilização de um espaço amplo para cultivo.

Em uma terceira reunião com a prefeitura, conseguimos negociar a doação de um terreno público inserido na região de atuação. Localizado na Rua Tupis, o terreno doado já possuía o desenho de um loteamento popular, contando com cinco lotes e encontra-se próximo à bica, favorecendo a resolução da questão hidráulica posta. A localização e divisão do terreno está exposta na Figura 5.

Diante da boa notícia, necessitava-se, ainda, da aprovação da comunidade e viabilização do plantio. Além das estruturas já citadas, a prefeitura se comprometeu a preparar e cercar o terreno e dar material para que organizássemos, junto à comunidade, um mutirão de plantio. Algumas mudas também

O Localização

Rua Tupis

● bica

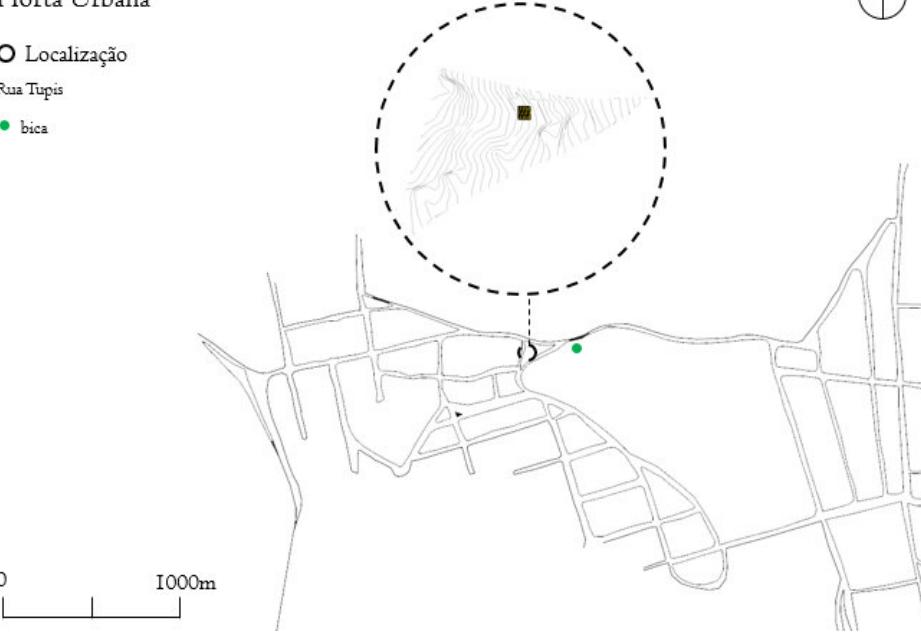
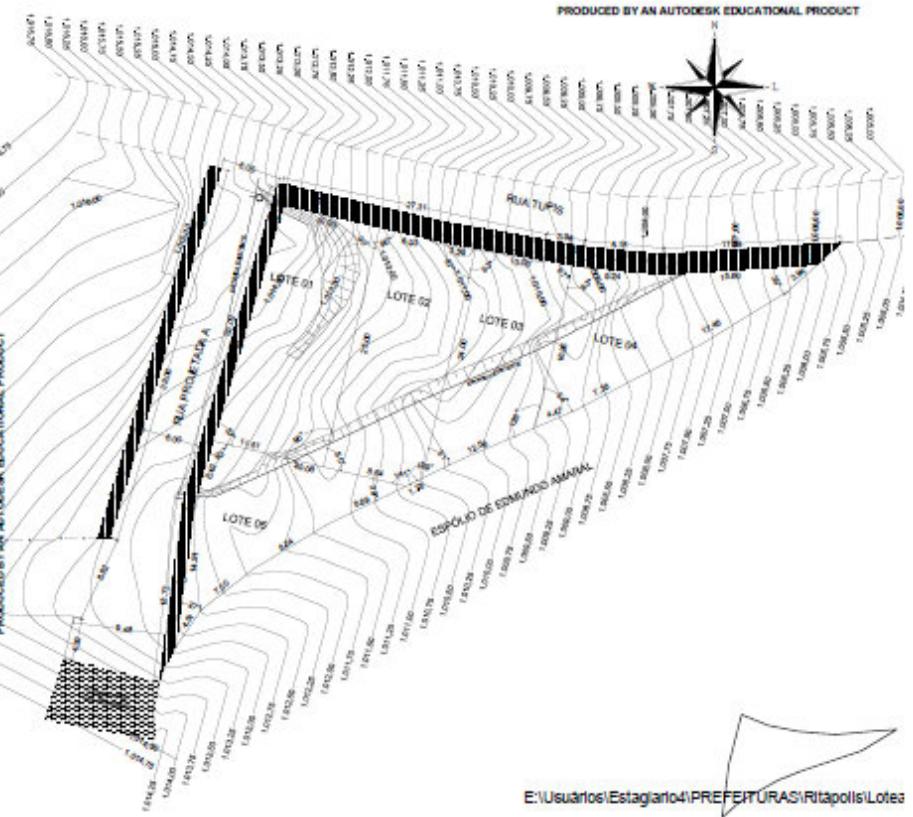


Figura 5 : Terreno doado pela prefeitura para construção da horta comunitária.
Fonte: Produzido pelo grupo Gabriela Viana, Júlia Haddad, Luíza Melo e Rafaela Souza.



seriam doadas, mas ficaria a nosso cargo conseguir as demais.

Para realização do diálogo com a comunidade, foi organizado, em parceria com a prefeitura, um *Dia de Feira*. Nesse momento,

Figura 6: Primeiro dia de Feira de Ritápolis.
Fonte: Produzido pelo grupo Gabriela Viana, Júlia Haddad, Luíza Melo e Rafaela Souza.

haveria apresentação do projeto e exposição da proposta. Além disso seriam distribuídos manuais da EMATER falando sobre plantas não convencionais e estimulando a produção de horas residenciais. Entretanto, como é sabido por grande parte daqueles que têm experiência com extensão, era preciso que, simultaneamente a tais atividades, fossem realizadas outras que estimulassem a comunidade a participar do evento. A ideia foi, então, fazer doação de algumas mudas e sorteio de ferramentas cedidas pela prefeitura. Antes e depois do debate haveria apresentação de música e poesia por alunos da UFSJ, configurando um dia não só de reunião, mas também de lazer. Tratava-se, ainda, de um projeto piloto para a organização da feira semanal proposta pelo projeto. A ideia funcionou parcialmente e, abaixo, estão fotos do flyer de divulgação e do dia do evento (FIGURA 6). Apesar de tamanha preparação, a participação popular no debate ainda foi reduzida, entretanto alguns dos que se interessaram pelo tema, disponibilizaram-se para participar do mutirão. Era preciso pensar uma data e a forma como ele seria efetivado.



Com os últimos resultados obtidos, era hora de conhecer melhor o terreno, pensar um projeto de ocupação, escolher as mudas a serem plantadas, fechar e documentar a parceria com a prefeitura e organizar o mutirão.

Mais uma visita foi feita a comunidade, já com os olhos voltados

para o terreno e, dessa vez, de maneira informal. Conversamos com a população para saber quais eram as plantas que costumavam cultivar e já começar a busca por doações. Aproveitamos a oportunidade para falar mais do projeto e convidar os interessados para participarem do mutirão. A maioria das pessoas não acreditava nas promessas da prefeitura e, mesmo com nossa garantia referente às promessas realizadas, muitos diziam preferir não participar por desconfiarem da posição do governante. Isso nos preocupou um pouco, ao mesmo tempo em que acreditávamos naquela parceria e pensávamos que quando a população começasse a ver as movimentações no terreno e, posteriormente, o mutirão, a confiança começaria a ser estabelecida.

pictograma	Alface	Couve	Beterraba	Berinjela	Espinafre
Clima	+	-	+	+	-
Luminosidade	☀️	☀️	☀️	☀️	☀️
Cuidado com Solo	🌿	🌿	🌿	🌿	🌿
Irrigação	⽔	⽔	⽔	⽔	⽔
Área por muda	■■□□	■■■□	■□□□	■■■■	■■□□
Tempo de crescimento	📅	📅	📅	📅🕒	📅

pictograma	Repolho	Cenoura	Tomate	Cebolinha	Manjericão
Clima	-	+	+	+	+
Luminosidade	☀️	☀️	☀️	☀️	☀️
Cuidado com Solo	🌿	🌿	🌿	🌿	🌿
Irrigação	⽔	⽔	⽔	⽔	⽔
Área por muda	■■□□	■■□□	■■□□	■■□□	■■□□
Tempo de crescimento	📅	📅	📅	📅🕒	📅

Figura 7: Quadro de análise de possíveis plantas a serem cultivadas. Fonte: Produzido pelo grupo Gabriela Viana, Júlia Haddad, Luíza Melo e Rafaela Souza.

Figura 8: Projeto inicial de ocupação do terreno e construção da horta. Fonte: Produzido pelo grupo Gabriela Viana, Júlia Haddad, Luíza Melo e Rafaela Souza.

Figura 9: Estudo de ocupação inicial viável do terreno. Fonte: Produzido pelo grupo Gabriela Viana, Júlia Haddad, Luíza Melo e Rafaela Souza.

Após o levantamento das hortaliças de maior interesse da comunidade, fizemos um estudo sobre plantação e um quadro (FIGURA 7), indicando tempo e forma de manejo. Esse quadro nos ajudou na busca pelas mudas e, posteriormente, foi distribuído para os moradores do município.

Foi realizado, então, um projeto de ocupação do terreno, que contava com a construção de banheiros, estufas e espaços para reunião (FIGURA 8). Tendo em vista a inviabilidade de execução desse modelo a curto prazo, foi desenhada uma outra configuração provisória que contava apenas com a construção de uma casinha para guardar ferramentas (em modelo construtivo fácil, rápido e barato) e de setenta e sete canteiros divididos entre horta e farmácia viva, a serem distribuídos inicialmente pelos que participassem do mutirão e

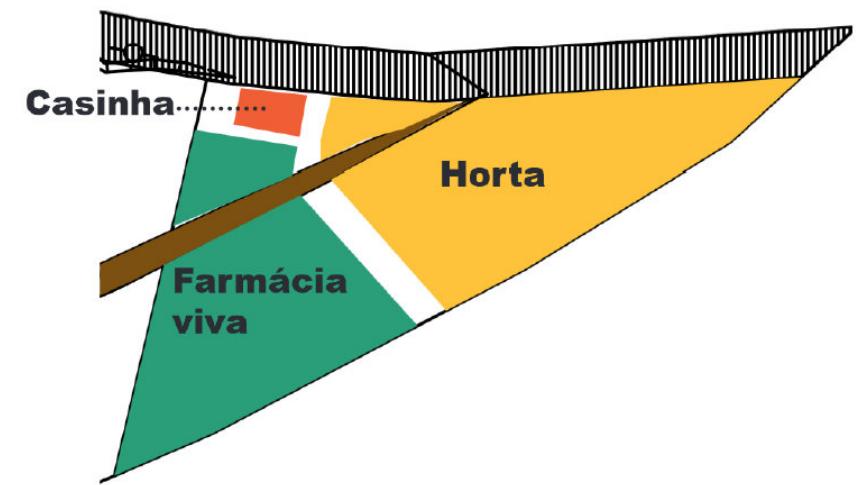
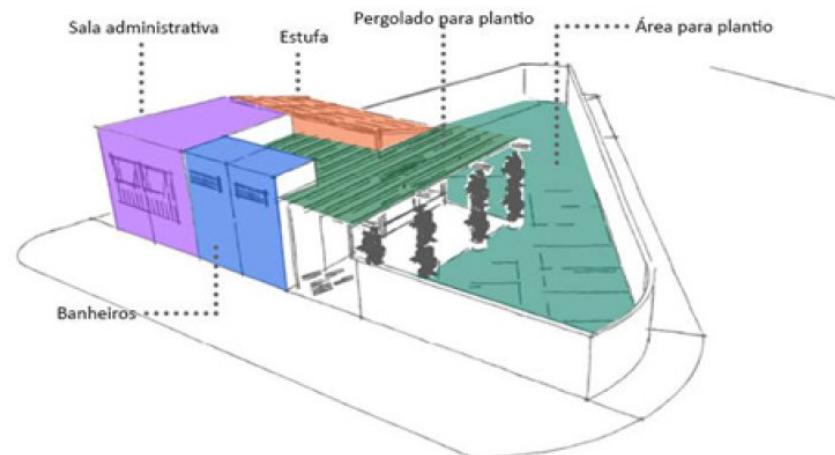




Figura 10: Projeto da casinha de ferramentas incluindo modo de construção, detalhamento da estrutura de captação de água e inserção prevista no terreno. Fonte: Produzido pelo grupo Gabriela Viana, Júlia Haddad, Luíza Melo e Rafaela Souza.

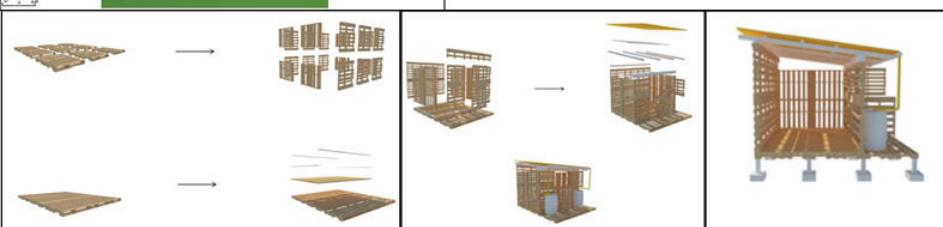


Figura 11: Ilustração do sistema da captação de água que, posteriormente, virou uma cartilha entregue à comunidade. Fonte: Produzido pelo grupo Gabriela Viana, Júlia Haddad, Luíza Melo e Rafaela Souza.



posteriormente a quem interessasse. (FIGURA 9). O teto da casinha de ferramenta estava adaptado para coleta de água e um sistema de irrigação “inteligente” foi criado. (FIGURA 10). Esse material foi sistematizado e entregue à população em forma de cartilha cuja ilustração está representada na Figura 11.

As decisões sobre a realização do mutirão, como data e

Figura 12: Lista de obrigações acordadas com a prefeitura de Ritápolis. Fonte: Produzido pelo grupo Gabriela Viana, Júlia Haddad, Luíza Melo e Rafaela Souza.

estratégias de execução, foram tomadas com certa facilidade. Naquele mesmo ano ocorreria, em São João del Rei, um Encontro Regional de Estudantes de Arquitetura, denominado EREA Minas 2015. Uma das proponentes do projeto para Ritápolis, fazia parte, também, do grupo de organização do evento. Foi só juntar as demandas. Dentro da programação do EREA foi anunciado o mutirão para construção da horta urbana de Ritápolis. Uma atividade de dois dias, que contaria com a presença de até vinte estudantes por dia. A ideia era construir a

	Doação do terreno destinado a horta urbana		Transporte das pessoas do EREA
	Preparação do terreno destinado à Horta Urbana		Transporte das mudas
	Impressão de cartilhas		Cercar o terreno destinado à Horta Urbana
	Doações de esterco		Disponibilização de cimento e brita para obra da Horta
	Expedição de Cartas de Apoio		Pedreiros e serventes para prestação de serviços na Horta
	Empréstimo de ferramentas para serem utilizadas na horta		Doação de ferramentas para sorteio na feira

casinha de ferramenta, marcar os canteiros, dividir entre as famílias participantes e plantar as mudas arrecadadas. Com a novidade, o prefeito de Ritápolis concordou em disponibilizar o transporte desses estudantes e uma refeição para cada dia de trabalho. Por fim, o acordo com a prefeitura contava com os termos ilustrados pela Figura 12.

O EREA Minas ocorreu entre os dias 02 e 07 de junho de 2015 e contou com a participação de mais de trezentos estudantes. Os dois dias de mutirão em Ritápolis receberam os vinte estudantes aguardados. A participação da população foi reduzida, mas seis famílias aderiram ao projeto naquele momento e dividiram o

espaço entre si, havendo ainda muitos locais a serem ocupados. Não conseguimos construir a casinha de ferramentas, mas a fundação foi feita e os materiais deixados com os moradores na expectativa que dessem continuidade ao projeto, o que ainda não ocorreu, mesmo passados quatro anos. Também não conseguimos construir os setenta e sete canteiros planejados, mas os moradores dividiram o terreno entre si. As mudas doadas pela EMATER e prefeitura foram plantadas.



Figura 13: Mutirão em Ritápolis, EREA Minas 2015. Fonte: Produzido pelo grupo Gabriela Viana, Júlia Haddad, Luíza Melo e Rafaela Souza.

Figura 14: Situação da horta em 2017. Fonte: Produzido pelo grupo Gabriela Viana, Júlia Haddad, Luíza Melo e Rafaela Souza.



Passado algum tempo, outras famílias se interessaram pela horta e ocuparam parte do terreno. Hoje a produção supera o consumo individual da maioria das famílias que passou a vender os produtos na região. A feira, como havíamos pensado não ocorre, mas, de porta em porta, moradores compram e vendem os produtos locais. A Figura 13 mostra o processo do mutirão enquanto a Figura 14 apresenta a situação da horta em 2017.

Considerações Finais

A ação ativista realizada em Ritápolis reproduziu, na microescala do interior de Minas Gerais, uma forma de ação coletiva dotada de características semelhantes ao que vinha

sendo realizado em diferentes locais do mundo com mais ou menos impacto e visibilidade. O caráter universalizado que tomou a ação resistente neste século, relacionado aos processos de globalização e neoliberalismo, acabou gerando uma espécie de padrão de atuação horizontalizada e autogestionada, no qual recursos como o mutirão são muito utilizados[8].



Apesar de inserida nesse contexto, a construção da horta comunitária em Ritápolis, possui, um elemento que a diferencia da maioria das ações ativistas: ela não deixa de lado o Estado, por julgá-lo incompetente, ineficiente ou potencialmente corrupto. Ao contrário, a rede ali desenhada conta com os setores de governo como aliados.

Obviamente havia críticas à gestão do então prefeito. Claramente as condições tanto urbanas quanto de vida eram muito complexas e agressivas à população local, gerando desconfiança em relação ao poder público. Entretanto, não podemos negar que sem a participação efetiva da prefeitura naquele caso, não seria possível obter semelhante resultado. O diálogo com a prefeitura foi estratégico e produtivo em termos de ação, mas, mais do que isso, provou uma maior eficiência na luta social quando acoplada a poderes institucionais, desmontando a lógica de ataque ao Estado que favorece os interesses neoliberais.

Ainda no intento de analisar os atores envolvidos, vale ressaltar

Figura 15: Prefeito de Ritápolis, Fábio José da Silva, presente no segundo dia de mutirão. Foto: Natália Dias.

que, para além da figura governante, outro ator institucional de forte relevância estava presente: a UFSJ. Presente tanto em termos de ensino, quanto de extensão. Os projetos extensionistas das Universidades têm realizado um papel de grande relevância no contexto de luta social e vem sendo, no último ano, atacados de forma irrestrita e injusta, repetindo, na instância educacional, a lógica de esvaziamento da função social do Estado.

“Expandir o presente” a partir de novos modos de atuar junto à sociedade brasileira no sentido de trabalhar coletivamente para a diminuição das desigualdades sociais é urgente! Nesse sentido, afirma-se a importância de fortalecer e ampliar as redes que envolvem um debate sistemático sobre o papel da extensão nas universidades públicas. Relembrando que foi através da PNEU – Política Nacional de Extensão Universitária –, e de suas Diretrizes de Extensão, formuladas pelo FORPROEX em Manaus (2012), que nosso trabalho acadêmico em prol de uma sociedade mais justa e democrática se concretizou de forma ampla, abrindo caminho para diversas políticas de extensão nas universidades públicas de todo o país. (RENA, 2019, p. 10).

Dentro da lógica universitária observa-se, ainda, outra formação de grupo: os estudantes de arquitetura e urbanismo. Nesse sentido vale pensar um certo deslocamento do que poderia ser compreendido como exercício primeiro da profissão. A análise urbana e o contato com comunidades em estado de vulnerabilidade social, buscando processos participativos de projeto, tem sido um espaço ocupado gradativamente por estes profissionais. Associada a isso, a lógica dos mutirões tem se tornado cada vez mais comum neste cenário, principalmente com a criação de vários coletivos de arquitetos e urbanistas ativistas.

Entretanto, afora a realização do mutirão como parte do EREA Minas, a posição ocupada por nós não era a de arquitetas-projetistas (de cidades ou edificações), que buscavam uma realização projetual participativa. Acreditamos, inclusive, que a participação da comunidade, ao contrário do que gostaríamos, foi bastante pequena, mesmo, em muitos momentos, terem sido traçadas estratégias para uma articulação mais efetiva. Dificuldade comum à grande maioria dos projetos extensionistas do campo da arquitetura e do urbanismo. O que se desenvolveu neste processo, então, foi o papel do arquiteto como um articulador. Alguém disposto a negociar com comunidade e prefeitura e buscar propostas de melhorias por meio de demandas detectadas. Naquele momento, o arquiteto e urbanista representou um elo entre o espaço e a gestão.

Naquele momento, os profissionais em formação não se dispuseram a fazer as vezes de Estado, mas a se articular com ele em prol de melhorias sociais, ou seja, buscando reforçar no Estado aquilo que é sua obrigação, mas permitindo um balanço entre cenários diversos numa linguagem acessível tanto à população quanto ao poder público, para que os cenários propostos se fizessem compreendidos, dentro de um processo de decisão com maior autonomia popular e mais coerente com a própria identidade da população local.

Agradecimentos

À professora Fernanda Nascimento Corghi que possibilitou início do trabalho e o orientou ao longo dos quatro meses de execução, às colegas de grupo Gabriela Viana, Júlia Haddad, Luíza Melo e Rafaela Souza; à Universidade Federal de São João del Rei; à Pró-Reitoria de Extensão da UFSJ; à EMATER, pelas mudas e demais materiais doados e oficinas ofertadas; ao ex-Prefeito de Ritápolis Fábio José da Silva e toda sua equipe; à Anakelly Santos, moradora de Ritápolis; aos membros da comissão organizadora do EREA Minas e demais estudantes envolvidos, com destaque para Túlio Colombo, Rodolfo Andrade, Thaís Rubioli, Leandro Cruz, Laysla Araújo e Johnatan Melo; membros do Escritório de Práticas Projetuais Alternativas (EPPA); além dos participantes Lorran Kasesky, Bastian, Breno Crispim e Yasmim Leite; à toda comunidade de Ritápolis; aos artistas presentes no *Dia de Feira*; e, por fim, à Natália Dias, gestora ambiental, que contribuiu com escolha, manejo e plantio das mudas.

Notas

1. Yasmim Leite, estagiária de uma destas hortas participou indiretamente do processo deste trabalho e, no último dia de execução organizou uma conversa com a comunidade local.
2. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
3. Conceito de *confluência perversa* apresentado pro Evelina Dagnino no artigo *Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa*, publicado em 2004.
4. A conta de água que outrora era cobrada segundo valor fixo (gerida pelo Departamento Autônomo Municipal de Água e Esgoto), passou, com a chegada da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) à cidade, a variar de acordo com o consumo do bem.
5. A lei N° 4.504, de 64, define no Artigo 1º § 1º a Reforma agrária como “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra” e tem por objetivo “atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”.
6. Entende-se agricultura familiar como o cultivo de terra realizado por pequenos produtores rurais, cuja mão de obra principal é o núcleo familiar. A Constituição Federal, Lei nº 11.326 de julho de 2006, considera agricultor familiar aquele que desenvolve atividades econômicas no meio rural e que atende alguns requisitos básicos, dentre eles: (i) utilizar predominantemente mão de obra da própria família; (ii) ter 50% (cinquenta por cento) da sua renda oriunda da agricultura; (iii) não possuir propriedade maior que quatro módulos fiscais.
7. Dentro do Departamento de Financiamento e Proteção da Produção (DFPP), existe o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que tem por objetivo promover a agricultura familiar, melhorando a renda e bem estar dos produtores. Isso ocorre por meio de financiamentos de projetos individuais ou coletivos. De acordo com a lei federal 11.326, 2006, Art. 3 “[...]considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural”. Para ter direito ao benefício é necessário que a maior parte da mão-de-obra utilizada na produção agrária seja da própria família.
8. As citadas características neoliberais não foram aqui colocadas com um tom pejorativo e, nem mesmo, que minora as conquistas resistentes dos últimos anos, mas na intenção de deixar claro este neoliberalismo como razão de mundo (DARDOT; LAVAL, 2016) do qual nada foge, mas dentro o qual anseia-se criar mecanismos de resistência.

Referências

- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. 2. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2014.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- RENA, Natacha. Presente-se. *Interfaces: revista de extensão da UFMG*. v. 7, n.1, Belo Horizonte, jan/jun, 2019.
- SANTOS, Boaventura. *A difícil democracia: reinventar as esquerdas*. 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2016.
- SANTOS, Rozely Ferreira dos. *Planejamento ambiental: teoria e prática*. São Paulo: Oficina de textos, 2004
- ŽIŽEK, Slavoj. Reciclagem, comidas orgânicas, andar de bicicleta...: não é assim que nós salvaremos o planeta., *LavraPalavra*, [S.l.], 07 mar. 2017. Tag slavoj-zizek, p. 1. Tradução de Daniel Alves Teixeira. Disponível em: <<https://lavrapalavra.com/2017/03/07/reciclagem-comidas-organicas-andar-de-bicicleta-nao-e-assim-que-nos-salvaremos-o-planeta/>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

***Máira Ramirez Nobre** é Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (PACPS) - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Arquiteta e urbanista formada pela Universidade Federal de São João del Rei (2010 - 2016) com período sanduíche na Technische Universität München pelo Programa Ciências sem Fronteiras. Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pelo Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (2019). Doutoranda pelo mesmo programa. Email: mairaramirez@gmail.com

Fernanda Nascimento Corghi é Professora doutora docente do Programa Interdepartamental de Pós-graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS) e do Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas (DAUAP) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).



Conflitos Socioambientais e o Plano Popular do Banhado como Instrumento de Resistência Técnica e Política

Socioenvironmental Conflicts and the Banhado's Popular Plan as a Tool for Technical and Political Resistance

Ana Luísa Figueiredo, Augusto Oyama, Natalia Tamanaka, Renan Gomez, Jeferson Tavares & Marcel Fantin*

Resumo

Este trabalho busca analisar o papel do Plano Popular de Urbanização e Regularização Fundiária na luta pela permanência do assentamento precário Jardim Nova Esperança, conhecido como comunidade do Banhado, localizado no centro da cidade de São José dos Campos – SP com mais de 80 anos de história. O Plano constitui-se como instrumento de negociação política junto ao poder público, abordando questões de conflitos ambientais, de trabalho, da relação rural-urbano e conflitos fundiários, buscando problematizar a importância para a cidade da produção rural em área central e instaurar um olhar sobre a possibilidade de adequação da comunidade em relação à sensibilidade ambiental do território. No plano, a partir de fontes primárias e secundárias, avaliaram-se decisões controversas tomadas pelo poder público em relação a essa comunidade. Nesse processo foram utilizadas novas tecnologias de suporte à produção cartográfica e foi proposto um método projetual alternativo com participação dos moradores, condições que podem engendrar a emancipação de direitos sociais e reposicionar o contexto da luta pela moradia no centro de cidades.

Palavras-chave: planejamento urbano ambiental; regularização fundiária; geotecnologias; Banhado.

Abstract

This paper reports the role of the Popular Plan of Urbanization and Land Regularization in the struggle for the settlement Jardim Nova Esperança (a community known as Banhado) permanence in the city center of São José dos Campos - SP after its more than 80 years of history. The Plan is an instrument of political negotiation with the government, involving issues of environmental conflicts, labor, rural-urban relations and land conflicts, and it mostly seeks to problematize the importance of rural production in a central area and to analyze the possibility of the community adequacy to the environmental sensitivity of the territory. From primary and secondary sources, this paper evaluated controversial decisions made by the government in relation to this community. In order to do so, new technologies were used to support cartographic production and an alternative project methodology with the resident participation was proposed, conditions that can engender the emancipation of social rights and reposition the context of the struggle for housing in the city center. The Plan was coordinated by the PExURB group, with public funds from the Learning in the Community Program (USP) and the ATHIS Public Notice (CAU / SP).

Keywords: Environmental urban planning, landholding regularization, geotechnologies, Banhado.

Introdução

Este artigo se debruça sobre a situação do Jardim Nova Esperança, comunidade residente no Banhado, localizado na região central do município de São José dos Campos – SP, e a organização do Plano Popular que se deu de forma conjunta entre técnicos e moradores visando a constituição de uma ferramenta tecnopolítica para sua permanência no local. O Plano Popular do Banhado, como ficou conhecido, foi elaborado conjuntamente por: Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP), Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP-USP), Curso de Engenharia Ambiental (EESC-USP), Curso de Engenharia Civil (EESC-USP), Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), Grupo Pitá, Veracidade, Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Associação Comunitária do Banhado e comunidade Jardim Nova Esperança. O projeto foi financiado pelo Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU-SP), através do Termo de Fomento – Processo Administrativo n. 012/2018 de 26/12/2018 (referente ao Edital de Chamamento Público 004/2018, Proposta n. 01, Lote 5, Mogi das Cruzes-São José dos Campos) e da Universidade de São Paulo (USP): Pró-Reitoria de Graduação através do Programa USP Aprendendo na Comunidade. Contou ainda com recursos do PUB-USP – Programa Unificado de Bolsas da USP. O produto final tornou-se, de fato, instrumento de luta a favor da manutenção dos moradores na constante negociação com o poder público municipal.

O trabalho foi realizado no período de seis meses, compreendidos entre dezembro de 2018 e maio de 2019, por meio de interação entre diversos atores, visitas a campo, vivência na comunidade, além de realização de oficinas e seminários. Para se atingir os objetivos centrais de construir um instrumento político de negociação e garantir a permanência segura e de qualidade da população na sua área de origem, utilizou-se uma metodologia que buscou manter o aprendizado constante a partir da participação social em diálogo com os agentes envolvidos: academia; moradores e lideranças da comunidade; gestores públicos e defensoria pública.

Para a construção do Plano, foram utilizadas técnicas alternativas de produção cartográfica a partir de aerolevantamentos realizados por Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPA), que, combinadas com o uso de geotecnologias, possibilitaram a consolidação de uma base física detalhada do território.

Contextualização: o banhado existe

Para entender a importância da constituição do Plano Popular é necessário contextualizar a região do Banhado, justificando sua relevância e as bases do conjunto de conflitos criados ali pelas diferentes agentes sociais presentes na região, bem como os interesses antagônicos que envolvem seu futuro.

O território físico é uma região de encosta em formato de concha – uma escarpa semicircular com alta inclinação a noroeste e abaixo da região central da cidade de São José dos Campos, conformando uma grande região de várzea plana na direção do Rio Paraíba do Sul, a noroeste, até encontrá-lo.

Um grande campo plano e de características geológicas singulares se apresenta nesse intervalo entre o rio e o grande acrílico, conformando uma área de difícil acesso e que, historicamente, recebia as cheias periódicas do rio, razão pela qual a área é conhecida por *Banhado*. Sinteticamente, esse território envolve três elementos naturais básicos: o rio, a várzea e a encosta semicircular. As inundações cíclicas constituíram uma camada de sedimentos variados, incluindo terrenos com turfa, areia e argila, apresentando espaços férteis para o desenvolvimento da agricultura, situação que, incrementada à construção do ramal da estrada de ferro na sua borda, no início do século XX, proporcionou atrativos para sua ocupação pela população pobre oriunda das zonas rurais.

Nas beiras do ramal ferroviário da Central do Brasil, foi-se constituindo, gradual e espontaneamente, uma comunidade, em parte relacionada ao próprio funcionamento da ferrovia e à mão de obra utilizada na construção de sua infraestrutura física. O início do processo de favelização de São José dos Campos ocorreu na década de 1930 e estava relacionado à desestruturação da economia agrária e ao início das atividades industriais da cidade, sendo a ocupação do Banhado considerada a primeira favela da história do município.

Seu crescimento esteve ligado ao aumento da atividade industrial local, que atraía migrantes do Sul de Minas e do Vale do Paraíba à procura de emprego e melhores condições de vida (ROSA FILHO, 2002). Outra parte se deu ligada à instauração de pequenas propriedades familiares de produção rural, que se desenvolveu através da linha férrea até depois da sua desativação e desmonte. Ali, adotou-se o nome “Bairro Jardim Nova Esperança”. Ao longo dos seus mais de 80 anos de existência, a ocupação se expandiu, muito pelo aumento do

tamanho das próprias famílias já residentes, necessitando da criação de novas habitações ou realizando a expansão das existentes.

Atualmente a comunidade pode ser dividida em duas formas de ocupação: um núcleo mais adensado (que categorizamos como Núcleo I), composto por trabalhadores rurais atraídos pelas indústrias entre 1950 a 1980, e uma área caracterizada pela ocupação espalhada em formato de chácaras (categorizada como Núcleo II), ocupada desde a década de 1930 por pequenos agricultores familiares.

Ao se fixar nesse território, a população passou a usufruir das vantagens que a localidade oferece, tais como infraestrutura e serviços urbanos, possibilidade de emprego formal e compradores para os gêneros alimentícios cultivados no Banhado. Além disso, a ausência de políticas públicas inclusivas em outras localidades que permitissem vantagens semelhantes àquelas oferecidas no Banhado foi outro elemento histórico importante para a fixação dessa comunidade.

Atualmente, ao longo dos remanescentes da via férrea, a comunidade do Jardim Nova Esperança ocupa uma área de aproximadamente 420.000 m² e seu contingente populacional é formado por cerca de 460 famílias, totalizando aproximadamente 2000 pessoas. Por isso lideranças da comunidade têm uma relação forte de pertencimento com o local, o que se evidencia nas suas relações produtivas e na imagem estabelecida, tanto interna quanto externamente, de comunidade em simbiose com seu próprio meio físico.

A esse cenário somam-se as construções do período ferroviário da cidade encontradas dentro da comunidade e que estão em processo de tombamento, de acordo com Almeida (2015). Nesse sentido, a área também se configura como de interesse histórico-cultural e patrimonial.

Hoje, o Banhado é considerado local estratégico para abertura de uma nova via – já com estudos preliminares apresentados como Via Banhado. Em 2011 a Prefeitura Municipal de São José dos Campos firmou contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiar obras do Programa de Estruturação Urbana (PEU), que tinha três objetivos centrais, sendo eles a “ampliação da macroestrutura viária e criação da Via Banhado, último trecho do Anel Viário; a regularização fundiária do município, incluindo o reassentamento das famílias do Banhado e a criação de parques lineares”. Presentemente,

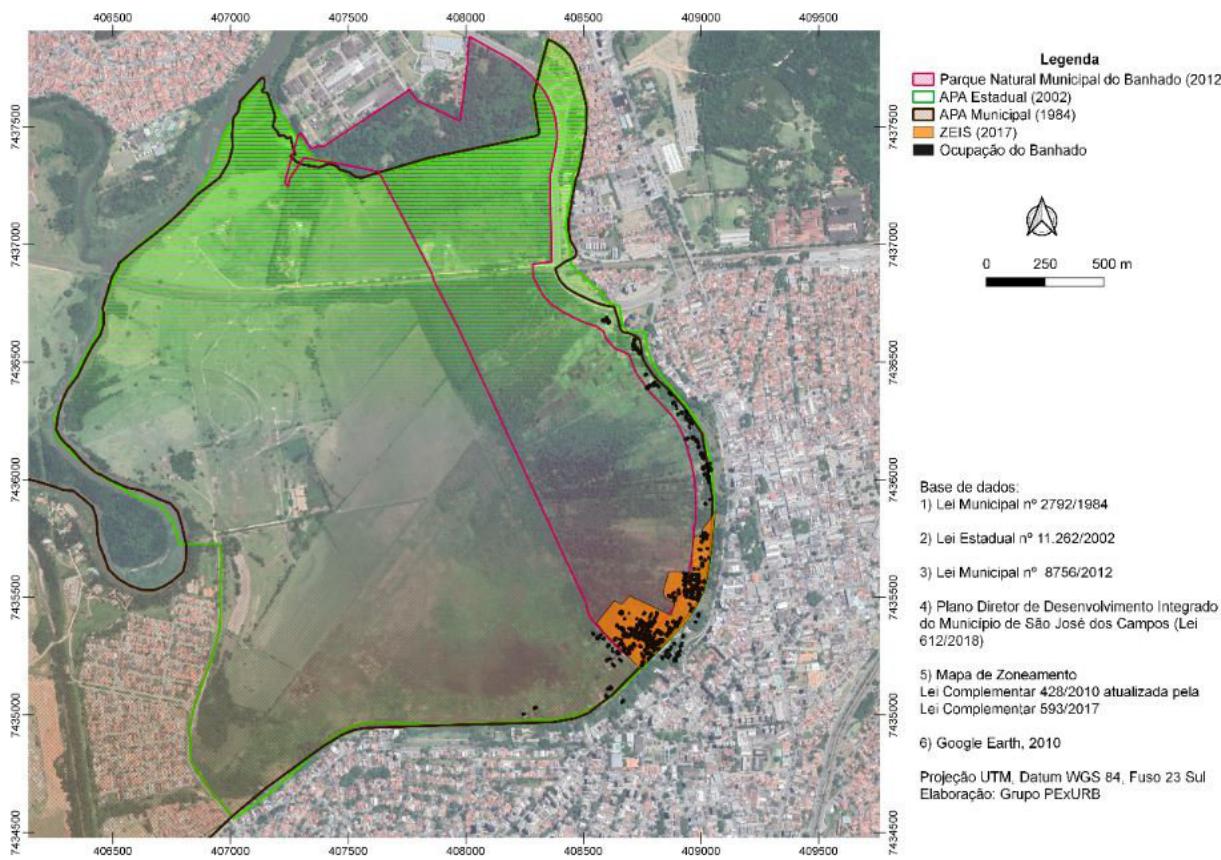
esse projeto encontra-se paralisado em função de uma denúncia encaminhada pelos moradores do Jd. Nova Esperança ao Mecanismo Independente de Consulta e Investigação (MICI), cuja função é fiscalizar os descumprimentos das políticas operacionais do Banco (BID, 2011 *apud* SILVA, 2017).

Cumpre mencionar que São José dos Campos possui um longo histórico de parcerias com o BID. Desde o final da década de 1990, essa instituição financeira tem auxiliado a gestão municipal com empréstimos que foram responsáveis por investimentos em infraestrutura urbana e remoções. A virada dos anos 1990 para 2000 inaugurou um novo modelo de gestão municipal empreendedora, marcada pelo papel ativo desse município na construção de um ambiente favorável à atração de investimentos imobiliários a partir da flexibilização das leis de zoneamento, da remoção de favelas (programa de desfavelização) e do investimento massivo em corredores viários associados principalmente à expansão de condomínios horizontais fechados e verticalização em setores específicos. Essa política levou à remoção de cerca de 10.000 pessoas, sendo o caso da desocupação do Pinheirinho o mais conhecido em virtude da violência empreendida e do enorme contingente policial mobilizado.

Nesse cenário o Banhado acumula pressões sob a perspectiva das questões ambientais locais. O território tornou-se APA do município na década de 1980, por meio da Lei Municipal Nº 2792/84 de 10 de janeiro de 1984, complementada com a Lei Estadual Nº 11.262 de 8 de novembro de 2002, sancionada pelo governador Geraldo Alckmin, instituindo o Banhado como APA estadual. De forma controversa, sem apresentar estudos e objetivos claros de quais atributos e condições ambientais são considerados essenciais para preservação e que justifiquem o traçado passando pela comunidade, o Parque Natural Municipal do Banhado (PNMB), classificado como de Proteção Integral, foi criado com a Lei Municipal nº 8.756 de 2012, viabilizado com recursos de uma verba de compensação ambiental paga pela Petrobrás pela ampliação da Refinaria Henrique Lage, situada na zona leste do município (BID, 2011 *apud* SILVA, 2017).

Cabe ressaltar que a Lei Federal Nº 9.985/2000 distingue duas categorias quanto à possibilidade de uso, sendo que a APA, enquanto categoria de Uso Sustentável, permite a presença humana, ao passo que o Parque Natural, por ser classificado como de Proteção de Integral, permite apenas o uso indireto, não admitindo ocupação, constituindo mais um elemento de disputa

em relação à remoção das famílias.



Além disso, ao longo dos anos, a PMSJC tem utilizado práticas de intimidação, ameaças e ataques diretos, estratégias que são aplicadas constantemente para incentivar a deserção do local, como exemplo o ocorrido em 11 de julho de 2011, quando a prefeitura autorizou a demolição da unidade educacional que funcionava no Banhado para desenvolver atividades socioeducativas com crianças e adolescentes da área, causando revolta nos moradores (SILVA, 2017, p. 9). Essa unidade educacional era da Fundação Hélio Augusto de Souza (FUNDHAS), que se mantém em outras localidades da cidade.

Outro exemplo de aplicação desse tipo de estratégia foi o bloqueio com manilhas de um dos acessos ao bairro (O VALE, 2018a; SPRIOMAIS, 2018). Os moradores protestaram e fecharam a Av. Madre Tereza, via importante de circulação na região central da cidade. Após decisão judicial a PMSJC foi

Figura 2: Entulho de demolição abandonados pela PMSJC no Jardim Nova Esperança. Foto: Augusto Oyama, 2018.

Figura 3: Viela insalubre em região de solo saturado, no Jardim Nova Esperança. Foto: Renan Gomez, 2019.

obrigada a remover as manilhas, reabrindo o acesso.

Mais uma atitude violenta por parte da PMSJC é sua estratégia de contribuição para a insalubridade do Jardim Nova Esperança. Exemplo disso é o despejo e espalhamento de entulho nas ruas e o abandono dos remanescentes de demolição das casas de moradores que aceitaram as propostas de mudança para fora do Banhado, contribuindo para que a condição já naturalmente



saturada do solo se agrave. Além disso, a coleta e destinação adequada de resíduos sólidos produzidos pela comunidade é precária, dada a dificuldade de acesso ao local; o impedimento, por parte da guarda civil, informação trazida por diversos membros da comunidade, de carregamento de novos materiais construtivos para dentro do bairro e impedindo, com isso, reformas e consertos das moradias.

O discurso difundido, no entanto, condena a comunidade como causadora do cenário ambiental degradado. Via de regra, tal discurso é acompanhado por jogos de desinformação que visam colocar a opinião pública contra a permanência dos moradores do Banhado, bem como a propaganda de melhoria na qualidade de vida para aqueles que saírem da área.

Exemplo dessa estratégia de desinformação é a notícia veiculada, por parte da prefeitura, intitulada “Mais de 20 famílias se mudam do Banhado e melhoram de vida” (2019), no qual moradores receberam R\$5.000,00 mais um auxílio moradia de R\$700,00 mensais por 3 anos – que foi morar de forma regularizada no periferia da cidade (RIBEIRO, 2019). As condições de aluguel em São José dos Campos, no entanto, não são favoráveis à permanência da população de baixa renda. Passados os 3 anos, não há garantia de sua renovação, podendo deixar famílias, em pouco tempo, sem opções de moradia novamente.

Outra opção é a remoção para os conjuntos habitacionais demasiadamente afastados das dinâmicas da área central da cidade e de seu dia-a-dia já estabelecido, como ocorreu em 2015, quando a PMSJC ofereceu aos moradores unidades habitacionais no Residencial Jaguary, cerca de 15 km do Banhado, no cinturão periférico da cidade, em uma área formada por diversos conjuntos habitacionais desde os construídos pela CDHU até os mais recentes do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Além disso, realocar a população em outra área é ignorar o vínculo entre terra e trabalho para os moradores do Jd. Nova Esperança, uma vez que morar no Banhado representa segurança alimentar e acesso facilitado ao mercado de trabalho da região central. De modo quantitativo, “a pesquisa censitária comprovou que 38% dos moradores trabalham na própria comunidade e 56% trabalham num raio de até 1km”, sendo que 50% de seus moradores utilizam alimentos produzidos e coletados no Banhado para as refeições diárias (TAVARES;

FANTIN, 2019, p. 4).

Mesmo quando busca construir uma imagem e um discurso de participação social e democrática para viabilizar a remoção da comunidade do Jd. Nova Esperança, a PMSJC trabalha de forma a desconsiderar os pleitos e as demandas da comunidade por permanência e regularização fundiária nas propostas de reformulação da área central.

O Plano Centro Vivo, lançado em 12 de agosto de 2011 (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2011), buscou requalificar a região do centro da cidade de São José dos Campos por meio de iniciativas públicas e privadas e é um exemplo do exposto acima.

Dentro do desenvolvimento do Plano Centro Vivo, foi alardeado o processo participativo que seria responsável por promover a validação política de sua existência. Sua aplicação, porém, indica uma participação muito mais consultiva e que não transfere poder real à população usuária ou moradora da região do centro. Há desconfiança dos cidadãos com relação a interação com o poder público, pois alguns sentem-se insatisfeitos de não terem suas contribuições atendidas. Em outras vezes, as sugestões populares já eram feitas tardeamente. (PUGLIESE et al., 2013, p. 6)

Tais afirmações inserem o processo participativo do Plano Centro Vivo como um instrumento de *concessão mínima de poder*, dentro da escala da participação-cidadã de Arnstey (2002), enquadrando-se mais como estratégia *consultiva* ou até *informativa* do que de fato uma transferência de poder de decisão. O poder público, dessa forma, ainda possui grande grau de liberdade para tomar partidos que não necessariamente vão de encontro, de fato, ou nem ao menos levem em conta, aqueles dos moradores.

O fator de relevância parece ser o de cumprir com a normativa estabelecida de que os cidadãos, de alguma forma, tiveram envolvimento no processo, e demonstrar o envolvimento em si, limitando-se, no caso, a produzir diagnósticos, ainda “como parte de um diagnóstico colaborativo do Centro, acontecendo em paralelo às outras etapas do diagnóstico técnico” (PUGLIESE et. al., 2013, p. 5), ou seja, sem vínculos diretos e com uma construção fragmentada de ideias. “O que os cidadãos conseguem em todas essas atividades é “participarem da participação”. E o que os tomadores de decisão conseguem é a evidência de que eles cumpriram as normas de envolver “aquele pessoa” (ARNSTEY, 2002, p. 6-7).

Dadas as condições da participação de construção desse diagnóstico e sem um desenho institucional claro para as próximas etapas, há garantia de força e organização da sociedade civil, bem como de vontade política por parte da PMSJC de implementar os conceitos gerados por essa fase de diagnóstico, sem garantias de partilha de poder por parte da gestão do Plano em sua materialização (AVRITZER, 2008).

Especificamente para o caso dos moradores do Banhado, porém, o Plano Estratégico Centro Vivo não reconhece, em sua cartografia, o Jardim Nova Esperança, apesar de elencar o Banhado como elemento de destaque. A renovação, como regra, é planejada levando-se em conta apenas os aspectos de preservação ambiental e viés de contemplação do Banhado como parque, sem sequer fazer menção à existência do núcleo de habitações presentes no Banhado, concomitantemente à posição geral da prefeitura:

Devido a toda essa conjuntura, os moradores do Banhado organizaram-se e constituíram uma comissão no intuito de propor alternativas e, principalmente, resistir contra um modelo de urbanização espraiado, caro ao poder público e contrário às



Figura 4: Mapa do Perímetro do Centro Vivo. Fonte: Pugliese et al., 2013.

necessidades dos moradores. Afinal, sem amparo ou reconhecimento externo, criar uma ferramenta efetiva que firmasse a existência e permanência da comunidade perante a gestão pública e o restante da população joseense se fez urgente. Nessa luta, os moradores e líderes comunitários empenharam-se no processo de participação do Plano Popular, utilizando-se do corpo técnico à sua disposição para construir, de forma conjunta, um plano capaz de fazer frente às pressões municipais de dissolução da ocupação.

O banhado resiste: o plano e a sua convergência com o sistema banhado

Após anos resistindo aos diversos projetos urbanísticos com objetivo de executar o parque e a Via Banhado, causando, consequentemente, a expulsão dos moradores da área que é de grande interesse do capital, a comunidade buscou a parceria da universidade para resistir, reagir e propor. A partir da união dos saberes popular e técnico, apresentaram uma possibilidade de urbanização que permite a permanência daqueles que há tanto se encontram ali e que hoje são acusados de algo diametralmente oposto à postura que tem: prejudicarem a área de proteção ambiental do Banhado.

O Plano Popular de Regularização Fundiária e Urbanização do Jardim Nova Esperança foi produzido com recursos do Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU-SP) através dos editais de apoio às práticas e iniciativas de assessoria técnica em todo o estado, e da Universidade de São Paulo (USP) através do Programa USP Aprendendo na Comunidade da Pró-Reitoria de Graduação, liderado pelo Grupo Práticas de Pesquisa, Ensino e Extensão em Urbanismo (PExURB) do Instituto de Arquitetura e Urbanismo-USP

Elencados os problemas, o objetivo do grupo que se formou na USP era de, ao mesmo tempo, criar um plano técnico que respondesse às necessidades dos moradores e testar métodos inovadores de trabalho. Assim, “o Plano de Urbanização e Regularização Fundiária do Banhado é uma experiência urbanística consolidada como instrumento técnico-político para a permanência segura e com qualidade de 460 famílias que residem no Jardim Nova Esperança.” (TAVARES, FANTIN, 2019, p.1)



A abordagem do plano ocorre nos espaços públicos da comunidade do Jardim Nova Esperança, evitando abordar aspectos da provisão de habitação, haja vista a necessidade de restrição de ocupação da área e de seu adensamento, bem como de limitar seu contingente populacional, já integralmente ocupado por moradias. Mesmo assim, alerta-se que situações de precariedade, vulnerabilidade e problemas ambientais são riscos de infraestrutura e requerem intervenções sobre algumas habitações. Por isso, o Plano traz esquemas detalhados do que deve ser feito em relação às ruas e identifica as áreas nas quais não devem existir edificações, indicando possíveis terrenos para realocação dentro dos limites da comunidade.

A solução urbanística busca integração entre os aspectos ambientais, patrimoniais, sociais e produtivos, partindo da relação terra-trabalho. Utilizou uma rede de infraestrutura tronco que ordenasse todo o território, limitando a expansão a partir do desenho das glebas e quadras, ao mesmo tempo lançando mão de técnicas alternativas de manejo de águas pluviais (como biovaletas, pisos drenantes para as vias, canteiros pluviais, reserva de áreas permeáveis nos lotes, entre outras), valorizando o ciclo hidrológico, e consolidando a integração da comunidade ao centro. Esse desenho é resultado do processo do trabalho de campo e diálogo constante com os moradores para o entendimento de seus usos e fluxos.

As edificações de toda área foram levantadas e, nesse processo, identificadas quais se localizavam em áreas determinadas como de risco, marcadas em plano. As vias seguem a hierarquia de compartilhamento com veículos, priorizando o acesso de pedestres. Além disso, entende-se que em plano é necessário

Figura 5: Plano Popular do Banhado. Fonte: Autoria própria.

Figura 6: Oficina de projeto, interação entre técnicos e comunidade
Foto: Renan Gomez, 2019.

apresentar os pontos para as águas fluírem de forma adequada e ser aproveitada pelos moradores. No âmbito do fortalecimento da produção local foram propostas praças-feiras onde os moradores podem comercializar seus produtos, defendendo, pela proposta integradora através da morfologia urbana, um modelo de cidade inclusiva, sustentável e democrática.

No que concerne às práticas metodológicas adotadas, buscou-se romper com o planejamento compreensivo e seus amplos diagnósticos, tal qual pudemos observar anteriormente na metodologia utilizada para o Plano Estratégico do Centro Vivo, que acabam por limitar a visão propositiva. Dessa forma a etapa de levantamento de dados foi realocada para uma etapa posterior, e foi utilizada como prospecção projetual. “Seu processo inovador se baseia em o Plano ser “uma interpretação do planejamento como (transform)ação presente.” (TAVARES, FANTIN, 2019, p.52).

Podemos destacar três aspectos do processo de desenvolvimento do Plano: a interdisciplinaridade através da equipe de diversas áreas do conhecimento, a participação social com oficinas, seminários e visitas a campo, que contribuíram na tomada de decisão projetual unindo o saber técnico ao conhecimento dos moradores, e o uso de novas tecnologias, como as RPA, que colaboraram na obtenção e organização de um banco de dados geoespaciais e na produção de cartografias, que



foram essenciais nas decisões e elaboração de diretrizes.

Apropriar-se dos instrumentos e tecnologias até então de uso do Estado foi fundamental na construção de uma outra narrativa que reforça a legitimidade da comunidade e contribui na sua luta diária de resistência contra as ações daqueles que tomam as decisões que afetam sua vida. Apesar dos custos desses equipamentos, as parcerias estabelecidas demonstraram que é possível associar tecnologia a projetos de caráter popular via assessoramentos.

Como escreve Crampton (2010, p. 41):

[...] mapear é em si mesmo um processo político. E é um processo político no qual um número crescente de pessoas está participando. Se o mapa é um conjunto específico de reivindicações de poder/conhecimento, então não somente o Estado e as elites, mas o resto de nós pode igualmente fazer reivindicações igualmente poderosas e em disputa.

As favelas, em geral, não estão presentes nos mapas oficiais e a falta de informação necessárias para a efetivação de direitos dessa parcela da população, reflete-se em um posicionamento e uma escolha política e ideológica. E, como registram Oyama et al. (2019), quando são incluídas nas cartografias ditas oficiais, essas cumprem uma função muitas vezes específica: materializar espacialmente o discurso técnico que justifica a remoção, frequentemente violenta, dessas comunidades pelo Estado; um discurso que encontra ressonância num momento em que as intervenções urbanas estão cada vez mais norteadas pelo empresariamento urbano.

Cartografando ausências e demandas (como acesso a serviços vitais de saneamento básico) da comunidade do Banhado, o Plano constituiu uma forma alternativa de denunciar um contexto particularmente opressor, exigindo e articulando soluções de curto a longo prazos, ao mesmo tempo em que forneceu elementos técnicos importantes e possibilitou avanços, com o suporte de oficinas participativas, no planejamento urbano e ambiental, sobretudo ao ampliar o entendimento do território. Como documentaram Moore e Garzón (2010), em anos recentes, cartografias participativas ou sociais, como as produzidas para o Plano, têm se tornado cada vez mais uma estratégia-chave para avaliar e comunicar

questões relativas à justiça ambiental, planejamento urbano e direitos humanos.

O Plano Popular foi elaborado por meio de plano de ações, cujos aspectos de permanência segura e com qualidade, estudo de um zoneamento ambiental preliminar foram orientadores. Outro ponto fundante foi o entendimento do Banhado como patrimônio histórico-cultural e, fundamentalmente, enquanto território e sistema ambiental. Ali se verificam dois conjuntos interligados que necessitam ser objeto de requalificação: a área atualmente ocupada pela comunidade, e o restante do espaço conectado à APA do Banhado, importantes para a regularização fundiária.

A construção desses diferentes olhares foi fundamental para a afirmação de uma alternativa ao projeto da PMSJC, que assumiu a remoção como fato consumado. O Plano, além de apresentar diretrizes de urbanização, cria uma nova narrativa sobre a população do Banhado, demonstrando sua importância para a cidade e, em particular, como potencial indutor para a recuperação ambiental do território, constitui-se em um instrumento estratégico de luta pela regularização fundiária e permanência.

Para atingir o objetivo-fim descrito acima, o Plano contemplou aspectos urbanísticos, ambientais e jurídicos, o que foi possível com a conformação da equipe multidisciplinar que o desenvolveu. Buscou-se um projeto de urbanismo de impacto reduzido, reconhecendo a comunidade como parte legítima da cidade e integrando-a efetivamente ao centro da cidade, fazendo da permanência uma estratégia de proteção ambiental da APA.

Uma das estratégias que fornece informações ao Plano foi de um zoneamento ambiental orientador. Trata-se de um instrumento de política ambiental que, além de possibilitar a identificação de vocações e aptidões ambientais para o desenvolvimento de atividades, apresenta potencial para promover a articulação com o projeto de requalificação urbana, uma vez que comunica aos planejadores o conhecimento global da área de estudo. Os elementos e critérios de entrada para o zoneamento foram uso e ocupação correntes (áreas agropastoris, vegetação arbórea densa ou arbustiva em recuperação, o núcleo adensado, entre outros) e áreas de fragilidade ambiental (áreas de proteção ao redor dos canais de drenagem existentes e afloramentos avistados *in loco*). A sobreposição das cartografias, com critérios de ponderação qualitativos, foi elaborada a partir do software

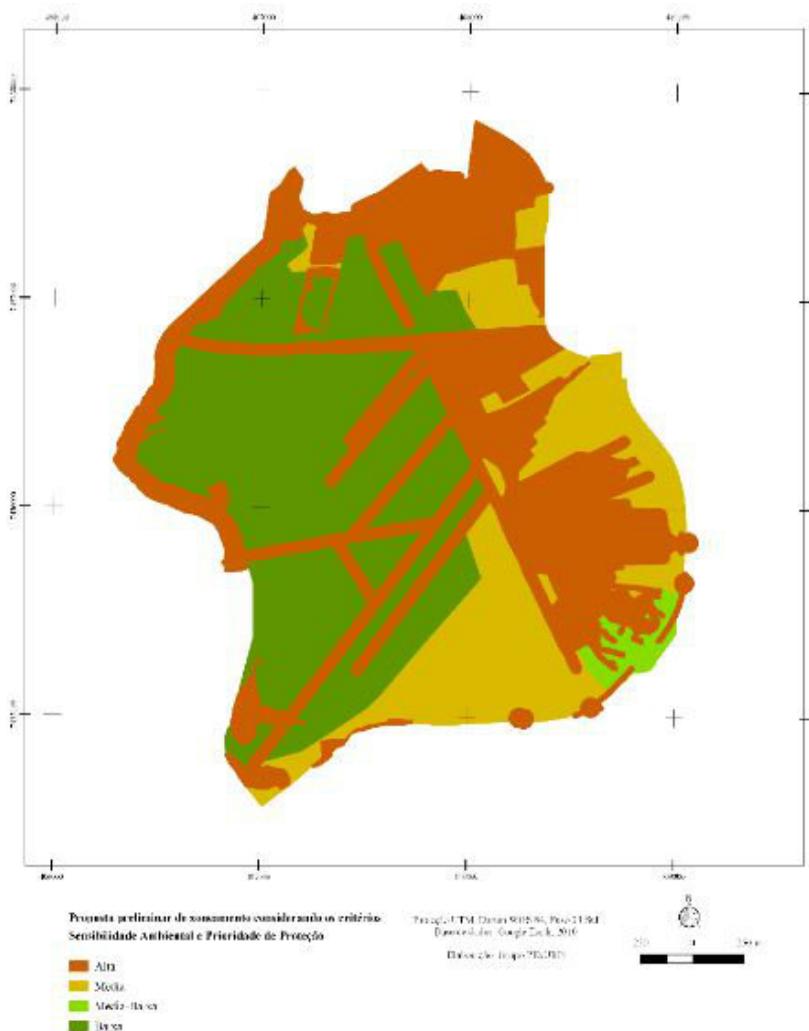


Figura 7: Proposta de zoneamento ambiental preliminar para o território do Banhado. Fonte: autoria própria.

Observa-se pela Figura 6 que a escala da ocupação é relativamente pequena, sobretudo quando comparada com outras fontes de pressão no território, como as grandes áreas agropastoris e a própria cidade, enquanto vetor de poluição difusa, efluentes, entre outros, que não foram considerados nessa proposta inicial. Diante desse recorte, em que se verifica a necessidade de induzir a recuperação ambiental do Banhado, reforçam-se, enquanto elementos possíveis de melhoria da qualidade ambiental da área, a importância do projeto de requalificação urbana de impacto mínimo e a possibilidade de

adequação da comunidade em relação à sensibilidade ambiental do território.

Apesar de ainda preliminar, o estudo do zoneamento ambiental constitui suporte ao debate existente, configurando-se como potencial base de contestação para uma opção alternativa de traçado ao Parque Municipal do Banhado, com a possibilidade, inclusive, de orientar a elaboração de seu Plano de Manejo, tendo em vista usos admissíveis em função de seus objetivos de proteção ambiental.

De fato, como registrado no Plano:

Não há incompatibilidade entre a existência de um assentamento humano consolidado no local e a conservação da diversidade biológica, há, sim, uma incongruência na avaliação que exclui este fator social na identificação estratégica da proteção ambiental, em prejuízo de um desenvolvimento sustentável. Portanto, a validade das leis de unidades de conservação que incidem sobre o Banhado depende da avaliação e transparência dos estudos técnicos, das chamadas públicas e outros mecanismos de fornecimento de informações à população que as subsidiaram. (TAVARES; FANTIN, 2019, p. 41-42)

A sobreposição de APAs e as intenções projetuais somam-se à questão da ocupação já existente, uma vez que a esta se deu em diferentes momentos e por distintas razões. Por isso, “para o conjunto antropizado, são necessários estudos sobre o patrimônio ambiental e também histórico-cultural, devido à beleza paisagística da concha da várzea [e] das potencialidades e qualidades hídricas; das relações humanas estabelecidas (...) e suas manifestações culturais materiais e simbólicas com o território que ocupam. (TAVARES, FANTIN, 2019, p.41) Dessa forma “os tipos de residência, as técnicas de agricultura e outros saberes poderão ser assim reconhecidos” (TAVARES, FANTIN, 2019, p. 41-42)

Por fim, para evitar que as ações de violência psicológica e desrespeito à história da comunidade sejam esquecidas, o Plano deixa como diretriz que o lote e fundações das demolições sejam mantidos. Os remanescentes, portanto, das lajes, alicerces e

paredes dessas edificações demolidas, com tratamento adequado, servirão como marco da resistência e pertencentes à memória da comunidade, referências físicas de sua luta, da violência sofrida, mas também de sua força.

Considerações finais

O Banhado, enquanto uma área de escala regional, apresenta particularidades que, descritas ao longo do texto, justificam sua preservação atrelada à permanência da comunidade Jardim Nova Esperança, tendo em vista o entendimento de que a comunidade tem colaborado com sua existência ao longo de todos esses anos.

Entender as relações intrínsecas do Banhado ser ao mesmo tempo comunidade tradicional e patrimônio histórico-cultural da cidade e da região foram fundamentais para a elaboração do Plano Popular. Ao mesmo tempo coloca-se a necessidade de aprofundar os estudos, mesmo com perdas significativas como a demolição da última casa de pau a pique, clara tentativa de indução violenta à desocupação da área por parte da população. Para além desses fatores, a permanência dessa comunidade significa manter as atividades produtivas rurais que garantem a segurança alimentar do entorno próximo, devido à produção agrícola familiar que os moradores desenvolvem e comercializam pelas ruas do centro.

Cabe destacar que a metodologia desenvolvida por meio de plano de ações solidificou um desejo de realizar uma alternativa ao planejamento compreensivo, promovendo uma experiência dialógica entre saberes popular e técnico, contando também com novas tecnologias no levantamento de dados imprescindíveis para todo o processo. Outro aspecto positivo no uso dessa metodologia foi o fortalecimento da relação universidade-cidade colocando ensino, pesquisa e extensão como instrumentos metodológicos para elaboração de projetos complexos.

Uma vez finalizado o Plano, os moradores se apropriaram do documento e já o utilizam como ferramenta de negociação e reivindicação em audiências e reuniões promovidas pelo poder público municipal e demais atores com poder de voto, buscando participar das decisões referentes às remodelações físicas e sociais em disputa dentro de seu território de moradia e trabalho, para mais do que resistir, propor soluções.

A primeira providência foi juntar o Plano Popular aos autos dos processos judiciais conexos de Remoção e Regularização Fundiária, o que desencadeou uma solicitação de audiência de conciliação por parte da Prefeitura, que não se materializou em acordo. Além disso, a Promotoria Estadual do Meio Ambiente solicitou uma reunião com os moradores e a Defensoria Pública objetivando maiores esclarecimentos sobre as estratégias e intervenção delimitadas no Plano Popular.

Como ferramenta de divulgação e afirmação de suas propostas, a comunidade do Banhado também promoveu o seminário "Diálogos Sobre o Banhado". Convidada, a administração municipal não enviou representantes ao evento. Na sequência, a prefeitura realizou o evento "Olho no olho com Felício Ramuth". Em resposta à ausência da prefeitura no seminário anteriormente descrito, os moradores do Banhado, com o Plano Popular em mãos e com o lema "se a cidade não vem até a roça, a roça vem até a cidade", participaram de forma bastante ativa desse evento com falas, manifestações e cartazes que reivindicavam uma resposta relacionada aos anseios de permanência e regularização fundiária.

As audiências públicas sobre a revisão da Lei de Zoneamento de São José dos Campos também estão sendo ocupadas pelas reivindicações dos moradores que entoam a frase "Regularização é um direito dos moradores do Banhado e defender o meu direito é meu dever". Nessas audiências, eles têm procurado pautar a Regularização Fundiária por meio do Plano Popular, assim como reivindicam a reclassificação de suas moradias para ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), direito conquistado em 1997 e retirado na projeto de revisão da lei de zoneamento.

Regularização é um direito dos moradores do Banhado e defender meu direito é meu dever

📍 CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO...



Figura 8: Fala dos moradores do Banhado na audiência pública de revisão da Lei de Zoneamento, 2019.
Fonte: Banhado Resiste.

Referências

ARNSTEY, Sherry R. Uma escada da participação cidadã. *Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE*, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. In: *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, nº 1, Junho, p. 43-64, 2008.

CRAMPTON, J. W. *Mapping: a critical introduction to cartography and GIS*. West Sussex: Wiley-Blackwell Publication, 2010.

G1 Vale Paraíba e Região. *Prefeitura de São José aciona Justiça para retirar moradores do Banhado*. 12/12/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiaba-regiao/noticia/2018/12/12/prefeitura-de-sao-jose-aciona-justica-para-retirar-moradores-do-banhado.ghtml> acessado em 09/08/2019.

JARAMILLO G. Samuel. Reflexiones sobre la "informalidad" fundiaria como peculiaridad de los mercados del suelo en las ciudades de América Latina. *Territorios*, Bogotá, Colombia núm. 18-19, enero-diciembre, 2008, pp. 11-53.

MOORE, E.; GARZÓN, C. *Social Cartography: The Art of Using Maps to Build Community Power. Race, Poverty & the Environment*, 2010, 17(2), p.66-67.

O Vale. *Justiça determina que prefeitura de São José retire bloqueio no Banhado*. 25/10/2018. 2018b Disponível em: https://www.ovale.com.br/_conteudo/2018/10/nossa_regiao/58058-justica-determina-que-prefeitura-de-sao-jose-retire-bloqueio-no-banhado.html acessado em 09/08/2019.

O Vale. *Prefeitura de São José interdita acesso do Banhado e moradores protestam*. 24/10/2018. 2018a. Disponível em: https://www.ovale.com.br/_conteudo/2018/10/nossa_regiao/57877-prefeitura-de-sao-jose-interdita-acesso-do-banhado-moradores-protestam.html acessado em 09/08/2019.

OYAMA, A. C.; MELO, B. M.; COELHO, I. L. F.; TAVARES, J. C.;

PEDRASSOLI, J. C.; FANTIN, M. *Cartografias contra-hegemônicas como ferramentas de efetivação de direitos: o caso da comunidade do Banhado*. XVIII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada (SBFGA): Geografia Física e as Mudanças Globais, 2019, Fortaleza - CE.

PUGLIESE, L. L. T.; MARTINS, B. A.; ROSA, G. A. E. E. *Plano Estratégico Centro Vivo, requalificando o Centro de São José dos Campos*. 19º Congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito, 2013. Disponível em: http://files-server.antp.org.br/_5dotSystem/download/dcmDocument/2013/10/07/ED08ED89-E5F9-4548-AEAC-586E41567C63.pdf acessado em 08/08/2019.

PRADILLA, E. La ciudad capitalista en el patrón neoliberal de acumulación en América Latina. In: *Anais do Seminário Cidade Neoliberal na América Latina: desafios teóricos e políticos*. A la memoria de Emilio Duhau López. 2013.

ROSA, F. A. *As políticas públicas do poder executivo municipal na remoção e/ou reurbanização das favelas do município de São José dos Campos*. 2002. Dissertação. Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2002.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. *São José em dados*, 2012. Disponível em: https://servicos2.sjc.sp.gov.br/media/293116/saojoseemdado_s4_fev.pdf acessado em 08/08/2019

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. *Mais de 20 famílias se mudam do Banhado e melhoram de vida*. Cláudio Ribeiro, 15/03/2019. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/noticias/2019/fevereiro/06/mais-de-20-familias-se-mudam-do-banhado-e-melhoram-de-vida/> acessado em 09/08/2019

SILVA, D. V. *Banhado Resiste: estratégias discursivas de uma comunidade protegida*. São Paulo: ENANPUR, 2017

SILVA, D. V.; VIANNA, P. V. C.; ZANETTI, V. R. Planejamento urbano, agentes e representações: criação do Banhado, cartão postal de São José dos Campos. *Ambiente & Sociedade*, v. 20, n.02, p. 163-184, jun. 2017.

SPRIOMAIS. *Moradores do Banhado protestam contra o fechamento de acesso*, 24/10/2018. Disponível em: <<https://www.spriomas.com.br/2018/10/24/moradores-do-banhado-protestam-contra-fechamento-de-acesso/>> acessado em 09/08/2019.

TAVARES, J. C.; FANTIM, M. (coordenação e organização). *Plano de Urbanização e Regularização Fundiária do Banhado*. Relatório Final. São Carlos-SP: IAU-USP; Grupo PExURB. 2019.

***Ana Luísa Figueiredo** é arquiteta e urbanista (DAU/UFV, 2015), mestra em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo no Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU/USP). E-mail: figueiredo.aluisa@gmail.com

Augusto Oyama é engenheiro ambiental pela Escola de Engenharia de São Carlos (EESC/USP, 2019). E-mail: augusto.oyama@gmail.com

Natalia Tamanaka é arquiteta e urbanista (CTU/UEL, 2018), mestranda em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo no Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU/USP). E-mail: natalia.tamanaka@usp.br

Renan Gomez é arquiteto e urbanista (IAU/USP, 2018), mestranda em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo no Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU/USP). E-mail: renan.s.gomez@gmail.com

Jeferson Tavares é doutor em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo (IAU/USP), professor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP). E-mail: jctavares@usp.br

Marcel Fantin é doutor em geociências (UNICAMP), professor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP). E-mail: mfantin@sc.usp.br



Barcelona invisível, a tradição libertária no espaço urbano

Invisible Barcelona, libertarian tradition in the urban space

Léa Guimarães Souki*

Resumo

O propósito deste artigo é analisar o legado da cultura anarquista e libertária em Barcelona no século XXI. O texto trará um breve recorrido aos primórdios da “Barcelona rebelde”, à afirmação de uma ordem laica através do anarco-sindicalismo e do pensamento racionalista presentes na cidade desde o século XIX. O projeto republicano, do qual fazia parte o anarco-sindicalismo, de apropriação e ressignificação do espaço urbano, se fez através da presença da CNT nas ruas, nas barricadas, da “ação direta” e das “redes de afinidades” nos bairros barceloneses. Também será tratada a maneira como a cidade hoje vive seu passado ácrata e as novas manifestações da cultura libertária.

Palavras Chave: Barcelona, legado libertário, espaço urbano, anarco-sindicalismo, cooperativas de Sants

Abstract

The aim of this article is to analyze the legacy of the anarchist and libertarian culture in Barcelona in the 21st century. It will briefly debate the beginnings of the "rebel Barcelona" and the establishment of a secular anarcho-syndicalism order as well as the origins of the rationalist thinking present in the city since the 19th century. The Republican project appropriated and reinterpreted the urban space through CNT's presence in the streets, the barricades, "direct actions" and "affinities networks" in the neighborhoods of Barcelona itself. The manner which the city currently lives its anarchist past are also covered in this article, as well as new manifestations of the libertarian culture.

Keywords: Barcelona, libertarian legacy, urban space, anarcho-syndicalism, Sants Cooperatives.

Barcelona invisível, a tradição libertária no espaço urbano[1].

"La caída de las colonias impulsó el Catalanismo y la anexión en 1897 de los pueblos de las cercanías aceleró un crecimiento urbano que bajo la decoración burguesa del Modernismo se ocultaba toda la pólvora del Anarquismo, aún hoy en día olvidado en guías y placas del nomenclátor"

Jordi Corominas

Introdução

Os anos da ditadura franquista e a estigmatização do anarquismo, seguidos de uma transição onde se pactuou também a memória, fizeram com que a cidade de Barcelona se tornasse antes referência cultural por sua arquitetura e esplendor do que por sua histórica rebeldia. Sabe-se que seu aspecto exemplar se relaciona especificamente à experiência única de o anarco-sindicalismo ter sido governo na Espanha, através de ministros da Segunda República, e, notadamente em Barcelona, no período revolucionário compreendido entre a defesa da cidade, em julho de 1936, até maio de 1937, quando teve que disputar o controle da cidade com comunistas e republicanos.

Ser anarquista e ao mesmo tempo ser governo é uma originalidade que Barcelona viveu em seus espaços físicos durante a Guerra Civil, ainda hoje lembrada e presente como prática libertária, em alguns bairros de maneira próxima e positiva, e em outras partes como evocação sangrenta e inquietante. Para responder às perguntas: o que é o anarquismo hoje em Barcelona? Onde se encontra e como se expressa? recorreu-se às leituras documentais e históricas e foram visitados bairros, ateneus, cooperativas, além de ouvir seus frequentadores.

Na tentativa de responder a essa pergunta, foi considerada a experiência coletivista atual do bairro de Sants, a mais emblemática na evocação do passado anarquista, o campo referencial desta pesquisa, assim como os ateneus. Estes são espaços anarquistas e libertários originalmente lugar de formação cultural e intelectual dos trabalhadores, hoje lugares de convivência, onde se encontram representados movimentos de minorias, coletivos feministas, ecologistas, veganistas e

vegetarianos, defensores de animais, apoio a refugiados, grupos de caminhadas e objetores de consciência. Alguns deles se autointitulam anarquistas, e muitos outros se declararam libertários[2]. Aqui estamos nos referindo tanto à tradição anarco-sindicalista como à libertária, no sentido em que a entendem alguns teóricos ácratas. Em uma leitura atual pode-se resumi-las, de acordo com um de seus intérpretes, Carlos Taibo (2015), como sendo seu ponto fundamental a consciência profunda de que fazemos parte do mesmo sistema que queremos destruir, em contraste com a esquerda tradicional que entende revolução como uma confrontação entre, bons e maus, entre lúcidos e perversos. Para ele o anarquismo não tem um plano estratégico de onde chegar, as atividades diárias apontam para a construção viva de uma sociedade horizontalizada, são contra os regimes autoritários e hierarquizados tanto de direita como de esquerda.

Do ponto de vista da militância sindical, assim o anarquismo é definido, segundo um representante da Confederació General del Treball / CGT:

O anarquismo é uma corrente de pensamento e de ação que propugna pela instituição de uma sociedade organizada sem nenhuma forma de autoridade nem de estrutura hierárquica de poder (...) aspira à construção de uma sociedade autônoma e autogestionada, uma sociedade de homens e mulheres livres e iguais não só ao nível jurídico formal, como também ao nível efetivo (...) o movimento se desenvolveu ao longo da história como uma corrente altamente heterogênea, sem um corpo doutrinário ou teórico unitário e com visões diversas e plurais. A tradição libertária tem se destacado particularmente na construção de alternativas de auto-organização popular, nos mais diversos campos. (Garcia, 2016, p.3-5, tradução livre da autora).

Entendem a doutrina socialista como construção artificial e distante, propõem a "ação direta" como um valor e um método de ação. Em Barcelona, nas décadas de 1930 e 1920, ancorada na

postura anti-policial dos bairros e na luta corpo a corpo com a polícia, a “ação direta” se desenvolveu *pari passu* com a solidariedade entre vizinhos. A capacidade de enfrentar a polícia passou a ser parte da identidade dos bairros – quanto maior sua eficiência e capacidade, maior o reconhecimento. Para os anarquistas não tem importância a ideia da sociedade que se quer construir, conta muito mais a “ação direta”, sem dogmas, sendo que o único princípio permanente é a experiência prática da solidariedade[3].

Barcelona tem hoje 59 ateneus registrados na Prefeitura (Anuário Estadístico, 2016). Durante a pesquisa que sustenta o artigo, foram visitados oito ateneus, duas cooperativas, três livrarias-cooperativas e foram entrevistados intelectuais, ativistas e jornalistas. O perfil dos entrevistados variou entre ativistas e estudiosos do tema, seu conteúdo será explicitado na medida em que seus depoimentos se tornam parte do argumento.

A originalidade barcelonesa

Uma explicação da rebeldia barcelonesa, que atualmente encontra ressonância entre alguns observadores como Oriol Pi Cabanyes (2016), Guillem Martínez (2009), Cris Ealham (2005, 2010), Manuel Delgado e Manel Aisa – estes dois últimos entrevistados pela autora em 2016 no âmbito das pesquisas que originaram este artigo – se relaciona com o fato de o Estado Central estar distante e mesmo ausente para cumprir seu papel de aglutinador da sociedade. Essa tensão com o Estado Central se inicia na Idade Média e se repete quando a Catalunha tem que se acoplar ao Estado da monarquia aragonesa-catalã, na Idade Moderna. A particularidade da rebeldia barcelonesa, já no século XIII, se manifesta na criação do *Consell de Cent*, espaço de decisão composto por cidadãos, que posteriormente se estabeleceram e persistiram historicamente como famílias poderosas. Assumiram toda a administração da cidade, desde a Justiça e o urbanismo até o controle dos preços dos alimentos, além de sua defesa e da relação com a monarquia. Apesar de conquistar todo este controle, sua conexão com a Igreja era mais conflituosa do que no resto da península. No século XVIII, o *Consell de Cent* liderou uma guerra civil contra Felipe V, rei da Espanha. A cidade foi derrotada pelos Bourbons, época em que o invasor já havia proibido o uso do idioma catalão, restaurado

posteriormente. Desse conflito com o Estado central, e sendo Barcelona a cidade mais industrializada de todo o Mediterrâneo, nasceu no século XIX uma cultura libertária original.

(...) la gran originalidad de Barcelona, su gran especialidad en la fricción con el Estado, ha sido su cultura libertaria, adquirida a lo largo de un siglo XIX espectacular e increíble. Barcelona es de hecho la ciudad cuya rebeldía menos y más tarde ha recurrido, por ejemplo, al marxismo. Y la única del mundo mundial que ha realizado en el siglo XX una revolución anarquista con cierta estabilidad y duración y con algún texto básico del anarquismo, como opina Chomsky. La tradición libertaria, demasiado descomunal para desaparecer del cerebro colectivo barcelonés tan rápido, como en efecto, ha desaparecido, sobrevive (...). (Martinez, 2009, p.14)

Sob a industrialização, a fama de “cidade rebelde” já se encontrava registrada na afirmação de F. Engels, de 1873: “Barcelona, la ciudad industrial más grande de España, ciudad cuya historia registra más luchas de barricadas que ninguna otra villa del mundo” (Marxist Internet Archiev, 2000). Sendo Barcelona um dos polos da industrialização da Europa, nela também se deram os mais altos níveis de exploração da força de trabalho. Nesse contexto de superexploração foi que se desenvolveu a experiência histórica mais continuada das lutas anarco-sindicalistas que, entre 1936-39, chegou a ocupar o alto escalão da republicana espanhola.

Em que sentido se pode atribuir a experiência histórica do anarquismo a algo especificamente barcelonês, uma vez que a luta de classes acirrada se deu também em outros países europeus e em outras cidades sem que com isso o anarquismo tenha fincado raízes tão persistentes? Em entrevista, o antropólogo e escritor barcelonês Manuel Delgado deu sua particular interpretação: “O anarquismo é o nosso líquido amniótico. Aqui se pode ser anarquista e mais qualquer outra coisa, temos de tudo: anarquista-monárquico, anarquista-maçon, anarquista-católico, anarquista-comunista, anarquista-espírita.” (M. D., entrevista à autora, 14 jul. 2016)[4].

Quais seriam as explicações plausíveis para a extensão e persistência dessa experiência? Os socialistas e posteriormente os comunistas não tiveram em Barcelona a mesma aceitação de outras grandes cidades espanholas. A importância que essas correntes atribuíam ao Estado e a estrutura hierarquizada de suas organizações constituiu um fator de repulsa para os trabalhadores barceloneses. Percebendo essas dificuldades a Unión General de Trabajadores, UGT, socialista, transferiu-se para Madrid, em 1899. De outro lado, o federalismo, a ação direta praticada nos bairros e a estrutura flexível das organizações anarquistas correspondiam muito mais aos costumes locais do que a ideia da “ditadura do proletariado”.

A força da experiência histórica libertária em Barcelona está, em muito, relacionada à forma como se deu ali a acumulação do capital na indústria, a exploração da mão de obra industrial, o desemprego, a imigração, as condições de habitação e moradia, os longos períodos de fome, a truculência do uso da violência direta por parte do Estado e a incapacidade de negociação dos capitalistas. A concentração e a disposição das grandes fábricas na cidade também são fontes de explicação para a capacidade de organização e aglutinação dos trabalhadores. As práticas locais do federalismo e a solidariedade na confrontação com as forças da ordem por meio da “ação direta” e da ação dos “grupos de afinidades” criaram uma rede de integração e solidariedade que não se estabeleceu em nenhuma outra cidade industrial da península. O exemplo do bairro de Sants – cuja experiência de cooperativa atual será tratada neste artigo – é um caso em que a espacialidade, definida pela proximidade da ferrovia, pelo acesso ao porto e pela concentração territorial de fábricas, é fator que, *a posteriori*, pode ser tomado como uma das fontes de explicação para o fenômeno do anarquismo local. Outro fator importante foi o surgimento entre os trabalhadores de grandes lideranças do porte de Durruti, Oliver e Ascaso. O reconhecimento que esses líderes desfrutavam chegou a ultrapassar as fronteiras da própria Catalunha, conferindo-lhes um protagonismo nacional durante a Guerra Civil. Pode-se fazer ideia da popularidade dessas lideranças através da descrição de um contemporâneo:

Los compañeros tenían una manera de ser gregaria en cuanto a bares. Bastaba que vieran a uno sentado en un velador de café para que tomasen asiento a su lado. (...) La Tranquilidad se hizo célebre como

punto de concentración de lo más florido del anarquismo barcelonés y muchos novatos concurrían expresamente a aquel bar, (...) sólo para ver de cerca a Durruti, Ascaso o García Oliver, el “trío de la benzina” que solía llamárseles. (DALMAU; MIRO, 2010, p. 62, nota 74)

Os pontos de encontro eram os bares e os ateneus e em períodos de muita repressão as caminhadas dominicais, nas quais os trabalhadores se reuniam para discutir e se instruírem. As cooperativas também desempenharam um importante papel nos períodos em que as prisões estavam abarrotadas de trabalhadores e suas famílias estavam na miséria. O papel da Igreja como aliada do Estado e garantidora da ordem fechou o círculo da opressão de maneira a ser difícil para os trabalhadores apostarem em uma solução reformista.

A tese do historiador inglês Chris Ealham, baseada em pesquisa empírica minuciosa e original, sustenta que a rua, em Barcelona, era o espaço da CNT, *Confederación General del Trabajo*, no qual os trabalhadores e desempregados desenvolveram maneiras de se mover e se articular mesmo nos períodos de repressão intensa, quando vigorava a Lei Marcial. Nos bairros foi se formando, a partir de variadas experiências de luta, uma cultura acumulada por meio de ações diretas. Essas foram geradoras de um conjunto de conhecimentos que se revelaram de maneira persistente e quase natural de defesa dos direitos dos trabalhadores, a ponto de se poder falar, em Barcelona no início do século XX, de uma “contracultura essencialmente anarquista” (EALHAM, 2005, p.190).

Diferentemente dos comunistas e socialistas, para a CNT não havia a categoria *lumpemproletariado*. Ao contrário, a vida no espaço da cidade incluía desempregados, praticantes de pequenos roubos, artistas de rua, prostitutas e toda a diversidade de despossuídos. Sob a influência do método da “ação direta” propugnado pela CNT, ao mesmo tempo em que introduziam e afirmavam os valores anarquistas de liberdade e autonomia, os trabalhadores também aprendiam e se alimentavam das experiências já existentes na cultura local. Em um ambiente em que os patrões não se dispunham a negociar com os sindicatos e nem criar espaços institucionais de negociação, a CNT passou a criar e conquistar espaços e frentes de luta mais amplos, para além das fábricas. Nesse processo, os

trabalhadores passaram a utilizar métodos não legais, como negociar e forçar o barateamento dos aluguéis e dos alimentos e formar escoltas armadas para grupos de mulheres operárias que requisitavam comida nas lojas em períodos de greve ou de desemprego.

Os “grupos de afinidades”, principal forma de estruturação das atividades da CNT, eram compostos por certo número de pessoas que variava de um mínimo de quatro ao máximo vinte e visavam à conscientização e à formação de práticas cotidianas de solidariedade, liberdade e autonomia. Reuniam-se em bares e cafés, que diferentemente da tradição socialista conviviam com setores marginalizados em ambientes em que eram valorizadas qualidades como heroísmo, rebeldia e resistência à ética do trabalho e aos valores capitalistas.

Outro aspecto original da experiência das lutas operárias em Barcelona é a concomitância de dois fenômenos importantes. De um lado a exploração da força de trabalho em proporções anteriormente desconhecidas, que resultou na malha de solidariedade formada nos bairros. De outro, o surgimento de um movimento renovador, iluminista e laico, nascido no século XIX, que mobilizava setores esclarecidos da classe média por meio de intelectuais e pensadores. Críticos da Igreja e afins às ideias republicanas de origem francesa, esses intelectuais militavam por uma educação não-religiosa e universal, em um projeto que coincidia com a busca da educação emancipadora dos ateneus e dos “grupos de afinidades”. É importante lembrar que na Espanha bourbônica e católica o pensamento racionalista teve dificuldade para se consolidar, a revolução científica moderna foi rechaçada e a Inquisição durou até 1834. Daí a afirmação de uma “entrada dramática da Espanha na modernidade”, segundo as palavras de Diaz (1987, p.99).

Na Catalunha a questão da laicidade do Estado foi um aspecto mais conflitivo do que no resto da Espanha, ela envolvia uma educação emancipadora e universal no bojo de um projeto maior de afirmação da identidade catalã e republicana. O ateísmo tinha uma dimensão política explícita em Barcelona, uma questão explosiva em um ambiente de tensão social, de desigualdade extrema e de privilégios da Igreja. Como expressão dessa corrente, merece atenção a Escola Moderna de Ferrer i Guardia, renunciada na transição e ainda hoje e associada à vertente maçônica.

Ferrer i Guardia, pedagogo e filósofo, foi preso e executado, em 1910, sob o protesto de vários países europeus. Responsabilizado pelo atentado contra o Rei Alfonso XII, quando morreram 113 pessoas, foi julgado por um tribunal militar e condenado sem provas. Ainda que as imagens de Ferrer i Guardia e da Escola Moderna tenham sido associadas ao anarquismo, hoje seus seguidores não se reconhecem como tal. Em entrevista à autora em 28/04/2016, o diretor da Fundación Ferrer i Guardia esclarece: “Para Ferrer i Guardia la emancipación humana tiene que ver con instituciones, en el que se ajena del anarquismo. Cuando se decepciona con la política convencional, entre los años de 1894 e 1895, presenta como solución la educación sin la pregación de sumisión, culpa y dolor como hace la Iglesia Católica. Sobre el anticlericalismo, la masonería catalana es clara, ve la Iglesia como la principal responsable del obscurantismo”.

O estigma. Queimar igrejas.

Mesmo que o anarquismo, ainda hoje, continue seduzindo os idealistas antissistema, para muitos barceloneses permanece um estigma que às vezes dificulta seu autoreconhecimento como tal. Em Barcelona pode-se encontrar ativistas libertários, ecologistas, pacifistas e idealistas de várias tendências que, não se autodefinindo como anarquistas, têm a foto de Kropotkin junto com a dos familiares[5]. Além da razão óbvia da associação com a guerra e com o uso da violência, por que o estigma? Para muitos, o anarquismo não é algo vivido por meio da prática solidária, da literatura ou do cinema. Ao contrário, foi passado através da memória dos parentes que viveram o drama da guerra – a fome, a perda de pessoas muito próximas, os embates na vizinhança, no bairro, dentro da família, os bombardeios, as mortes diárias. São diversos os sentimentos que o anarquismo legou de seu passado aos barcelonenses. Em alguns bairros, os anarquistas são vistos muitas vezes com simpatia pelo aspecto pacifista e construtivo que demonstraram em seu cotidiano, como é o caso da Vila de Gràcia, considerado um bairro de tradição declaradamente republicana. Porém, para a maioria da cidade, inclusive para a esquerda, é desagradável recordá-los.

A desconfortável memória de “queimar igrejas” pode provocar uma reação automática e irrefletida de mal-estar em muitos

barceloneses. Nas palavras de um escritor e jornalista entrevistado, “o estigma vem não só da direita, vem, sobretudo, dos comunistas. Foram eles que mais estigmatizaram os anarquistas, a CNT e FAI[6]”. Do estigma se valeu e se alimentou a ditadura franquista durante os 38 anos em que se empenhou em dominar e submeter a “cidade rebelde”. Com a expressão “queimar igrejas” pretende-se aqui sintetizar aquilo que se refere ao estigma atribuído ao anarquismo barcelonês. Foram dois os momentos que, da perspectiva estigmatizante, foram condensados. O primeiro foi a *Semana Trágica* (1909), quando, sob influência do agitador populista Lerroux, líder do Partido Radical, incitou-se a população ao saque como reação ao recrutamento dos pobres para a Guerra do Marrocos. Tendo centrado o ódio de classe contra a Igreja, na prática o motim deslocou o foco da grande burguesia barcelonesa para os alvos eclesiásticos. Foram queimadas 80 instituições religiosas. Desses, 33 eram escolas, 14 igrejas paroquias, 11 instituições benfeitoras (orfanatos, asilos para idosos, casas de correção), 8 residências religiosas masculinas, 8 conventos de clausuras e 6 círculos operários (Martínez, 2009, p.239).

O segundo momento marcado por episódios sangrentos corresponde ao período da Guerra Civil, especificamente nos dois primeiros dias, quando os anarquistas barraram o golpe em Barcelona, foram queimadas igrejas e conventos. Mesmo sendo a produção literária e algum material de pesquisa acessíveis nos últimos anos, percebe-se contenção ou retraimento em examinar os fatos por parte dos estudiosos. Já aos olhos do historiador britânico Chris Ealham (2005, 2010), a interpretação dos traumáticos acontecimentos históricos se revelou em extensa pesquisa isenta dos pruridos que o tema costuma provocar nos barceloneses. Ele vê a repressão religiosa como um aspecto singular da revolução espanhola, entende como uma originalidade do movimento revolucionário ter sido dirigido contra as instituições religiosas. Sustenta a tese, baseada em observadores estrangeiros e nativos, que a ação chamada “Jornadas de Justiça Fumegantes” era de natureza calculada e deliberada. Não se tratava de uma paixão anticlerical, mas de uma decisão de republicanos e membros da CNT de transformar os espaços religiosos em espaços cívicos. A escolha de quais igrejas seriam queimadas era deliberada em assembleias populares. Não era permitido aos manifestantes se apossarem pessoalmente de objetos de valor, o princípio era aplicar um conteúdo moral e político aos saques. As avaliações dos objetos saqueados eram feitas por Comissões Técnicas criadas para

esse fim. Com isso, os dirigentes republicanos e os membros dos comitês de bairros e sindicatos queriam ressignificar o espaço eclesiástico com a finalidade de “superar o déficit do espaço construído” (Ealham, 2005, p.294). A nova ordem republicana transformava esses lugares em espaços onde se pudessem exercer atividades públicas, como emblemas de sociabilidade e de organização da nova sociedade. A igreja significava terra, espaço físico, condições de exercer as práticas republicanas e rationalistas. Suas edificações passavam a funcionar como cinemas, confessionários como bancas de revistas e criptas das igrejas, abrigos contra bombardeios. Tratava-se de destruir a base ideológica burguesa desmantelando o principal suporte da opressão. (Ealham, 2005, p.293-294)

No decorrer das ações de saque e confisco das igrejas, os anarco-sindicalistas procuravam salvar os objetos artísticos de valor, especialmente em ouro, com a finalidade de financiar equipamentos bélicos; os sinos das igrejas, por exemplo, eram confiscados e dissolvidos para serem transformados em canhões. Sobre o confisco dos sinos, um ativista entrevistado adiciona outro conteúdo: “Las campanas eran la voz de la iglesia y de todo que ella conllevaba. Por el toque de la campana se anunciaban las celebraciones, las obligaciones, la disciplina, las diferencias de clase. Se podría saber en un funeral sobre la clase social, el prestigio y el poder de quién estaba sepultado. Entonces se trataba de impedir que la iglesia fuese la voz de la ciudad.” (J.B., entrevista à autora no Centre Cultural Case Orlandai, em 03 jun. 2016).

O espaço urbano em disputa

Teria havido em Barcelona um projeto urbano de uma cidade revolucionária? Seria difícil contestar e ou afirmar mas, na distribuição do espaço urbano, é possível entender o crescimento econômico e a estrutura de classes visível na cidade que é hoje celebrada como uma das mais belas e arrojadas expressões do Modernismo. A partir de 1850, após a derrubada da muralha medieval que cercava a cidade em torno do porto, parte das elites barcelonesas supôs ter encontrado espaço para realizar o ideal catalão de uma cidade moderna e integrada. O Plano Cerdá, projetado em 1859 sob a liderança do arquiteto progressista Ildefons Cerdá, entendia que a renovação urbana e a planificação da área da Cidade Velha, com seus

traçados irregulares, trariam condições de habitação mais integradas e justas, compatíveis com o modelo de cidade vanguardista que eles entendiam como algo mais catalão do que espanhol. Rompida a muralha medieval que acolhia bairros deteriorados como o Raval, uma nova área, a Eixample, de acordo com o projeto de Cerdá, facilitaria a nova função da cidade antes emuralhada: seria a área planificada onde conviveriam as diferentes classes sociais sob um sistema de igualdade social e unidade cívica. O plano igualitário de Cerdá, ao ser subordinado aos interesses da burguesia catalã, a qual se adaptara às diretrizes do Estado Central, ficou inviabilizado como ideal de planejamento urbano justo e emancipador.

No início da Guerra Civil, o governo catalão através de seu presidente Lluís Companys, teve uma política de aproximação e reconhecimento da CNT, a força mais estruturada nas ruas de Barcelona. Para entender sua importância, faz-se necessário registrar que foram a CNT e a Federación Anarquista Ibérica (FAI) as colunas que garantiram a derrota dos comandos militares golpistas que invadiram a cidade, em 18 de julho de 1936. As milícias antifascistas dos anarquistas foram as únicas forças organizadas e armadas capazes de deter militarmente o golpe e o fizeram nas ruas. Combateram rua a rua, quarteirão a quarteirão em torno das sete unidades militares golpistas. Enfim, as ruas eram o espaço dos anarco-sindicalistas muito mais que da burguesia. Nas palavras de um cooperativista:

En 1936 Hombres de Acción paran el golpe militar, se hace el 80% de colectivización en Barcelona, en el gobierno de la República. Son tres los grupos componen el gobierno: Grupos de Defensa (organizan los comités), Comité Militar y el Comité Anti-fascista (a cargo de CNT), en estos últimos los más importantes son los Comités de Colectivizaciones en los barrios. En julio de 1936, la pequeña burguesía catalana se asusta con CNT y crea el PSUC. Se puede decir que en Barcelona el Anarquismo es una expresión teórica de una organización social. (I. M. Diretor da Cooperativa de Sants, entrevista concedida na livraria “Ciutat Invisible”, 22/04/2016).

Um antropólogo e urbanista barcelonês, em entrevista, assim descreve o dia 18 de julho de 1936: “Era verano y vacaciones escolares, la ciudad estaba vacía, las clases medias y burguesia estaban fuera. La defensa de la ciudad se hizo por la lucha armada formada por las barricadas de barrios bajo el liderazgo disciplinado de la CNT.” (Manuel Delgado, entrevista à autora na Universitat de Barcelona, em 14 jul. 2016). Embora a estrutura dos comitês de bairros e de distritos fossem mais elásticas que a dos partidos políticos, na prática as barricadas cenetistas, em 18 de julho de 1936, tiveram uma ação eficiente e coordenada no combate às forças do general Franco. A construção de barricadas, tradição federalista catalã, foi o elemento fundamental que definiu a seguir a forma do urbanismo revolucionário, na medida em que o espaço urbano era o lugar de seu projeto político e a organização e a continuidade de sua ocupação estava em mãos da CNT-FAI. No bojo da reorganização do espaço urbano, a vida cotidiana foi se tornando mais proletarizada, o que se podia ver pelo uso disseminado dos macacões azuis de inspiração proletária e miliciana. Quanto à eliminação física dos inimigos de classe, a Igreja foi definida como principal alvo^[7] e a maioria das mortes no período foram feitas sob o conhecimento de autoridades republicanas. No que se refere ao espaço da produção, a ideia era trazer os antigos donos das fábricas para dentro delas em condições similares às dos trabalhadores, o que aconteceu em alguns espaços coletivizados. Essa tendência foi enfraquecida quando os comunistas republicanos do Partit Socialista Unificat de Catalunya/PSUC, que formavam parte da aliança antifascista, passaram a proteger a pequena e média burguesia barcelonesa, momento em que os ácratas tiveram no estalinismo o principal inimigo.

Chris Ealham (2005, 2010) sustenta a ideia de que a apropriação do espaço urbano barcelonês foi parte de um projeto pensado, e não uma comoção revolucionária explosiva e selvagem. O argumento que segue baseia-se, em alguma medida, nas informações apresentadas pelo autor sobre a maneira como os anarco-sindicalistas ocuparam a cidade e procuraram imprimir sua presença. Esse projeto teve dois ingredientes políticos fundamentais: o primeiro, a ação de combate dos revolucionários não alinhados aos comunistas e socialistas (CNT anarco-sindicalista, FAI anarquista, e POUM, Partido Obrero de Unidad Marxista, trotskista) que, articulando uma concepção e uma prática do “urbanismo revolucionário,” se apropriaram e ressignificaram o espaço urbano; o segundo foi a cultura dos

bairros, que tendo uma sólida tradição de luta e ação direta desde 1830, foram atores cotidianos importantes em suas “redes de afinidades” e solidariedade ao conseguirem viver sua concepção do que seria a “cidade proletária”.

A cultura de ação autônoma da classe trabalhadora seguia os costumes locais, mesmo estando ligada à CNT, sendo os “comitês de distritos” o único organismo genuinamente revolucionário formado em julho de 1936. Contudo, a partir de maio de 1937, os libertários – CNT, FAI, POUM – sofreram uma importante derrota em confronto com os comunistas na cidade. Em outubro do mesmo ano, um decreto do governo republicano extinguiu os comitês locais da Catalunha, decisão aparentemente acatada pelos anarco-sindicalistas. Diante dessas medidas que debilitaram as conquistas históricas dos trabalhadores, os mesmos que haviam sustado o golpe fascista em 1936, a desconfiança histórica dos catalães em relação aos organismos estatais da ordem pública foi reforçada. Os trabalhadores viam-se diante de uma Segunda República incapaz de defendê-los dos inimigos de classe. Por outro lado, alguns líderes anarquistas passaram a ceder às pressões de seus aliados militares ao darem prioridade à guerra e não à revolução. Diante do progressivo acordo desses líderes com a República, os comitês de bairro foram se enfraquecendo, o que debilitou o poder dos comitês locais e comprometeu o projeto urbanístico revolucionário de apropriação e ressignificação do espaço.

Coerente com o projeto da cidade republicana e compatível com a moral anticonsumo e antimaterialista da CNT, a forma de apropriação do espaço pertencente aos ricos da cidade não teve mero sentido de apropriação material, mas foi capaz de imprimir outro significado aos lugares de exclusão, dando conotação pública àquilo que entendiam como tendo sido tirado do povo. O abastecimento foi um importante foco das intervenções tanto no que se refere à apropriação de estoques para distribuição como à criação de uma rede de restaurantes populares. Em Barcelona, o Hotel Ritz foi convertido em Hotel Gastronômico, um restaurante comunitário que servia às milícias e aos pobres, desempregados, trabalhadores e excluídos. Os casos mais emblemáticos de apropriação dos espaços dos ricos foram a ocupação do edifício do Banco de Espanha e a da sede da Federação Patronal Catalã, que passou a se chamar “Casa CNT-FAI”, na Via Layetana, em pleno centro, a ocupação onde se alojava a sede da polícia anteriormente.

Como a reforma urbana do início do século havia expulsado a classe trabalhadora das favelas para espaços fora da cidade, ao ocupar o espaço público, sinalizavam sua apropriação. Sendo as ruas em Barcelona o lugar muito mais vivido e familiar para os trabalhadores do que para as elites e autoridades, tornou-se também o lugar onde a vida revolucionária se desenvolveu. A forma de sinalização da presença dos trabalhadores no espaço urbanos, além dos cenetistas passeando pela Rambla em seus macacões azuis das milícias, eram as bandeiras vermelhas e negras colocadas nos edifícios e nos veículos apropriados com as inscrições CNT-FAI. Quanto ao aspecto distributivo, o número de empresas coletivizadas chegou a 300, em algumas delas os donos haviam sido assassinados em outras haviam fugido da cidade ou do país. Para integrar o espaço de trabalho da convivência, os anarquistas criaram creches, bibliotecas nas fábricas, programas educativos de cultura e línguas estrangeiras nas horas de descanso. Essas iniciativas foram enfraquecidas a partir de maio de 1937, quando a prioridade dos comunistas e republicanos de “vencer a guerra” derrotou a bandeira anarquista de fazer a revolução e ao mesmo tempo derrotar o fascismo.

Anarquismo barcelonês. Continuidade e descontinuidade.

A partir das entrevistas e das visitas aos ateneus e cooperativas, pode-se depreender que hoje em Barcelona existem muitas maneiras de ser anarquista. De volta do exílio, a ministra cenetista do governo da República, Federica Montseny, em entrevista ao programa televisivo La Clave, em junho de 1984, lembrou aos jovens entrevistadores que as bandeiras recentes e as liberdades que eles desfrutavam foram, no passado, bandeiras anarquistas. Se hoje a cidade convive com ateneus e formas de organização de ação direta, grupos de afinidades, uma malha associativa de inspiração libertária, suas raízes ficaram apagadas ou censuradas pela ditadura franquista e, segundo simpatizantes, sobretudo pela contrapropaganda comunista. Hoje, a maioria dos 59 ateneus se declara libertária. Pode-se supor uma linha de continuidade no tempo, que sobreviveu clandestina e silenciosa nos 38 anos de ditadura?

Na transição à democracia, em 1977, a CNT chegou a ter, só em Barcelona, cerca de 200 mil adeptos. O novo anarco-sindicalismo, além de ter um ingrediente de renovação

geracional, trazia uma nova forma de viver e pensar a tradição libertária. As “Jornadas Libertárias de 1977” que tiveram lugar no Parque Güell, assim como a revista “Ajoblanco”, são a expressão do choque de gerações e de visões diferentes da vida libertária na década de 1970. Muito mais individualistas do que seus antecessores do anarco-sindicalismo, as novas gerações dos membros da CNT praticavam o princípio da ortodoxia anarquista segundo o qual “no hay derechos, se ejercen” de uma maneira muito mais individualista e próxima aos padrões da juventude de maio de 1968 francês.

Pode-se dizer, segundo um ex-militante expulso em 1977, que “éramos mais libertários do que anarquistas”. Em entrevista ele assim se expressa:

No hay continuidad en el anarquismo. La CNT ha crecido en la transición porque estaba fuera de los partidos, las nuevas generaciones entendieron que los partidos tradicionales de izquierdas o los republicanos e nacionalistas estaban lejos de poner en jaque el orden jerárquico. (...) Hoy las conexiones libertarias están en los barrios y en los ateneus, son espacios de convivencia. El anarquismo es un lugar de encuentro, no hay un cuerpo central de la teoría, se puede ser anarquista de muchas maneras. Después del 15 M todo ha mudado. (Entrevista à autora no Ateneu Barcelonés, 18/04/2017)[8].

Para Taibo, teórico do anarquismo contemporâneo (2015), hoje o anarquismo na Espanha se apresenta basicamente com duas caras: uma sob a bandeira do “municipalismo libertário”, cuja matriz teórica se encontra em Murray Bookchin[9]; a outra sob a bandeira da “ação direta”, que se encontra em alguns ateneus, livrarias e ocupações em bairros barceloneses. Quanto ao “municipalismo libertário”, é a experiência do Partido dos Trabalhadores do Kurdistão/PKK a que tem entusiasmado e influenciado quase como moda a juventude libertária espanhola, configurando-se como a experiência mais emblemática das teses de Murray Bookchin, formulador da “ecologia social” adotada pelo PKK. Fundado no Kurdistão Norte, território dentro da Turquia, essa experiência tem

sensibilizado a juventude libertária tanto na Europa como no Brasil. Segundo compilação espanhola dos textos de Abdullah Öcalan, líder do PKK, suas ideias principais se expressam no “confederalismo democrático”, cujos eixos são o ecologismo e o feminismo.

Sobre o anarquismo barcelonês hoje, como já foi dito, pode ser vivido de várias maneiras e os ateneus podem ser entendidos como espaços de convivência. Se de um lado existem experiências de “ação direta” e “redes de afinidades” dos que hoje se autodeclararam anarquistas, de outro, ainda se fazem presentes militantes e associações que, não se declarando anarquistas, se inspiram nessa fonte e a praticam de modo a se reconhecerem como libertários. O caso das “Cooperativas do bairro de Sants” corresponde aos que se autointitulam anarquistas e alguns comunistas libertários. Apresentam as cooperativas como “um espaço de encontros e intercooperação de iniciativas socioeconômicas transformadoras, com cooperativas, entidades de economia social e solidária e projetos de autogestão comunitária” (SANTS COOPS, 2016). O projeto *Impuls Coop* reúne a bagagem do *Barri Cooperatiu*, projeto de promoção de cooperativismo impulsionado em Sants entre 2009 e 20013 pela *Federació de Cooperatives de Treball de Catalunya e La Ciutat Invisible*. Foram entrevistados três dirigentes do projeto: Ivan Miró e Marc Dalmau, coordenadores da Livraria Ciutat Invisible e diretores do projeto, e Joan Costa, coordenador das oficinas coletivas de Can Batlló[10].

A entrevista com Ivan Miró foi realizada em 22/04/2016 na Livraria “Ciudad Invisible”, Barrio de Sants, em Barcelona. Segundo ele, sobre as Cooperativas de Can Batlló[11], são dois os aspectos a serem considerados. Em primeiro lugar:

[...] desde el punto de vista histórico el anarquismo fue muy fuerte en Cataluña, no teniendo un Estado fuerte, la sociedad se proyecta en el mercado. Cataluña es una colectividad nacional sin Estado. No hay latifundio, no hay un tejido agrario y tampoco hay terratenientes. La Cataluña es industrial, en el siglo XIX la idea que se tenía para Cataluña es de una República Federativa. Se puede decir que la matriz social de Cataluña es federalista y también la manera como la sociedad se

organiza es federalista. En Sants había un nuevo proletariado, era una sociedad de resistencia. En 1855, la asociación estaba prohibida, sin embargo en Sants, en la primera Huelga General, 1855, los trabajadores declararon: "Associació o mort".

O entrevistado realça aspectos que considera importantes para se entender o desenvolvimento da luta dos trabalhadores. Recorda que em 1918, período de crescimento da CNT, "tiene lugar el 'Congreso de Sants', cuando se crean los "sindicatos cívicos". Após a greve da Canadence – a Companhia Light and Power, do Canadá – aparece o "pistolero", milícias privadas do patronato, e em 1931 a CNT é considerada insurreccional e não sindical. Os "pistoleros" passam então a matar os líderes cunetistas.

Buscando responder à pergunta formulada por ele mesmo, qual seja, "De cual manera se hace la cadena de transmisión?", relembra que na Segunda República o anarco-sindicalismo, com CNT e FAI, era muito forte, tanto política quanto militarmente, tendo sido elas que, em 1936, através dos "Hombres de Acción", derrotaram o golpe militar na cidade. Com suporte nessa força são feitas 80% das coletivizações em Barcelona no governo da República. Na composição do governo catalão são três os grupos: "Grupos de Defensa (organizan los comités), Comité Militar y el Comité Anti-fascista (a cargo de CNT), en estos últimos los más importantes son los Comités de Colectivizaciones en los barrios". A criação do PSUC, comunista, em julho de 1936, segundo o entrevistado é uma reação da pequena burguesia catalã à força da CNT.

Diante da questão: "O que é o anarquismo hoje"? Ivan Miró explica: "Se puede decir que el anarquismo es una expresión teórica de una organización social horizontal, no jerárquica y cooperativa". Hoje são dois os elementos anarquistas históricos: primeiro aqueles grupos que se autointitulam anarquistas e que se encontram nos ateneus e na FAI; e, segundo, os movimentos de cultura libertária e os cooperativistas. Sobre o caminho que essas forças têm tomado em Barcelona, Miró afirma:

En 1990, hubo una implosión de grupos de izquierdas. Nascen no por ideologías, grandes ideas, sino por prácticas. La CNT

ahora es una caricatura, es moralista y choca con las formas libertarias. En BCN la idea de territorio es importante, recuperó el movimiento de barrio. Los Okupa empezan en los 90, una representación simbólica, copian ideas interesantes de cada tradición teórica.

Ele esclarece que a democracia veio junto com a crise econômica e a precarização do trabalho, nessa nova realidade os sindicatos perderam força e passaram a não representar os interesses dos trabalhadores. Como exemplo cita a negociação feita em 1994 pela CCOO com a patronal para que os jovens tivessem salários menores, isso é, os velhos sindicalistas promovendo a dualização do trabalho. Em 1992 a "Pax Olímpica" significou a destruição massiva dos movimentos sociais, e em 1994 as coisas mudam. De um lado aparece Chiapas e o Kusdistão, que são referências nacionais; de outro a "insumisión de consciencia" ao Exército leva os jovens à prisão – tudo isso faz com que as coisas mudem. Conclui: "Bajo en nombre de anarquistas, la "Idea", no hay más. Ahora sólo hay el trabajo con anarquistas, la "Idea" es otra".

A história da ocupação do espaço onde se encontra o complexo de cooperativas do bairro de Sants de Can Bartlló foi narrada, em entrevista, por Joan Costa, diretor das oficinas, ativista de primeira hora e testemunha de sua ocupação e construção[12]. O bairro de Sants, fora da muralha, pertence à fase da grande industrialização da cidade, especialmente a indústria têxtil, também pertence à fase de lutas e resistência organizada desde o século XIX. Durante a Guerra Civil, a CNT socializou a fábrica de Can Batlló, uma das maiores fábricas de tecidos da cidade. Durante a ditadura o terreno foi negociado e ficou em mãos de um industrial, amigo de Franco. Na década de 1960 foi considerado como de função social. A ocupação do espaço se deu em julho de 2011, segundo as palavras do diretor das oficinas: "La ocupación fue festiva, a las doce horas las campanas de la Iglesia de San Medir empezaron a tocar. El primer equipamiento fue la Biblioteca, con los libros donados por los vecinos."(Entrevista de Joan Costa à autora, julho de 2017)

As Cooperativas de Sants são uma experiência inédita hoje em Barcelona, onde as relações hierárquicas foram substituídas por redes horizontais, sendo criado o espaço dos "comuns",

possibilitado, em grande medida, pelo passado federalista e assembleário barcelonês. Nas visitas a arquivos e museus se podem encontrar descendentes daqueles combatentes, procurando reconstruir a história dos ancestrais na tentativa de encontrar o fio perdido nos escombros da guerra cuja narrativa coube aos vencedores.

Notas

1. Agradeço as sugestões recebidas quando da apresentação da versão inicial deste texto na XVII Enanpur, São Paulo, maio 2017.

2. A categoria “libertária”, aqui, está sendo utilizada para incluir diferentes tipos de anarquismos, assim como certo tipo de cultura que neles têm sua origem. Ainda que em Barcelona ela tenha o sentido preciso de evocação de toda uma experiência histórica, o termo perdeu precisão a partir de sua utilização pela extrema direita norte-americana, os “liberais libertários” que proclamam a liberdade individual absoluta e o Estado mínimo.

3. “A finales de la década de 1920, muchos *barris* se asemejaban a pequeñas repúblicas: un orden urbano sociocultural y casi autónomo, organizado desde abajo sin rango o privilegio: espacios relativamente libres, prácticamente impenetrables por la policía, en los que la autoridad y poder del Estado era débil”. (Ealham, 2005, p. 79).

4. A regra geral de referência adotada no texto é de apresentar iniciais dos entrevistados, exceção para os que ocupam cargos em ateneus, fundações ou arquivos, bem como pesquisadores e estudiosos do tema, caso em que aparece o nome junto à declaração.

5. Kropotikine, ativista político russo e um dos fundadores do anarquismo.

6. Federación Anarquista Ibérica, fundada em Valencia, teve grande protagonismo durante a Guerra Civil.

7. “La identidad proletaria de los barrios alimentó un profundo sentimiento de “nosotros”, a la vez que definía una serie de enemigos sociales y políticos como “intrusos”. Esta rica cultura de la clase obrera y los residuos anteriores de la memoria social fueron destilados y politizados por el discurso de la CNT, que identificaba a los enemigos como un “otro” inmoral y parásito que vivía del sudor del trabajo de los obreros y que debían “limpiarse” por el “bien de la salud pública”, dicho de otro modo, por el bien de la comunidad.” (Ealham, 2010, p.159).

8. O “Movimento 15M”, também conhecido como movimento dos “Indignados”, nasceu espontaneamente no dia 15 de maio de 2011 em Madrid e dois dias depois em Barcelona, como uma onda de protestos pacíficos que aglutinou multidões de jovens nas mais importantes praças públicas das cidades da Espanha. Tinha uma pauta ampla de reivindicações, basicamente críticos do bipartidarismo que alterna o poder na Espanha, financiamento de eleições, a favor da democracia participativa, contra a corrupção e as expulsões de moradores com hipotecas vencidas, os “desahucios”. Como alternativa aos partidos convencionais formaram novos partidos, sendo “Unidos Podemos” a versão catalã mais significativa. Contra os “desahucios” também se formaram em Barcelona outros partidos, cuja coligação elegeu como

prefeita da cidade em 2015, Ada Colau, ex-líder do movimento Okupa e ex-aluna da Escola Moderna de Ferrer i Guardia.

9. Bookchin, é o formulador da “ecologia social”. Ex-militante comunista americano, crítico da URSS desde os anos de 1930, é conhecido por levar à esquerda a preocupação com a ecologia como condição para uma sociedade libertadora. Suas ideias têm como fonte a releitura libertária de alguns aspectos do marxismo fusionado com aspectos dos teóricos anarquistas, de onde recorreu a conteúdos do comunalismo, do antiestatismo e confederalismo. Diferentemente da ortodoxia anarquista, não rechaça as instituições, ao contrário, entende que elas, sendo adequadas, fazem com que os cidadãos possam se auto-realizarem. Supõe a necessidade da extinção do Estado-nação e o reforço das instituições locais e municipais em um amplo espectro que ultrapasse as fronteiras daqueles e se organize em forma de confederação. As formulações mais recentes encontram-se no livro de Janet Biel (2015).

10. As unidades de autogestão distribuídas no bairro são 44 em funcionamento, divididas em atividades de “Tallers i mobilitat” (seis), “Habitar” (três), “Finances” (três) “Alimentació” (dez), “Educació” (cinco), “Comunicació i TIC” (seis), “Cultura i restauració” (cinco) “Espais socials” (seis).

11. “Can Batlló” é o terreno de 8 hectares ocupado e pelos cooperativistas que manteve o mesmo nome da antiga fábrica de tecidos da família Batlló, no bairro de Sants.

12. O relato da ocupação se encontra em Souki, 2018.

Referências

BIEHL, Janet. *Municipalismo libertario. Las políticas de la ecología social*. Barcelona, Vírus Editorial, 2015.

CABANYES, Oriol. P. Sentido de Estado. *Lavanguardia*. 23\05\2016. Barcelona. Disponível em: <http://makemefeed.com.es/.../ sentido de estado de Oriol Pi de Canbannyes en la Vanguardia.- 2361438- html>, 2016.

DALMAU, M.; MIRÓ, I. *Les Cooperatives Obreres de Sants. Autogestió proletária en un barri de Barcelona (1870-1939)*. Barcelona, La Ciutat Invisible Edicions, 2010.

ANUARIO ESTADISTICO DE CIDADE DE BARCELONA. Department D'Estadística Ajuntament de Barcelona. (2016). Disponível em: www.bcn.cat/estadistica. Acesso em: 21 ago. 2016.

DÍAZ, Víctor Perez. *El retorno de la sociedad civil*. Madrid, Tablero, 1978.

DIEZ, Xavier. *L'Anarquisme, fet diferencial català*. Influència i llegat de l'anarquisme en la història i la societat catalana contemporània. Barcelona, Virus Editorial, 2013.

EALHAM, Chris. *La lucha por Barcelona. Clase, cultura y conflicto. 1898-1937*. Madrid: Alianza Ensayo, 2015.

EALHAM, C.; RICHARDS, M. (eds). *España Fragmentada. Historia cultural y Guerra Civil española, 1936-1939*. "Comares Historia, Granada, 2010.

ENGELS, Friedrich. "Los Bakunistas en Acción". *Marxists Internet Archive*. Disponível em: www.marxists.org/archive, 2000 . Acesso em: 02 nov. 2016.

ESPAI DE LLIBERTAT. *Revista d'esquerres per a la formació, la reflexió i l'agitació política*, Barcelona, n. 54, abr-jun, 2019.

GARCIA, Josep. *Una introducció al pensament anarquista*. Ponència apresentada a l'Escola de Formació Política de Cal Temerari. Catalunya, Barcelona, n. 185, P.3-5, set. 2016.

MARTÍNEZ, Guillem. *Barcelona rebelde. Guia histórica de una ciudad*. Barcelona, Debate, 2009.

ÖCALAN, Abdullah. *Confederalismo democrático*. Publicación Colectivo Rojava Azadi, Madrid, 2016.

SANTS COOPS. *Economia social i solidària - Autogestió comunitária*. Disponível em: www.sants.coop. Acesso em 20 abr. 2016.

SOUKI, Léa. "A persitencia da cultura libertária em Barcelona". *Projeto História*. PUC SP, São Paulo, 2018.

TAIBO, Carlos. *Repensar la anarquía. Acción directa, autogestión, autonomía*. Ed. Catarata, Madrid, 2015.

***Léa Guimarães Souki**, mestre em Ciência Política pela UFMG, doutora em Sociologia Política pela UnB, pós-doutorado na Universitat Autònoma de Barcelona. Professora Titular da PUC MG, responsável pela disciplina Teoria Política no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC MG. Pesquisadora do Observatório de Metrópolis, UFRJ/INCT. leasouki@pucminas.br.



A efervescência dos agentes privados na produção da cidade contemporânea: reflexões sobre neoliberalismo e insurgências urbanas

The Effervescence of Private Agents in the Production of the Contemporary City: Reflections on Neoliberalism and Urban Insurgencies

Lucas Berdague Corrêa, Marcus Felipe Abreu Maia, Teresa Cristina de Almeida Faria & Luciana Bosco e Silva*

Resumo

O artigo discorre a respeito do papel dos agentes privados na produção do espaço frente ao contexto do neoliberalismo. De um lado, a hegemonia globalizada do modelo neoliberal desde o fim dos anos 1980 produziu um modelo padronizado de cidade, marcado pelo desmantelamento de serviços públicos, pelo agravamento das discrepâncias entre camadas sociais e pelo declínio da participação democrática no espaço urbano. De outro, a hegemonia do mercado na produção do espaço suscitou o surgimento dos movimentos de insurgência urbana, que se opõem a esse sistema e contestam a forte presença do mercado nas decisões políticas, reivindicando a atuação dos cidadãos nos debates e trazendo vitalidade e o diálogo para as ruas. Baseando-se num levantamento bibliográfico e audiovisual, o artigo discute a fragilização dos Estados nacionais por força da ideologia neoliberal, suas consequências, impactos e movimentos de resistência no contexto do espaço urbano, dando enfoque na experiência das manifestações ocorridas no Brasil entre os anos de 2012 e 2013. Por fim, percebe-se como os movimentos de resistência ao modelo hegemônico auxiliam na retomada da cidade enquanto espaço do debate político.

Palavras-chave: Direito à cidade, globalização, neoliberalismo, cidades rebeldes, multiprotagonismo.

Abstract

The article discusses the role of the private actors in the production of space in the neoliberalism context. On one side, the global hegemony of the neoliberal model since the end of the 1980's developed a standardized model of cities, marked by the collapse of the public services, the increase of the disparities among the social classes and the downfall of the urban space democratic experience. On another, the urban insurgency movements, which opposes to that system, contests the strong influence of the market on the political decisions, reclaiming the citizen participation on this process, also bringing liveliness and dialogue back to the city streets. Based on a bibliographic and audiovisual survey, the article discusses the weakening of national states by the virtue of neoliberal ideology, its consequences, impacts and resistance movements in the context of urban space, focusing on the experience of the protests occurred in Brazil during the years of 2012 and 2013. Finally, it is perceived how, through movements of resistance to the hegemonic model, the city returns to its nature as a stage for political debate.

Keywords: *The right to the city, globalization, neoliberalism, rebel cities, multiprotagonism.*

Introdução

O enfraquecimento dos Estados Nacionais nos países capitalistas periféricos e a busca pela incorporação de uma imagem global de cidade trouxeram grandes consequências na produção do espaço nesses territórios. Entre elas, se encontram não apenas os agravamentos das discrepâncias socioespaciais, mas também o nêmesis da cidade como o lugar do diálogo. Em oposição a esse processo, os movimentos sociais de luta anticapitalista não apenas apresentam uma resistência à opressão do monólogo, ou do “pensamento único”, como também trazem o debate político para o espaço urbano. Nessas circunstâncias, observa-se a convivência de múltiplos agentes, os quais se diferem ou pelo interesse de um domínio hegemônico do espaço ou pelo seu direito à cidade.

O artigo procura, então, salientar as repercussões da hegemonia global do modelo neoliberal na produção do espaço urbano, considerando o multiprotagonismo dos agentes privados. Para isso, serão abordadas as consequências da influência do livre mercado nas políticas urbanas e, em resposta, a efervescência das manifestações no espaço urbano que agem a favor do direito à cidade. A metodologia de pesquisa adotada para a realização do artigo consiste em apresentar as principais discussões sobre o tema, através de uma revisão bibliográfica com base teórica, bem como de um breve levantamento de notícias de variadas fontes jornalísticas referentes às manifestações ocorridas em grandes centros urbanos no Brasil que marcaram o período de 2012 até junho de 2013.

A fragilização dos Estados nacionais no contexto da globalização do modelo neoliberal

A propagação do modelo neoliberal, também referido como “ultroliberal” por autores como Delgado (2015)[1], em escala global foi um dos pressupostos para o desmantelamento das fronteiras entre os países e a própria ideia de nação ou de Estado. Esse ideário se baseia na matriz financeira especulativa da economia capitalista – processo de acumulação em que esta se dá de acordo com os imperativos e a lógica da valorização financeira (PAULANI, 2013). Assim, diferente das bases produtivas do fordismo e do taylorismo[2], a financeirização rompe o paradigma do trabalho e do emprego, que é fornecedor

de lastro patrimonial e de distribuição de renda, direto no mecanismo do equilíbrio das contas de uma nação (DELGADO, 2015).

Partindo disso, a ideologia do Estado enquanto uma entidade mínima frente ao mercado econômico privado se propagou de forma hegemônica, sendo este processo um requisito para a consolidação de um projeto transnacional. É comum encontrar menções ao pensamento de alguns de seus teóricos, como Milton Friedman e Friedrich Hayek, de que a propagação desse modelo único elevaria os lugares menos desenvolvidos a patamares mais próximos dos mais desenvolvidos, graças à diminuição das barreiras de entrada e saída de capitais através dos meios mobiliários pertinentes.

A concentração desses capitais, no entanto, não deixou as matrizes de onde surgiu, mas sim estabeleceu novas condições de domínio e exploração de lugares menos desenvolvidos, que se submeteram a uma fórmula estabelecida internacionalmente a partir do evento conhecido como o Consenso de Washington. O encontro, que aconteceu em novembro de 1989, reuniu líderes e economistas de diversos países, vindo a se tornar um marco histórico para o início da proliferação do neoliberalismo em esfera global. Por meio do discurso de que os países periféricos poderiam crescer na mesma escala de desenvolvimento econômico atingida pelos padrões do mercado financeiro especulativo, o receituário neoliberal foi incorporado às políticas nacionais e internacionais desses países.

Como resultado, a adoção em escala global do modelo a partir da década de 1990 provocou forte agravamento na divisão de classes. Em países como China, Índia e Rússia, a possibilidade de acumulação gerou condições para se consolidar uma pirâmide social, concebendo a ascensão de elites (HARVEY, 2006). Na América Latina, com as privatizações de serviços públicos e empresas estatais e também a facilitação da entrada de investimentos externos, diminuiu-se a atuação dos Estados Nacionais em questões compreendidas pelo neoliberalismo como referentes ao mercado (ENCONTRO..., 2006). Como consequência, no México, a venda de estatais foi responsável por altíssimas concentrações de poder e capital na mão de um pequeno número de pessoas, gerando o nascimento de contas bilionárias como a de Carlos Slim, que se apossou do sistema de telefonia nacional (HARVEY, 2006). Nesse cenário, na Bolívia, a sociedade civil sofreu fortemente com o impacto das privatizações da gestão dos sistemas hídricos e do controle

sobre o gás e petróleo, tornando esses itens mais caros para os habitantes do país e mais baratos para os estrangeiros.

No caso do Brasil, a entrada do país no processo mundial de acumulação, no contexto de neoliberalismo, segundo Paulani (2013), demarca uma nova fase na política econômica nacional inaugurada nos governos de Collor e Fernando Henrique Cardoso, no começo e na segunda metade da década de 1990, respectivamente. Nela, o país, que já havia se transformado em plataforma internacional de valorização financeira, impõe-se de forma ativa, ainda que permaneça subordinado aos países centrais. Nesse processo, o Brasil submeteu-se completamente às exigências dos credores, colocando-se à mercê de investimentos ciganos, tendo momentos de calmaria e outros de crise.

Uma das medidas para o ingresso do país no capital financeiro foi tentar atuar na questão da dívida externa, no que o governo federal buscou o atender às exigências dos credores e das agências multilaterais, como a abertura do mercado nacional de títulos públicos e privados ao capital externo, além da remoção de restrições que detiam a circulação livre de capitais internacionais. Outra medida foi a estabilização monetária por meio do Plano Real, em 1993, que combateu os altos índices inflacionários do fim da década de 1980 até o início dos anos 1990. Em paralelo, a abertura do mercado para os produtos importados gerou um colapso da indústria local, juntamente com a privatização de empresas públicas, vendidas por valores irrisórios em comparação com a capacidade produtiva das mesmas.

Na primeira década do século XXI, percebe-se na América Latina, por meio da eleição de governantes associados a movimentos sociais e partidos de inclinação ideológica à esquerda, um enfraquecimento dos representantes do ideário neoliberal. No Brasil, a eleição do ex-presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), demonstrou um interesse da população de guinada à esquerda que, para Paulani (2013), não foi completamente concretizada. A crise monetária do final dos anos 1990 fez com que Fernando Henrique Cardoso adotasse práticas fiscais mais duras e uma política econômica pautada em câmbio flutuante e metas inflacionárias, deixando de lado o paradigma do trabalho-emprego como balizador de um tripé macroeconômico (DELGADO, 2015). A política econômica do governo Lula, porém, seguiu na mesma linha, o que, após a crise de 2008, não evidenciou seus efeitos negativos devido à alta

valorização das *commodities* e da desvalorização da moeda. Em conjunto, essas duas situações permitiram a produção de um simulacro de bonança no território nacional (PAULANI, 2013).

A implementação dessas medidas foi bem-sucedida graças à amortização da população por meio da facilitação do consumo nos moldes globalizados. Ocorre que isso acabou por incentivar políticas públicas voltadas para o fim de dar maior acesso aos bens de consumo, não mais políticas civilizatórias e serviços públicos que atendessem a comunidade (ENCONTRO..., 2006). A primeira década do século XXI consolida essa mudança, até chegar ao grande marco de suas consequências em 2008, com o estouro da bolha imobiliária nos EUA.

Esse colapso adveio da mecânica da alienação fiduciária em garantia e do *subprime* autorizado pelo FED – *The Federal Reserve Board of Governors* (instituição estadunidense comparada ao Banco Central do Brasil), o que permitiu que pessoas com poucas condições de adimplir com os pagamentos buscassem crédito junto aos bancos. O objetivo dessas pessoas era, em boa parte, poder sair do aluguel e adquirir imóvel próprio, a ser pago em longo prazo e com juros baixos. Esses “títulos podres” foram securitizados, garantindo o pagamento dos investidores que cobrisse o investimento nessa política, e, quando houve o colapso desse sistema, as instituições financeiras começaram a quebrar sucessivamente, sendo necessário o resgate de algumas pelo Estado Americano, bem como intervenção severa nas empresas cujas matrizes estivessem naquele país. No Brasil, as políticas de acesso ao crédito dos governos do Partido dos Trabalhadores produziram um fenômeno de endividamento em massa, e que continua presente, devido às altas taxas de juros praticadas pelo sistema financeiro, o que garantiu esse ciclo de consumo, enquanto o governo federal assegurou a manutenção dos altos rendimentos do capital especulativo. O fim do ciclo da alta no preço das *commodities* e da valorização da moeda brasileira, situação que atingiu governo Dilma (2011 a 2016), fez com que o discurso de austeridade tomasse fôlego, ao mesmo tempo em que manteve os juros altos, para que o ciclo de consumo por meio de crédito, mas não de renda, continuasse.

Todavia, a crise desgastou o discurso neoliberal com relação à manutenção do Estado mínimo. Isso se deu quando o mercado especulativo andou de forma menos regulamentada, gerando um colapso que teve de ser remediado pela forte presença do Estado e não pelo próprio mercado. Enquanto isso, a população

comum, não pertencente ao mercado especulativo, seguiu desprotegida em seus marcos civilizatórios e nos direitos e garantias fundamentais. No apelo por uma retomada do Estado em relação aos cuidados sociais, revoltas populares aconteceram em todo mundo e, juntas aos efeitos da crise, permanecem até a atualidade, mesmo que a hegemonia do modelo neoliberal persista forte num contexto global.

Harvey (2014), em sua obra “Cidades Rebeldes”, introduz um conflito ideológico contemporâneo, utilizando como ponto de partida a crise do capitalismo gerada pelo estouro da bolha econômica, que deu origem ao colapso das economias mundiais em 2008. O autor parte da exposição das consequências para chegar aos fundamentos da crise, quando ele retoma as raízes do ideal neoliberal popularizado nos países capitalistas desde os anos 1980. Ao passo que o modelo neoliberal fomenta a mercantilização da cidade a fim de maximizar os lucros com a terra, sem se preocupar em atender a função social da cidade, flexibilizam-se as leis de uso e ocupação do solo, de modo a atender os interesses dos especuladores e proprietários de imóveis e terras. Em decorrência desse processo, fenômenos da exclusão socioespacial em cidades americanas se agravam, como o afugentamento das pessoas de condição média e baixa dos centros urbanos às periferias (gentrificação)[3], a inadimplência das hipotecas no modelo *subprime* e consequente expulsão das pessoas das suas residências.

Consequências do neoliberalismo para o agravamento de processos de exclusão e segregação socioespaciais

De uma maneira geral, o processo de globalização do modelo neoliberal vem desde os anos 1980 promovendo a hegemonia do mercado sobre o interesse público. O desmonte do capital e dos meios de produção fordista acarretou na atenuação dos vínculos entre a esfera política e os sindicatos, que empenhavam, até então, um forte papel na construção de diálogos entre o Poder Público e a população trabalhadora (DELGADO, 2015). Essa fragilidade de diálogo se contrapõe à força de grandes corporações privadas, capazes de determinar modelos e normas nesses territórios enfraquecidos. Assim, medidas como a privatização, a desregulamentação de serviços públicos e a imposição de grandes projetos urbanos – inerentes à globalização do modelo neoliberal – dificultam o empenho de

políticas públicas voltadas principalmente para as populações excluídas do mercado privado. Isso ocorre apesar dos avanços referentes à política urbana do final do séc. XX e início do séc. XXI, pela apropriação dos mecanismos de participação social, já previstos na Constituição de 1988 e no Estatuto da Cidade, também no surgimento de Conselhos e do próprio Ministério das Cidades, e dos programas de infraestrutura urbana e de habitação (MARICATO, 2013).

A fragilização do Estado garantidor de direitos na experiência de vida no espaço urbano é consolidada pelo planejamento estratégico, modelo de construção e gestão de cidades, com moldes empresariais, advindo do exemplo “bem-sucedido” de Barcelona, que foi difundido internacionalmente (VAINER, 2000). Esse padrão é responsável pela mercantilização das cidades, que passaram a atuar simultaneamente como empresas e produtos (VAINER, 2000). Nesse sentido, a imagem de uma cidade digna de ser vislumbrada em âmbito global, sem conflitos e higienizada, passou a ser mimetizada numa competição entre as cidades com o objetivo de captar mais recursos do mercado financeiro (MARICATO, 2000). Formam-se, a partir desse pensamento, demandas consensuais, que restringem a participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão, uma vez que a formação de dissensos é vista como estratégia contraproducente (VAINER, 2000).

Para Harvey (2014), a política urbana neoliberal, ao alijar o Estado do papel de regulador e distribuidor de recursos sobre os espaços da cidade, dando essa atribuição ao mercado, esperava que as desigualdades fossem resolvidas através de uma contaminação a partir dos centros de crescimento econômico, que se alastraria pelo espaço urbano. Não apenas isso nunca aconteceu, como esse modelo intensificou ainda mais as discrepâncias sociais, que repercutem também sobre os modos de produção do espaço. Há, por isso, uma intensificação da antiga polaridade entre centro e periferia, reforçando a diferença entre ricos e pobres, do contexto local ao global. No Brasil, essas distâncias foram amenizadas pela convivência de políticas de acesso ao consumo, da elevação do grau de escolaridade da população e acesso ao crédito, com políticas também neoliberais, em um governo identificado como de esquerda[4].

Enquanto do lado mais abastado se estabelece a “cidade formal”, que incorpora um ideal padronizado de espaço urbano, à sua margem se dá a exclusão de grupos sociais

desfavorecidos, que padecem pelo esquecimento, seja ele das periferias, dos bairros, das cidades, de regiões ou até mesmo de países por completo. Esse apagamento é também responsável pela formação de uma consciência coletiva, na qual a maioria é tratada como uma minoria, o que favorece a assimilação dos motivos para a não contemplação das demandas desse grupo na produção do espaço (MARICATO, 2007).

Nesse cenário, o planejamento estratégico, assim como outras vertentes do urbanismo contemporâneo (*new urbanism*, urbanismo *extra large*, urbanismo corporativo), coloca-se sujeito à hegemonia do mercado, o que o impede de implementar políticas urbanas inclusivas e investimentos públicos que beneficiem a vida de todos os habitantes urbanos. Esse tipo de planejamento, nessas condições, delineia uma cidade espetacular e cenográfica, onde não apenas impera um monólogo, como também a imagem de cidade homogeneizada que ofusca a experiência real de cidade e as imagens da cidade real. Assim, as características locais dos lugares, como as culturas, a natureza, as religiões e as etnias são sufocadas por meio da busca pela assimilação de recortes de imagem da cidade global, o que desfavorece a percepção da diversidade (JACQUES, 2011).

Não só a lógica do consenso interfere no processo participativo, mas também nas experiências sensíveis urbanas. Nesse sentido Jacques (2017) aponta:

Na atual sociedade do espetáculo não há, de fato, lugar para qualquer tipo de espaço dissensual ou contrahegemonic, o que resulta no empobrecimento da própria experiência urbana, em particular da experiência sensível e corporal das cidades – aquilo que vai além da pura visualidade imagética. O consenso busca também uma homogeneização das sensibilidades, das diferentes formas de “partilha do sensível” (JACQUES, 2017, p. 296).

Assim, a influência dos modelos atuais de planejamento incide tanto sobre as sensibilidades dos habitantes das cidades, quanto sobre suas interações sociais. Sennett (2016) afirma que o isolamento social e o alheamento das pessoas ao cotidiano da

cidade recebem influência das cidades planejadas, que intervêm sobre a conduta das pessoas e as suas relações interpessoais. O autor afirma que, através do estímulo urbanístico à circulação rápida,

corpos individuais que transitam pela cidade tornam-se cada vez mais desligados dos lugares em que se movem e das pessoas com quem convivem nesses espaços, desvalorizando-os por meio da locomoção e perdendo a noção de destino compartilhado (SENNETT, 2016, 326).

González (2013), em referência ao autor Isaac Joseph, classifica esse processo de apartamento dos habitantes da cidade em relação ao seu contexto social e físico pelo termo “hipertrofia do olho”. Para a autora, essa expressão compreende o modo de apreensão da cidade pelo indivíduo, em que este não se vincula aos acontecimentos e aos espaços percorridos, assemelhando-se ao estado de sonambulismo. Dessa forma, os habitantes da cidade se apartam das iminências de serem afetados pelo seu entorno e das possibilidades de socialização presentes no cotidiano das cidades. A cidade consensual, pacificada e sem conflitos é, portanto, também a representação de um espaço apolítico e amorfó, que padroniza as sensibilidades dos sujeitos urbanos e atenua a sua vivência do meio urbano. Sennett (2016), nesse sentido, analisa que o espaço pacificado compõe também a pacificação dos sujeitos.

Assim, por exercício de forças políticas alinhadas ao mercado, a negação do conflito fragiliza a concepção da *pólis* como o lugar do debate, aquela que enxerga a construção de um contrato social a partir do qual o espaço público se torna uma dimensão e responsabilidade comum, no sentido de pertencente à comunidade. A rejeição à diversidade gera também a negação do *bios político*, intrínseco à experiência urbana e apenas concretizado pela convivência com o seu diferente (ROLNIK, 2000).

A cidade como o lugar do devir político e a experiência recente no Brasil – as manifestações dos anos de 2012 e 2013

Harvey (2014) analisa que a produção de cidades não se restringe ao aspecto hegemônico exercido pelo capital financeiro na mercantilização do espaço. Para o autor, nos movimentos de retomada ao direito à cidade se encontra o fator fundamental de produção de espaço através de uma sociabilidade crítica, que é essencial para se discutir, conduzir e transformar a cidade. As manifestações urbanas revelam a vitalidade nos espaços públicos, até então asfixiada pela imagem espetacular das cidades.

É o que, segundo a Teoria do Reconhecimento, sistematizada por Honneth (VALENTE; CAUX, 2010) faz com que exista resistência pelos grupos não dominantes. Uma vez que não há o reconhecimento de determinados sujeitos e formas de viver no processo democrático, a luta por esse reconhecimento se inicia e ganha força. Esses sujeitos passam a enxergar suas experiências individuais e a de outros semelhantes, o que permite a coletivização dessa luta como forma de conquistar direitos e alcançar certo nível de inclusão social.

Harvey (2014) categoriza os movimentos sociais de protesto anticapitalista como contraponto à lógica de produção do espaço baseado na especulação, no Estado mínimo e na fragilização dos direitos civis. Há nesses movimentos, formados por sujeitos que vivem o cotidiano dos espaços públicos e privados de uso comum, a ascensão da vida pública, além da retomada dos espaços públicos como o lugar do devir político, da expressão autêntica das reivindicações e do estabelecimento de comunicação direta entre aqueles que vivem e produzem do espaço urbano, sejam eles os agentes do Estado, os cidadãos comuns ou os representantes do mercado.

Apesar de se apresentar como um ideal unânime, a consolidação da política econômica e urbana neoliberal em contexto global enfrentou, desde os seus primeiros efeitos, movimentos de resistência. Os “Dias de Ação Global”, como ficaram conhecidos, lançaram atos transnacionais, como o “Carnaval contra o Capitalismo” (1999), que se espalhou por cerca de 40 cidades ao redor do mundo (MESQUITA, 2006). Ocorreram ainda, no cenário nacional, grandes mobilizações, como a Marcha dos 100 mil de Brasília, em 1999 – que teve apoio dos sindicatos e políticos de

oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso, reunindo pessoas que protestaram contra privatizações e a negligência com relação às denúncias de corrupção – e greves no setor da Educação Pública até o ano de 2016.

Na história recente do Brasil, algumas mobilizações ocorridas no período entre a segunda metade de 2012 e junho de 2013 (DANTAS, 2012; TREZZI, 2013; BOECHAT, 2016) tiveram origem no aumento sistemático dos valores cobrados para os serviços de transporte público nos grandes centros. Os noticiários da época destacaram o caráter apartidário desses movimentos, cujas lideranças advinham de movimentos sociais específicos, não vinculados a partidos políticos, nem a lideranças sindicais, como o Movimento Passe Livre (MPL). Nesse primeiro momento, houve repressão por parte dos poderes institucionalizados, culminando em cenários violentos, cujo marco de transformação da reação popular se deu em São Paulo, no início do mês de junho de 2013, quando as táticas violentas de repressão do Poder Público acabaram por disseminar a insatisfação generalizada com a conjuntura social, econômico e política em que vivia a população do país (GRIPP, 2013; BOECHAT, 2016).

O dissenso sistêmico, protagonizado por movimentos sociais que tomaram as ruas e as redes, repaginou o cotidiano urbano dos grandes centros, provocando mudanças nas dinâmicas migratórias e de uso dos espaços públicos por períodos cada vez mais longos e com maior frequência. Aponta-se que, inicialmente, os protestos foram organizados por estudantes (GRIPP, 2013), com o objetivo de contestar os aumentos nos valores dos transportes públicos. Nesse primeiro momento, a mídia abordou os movimentos de forma pontual, caso a caso. Cada veículo buscou, inclusive, trazer uma origem e um protagonismo a partir da localidade em que estava sediada, como é possível perceber ao analisar as matérias da Folha de São Paulo, da GAÚCHAZH e da Carta Potiguar (GRIPP, 2013; TREZZI, 2013; DANTAS, 2012, respectivamente).

Só após a ação violenta das polícias, que acabaram por agredir fisicamente manifestantes e profissionais do jornalismo que faziam a cobertura dos eventos, o movimento sistêmico incrementou sua capilaridade e sua força, recebendo também coberturas mais amplas pelos diversos meios de comunicação, inclusive nas redes sociais. Esse crescimento associado à velocidade de circulação da informação (e também da desinformação) através das redes teve como consequências a ampliação das pautas e a aglutinação de outros atores sociais,

que estabeleceram novos parâmetros para os movimentos. Eles chegaram a todas as esferas do Poder Público, mas com objetivos dispersos e lideranças apagadas (GRIPP, 2013; GARCIA, 2013; BOECHAT, 2016).

Para Lima (2015), o surgimento de novos agentes de reivindicação e diferentes formas e discursos de mobilização social nos anos recentes, para além da identificação enquanto movimento social unificado, denota a complexidade das contradições presentes hoje na cidade. O autor se alinha com Santos (2001) na compreensão de que o mundo contemporâneo não comporta mais a simples dualidade entre bem e mal únicos, mas se completa pela soma de várias forças de dominação e resistência. Lima (2016) entende que, embora os atores das práticas de contestação atuem de forma coletiva, eles o fazem de maneira dispersa e não como um movimento social com uma pauta específica (por moradia, mobilidade etc.). Dessa forma, as práticas passam a refletir as diversas nuances presentes na vida no espaço urbano, buscando abarcar diferentes pontos de vista.

Não cabe neste trabalho, no entanto, adentrar para além da primeira fase do movimento, uma vez que os moldes das intervenções foram distintos, bem como suas pautas e narrativas. Ao apresentar a experiência do que aconteceu no Brasil em junho de 2013, objetiva-se demonstrar como os movimentos de questionamento do modelo neoliberal de produção e gestão do espaço urbano se deram nas ruas dos grandes centros do país, partindo de uma demanda por transporte público com preço acessível. O fato desse direito ter sido negado pelo Estado produziu a insatisfação que gestou o conflito, que se sucedeu através da apropriação dos espaços por esses movimentos de reivindicação e, consequentemente, de uma reação violenta do *status quo* para conter possíveis rupturas no modelo hegemônico.

Esses movimentos conquistaram não apenas as ruas, mas também as redes, favorecendo a expansão do fenômeno (TREZZI, 2013; GRIPP, 2013). Posteriormente, a mídia assumiu narrativas amplas sobre o que estava acontecendo e buscou cobrir o máximo possível das manifestações que ocorreram em todas as regiões do país, produzindo, em sequência, a sua espetacularização, tendo em vista os números e a magnitude dos protestos que ocorreram, principalmente contra o Governo Federal, durante a chamada segunda fase das “jornadas de junho” (GRIPP, 2013). Pode-se dizer que o espaço urbano tornou-se mais uma vez palco e que os movimentos sociais não foram

meros coadjuvantes, mas protagonistas de cenas de diálogos, alguns embates e de democracia plena.

Os eventos que ocorreram após a efervescência desses movimentos de contestação do modelo neoliberal reforçam a percepção de que a hegemonia dessa agenda político-econômico-social permanece forte, mas as feridas produzidas no tecido social deram origem a diferentes reações em cada território. Algumas vezes com traços semelhantes, como nas eleições de 2014, 2016 e 2018, em que os representantes do campo progressista e os partidos de esquerda perderam boa parte de sua participação nas casas legislativas e nas chefias do Executivo, nos municípios, nos Estados e na União, sobretudo no eixo Centro-Sul. Mas houve também o aparecimento de novas lideranças do lado da contestação. Esses líderes vêm construindo correntes de pensamento contra-hegemônicas, na busca por defender os direitos fundamentais da população que se vê cotidianamente atacada por aqueles que deveriam representá-la.

Considerações finais

A hegemonização do discurso neoliberal contribui, em grande parte, para a desvalorização da construção diversificada e plural do meio urbano. Esse discurso fundamenta um modelo de enfraquecimento das instituições públicas e de privatização de serviços considerados necessários para a fruição dos direitos e garantias fundamentais.

Além disso, a adoção desse modelo faz com que o Estado torne-se subserviente aos interesses privados do capital especulativo, que não produz riqueza a ser compartilhada, mas parte da lógica dos ganhos através do controle financeiro, sem investimentos em produtividade e, por consequência, desconsidera o paradigma do trabalho e do emprego (DELGADO, 2015), o que causa colapsos na cadeia econômica que deverão ser solucionados pelo aparato estatal.

Trata-se de um modelo contraditório: ao mesmo tempo em que defende um Estado mínimo, seus seguidores buscam socorro nos cofres e na capacidade de intervenção estatal para não sofrerem as consequências drásticas dos riscos dos negócios formalizados por eles. Ou seja: de acordo com esse modelo, o Estado deve ser máximo para alguns grupos e mínimo para os

demais.

Resistindo a essa onda, os movimentos sociais de protesto anticapitalista expõem essas contradições e reivindicam o espaço para sua fruição. Buscam retomar o poder de intervir nas decisões concernentes à vida dos cidadãos e produção do espaço urbano – uma vez que as estruturas clássicas de contraposição política, como os sindicatos e partidos políticos sofreram com o desmonte gerado pelo modelo neoliberal –, quebrando a hegemonia do capital especulativo nesses fenômenos. Enquanto isso, os agentes que buscam a manutenção do *status quo* procuram conter o avanço desses movimentos, abrindo margem, inclusive, para a cooptação dos mesmos e substituição de suas narrativas.

A história demonstra a força da manifestação democrática nas quebras de paradigmas. É a partir dos movimentos de contradição que novos modelos (e não-modelos) tornam-se possíveis. O consenso democrático depende de canais de diálogo, não sendo este possível através de monólogos. A cidade é tão plural quanto aqueles que nela habitam.

Notas

1. O autor adota o termo ultroliberalismo a partir da leitura de Francisco Fonseca, historiador e cientista político. A justificativa seria de que, na visão de Fonseca, o termo neoliberalismo teria sido vulgarizado, e que o termo ultroliberalismo aponta para uma ideia de radicalização dessa corrente de pensamento, tendo sido estabelecida uma agenda e também um *modus operandi* para a sua implementação de forma hegemônica e em escala global (FONSECA, 2005 apud DELGADO, 2015).

2. Fordismo e taylorismo representam dois modelos de organização dos fatores de produção bem semelhantes, que consistem, grosso modo, na produção em escala com a especialização da mão-de-obra em linhas de montagem, produzindo em maior número para gerar demanda e diminuir os custos de produção. Acrescenta-se ainda a noção de que os trabalhadores constituem parte importante das categorias de consumidores, sendo eles, também, compradores daquilo que produzem. Isso faz com que seja necessária a valorização desses trabalhadores para que o ciclo virtuoso de produção e produtividade se sustente.

3. É possível, por meio de uma análise etimológica do termo “gentrificação”, perceber como ele está em constante adaptação. No geral, o termo denota o processo de valorização de uma área urbana pela ocupação e investimentos do mercado imobiliário que leva à evasão de classes com menores recursos financeiros. O vocábulo foi formulado por Ruth Glass (1964) para designar o processo em que mudanças estruturais ocorriam em bairros operários centrais de Londres a partir da ocupação da classe média boêmia, causando a expulsão dos trabalhadores das classes mais baixas. Neil Smith (1988) aponta a gentrificação como uma série de medidas de reconfiguração espacial adotadas pelo mercado imobiliário para a valorização de uma área de modo a higienizá-la socialmente, fazendo com que ela passe a ser habitada pela classe média. Zukin (1987), associa o termo às ideologias de preservação do patrimônio histórico que culminam com a expulsão da população local.

4. Não é apenas autoidentificado, mas também há uma narrativa de que ele seja, principalmente por partes da mídia e da oposição.

Referências

- BOECHAT, Yan. Quando os paulistanos tomaram as ruas em junho de 2013: Imagens feitas pelo jornalista Yan Boechat em São Paulo retratam os protestos que trouxeram à tona um país em busca de uma nova identidade. *El País*, 19 jun. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/17/album/1466199237_053831.html#foto_gal_1. Acesso em: 07 mai. 2019.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – Artes de fazer*. Petropolis, RJ: Vozes, 1998. Trad. Lucia Endlich Orth.
- DANTAS, Daniel. #RevoltadoBusão: Estudantes param a cidade pela segunda vez na semana. *Carta Potiguar*, 31 ago. 2012. Disponível em: <http://www.cartapotiguar.com.br/2012/08/31/revoltadobusao-estudantes-param-a-cidade-pela-segunda-vez-na-semana%E2%80%8F/>. Acesso em: 07 mai. 2019.
- DELGADO, Maurício Godinho. *Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos de reconstrução*. São Paulo, SP: Editora LTr, 2015.
- ENCONTRO com Milton Santos: O Mundo Global Visto do Lado de Cá. Produção de Sílvio Tendler. 2006. Disponível em: <https://youtu.be/UJd5YKhR9gE>. Acesso em 10 mai. 2018.
- GARCIA, Janaína. Existe terror em SP: o dia em que PMs atiraram ante aplausos e pedidos de não violência. UOL, São Paulo, 14 jun. 2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/14/existe-terror-em-sp-o-dia-em-que-pms-atiraram-a-aplausos-e-a-pedidos-de-nao-violencia.htm>. Acesso em: 23 mai. 2019.
- GLASS, Ruth. *London: Aspects of Change*. London: MacGibbon & Kee. 1964.
- GONZÁLEZ, María Laura. Intervenciones en el Espacio Público: performance, mirada y ciudad. In: *Revista Brasileira de Estudos da Presença*, Porto Alegre, RS, vol. 3, n. 3, set./dez., p. 727-747, 2013.
- GRIPP, Alan. Retrospectiva: Manifestações não foram pelos 20 centavos. Folha de São Paulo. Publicado em 27 dez. 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/12/1390207->

manifestacoes-nao-foram-pelos-20-centavos.shtml. Acesso em: 07 mai. 2019.

HARVEY, D. Neo-liberalism as creative destruction. *Geogr. Ann.*, v. 88, n. 2, p. 145-158, 2006

_____. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2014. Trad. Daniela Frabasilli e Thais Bellini.

JACQUES, P. B., Notas sobre espaço publico e imagens da cidade. In: BERTELLI, G. B.; FELTRAN, G. (org.). *Vozes à margem: periferias, estética e política*. São Carlos: EdUFSCar, 2017. p. 295-304.

_____. Microrresistências Urbanas: Por um Urbanismo Incorporado. In: ROSA, Marcos. *Microplanejamento: práticas urbanas criativas*. São Paulo, SP: Editora de Cultura / Asahi, p. 160-175, 2011.

LIMA, C. H. M. A cidade em movimento: práticas insurgentes no ambiente urbano. *Oculum ensaios*, vol. 12, n. 1, p. 39-48, 2015.

_____. *Nebulosa das ruas: ativismo urbanístico pelo espaço público*. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 238 pgs., 2016.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias – planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmascarando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, p.121-192, 2000.

_____. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, E. [et al.]. *Cidades rebeldes* [recurso eletrônico]: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. Globalização e política urbana na periferia do capitalismo. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. *As metrópoles e a questão social brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Revan, p. 51-76, 2007.

PAULANI, L. M. Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 27, n. 27, p. 237-264, 2013.

ROLNIK, R. O lazer humaniza o espaço urbano. In: SESC SP.

(Org.). *Lazer numa sociedade globalizada*. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000.

SANTOS, B.S. *A critica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2001.

SENNETT, R. *Carne e pedra*. 4a ed. Trad. de Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

TREZZI, Humberto. Inspirados em Porto Alegre, protestos em série contra reajustes na tarifa de ônibus se espalham pelo país: Movimentos se fortalecem por interação e até "treinamento" entre grupos, inclusive via internet. *Gaúchazh*, 15 jun. 2013. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/06/inspirados-em-porto-alegre-protestos-em-serie-contra-reajustes-na-tarifa-de-onibus-se-espalham-pelo-pais-4171189.html>. Acesso em: 07 mai. 2019.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmascarando consensos*. Petrópolis, Vozes, p.75-103, 2000.

VALENTE, Júlia Leite; DE CAUX, Luiz Philipe. *O que é teoria do reconhecimento?* Pólos de Cidadania. Belo Horizonte: UFMG, 2010. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/161435766/O-Que-e-a-Teoria-Do-Reconhecimento-Luiz-Philipe-de-Caux-e-Julia-Valente>. Acesso em 10 jul. 2018.

ZUKIN, Sharon. Gentrification: Culture and Capital in the Urban Core. In: *Annual Review of Sociology*, v. 13, p. 129-147, 1987.

***Lucas Berdague Corrêa** é bacharel em Direito pela UFV. Mestrando em Arquitetura e Urbanismo no PPGAU da UFV. Brasil. lbc94@hotmail.com.

Marcus Felipe Abreu Maia é arquiteto urbanista pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Mestrando em Arquitetura e Urbanismo no PPGAU da UFV. Brasil. marcusfmaia@gmail.com.

Teresa Cristina de Almeida Faria é arquiteta urbanista. Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ. Professora e orientadora do PPGAU da UFV. Brasil. teresa.faria@ufv.br.

Luciana Bosco e Silva é arquiteta urbanista. Doutora em Artes pela Escola da Belas Artes da UFMG. Professora Adjunta III no DAU-UFV. Pesquisadora do grupo ARQMnese. Professora e orientadora do PPGAU da UFV. Brasil. luciana.bosco@ufv.br.



Belo Monte: Reflexões a partir dos novos reassentamentos - mudanças territoriais, lutas e as promessas de um novo contexto educacional

Belo Monte: Reflections from the new Reassentments – Territorial Changes, Struggles and the Promises of a new Educational Context.

Roselene Feiteiro de Melo, Leonardo Zenha Cordeiro & Doriedson Alves de Almeida*

Resumo

O atual estudo propõe reflexões acerca dos novos reassentamentos provenientes da construção da Barragem de Belo Monte, com foco nas mudanças territoriais, lutas e promessas de um novo ambiente educacional no Município de Altamira/PA, com base em dados, reportagens, estudos e pesquisas sobre as lutas dos Movimentos Populares, mais especificadamente do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem), de forma a elaborar novos escritos no contexto educacional de resistências, voltados para a população impactada que foi remanejada para os novos bairros. A pesquisa tem como principal fundamento mostrar os aspectos essenciais das mudanças ocorridas nesse território no contexto dos reassentamentos, no que tange às políticas públicas. Propõe-se uma forma de verificar a viabilidade educacional a partir do contexto de resistência e de lutas. Metodologicamente este estudo classifica-se de acordo com pesquisa qualitativa em meio a levantamento de dados, que visou buscar informações para explorar a atual situação em que se encontram os novos bairros depois da implantação da barragem. Verificou-se subjetivamente durante toda a produção do trabalho um desafio ao pensamento cultural e críticas ao discurso social vigente.

Palavras-chave: Belo Monte; território; reassentamento; educação.

Abstract

The present study proposes reflections on the new reassentments from the Belo Monte Dam Construction focusing on territorial changes, struggles and the promises of a new educational environment in the Municipality of Altamira / PA, based on data, reports, studies and researches involving the struggles of the Popular Movements, more specifically the MAB (Movement of the Affected by Dam) in order to elaborate new writings in the educational context of resistances aimed at the impacted population that were relocated to the new neighborhoods. The main objective of the research is to show the essential aspects that determine the changes that have taken place in this territory in the context of resettlement, in terms of public policies. We propose a way to verify the educational viability from this context of resistance and struggles. Methodologically this study is classified according to qualitative research through data collection, which aimed to seek information to explore the current situation in the new neighborhoods after the implementation of the dam. Subjectively, throughout the production of the work, there was a challenge to cultural thinking and criticism of current social discourse.

Keywords: Belo Monte; territory; reassentamento; education.

1. Introdução

Não vivemos mais, de modo algum, segundo a concepção do mundo medieval e nem o da Antiguidade. Outros são os valores, como não podia deixar de ser. “Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades” (CAMÕES, 1966, p. 12); porém existem histórias que se repetem.

A geografia física é como a “superfície da gravação” (como de um disco, por exemplo), na qual “as relações sociais inscrevem-se no território explorado”. (LEROY, 1991, p. 35). A história da ocupação da Amazônia e da construção da Barragem de Belo Monte em Altamira/PA – a qual recuperamos de modo reflexivo – representam mudanças territoriais marcantes e transformações na vida de um povo diversificado e heterogêneo. Exemplificando, distinguem-se as autoridades dos moradores de beira rio, o do planalto, os desbravadores e os atingidos por barragem.

Florestas e rios são elementos que fazem parte de histórias de “gentes[1]” que estão marcadas historicamente pelo esquecimento e pela dualidade geográfica, que até hoje estão enraizadas e colocadas como tabu, bloqueando o “progresso” e deixando-nos para trás do desenvolvimento.

Os colonos da Transamazônica dispõem de facilidade até agora jamais atribuídas a quem quer que seja na história agrícola do país, instrumentos para cultivo da terra, instrução permanente por parte dos agrônomos, financiamentos de sementes e das safras, além de assistência médica, dentária e hospitalar. (DUARTE, 2010, p. 78).

Sabe-se, no entanto, que isto não correspondeu à realidade. O projeto – “Indicadores de Belo Monte” dedica-se a monitorar o cumprimento de um conjunto de condicionantes do licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, bem como a eficácia de políticas públicas e ações que se relacionam com essas medidas e a efetividade do desenvolvimento na região que recebe o empreendimento, tais como: educação; saneamento; controle da malária; fiscalização ambiental; saúde; proteção territorial indígena; entre outras “promessas” que até hoje não foram cumpridas, segundo o Instituto Sócio Ambiental ISA (2015, p. 56).

Figura 1- O velho novo e o novo velho. Fonte: Foto 1- Portal Memória Brasileira – Início da abertura da Transamazônica – Foto 2 – Barragem de Belo Monte (NESSA, 2015).

A história se repete e agora as dificuldades se multiplicaram, por isso o interesse em explorar e refletir sobre o território onde foi construída a barragem de Belo Monte em Altamira/PA, principalmente no decorrer das ações desenvolvidas por meio dos responsáveis pela obra em remanejar as famílias que viviam em áreas de risco. Esses programas foram sistematizados para atender as Áreas de Influência Direta (AID) da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte, casas e barracos que estavam localizadas próximo aos vertedouros, casas de força, o reservatório, os cemitérios, estradas, alojamentos, bota-fora e lugares próximos às obras da Usina.



A análise e aprovação do EIA e do Rima foi concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que, em 2009, no Leilão 006/2009, colocou em licitação a concessão para exploração da UHE Belo Monte, tendo por referência os Estudos de Viabilidade do empreendimento e as otimizações propostas pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). O vencedor do leilão foi o Consórcio Norte Energia, atual Norte Energia S.A. (NESA). A Leme Engenharia foi a empresa responsável pela realização do EIA e do Rima.

As empresas responsáveis pelos estudos das comunidades, terras e áreas indígenas das regiões afetadas pelo empreendimento foram Themag, Intertechne e Engevix. O Consórcio Projetista foi composto por Intertechne Consultores, Engevix Engenharia e PCE Projetos e Consultoria de Engenharia. (NESA, 2011, p. 12).

Tratavam-se de projetos encantadores, a forma como os responsáveis pela obra apresentavam as propostas era brilhante. Entretanto, partindo para o objetivo de investigar mais profundamente as possíveis mudanças sociais no âmbito dos novos bairros construídos ao redor da cidade e de seu território, descobriu-se que os enredos das histórias giravam em torno de outros propósitos capitalistas que não favorecem a região e muito menos garantem qualidade de vida aos reassentados.

ADA - Área Diretamente Afetada



E para compreendermos adequadamente como ocorreu esse processo de mudanças territoriais no Município de Altamira e região, precisamos ir além de debates. É necessário percorrer um tempo passado onde os planos da construção da hidrelétrica já estavam traçados no papel dos ideários capitalistas, galgando a destruição das florestas e dos sonhos de vários migrantes e dos próprios moradores que aqui depuseram suas esperanças.

Uma relação que evoca vários elementos da condição da cultura de um povo e delineia um campo de limites e de possibilidades. Aqui entram os Movimentos Populares de resistência. E a novidade está centrada na diferença que fazem: mas não só porque colocam no centro das lutas uma diferença “natural”, aquela entre os que mandam e os que obedecem que se revela

Figura 2 – Áreas afetadas pela Barragem de Belo Monte. Fonte: (LEME, 2009).

depois a base de muitas outras diferenças no poder, nas relações, nas formas de organização social, mas porque, a partir daí, recoloca-se em discussão algumas certezas e conquistas da consciência moderna. (LEROY, 1991, p. 108).

Dentre os Movimentos Populares, nesse contexto, merecem destaque: o Movimento de Mulheres, o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), Movimento Xingu Vivo para Sempre, entre outros que lutam junto à camada impactada pela barragem que não preparou a cidade para receber tal empreendimento.

A construção de uma Usina Hidrelétrica pauta-se no discurso ideológico como uma fonte energética limpa, renovável e barata, e os projetos são justificados em nome do interesse público e do progresso. Entretanto, os empreendimentos não consideram as bases materiais e culturais da população ribeirinha, as quais são, na verdade, desterritorializadas, arrancadas do seu território, da base física necessária para sua reprodução, e o seu elo com a terra e o rio é ceifado (ARANHA SILVA, 2010, p. 67).

A presença de Movimentos e de lutas nas sociedades contemporâneas tem recolocado, nos centros das atenções, o papel da identidade cultural popular nos conflitos. Trata-se de uma situação mista, na qual se entrelaçam elementos provenientes de uma tradição histórica secular e elementos próprios dos conflitos pós-industriais. (LEROY, 1991, p. 90).

O século XX tem sido um século de migrações pelos quatro cantos do mundo. (IANNI, 2004, p. 93). No Brasil, sem dúvida, a migração avançou, principalmente para a região Norte nas últimas décadas do século passado, destacando a Transamazônica como um dos maiores projetos de colonização do país. Porém, apesar da alarmante propaganda realizada na época, pouco se tem documentado sobre a efetivação das viagens, deslocamentos e assentamento do homem na terra.

A nova organização do território recebeu seis novos bairros: Jatobá; São Joaquim; Casa Nova; Laranjeiras, Água Azul e o bairro Pedral, destinado às famílias de indígenas citadinos e pescadores e capaz de abrigar 3,5 mil famílias reassentadas. Há muitas histórias e relatos de pessoas simples e humildes, que presenciaram mudanças cruéis e foram obrigadas a aceitar pacificamente o famoso “progresso”.

O trabalho segue a linha da pesquisa documental descritiva e faz uma reflexão acerca de fatores que acompanharam as 54

condicionantes[2] necessárias a autorizar a operação da usina, apesar de só 15 serem avaliadas de forma satisfatória segundo o (ISA), sendo que de um total de 14 classificadas como não atendidas, 11 referem-se aos povos indígenas.

Portanto, além dos descumprimentos das condicionantes, várias mudanças ocorreram nos setores sociais do Município de Altamira, principalmente o aumento da violência[3].

2. Metodologia

Vale destacar, no contexto das interações de saberes proporcionada pela chamada pesquisa participante exploratória, que pretendeu-se esclarecer em que medida a presença de mudanças de território no reassentamento dos impactados por Belo Monte influenciou decisões e a prática educacional e social dos assentados nos novos bairros planejados em Altamira/PA.

Busca-se a participação do pesquisador no cotidiano dos remanejados que vivenciam o contexto dessas mudanças, tanto na chegada do “progresso” como atualmente. A análise de discursos e práticas referentes a uma realidade específica em última instância almejou contribuir para a construção de um saber que permita uma ação mais efetiva dos assentados para aprimorar mecanismos de intervenção sobre a realidade social em que estão inseridos. (BRANDÃO; BORGES, 2007, p. 55).

O estudo utilizou de matérias de revistas, jornais, fotos, mapas e artigos das lutas dos movimentos populares para mostrar os discursos e estatísticas aqui descritas. As abordagens visaram compreender o contexto anterior à vinda da barragem, onde coexistia uma população que ansiava por condições melhores de vida, verificando depois de que maneira os novos reassentamentos interferiram na condução da atividade social dos remanejados.

Deve-se pontuar ainda a situação de tais atividades e as estratégias no período em que a barragem vem chegando ao seu fim, ou seja, vislumbrou-se elucidar o significado violento que Belo Monte proporcionou em larga escala para as famílias remanejadas e para a cidade como um todo, principalmente em que medida isso refletiu nas práticas educacionais para a população impactada.

A pesquisa bibliográfica e a revisão de literatura possuem

dois papéis interligados: constitui-se em parte integral do desenvolvimento da ciência (tendo uma função histórica) e fornece aos profissionais de qualquer área informações sobre o desenvolvimento da ciência e de sua literatura (função de atualização).

Sobre a importância deste tipo de pesquisa, as revisões de literatura auxiliam no posicionamento do leitor e do próprio pesquisador acerca dos avanços, dos retrocessos e dos questionamentos em relação ao tema de interesse. Esse formato de pesquisa fornece informações para contextualizar a extensão e a significância do problema que se quer elucidar, apontando e discutindo possíveis soluções para problemas similares e oferecendo alternativas de metodologias que têm sido utilizadas para solucionar a questão.

3. Algumas considerações sobre a cidade de Altamira/PA

A cidade de Altamira originou-se através das missões dos Jesuítas na primeira metade do séc. XVIII, quando ainda integrava o gigantesco Município de Souzel. Através da excursão do Jesuíta Roque de Hunderfund, deu-se o primeiro registro histórico de colonização praticada nesse território, onde foi fundada, às margens do Igarapé dos Panelas, uma missão catequética destinada aos índios que habitavam toda a região. (IBGE, 2010).

Em 1880, época em que houve imigração proveniente de várias partes do mundo, iniciou-se o povoamento da região entre os igarapés Ambé e Panelas, que posteriormente fomentaria a criação do Município de Altamira, em seis de novembro de 1911, já de acordo com a Lei Estadual nº 1.234. (IBGE, 2010).

Ao longo dos anos, a intensificação do comércio e o progresso econômico traçaram o perfil de uma cidade ativa, que passou a ter agências bancárias, hospitais, aeroporto, correios, além de crescimento demográfico e comercial.

O grande ponto de referência geográfica da cidade é a rodovia Transamazônica (BR-230), que corta o seu território pelos dois extremos e liga-o ao resto do Brasil. Aberta em 1970, no governo do Presidente Médici, a rodovia proporcionou um grande fluxo migratório para a região. A Transamazônica é um projeto que, no auge do “Milagre Econômico” durante a ditadura militar, foi responsável pela intervenção estatal mais impetuosa e abrupta

e, portanto, violenta, em termos de colonização que se tem notícia na história do país.

Em contrapartida, forjou-se na região, a partir do “pertencimento compartilhado do desrespeito” como entende Honneth (2003, p. 70), uma “luta social por reconhecimento”, que se apoiava numa rica e inédita experiência de comunicação contra hegemônica. Para melhor explicar: “Projeto no qual ainda prevaleceu o eurocentrismo do capitalismo colonial da modernidade sempre dominante entre a Europa e o resto do mundo”. (QUINJANO, 2005).

Assim, a história da rodovia Transamazônica (BR 230), sua construção e motivação, trazem em si elementos que mais parecem “arroubos literários” iguais arrebatamentos em expressões de êxtase, de enlevo e encanto com tantas promessas, tamanha a megalomania que a envolvia. Época em que o Brasil viu passar uma enorme procissão de migrantes rumo a “Terra sem homens para homens sem-terra”. (QUINJANO, 2005, p. 56).

Anunciada por seus idealizadores, a Transamazônica foi pensada como eixo estruturante de um projeto que aliava a integração econômica da Amazônia à questão da segurança nacional e, também, de forma inusitada, ao desenvolvimento de um projeto agrário voltado a atrair pequenos agricultores, por meio da execução de um gigantesco projeto de colonização dirigida, que tinha como meta assentar ao longo de 200 km das margens da rodovia 100 mil famílias no prazo de quatro a cinco anos, transformando colonos em pequenos empresários rurais. (PINTO, 2007, p. 37).

A decisão de se construir a rodovia Transamazônica teve motivações variadas, porém embaladas por um estado interventor numa dimensão nunca antes experimentada. O golpe militar de 1964 havia sinalizado um “divisor de águas na formulação de políticas para a Amazônia” (HALL, 1991, p. 26).

Altamira, nesse contexto, é a cidade-polo, que ofereceu, e

oferece até hoje, suporte aos municípios de Uruará, Brasil Novo, Medicilândia, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Porto de Moz, Anapu, Pacajá e Placas, em setores diversos como saúde, educação, agricultura e comércio.

Desde 1988, já se esperava pelo início da construção da Hidrelétrica Kararaô, hoje Belo Monte, que ficaria localizada na grande volta do Rio Xingu. Finalmente em 2010 foi liberada a licença de instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte[4]. A partir daí um novo cenário se instaura na estrutura urbano-regional, com significativo aumento da população, agregando-se também ao município novas atividades comerciais e serviços.

Com o empreendimento Hidrelétrico, o Município de Altamira passa por um processo de redefinição urbana com a requalificação de áreas localizadas às margens dos igarapés, com criação de novos loteamentos para o reassentamento urbano e com alterações estruturais importantes[5].

Em Altamira, segundo a Pesquisa Socioeconômica Censitária do EIA[6] (2009), as ADAs totalizavam uma quantidade de 4.362 famílias, com 16.420 pessoas, residentes em 4.747 imóveis, existindo, nestas áreas, 348 estabelecimentos comerciais e 233 de serviços que atendiam basicamente as comunidades que faziam parte das áreas que seriam atingidas na construção de Belo Monte.

4. O complexo hidrelétrico de Belo Monte

Para conhecer sobre Belo Monte, lançamos mão de uma série de esquemas de análises e leituras, de modo a conseguirmos observar o que compõe esse complexo, considerando suas especificidades. Os estudos para o aproveitamento hidrelétrico da bacia do rio Xingu iniciaram-se no ano de 1975. Em 1980, foram concluídos os Estudos de Inventário e deu-se início aos Estudos de Viabilidade da Usina Hidrelétrica, que na época era denominada de Kararaô. Em 1989, houve a conclusão dos primeiros estudos de viabilidade do Aproveitamento Hidrelétrico (UHE) de Belo Monte e tiveram os Estudos de Viabilidade revisados em 1994, com objetivo da diminuição da área inundada e não inundação das áreas indígenas. De 1998 a 2002, a Eletrobrás e Eletronorte realizaram novos Estudos de Viabilidade da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte, os quais foram paralisados no mesmo ano por meio de ação judicial do Ministério Público. (LEME, 2009).

No entanto, em julho de 2005 o Congresso Nacional autorizou a conclusão dos estudos pela Eletrobrás. Em agosto do mesmo ano, a Eletrobrás e as construtoras Andrade Gutierrez, Camargo Correa e Norberto Odebrecht assinaram o Acordo de Cooperação Técnica para a conclusão dos estudos de viabilidade Técnica, Econômica e Socioambiental do AHE Belo Monte. Em janeiro de 2006, a Eletrobrás solicitou ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) a abertura do processo de licenciamento ambiental prévio, o que possibilitou o começo da elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) (LEME, 2009).

Em novembro de 2015, a então presidente do IBAMA expediu a Licença de Operação (L.O.) nº 1317/2015 da UHE Belo Monte para o período de 2016 a 2021, sendo a Norte Energia S.A. (NESA) a empresa responsável pela finalização e operação da usina.

Geralmente estuda-se a importância socioeconômica do empreendimento olhando para suas atividades e benfeitorias trazidas para o local, nesse caso a cidade de Altamira/PA e municípios vizinhos (Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Por Fírio, Uruará, Vitória do Xingu e São Félix do Xingu). Não podemos deixar esquecido cada novo elemento cultural nascido do encontro de alguns estados brasileiros, na pessoa dos migrantes que chegaram para construir ou reconstruir modelos socialmente impostos. Talvez tenha sido este um dos mais férteis momentos de promoção da transculturação no território Altamirense. Por isso, trazer para este debate o migrante é o mesmo que acrescentar teorias que produzem identidades, exatamente por causa da singularidade de cada processo de ocupação de territórios.

Dante desse contexto, considera-se indispensável ao fazer e ao saber científico a investigação e o registro da passagem desse período da história e a formação de uma sociedade resultante de um dos maiores fluxos migratórios do país, que foi a Construção da Barragem de Belo Monte e a abertura da Rodovia Transamazônica na década de 1970.

É relevante, todavia, assinalar que esse processo de formação cultural da Amazônia revela uma forte hibridização “na constituição e conformação das suas populações e de suas identidades político-culturais, a qual se deu (e vem se dando), desde o processo colonial de forma conflitual e desigual, fundando uma matriz cultural híbrida”, sendo o paradigma de

Figura 3 -
Representações das
políticas públicas.
Fonte: dos autores
2019

racionalidade eurocêntrica e de produção capitalista hegemônica, produtora e difusora de uma política cultural conservadora, fundamentalmente excluente. (CORRÊA; HAGE, 2011, p. 39).

Segundo o relatório semestral da Norte Energia acerca do processo de reassentamento das famílias, os bairros criados caracterizavam-se pela predominância de áreas com carência de infraestrutura, com um processo de ocupação marcado pela relação de desigualdade e pela segregação territorial, que é resultado de sucessivos movimentos migratórios que conduziram à abertura e ampliação da área urbana em direção as bordas e margens dos Igarapés Altamira e Ambé – espaços ocupados de forma espontânea e irregular por populações de baixa renda (NESA, 2011, p.15).



Vale ressaltar que o processo de ocupação urbana das ADA em Altamira compõe a história oficial da formação do território urbano e colonização do município e região da Transamazônica. As famílias que residiam nos locais enfrentavam o problema urbano com a irregularidade das ocupações e a falta de documentação dos terrenos. O empreendimento de R\$ 30 bilhões fez a população altamirense saltar de 100 mil, segundo o Censo de 2010, para mais de 140 mil, na avaliação da prefeitura.

Entretanto, o Município, com a implantação da barragem, ainda dispõe de poucos acessos pavimentados, pois a única rodovia utilizada para chegar ao município é a Rodovia Transamazônica (BR-230), que teve seu processo de pavimentação interrompido na década passada, o que deixa o município incomunicável por malha rodoviária pelo longo período de chuvas fortes, corroborando com o pouco desenvolvimento industrial. Até 1998 o município era

alimentado por uma central termoelétrica desativada logo após a inauguração da LT 230 KV Tucuruí-Altamira, projeto Tramoeste desenvolvido pela Eletronorte. (DUARTE, 2010, p. 123).

A região sofre de um abandono estrutural crônico, um processo de atrofia econômica e consequentemente social, pois não foram feitos investimentos necessários para a região, o famoso “progresso” ainda faz parte de uma infraestrutura precária.

Apesar disso, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte se destaca como a terceira maior Usina Hidrelétrica do mundo, e sua construção, que já dura mais de duas décadas, destaca-se pela gama de conflitos e discussões de ordem política, econômica, sociológica e ambiental. Belo Monte é um projeto de construção de uma usina hidrelétrica previsto para ser implementado em um trecho de 100 quilômetros no Rio Xingu, no Pará. O projeto prevê a construção de uma barragem principal no Rio Xingu, localizada a 40 km abaixo da cidade de Altamira, no Sítio Pimentel, sendo que o Reservatório do Xingu, localiza-se no Sítio “Bela Vista”. (CAMPOS, 2010, p. 56-57).

Um projeto complexo como o da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, com estudos que se estenderam por mais de 30 anos antes do início das obras, rendeu a edição da Cartilha “Conheça a UHE Belo Monte”, que contribui com o debate sobre sua construção, no Rio Xingu. Todo esse contexto evidencia que as mudanças não ocorreram e que todas as promessas não passaram de um momento inicial falseado por propostas e anseios que até hoje não trouxeram resultados positivos para as famílias reassentadas que acreditaram em uma vida melhor.

4.1 Reassentamento das famílias: o antes e depois

Com a implantação da Barragem, vários projetos foram desenvolvidos no entorno da cidade e um deles diz respeito aos RUC's (Reassentamentos Urbanos) para os quais foram removidas as famílias que moravam na área de riscos, mais precisamente nos antigos bairros: Peixaria, Invasão dos Padres, Bairro da Lagoa, Baixão do Tufi, Açaizal, Olaria, Alagados do Independente II, entre outros.

Os novos bairros foram programados para atender uma demanda carente da cidade de Altamira/PA, principalmente os moradores dos bairros que alagavam no inverno ou que moravam em área de risco segundo estatísticas do (NESSA,

Figura 4 – Os Novos Bairros. Fonte: dos autores 2019



2011).

No mérito articulador do projeto de assentamento, advoga-se aqui as concepções de bairros totalmente planejados, mas nos quais faltam habilidades necessárias de sobrevivência dos moradores, pois as famílias ganharam casas, mas não emprego ou qualificação profissional necessária para viver bem ou em melhores condições.

É necessário aqui fazer um paralelo entre a teoria do projeto e sua prática, uma vez que as políticas públicas não conseguiram chegar à satisfação geral dessa comunidade, seja pelos desvios de valores, falta de acompanhamento por parte das autoridades competentes, gestores inexperientes, falta de planejamentos; entre outros.

As famílias, mesmo nos Alagados viviam do próprio trabalho, no que tange fazer carvão, pesca, plantações diversas e alguns bicos para o sustento.

Abre-se um parágrafo sobre “humanização”, pois se tornou um desafio para todos os moradores, não só para as famílias, lutarem por mais que uma moradia, por políticas públicas que realmente atendam aos anseios da população. Nesse ponto, o MAB aparece como um aliado junto às famílias na luta por melhorias nos novos bairros.

O programa de realocação urbana tem sido desorganizado, inadequado e pouco transparente. Há mais de um ano, praticamente 3.000 famílias já residem nos novos loteamentos (chamados de Reassentamentos Urbanos Coletivos - RUC's), sem serviços públicos adequados, incluindo transporte, saúde e educação. Outras tantas esperam a realocação, em um processo

aparentemente subdimensionado pelo empreendedor, que inicialmente cadastrou 5.141 ocupações consideradas atingidas, mas contratou a construção de apenas 4.100 casas. Note-se, ainda, que há famílias que denunciam sequer terem sido cadastradas (ISA, 2015, p. 12).

Nove dias após a ocupação do RUC Jatobá, várias categorias de atingidos pela barragem de Belo Monte, organizados no MAB, realizaram uma das maiores manifestações ocorridas em Altamira no período de construção da barragem. No dia 13 de março de 2014, em alusão à data de 14 de março que é considerado o Dia Internacional de Luta contra as Barragens, os grupos de atingidos ocuparam um dos trechos da Rodovia Ernesto Aciolly que dava acesso aos canteiros de obras da UHE Belo Monte.



A mobilização aconteceu durante todo o dia, ocasionando a obstrução do trânsito de veículos da Rodovia Transamazônica e a paralisação das obras de construção da usina, posto que os ônibus que transportavam os mais de 20 mil trabalhadores da obra não conseguiram ultrapassar a via. Novamente, os atingidos estabeleceram canais de diálogo com a Norte Energia e obtiveram novas conquistas nas pautas de reivindicações.

Desde a manifestação do dia 13 de março, a partir das reuniões semanais entre as categorias de atingidos organizados no MAB a Casa de Governo de Altamira e a Norte Energia, a empresa Diagonal, a

Figura 06 –
Manifestações contra a Barragem. Fonte: (MAB, 2014)

Figura 07 – Protestos liderados pelo Movimento dos Atingidos por Barragem. Fonte: (MAB, 2014)



responsável pelo processo de realocação dos moradores das ADAs, começou a efetivar as primeiras mudanças de famílias para o RUC Jatobá. No entanto, os problemas e conflitos entre as categorias de atingidos e a empreendedora de Belo Monte não estavam resolvidos, pelo contrário, muitos outros problemas começaram a questionar os estudos e análises inclusos no PBA de Belo Monte. (MAB, 2014).

No mesmo diálogo, é necessário buscarmos mecanismos e técnicas para conciliarmos a amplitude cultural e social existente sobre este projeto. Um trabalho conjunto, que precisa necessariamente de capacidades intrínsecas, onde o crescimento do pensamento crítico seja o foco na construção da identidade desses bairros que na atualidade vivem através de apoio de movimentos populares.

Contudo, entende-se que, por mais que se definam e se estabeleçam normas legais de organização para os bairros novos de Altamira e princípios de orientação desse projeto, a tão almejada qualidade destes “RUC’s[7]” só se tornará efetiva à medida que se promovam mudanças de atitudes e comportamentos.

Deve-se pontuar, ainda nesse sentido, que o aparato estrutural característico dos novos bairros é ineficiente no que diz respeito

à formação saudável para as famílias viverem de forma mais digna, bem como a promoção da inclusão social desses moradores. Quanto a essa questão, é notório que o sistema capitalista vigente nunca pretendeu realmente trazer melhorias e sim implantar modelos centrados em leis que não ajudam a verdadeira democratização e reintegração desta população na sociedade.

É de suma importância conhecer a fundo o papel que desempenha cada cidadão na construção de discursos políticos nesses bairros e suas consequências ao público diretamente envolvido e à escola detém esta função.

4.2 A escola nos novos bairros

Segundo o IBGE (2017), o quadro dos rendimentos educacionais não teve mudanças significativas, indicando que os recursos não são aplicados de forma eficaz e a falta de fiscalização prejudica os rendimentos favoráveis para alcance de um melhor índice para a região.

Os novos conhecimentos e o próprio processo de evolução tecnológico-científico têm emoldurado as atuais configurações de poder, de cultura, de produção e de relações socioeconômicas do Município de Altamira. Redefinem oportunidades ocupacionais, exigindo novas competências para enfrentar o panorama contemporâneo. Como diz Paulo Freire, “a educação é muito mais produto do que fator da sociedade em que se insere” (FREIRE, 1997, p. 34).

A construção das escolas nos novos bairros: Água Azul, Jatobá, Laranjeiras, São Joaquim, Casa Nova, foi feita mediante infraestrutura estilo “casa americana”. Todas as construções eram dotadas de elementos estruturais de categorias bem elaboradas: obras com verdadeiras funções e amplitude, formando um conjunto rico para que o aluno estudasse com conforto e qualidade. Porém, o caos logo tomou conta das escolas.

Assim, um olhar neste recorte que nos possibilita visualizar o sistema educacional dos novos bairros em uma dimensão mais ampliada e entender como está estruturada a vida social destes RUC's, na qual o cidadão e a escola estão inseridos, e sua participação nessas discussões que se processam em dois níveis fundamentais de interesse: a liberdade de expressão e a

Gráfico 1- Rede Pública até o 5º ano.

justiça social. Meios confusos nesse processo, pois a família que veio de outro estado para trabalhar na obra e morar nos reassentamentos não fazia o acompanhamento dos filhos nas escolas, muitos deles passavam dias no trabalho, causando evasão escolar desses alunos.

Assim vemos que as construções pela cidade não supriram as necessidades da população, pois a violência enquanto discurso gerador de poder passou a ser um problema inerente à escola e, isso nos induziu a investigar se a violência é da escola, na escola ou contra a escola, com recursos de elaboração de planos de ações capazes de instigar, questionar e refletir sobre esses acontecimentos. (BRANDÃO, 1985, p. 34).

As políticas públicas devem fazer parte do cumprimento do Estado, quando isso não ocorre, os cidadãos não gozam dos seus direitos imprescindíveis (como o direito à educação de qualidade) para a manutenção da igualdade entre os membros de uma sociedade. As diferenças existem e é preciso ir um pouco mais a fundo se quisermos chegar à raiz daquilo que nos separa. Ao capitalismo tampouco interessam as desigualdades extremas, é preciso que existam consumidores.

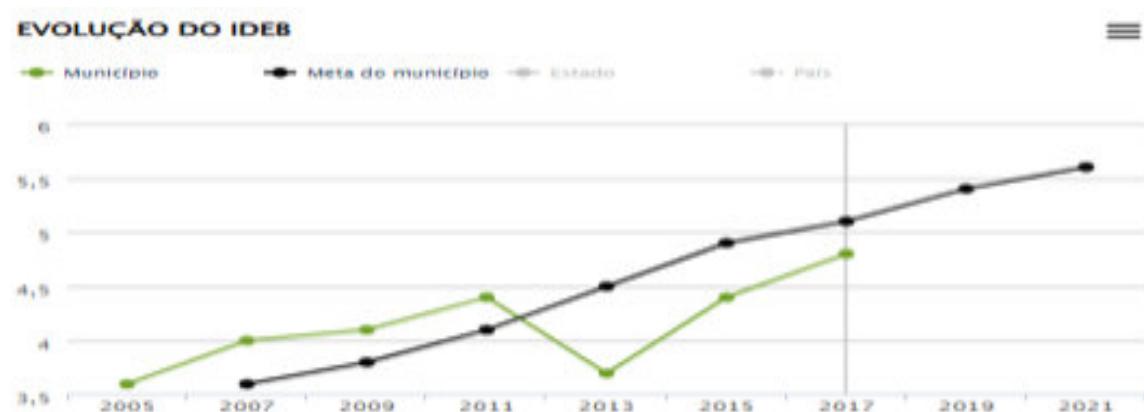
No que diz respeito às políticas públicas da educação nas novas escolas, Altamira, segundo o IBGE/2017 apresenta um IDEB (Índice de desenvolvimento da Educação Básica) nos anos iniciais do ensino fundamental menor de 5,5. Nos anos finais, uma taxa de 4,8.

Como se observa no quadro abaixo, no ensino fundamental menor, até o 5º ano, na rede pública, o índice de crianças alfabetizadas e matriculadas nas escolas em Altamira era de 4,4% da população total.



Em relação ao gráfico, vários fatores ocorreram para o baixo índice justamente no período de mudança para os novos bairros: evasão escolar, alunos sem histórico ou declaração das escolas dos outros estados migratórios, gestão despreparadas em algumas das instituições, falta de reuniões pedagógicas para alinhamento, despreocupação das famílias que passavam mais tempo na obra do que ministrando atenção aos filhos, criando adolescentes ociosos e desinteressados pela educação e pelos conteúdos abordados.

Mantendo-se o mesmo índice, de 4,4%, para o ensino fundamental do 6^a ao 9^a ano, percebemos a mesma representação de números neste período, ainda assim tido como baixo, mediante os investimentos que o município faz em relação aos investimentos nas escolas, como elucida o gráfico abaixo:



Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2017).

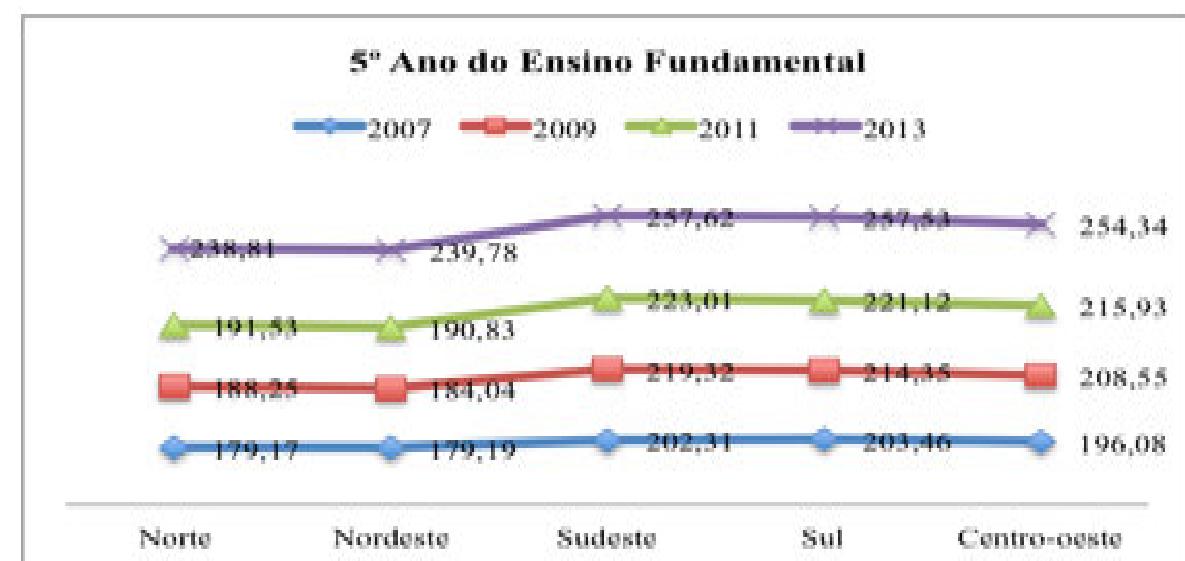
Percebe-se, portanto, que os índices na educação altamirense ainda estão abaixo considerando a média nacional. Sendo assim, a construção das novas escolas seria para revelar o índice do IDEB, pois as estruturas das escolas eram excelentes, contavam com laboratórios, salas bem amplas e confortáveis, refrigeração, pátios recreativos, quadras de esportes, alimentação escolar, bibliotecas. A estrutura das escolas era a melhor possível, porém os objetivos esperados a partir dos gestores que comandavam não foram alcançados.

Observa-se que o rendimento não foi satisfatório e teve uma desvantagem muito significativa no período de construção da barragem de Belo Monte. Acredita-se que as novas escolas não

Gráfico 2- Rede pública até o 9^a ano

Gráfico 3 - Novos números do IDEB.
Fonte: (IDEB, 2017)

tiveram acompanhamentos do município no âmbito da gestão para a total satisfação e aumento do IDEB no município. O que se teve foi uma estagnação longe do percentual que se pretendia. (IDEB, 2015).



Nota-se uma pequena queda no período na região Norte. Se a intenção era evoluir com escolas bem estruturadas, não foi isso que ocorreu. Vale ressaltar o fechamento de escolas conceituadas no município que elevavam o índice educacional, como o caso do CEPEC (Centro Educacional Pequeno Cidadão).

O IDEB é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação). Em 2017, nos anos iniciais da rede pública, Altamira atingiu a meta e cresceu, mas não alcançou 6,0 e pode melhorar para garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado, essa é a expectativa de todos que realmente acreditam na educação de qualidade.

Muito se escuta falar em “políticas públicas”, mas criá-las e firmarem como um suporte válido e como um processo de crescimento de participação social, não é tarefa muito fácil. A sociedade é um espaço fundamental para trabalharmos a participação do povo inserido na política, economia e cultura. Assim, consideramos que as políticas públicas são uma ferramenta de envergadura e de guia para os profissionais envolvidos em projetos populares.

Do ponto de vista cultural, a mobilização do pensamento político demanda a participação popular como instrumento de efetivação de gestão político administrativo como caráter democrático como afirma a Constituição Federal.

Sob esse viés, GOHN (2003) traz para o debate a Educação não formal e o educador social, que seriam uma prática efetiva nesse contexto de consciência e organização de como agir em grupos coletivos; a construção e reconstrução de concepção(ões) de mundo e sobre o mundo; contribuição para um sentimento de identidade com uma dada comunidade; formação do indivíduo para a vida e suas adversidades (e não apenas capacitação para entrar no mercado de trabalho). Quando presente em programas com crianças ou jovens adolescentes, a educação não formal resgata o sentimento de valorização de si próprio, ou seja, dá condições aos indivíduos para desenvolverem sentimentos de autovalorização e adquirirem conhecimento de sua própria prática, ensinando-os a ler e interpretar o mundo que os cerca.

Articular a educação, em seu sentido mais amplo, com os processos de formação dos indivíduos como cidadãos, ou articular a escola com a comunidade educativa de um território, é um sonho, uma utopia, mas também uma urgência e uma demanda da sociedade atual. Por isso trabalhamos com um conceito amplo de educação que envolve campos diferenciados, da educação formal, informal e não formal. (GOHN, 1995, p. 77).

5. Considerações finais

É evidente que o diálogo sobre os conhecimentos a partir da construção de Belo Monte e seus impactos no setor social e ambiental de Altamira/PA, principalmente no que tange à Educação das novas Escolas construídas nos novos bairros dos Reassentamentos, mostra que há entraves para que os remanejados tenham pleno acesso à educação. Dessa maneira, é preciso que o Estado promova melhorias nesse sistema de ensino, por meio de adaptações às reais necessidades dos moradores, a fim de que tenham sua dignidade humana preservada.

Logo, esta pesquisa de natureza bibliográfica permitiu avançarmos na compreensão de que somente por meio de lutas e resistências pautadas em uma Educação formal e informal é que existe uma perspectiva de mudança. Os dados demonstram

que um espaço de interação como Belo Monte carrega um enorme valor explicativo, onde os sujeitos (impactados) vão de certa forma apropriar-se da educação informal a partir dos processos dos discursos e dos contra discursos e mudanças em suas vidas. Assim, com essas mudanças, o sujeito apropria-se do território, o que é uma perspectiva da educação informal para a resistência. Além disso, a temática não se encerra, pois possibilita caminhos para que outros estudos possam ser realizados.

Notas

1. Povos impactados e colonizados que sobrevivem envoltos até as entranhas na floresta ao redor da cidade. O homem aprende de forma cruel que o “novo” é “velho” e que o “progresso” leva e traz canoas, gentes, lembranças, alegrias, tristezas, esperanças e por fim histórias submersas na memória que se entrelaçam ao cotidiano cruel dos novos territórios.

2. Trata-se dos compromissos socioambientais que o empreendedor e o Governo Federal assumiram para obter a autorização do mega empreendimento.

3. Não é foco deste trabalho análises sobre a questão da violência, mas é importante ressaltar que Altamira é apontada pelas estatísticas como uma das cidades mais violentas do Brasil, segundo dados do Atlas da violência 2017. Altamira lidera a lista e a pesquisa considerou a soma da taxa de homicídios e números de mortes violentas com causa indeterminada. Para saber mais PEREIRA, F. O. V.; CORDEIRO, L.Z. As Violências Contra as Juventudes: reflexões e suas relações com a hidrelétrica de Belo Monte no contexto de Altamira. In: REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ, v. 3, p. 1, 2016.

4. A recém-criada Eletronorte, subsidiária da Eletrobrás na Amazônia Legal, inicia os Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu em 1975. O estudo detectou que para o aproveitamento integral da Bacia do Rio Xingu foram previstos sete barramentos, que gerariam 19 mil megawatts (MW). Essas usinas representariam o alagamento de mais de 18 mil km² e atingiriam sete mil índios, de 12 Terras Indígenas, além dos grupos isolados da região em 1980. Em 2010 o Governo consegue a licença ambiental para a instalação da usina. Depois de três liminares derrubando o leilão, o consórcio Norte Energia fatura a construção de Belo Monte.

5. Site: <http://www.altamira.pa.leg.br>

6. Estudo de Impacto Ambiental

7. Seis Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC's) construídos pela Norte Energia em Altamira/PA.

Referências

ARANHA-SILVA, Edima. As Usinas Hidrelétricas e a (des) territorialidade no Brasil. In: Sílvia Regina Pereira; Benhur Pinós da Costa; Edson Belo Clemente de Souza. (Org.). *Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BRANDÃO, Carlo Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. *Revista de Educação Popular*, v. 6, p. 51-62, 2007.

CAMPOS, Sanny Rodrigues Moreira; SILVA, Vicente de Paulo. A efetividade do estudo de impacto ambiental e do licenciamento em projetos de usinas hidrelétrica. Universidade Federal de Uberlândia, 2010.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mofarrej. Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais Inter/multiculturais. *Revista Nera*, Ano 14, N. 18, janeiro/Junho de 2011.

CAMÕES, Luiz Vaz de. *Dicionário Prático Ilustrado*. Volume Segundo. Porto: Lello e Irmãos Editores, 1966.

DUARTE, Newton. *O debate contemporâneo das teorias pedagógicas*. São Paulo: UNESP, 2010.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FIGUEIREDO, Nice. Da importância dos artigos de revisão de literatura. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 23, n.1/4, p.131-135, jan./dez. 1990.

GOHN, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Educação não formal e cultura política*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Movimentos e lutas sociais na História do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1995.

HALL, Antony L.. *Desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no programa Grande Carajás.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais.* Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA. 2010, Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas.../Para.pdf>. Acesso em 02/08/2019.

ISA – INSTITUTO SÓCIO AMBIENTAL. *Dossiê Belo Monte: Não há condições para a licença de operação.* Altamira, 2015. Disponível em:
https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/31046_20150701_170921.pdf. Acesso em: 14/08/2019.

IANNI, Octávio. *Capitalismo, Violência e Terrorismo.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

QUIJANO, Aníbal. Superar a exclusão, conquistar a equidade: reformas, políticas e capacidades no âmbito social. In: LANDER, Edgard (org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.* Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005. p. 227-278.

LEROY, Jean Pierre. *Uma Chama na Amazônia.* Editora: Vozes Ltda. Rio de Janeiro, 1991.

LEME: Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte. *Relatório de Impacto Ambiental – Rima.* Brasília, 2009.

MOREIRA, Walter. *Revisão de literatura e desenvolvimento científico: conceitos e estratégias para confecção.* Janus, Lorena, v. 1, n. 1, p. 19-30, 2004.

MAB. *Política Nacional de Direitos dos Atingidos por Barragens.* São Paulo: MAB, 2013.

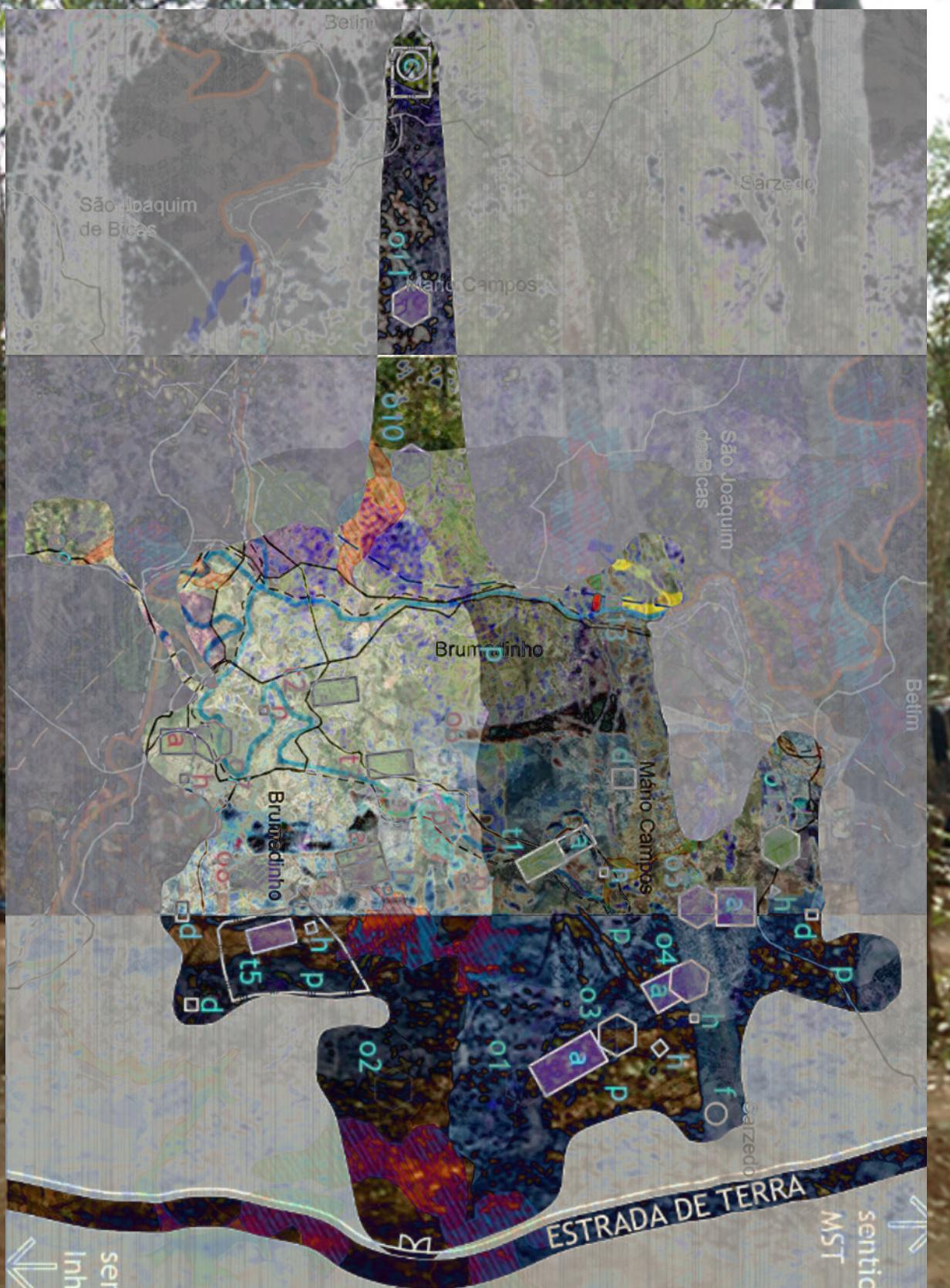
NESA. Usina Hidrelétrica de Belo Monte. PBA Projeto Básico Ambiental. Altamira, 2011. Volume II.

PINTO, Lucio Flavio. *Contra o Poder. 20 anos de Jornal Pessoal: uma paixão amazônica.* Belém: edição do Autor, 2007.

***Roselene Freiteiro de Melo** é professora de Língua Portuguesa da rede Municipal em Altamira/PA. Mestranda em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará.
roselameira@hotmail.com

Leonardo Zenha Cordeiro é professor Doutor, dedicação exclusiva na Universidade Federal do Pará.
leozenha@gmail.com

Doriedson Alves de Almeida é professor Doutor, dedicação exclusiva na Universidade Federal do Oeste do Pará.
doriedson.almeida@gmail.com



Da retomada à invenção do território: a criação da aldeia Naô Xohã¹

From the Retake of the Land to the Invention of the Territory: the Beginning of Naô Xohã Indigenous Land

Frederico Canuto & Thiago Barbosa de Campos*

Resumo

Este trabalho é fruto de pesquisa sobre as práticas socioespaciais de um grupo indígena na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), em Minas Gerais, com foco no processo recente de ocupação / retomada de terras e recém-criação da aldeia Naô Xohã no município de São Joaquim de Bicas, em outubro de 2017. A pesquisa, ainda em andamento, tem usado como fontes visitas à aldeia, conversas informais, entrevistas e produção de mapas do território ocupado. Temos buscado compreender de que forma os indígenas produzem seus espaços traçando um histórico de suas trajetórias, mapeando suas relações de parentesco e compreendendo suas estratégias para sobrevivência fora da terra indígena demarcada. O trabalho relata ainda as influências de outros agentes no contexto da Naô Xohã, como a FUNAI, a ONG Teto, que construiu cinco habitações temporárias para a aldeia e, por fim, a mineradora VALE, que passou a ter forte influência na produção do espaço da aldeia devido ao rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, operada pela empresa, que devastou o Rio Paraopeba, que passa às margens da terra na qual se instalaram os indígenas.

Palavras-chave: Indígenas em contexto urbano; retomada de terras; ocupação urbana

Abstract

This work is the result of an ongoing research on the socio-spatial practices of an indigenous group in the Metropolitan Region of Belo Horizonte (RMBH), Minas Gerais, focusing on the recent process of land occupation/retake and the newly created Naô Xohã territory in São Joaquim de Bicas, in October 2017. The research has used as sources visits to the place, informal conversations, interviews and map production of the occupied territory. We have sought to understand how indigenous people produce their spaces by tracing a history of their trajectories, mapping their kinship relationships and understanding their strategies for survival outside demarcated indigenous land. The work also reports the influences of other agents in the context of Naô Xohã, such as FUNAI, the NGO Teto, which built five temporary housing for the village and, finally, the mining company VALE, that had a strong influence on the production of the space due to the breach of the dam of the Córrego do Feijão mine, operated by the company, which devastated the Paraopeba River, which runs along the banks of the land where the indigenous people settled.

Keywords: Indigenous in urban context; retake of the land; urban squattings

Introdução

Este trabalho é fruto de pesquisa sobre as práticas sócio-espaciais de um grupo indígena na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), em Minas Gerais, com foco no processo recente de ocupação (que, para eles, é chamado de retomada) de terras e a recém-criação da aldeia Naô Xohã no município de São Joaquim de Bicas, em outubro de 2017. A pesquisa em andamento tem usado como fontes visitas à aldeia, conversas informais, entrevistas e produção de mapas do território ocupado. Temos buscado compreender de que forma os indígenas produzem seus espaços, traçando um histórico de suas trajetórias, mapeando suas relações de parentesco e compreendendo suas estratégias para sobrevivência fora da terra indígena demarcada. O trabalho relata ainda as influências de outros agentes no contexto da Naô Xohã, como a FUNAI, a ONG Teto, que construiu cinco habitações temporárias para a aldeia e, por fim, a mineradora VALE, que passou a ter forte influência na produção do espaço da aldeia devido ao rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, operada pela empresa, que devastou o Rio Paraopeba, que passa às margens da terra na qual se instalaram os indígenas.

Na primeira parte do trabalho tratamos de contextualizar o objeto de pesquisa. É apresentada e justificada nossa motivação inicial, a saber, a intenção de compreender formas de produção do espaço na cidade por grupos indígenas a partir de uma visão “de dentro”, numa pequena escala e em contato próximo e constante com estes, ainda que se saiba que processos resultantes de outras escalas interferem decisivamente neste espaço especialmente após o rompimento da barragem anteriormente mencionado. Nesta parte apresentamos definições e conceituações próprias deste tipo de abordagem, tendo como base trabalhos de cientistas que tratam sobre a produção do espaço em contextos urbanos e a relação pesquisador e grupos.

Na segunda parte, é exposto um panorama histórico da relação com o território por parte dos chamados “índios do Nordeste”. Com base no trabalho do antropólogo João Pacheco de Oliveira, mostramos como processos de territorialização sofridos ao longo dos últimos séculos culminaram em um modo de vida particular de tal grupo indígena. Ainda nessa parte, aprofundamos no entendimento da situação de indígenas que vivem para além das terras indígenas demarcadas, tomando como base o trabalho do antropólogo Luis Roberto de Paula.

Na terceira parte do artigo, são detalhados os métodos utilizados nesta pesquisa, mostrando como têm se dado os trabalhos de campo e a sistematização dos dados levantados.

Na quarta e última parte, apresentamos o estudo de caso que trata da inserção de grupos indígenas na RMBH e da produção do espaço na aldeia Naô Xohã em seus dezenove meses de existência, buscando ainda relacionar o estudo de caso com o contexto mais amplo em que se insere.

Sobre a produção do espaço

Partimos do pressuposto de que os espaços nos quais se dá a vida humana cotidianamente estão intrinsecamente relacionados com as relações sociais em termos de produção. Tendo como base o trabalho do filósofo marxista Henri Lefebvre (2006) e de geógrafos brasileiros que tratam da produção do espaço na contemporaneidade a partir do mesmo (SOUZA, 2013 e 2016, CORRÊA, 2016), consideramos que o espaço é *produto* e também *produtor* das relações sociais. Assim, adotaremos o entendimento de que *produção do espaço* passa não somente pela criação de bens materiais (móvels ou imóveis), mas também pela produção simbólica de relações de poder, de relações sociais, de aspectos culturais e ideológicos. Sendo assim, o termo *produção do espaço* pode se referir:

[...] tanto à sua (re)produção, nos marcos do modelo social hegemônico, capitalista e heterônomo, quanto à emergência de novas significações, novas formas e novas práticas (que, em alguns casos, desafiarão explicitamente o status quo heterônomo) (SOUZA, 2013, p.42).

No contexto das grandes cidades e metrópoles brasileiras, diversos são os agentes sociais, dotados de diferentes interesses e estratégias, que agem na produção do espaço. Corrêa (2016) aponta que os principais são: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Esses diversos agentes, com ou sem capital, entram constantemente em conflito em torno da produção do espaço nas cidades.

Para melhor compreensão de como tem se dado a (re)produção do espaço no contexto das cidades e os conflitos que daí resultam, os autores destacam a importância de pesquisas que aprofundem o conhecimento das práticas espaciais de diferentes atores sociais. Corrêa (2016) aponta que deve ser dada atenção ao estudo das práticas espaciais vernaculares, e não somente daquelas desenvolvidas por poderosos grupos capitalistas. Souza (2016) defende que estudos aprofundados de ações quotidianas, tendo como base a escala local ou “nanoterritorial”, têm o potencial de apontar novas possibilidades de relações sócio-espaciais para além o modelo heterônomo e de grande desigualdade que prevalece em nossa sociedade.

A prática espacial aqui investigada, a dos indígenas da aldeia Naô Xohã, é um exemplo de *prática espacial vernacular* desenvolvida por um grupo social excluído e que, como veremos mais à frente, tem entrado em conflito com outros agentes.

Panorama histórico dos “índios do Nordeste”

Neste tópico trataremos das transformações na relação de povos indígenas com seus territórios, ocorridas ao longo da história de formação no Brasil, e como acarretaram em transformações significativas em seu modo de vida. Focaremos no grupo que João Pacheco de Oliveira (2016) nomeia “índios do Nordeste”, já que os envolvidos na aldeia Naô Xohã daí descendem.

Oliveira destaca que os índios do Nordeste estiveram envolvidos em dois processos distintos de territorialização, o primeiro associado às missões religiosas e o segundo, relacionado à agência indigenista oficial. O autor define territorialização, como “uma intervenção da esfera política que associa, de forma prescritiva e inofismável, um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p.204).

O primeiro processo de territorialização ocorreu quando foram criados os aldeamentos impostos pelos missionários, nos quais foram sedentarizadas, em um mesmo espaço, famílias nativas de origens, línguas e culturas diversas. Ali os indígenas foram homogeneizados pelo processo de catequese e disciplinamento

do trabalho e mantidos distantes das principais cidades e empreendimentos agrários coloniais. Ao fim desse processo, já no século XIX, aqueles que pretendiam incorporar de vez os povos indígenas a uma suposta integridade nacional, passaram a se referir aos índios dos aldeamentos com o estigma de índios “misturados”, de forma negativa, desqualificando-os quando em comparação com os índios “puros” do passado.

O segundo processo de territorialização ocorre já no século XX quando são implantados postos indígenas em diversas áreas do Nordeste e terras são demarcadas e destinadas pelo Estado às populações atendidas configurando as Terras Indígenas (TI). Como mostra Oliveira, esse processo levou à consolidação de uma sociedade de base territorial fixa, e acabou por instaurar um modo de vida próprio àqueles que habitavam as reservas indígenas, tomadas como “um objeto demarcado cultural e territorialmente”.

Dentre as mudanças acarretadas, destaca-se a necessidade de uma nova estrutura política especializada, representada pela figura do *cacique*, que deveria representar a população de sua terra junto ao agente indigenista local, este responsável por distribuir os benefícios provenientes do Estado. No âmbito das manifestações culturais, surge a necessidade de afirmação de uma identidade étnica diferenciadora com relação ao contexto regional em que se inseriam as TI com o propósito de garantir a autenticidade indígena dos grupos e, por consequência, garantir direitos como a posse da terra e o recebimento dos benefícios e tutelas. Em suma, passou a ser preciso *desnaturalizar a mistura* ocorrida ao longo dos últimos séculos. Nesse processo consolida-se também a dependência das ações tutelares advindas do Estado.

Veremos mais adiante, no estudo de caso, como o modo de vida e de relação com o território dos índios do Nordeste, que se consolidou historicamente, pode ser percebido nas ações dos indígenas da aldeia Naô Xohã e em sua relação com o território no contexto da RMBH.

Direitos indígenas para além das terras demarcadas

Aqui tomamos como base o trabalho do antropólogo Luis

Roberto de Paula (2017). O autor enfatiza que, durante o século XX, muitos povos indígenas, juntamente com apoiadores e indigenistas, travaram inúmeras lutas para conter a dizimação de suas terras e populações e acabaram por conquistar uma série de direitos diferenciados como a regularização fundiária, o sistema de saúde e educacional, a gestão ambiental, a fiscalização de terras indígenas, dentre outros. Apesar das importantes conquistas, 42% da população indígena atual do país não é atendida plenamente pelas políticas públicas específicas e diferenciadas existentes. Isso porque o atendimento a essas políticas está vinculado à comprovação, junto ao Estado, do pertencimento a uma terra indígena demarcada.

O alto contingente de indígenas não atendidos por tais políticas públicas se explica, em grande parte, pelo grande número de indígenas que vivem atualmente fora de terras demarcadas. Dados divulgados pelo IBGE mostram que está consolidada sua presença em contexto caracterizado pelo órgão como *urbano*. Estudo com base nos dados coletados pelo Censo em 2010 demonstra que entre as mais de 896 mil pessoas que se autodeclararam indígenas no Brasil, 36,2% encontravam-se em área urbana. (FERREIRA et al., 2012)

Migrações de indígenas para cidades são constantes e têm motivações diversas, estando entre as principais, a necessidade de obtenção de renda, a busca por educação formal e letramento e o atendimento qualificado na área de saúde. As condições de vida fora de terras indígenas são marcadas por situações de vulnerabilidades socioeconômicas como informalidade no trabalho; acesso à saúde, educação, transporte e moradia precários e imersão em contextos de preconceito e violência étnico-racial. Na maioria das vezes, as esferas públicas estão despreparadas para lidar com tais questões, seja na esfera municipal, estadual ou federal (DE PAULA, 2017).

Devido às difíceis condições de vida e ao desamparo em que se encontram, povos indígenas estão constantemente em luta pela afirmação de direitos e têm diversificado suas estratégias de sobrevivência para além das TI. O estudo de caso que apresentaremos na sequência investiga as práticas espaciais de alguns grupos indígenas na RMBH e mostrando uma dessas novas estratégias: a *retomada de terras*.

Métodos de pesquisa

Os métodos utilizados nesta pesquisa foram a observação participante, as entrevistas narrativas e a produção de mapas. Iniciamos o acompanhamento das atividades de alguns indígenas em maio de 2017, através do grupo de extensão Morar Indígena[2], que iniciava sua atuação em Belo Horizonte. Por um período de dois anos acompanhamos 23 atividades entre reuniões internas e eventos que os indígenas promoveram na cidade. Fizemos parte do canal de comunicação do grupo no WhatsApp, tivemos acesso a atas de reuniões e realizamos conversas em particular com alguns indígenas. Assim que a aldeia Naô Xohã foi iniciada, passamos a realizar visitas ao território indígena, totalizando 16 visitas ao longo de seus dezenove meses de existência. Nas visitas acompanhamos atividades cotidianas, realizamos conversas informais, promovemos debates sobre o espaço da aldeia, acompanhamos a atuação de agentes externos e coletamos informações para produção de mapas. Após ter estabelecido relações mais estreitas com os moradores, realizamos entrevistas com 14 indígenas. Como método para as entrevistas, elucidamos os temas principais de interesse da pesquisa e incentivamos que os entrevistados criassem narrativas de forma espontânea, trazendo à tona os temas que julgassem relevantes. Entrevistamos também o historiador e atual agente indigenista da regional MG/ES da FUNAI, Pablo Camargo, que tem acompanhado a Naô Xohã e orienta atividades de indígenas da RMBH há duas décadas. As entrevistas foram gravadas e transcritas. Por fim, produzimos os mapas da evolução do uso do espaço na escala da aldeia e mapas em escala regional, contextualizando sua inserção.

Estudo de caso: indígenas na Região Metropolitana de Belo Horizonte

Minas Gerais é o segundo estado mais populoso do país, com cerca de dezenove milhões e meio de habitantes segundo dados divulgados pelo IBGE com base nos dados do Censo de 2010. De acordo com os mesmos dados, cerca de trinta e duas mil pessoas se autodeclararam indígenas no estado.

Estimativas do CEDEFES[3] apontam que quatorze etnias vivem

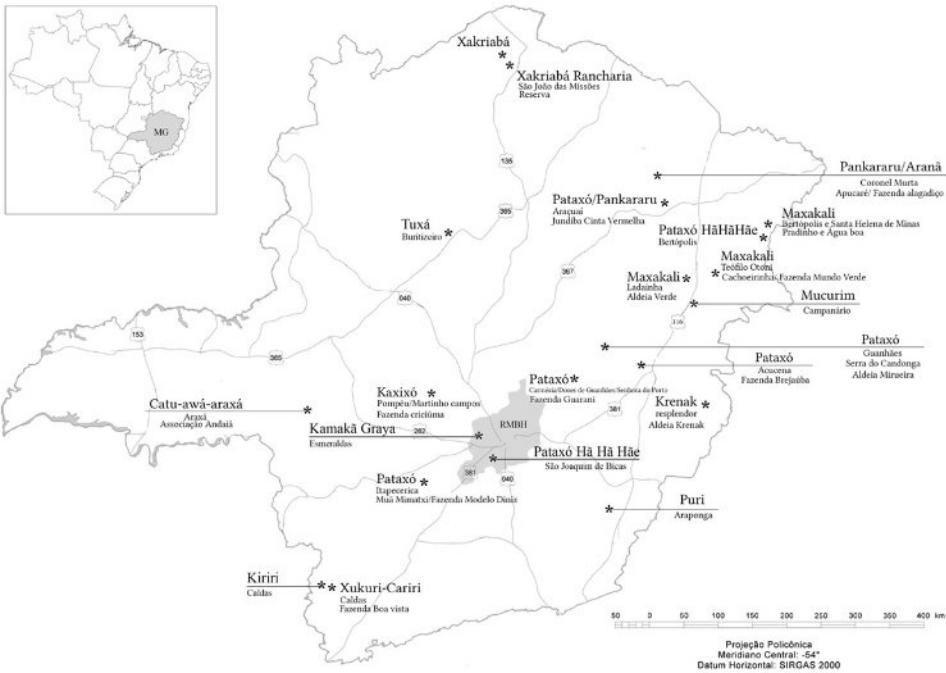


Figura 01: Mapa com etnias indígenas em Minas Gerais com base em estimativas do CEDEFES. Fonte: Thiago Campos e Grupo Morar Indígena (EA-UFMG).

atualmente em Minas Gerais contando com aproximadamente quinze mil indivíduos aldeados. São elas: Aranã, Catu-Awá-Arachás, Kaxixó, Kiriri, Krenak, Maxakali, Mucuriñ, Pankararu, Pataxó, Pataxó Hā-Hā-Hāe, Puris, Tuxá, Xacriabá, Xukuru-Kariri (CAMARGO & LIMA, 2019). Os dados do IBGE mostram ainda que uma parte considerável dos autodeclarados indígenas no estado vivem nos centros urbanos, seguindo a tendência mostrada anteriormente para a situação no país.

A Região Metropolitana de Belo Horizonte, instituída em 1973, é a terceira maior do país e é composta atualmente por trinta e quatro municípios. Trabalho que analisa os dados do Censo de 2010 (FERREIRA et al., 2015) mostra que a RMBH contava com quase oito mil indígenas, presentes em vinte e quatro municípios da região. Revela ainda que, no geral, essa é uma população pobre, com baixa escolaridade, com trabalhos precários e sem a devida assistência previdenciária. O mesmo estudo aponta que Belo Horizonte concentra 51,54% da população total indígena da RMBH.

Práticas espaciais: A ideia da retomada

Não existem dados precisos de quando se iniciou a chegada de indígenas à RMBH. Depoimentos de indígenas da etnia Pataxó Hā-Hā-Hāe mostram que alguns de seus familiares chegaram na região na década de 1980. Pablo[4], agente indigenista da FUNAI, conta que no início dos anos 2000 trabalhou em apoio a etnias que começaram a se articular para reivindicar melhorias de suas condições de vida junto ao poder público, no entanto

acabaram não obtendo avanços. Alguns anos depois novas lideranças indígenas surgiram fazendo com que, durante a última década, algumas ações tenham se consolidado, como apresentaremos a seguir.

Identificamos um grupo que tem se destacado na luta para legitimar a presença indígena na RMBH. Suas lideranças são indígenas que afirmam ter parentesco com aldeados, porém viveram durante toda sua vida fora de uma TI. Estão inseridos no contexto da cidade, possuindo residência, emprego e renda fixa. Fundaram, em 2012, o Comitê Mineiro de Apoio às Causas Indígenas (CMACI) unindo seus esforços aos de alguns apoiadores não indígenas. O comitê se articula através das redes sociais e ocasionalmente realiza reuniões em espaços públicos da cidade. Sua demanda principal junto ao poder público é a criação de um centro de referência que possa receber indígenas em trânsito, divulgar a cultura e servir à comercialização de artesanato e que contribua no combate à discriminação e à repressão policial sofridas nas ruas das cidades. Pleiteiam ainda melhorias no atendimento à saúde, acesso à educação e a efetivação dos direitos específicos e diferenciados garantidos na constituição de forma a abarcar os indígenas que vivem nas cidades.

Identificamos ainda ações de outros grupos indígenas que têm adotado um novo caminho na tentativa de superar as dificuldades enfrentadas na RMBH: a busca por terras desocupadas, visando fundar novas aldeias e reivindicar sua demarcação, ação que os próprios indígenas denominam como *retomada*. Tendo como pano de fundo a relação assimilaçãoista de um passado distante e anti-assimilaçãoista nas últimas décadas, entende-se por que se gestou um embate de linguagem pelos indígenas ao definirem sua nova terra: não uma ocupação, mas uma *retomada*. Um paradoxo que merece ser colocado em análise.

A história dos indígenas “descobertos” pelo homem branco no Nordeste e Sudeste se caracteriza espacialmente por um momento diaspórico, visto que são expulsos de sua terra por latifundiários, grileiros e mesmo pelo Estado nos primeiros séculos da invenção da nação brasileira. Sendo retirados das terras onde habitavam – que não eram suas, porque a ideia de propriedade privada é elemento jurídico ou lei do homem branco – veem-se hoje desterrados. Os indígenas estão apenas lutando pelo lugar que sempre foi onde moraram – mas que não lhes pertence. Nesse entre lugar entre o mundo do branco e o mundo

indígena ocupado pela FUNAI, a ideia de demarcação vem justamente para criar um lugar paradoxal: dar a terra aqueles que nunca precisaram tê-la.



Duas retomadas acontecem atualmente na RMBH. A primeira é a Aldeia Kamakã Graya, iniciada em janeiro de 2017, no município de Esmeraldas, a dois quilômetros de distância do Rio Paraopeba, onde quinze famílias ocupam parte da Fazenda Santa Tereza, uma das três fazendas da Fundação Educacional Caio Martins (FUCAM), local abandonado pela instituição. A segunda, objeto de análise deste trabalho, é a Aldeia Naô Xohã, iniciada em outubro de 2017, no município de São Joaquim de Bicas, às margens do Rio Paraopeba, por indígenas de etnias diversas.

A ideia de iniciar a aldeia Naô Xohã partiu de indígenas da etnia

Figura 2: Mapa localizando as aldeias Kamakā Graya e Naô Xohã na Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Fonte:** Thiago Campos

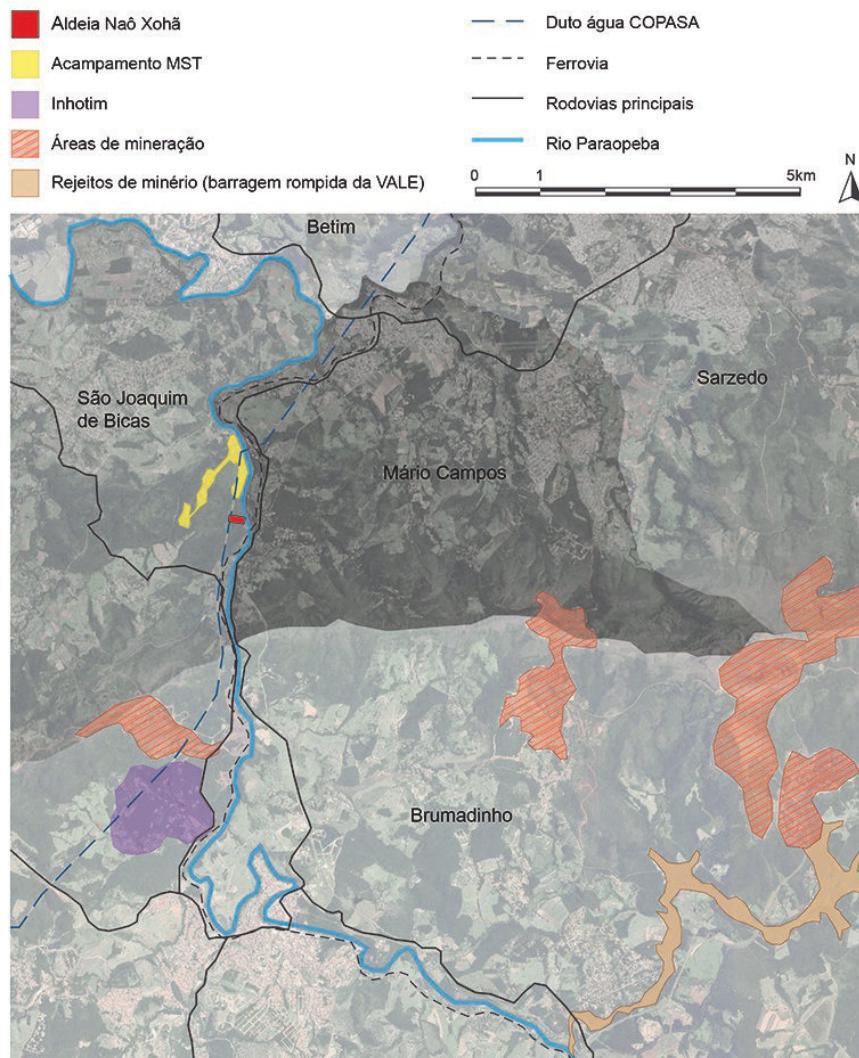
Pataxó Hā-Hā-Hāe que nasceram e viveram parte da vida na TI localizada na enseada de Coroa Vermelha, município de Santa Cruz Cabrália, no sul da Bahia. A maioria dos chefes dessas famílias possuem entre 20 e 30 anos. Num primeiro movimento migratório, vieram para Belo Horizonte, já que as condições de vida na aldeia de origem se tornaram difíceis, por não mais conseguirem obter renda suficiente com a venda de artesanato. Segundo relatam, chegando à cidade encontraram condições ainda mais difíceis de sobrevivência: mais uma vez dificuldade de gerar renda suficiente com a venda de artesanato[5] para arcar com os custos de vida, além do preconceito e a violência sofridos que lavaram à crescente sensação de insegurança.

Outro grupo envolvido na Naô Xohã é composto por famílias da etnia Pataxó que perderam a conexão com sua TI de origem há décadas. No geral, os chefes de família desse grupo são mais velhos quando comparados aos Pataxó Hã-Hã-Hãe, possuindo mais de 50 anos de idade. Possuem parentesco com os Pataxó Hã-Hã-Hãe que, logo no início da retomada, convidaram-nos para participar. Disseram ter como motivações para sair de Belo Horizonte o alto custo de vida além da intenção de experimentar uma forma de viver distinta da que mantinham na cidade. A principal diferença entre os dois grupos é que os Pataxós Hã-Hã-Hãe almejam retomar o modo de vida que já praticavam em suas aldeias de origem, enquanto os Pataxó se encontram num processo de (re)invenção de sua indianidade, perdida no passado distante.

Além desses dois grupos, participaram também indígenas ligados ao CMACI, pertencentes a outras etnias. Já estabelecidos no contexto da RMBH, optaram por não se mudar para a aldeia, porém apoiaram de perto a aldeia desde sua fundação, por se solidarizarem com os moradores e enxergarem a retomada como uma forma de fortalecimento da causa indígena.

O local foi escolhido após um indígena apoiador e um Pataxó Hâ-Hâ-Hâe tomarem conhecimento da existência de um terreno com mata preservada, contíguo a um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no município de São Joaquim de Bicas. A área, que é um fragmento de Mata Atlântica, fica a 53 quilômetros do centro de Belo Horizonte, e está na margem esquerda do Rio Paraopeba. Ao visitarem o local, abriram diálogo com lideranças do MST e essas informaram que o terreno havia pertencido a uma mineradora que decretara falência e, em desuso, não cumpria sua função

social, por isso o ocuparam. Apoiaram os indígenas e acordaram os limites entre a ocupação sem-terra e a retomada.



E escolha do local para a retomada nos ajuda a compreender a conjunção de motivações dos indígenas Pataxó Hâ-Hâ-Hâe: primeiro, desvincular-se dos altos preços de aluguel de moradia na cidade; segundo, viver num território próprio como forma de afirmar o modo de vida indígena e fortalecer a luta pela garantia dos direitos diferenciados; terceiro, morar junto à mata, contribuindo para a preservação da mesma; e quarto, não se distanciar da cidade de Belo Horizonte, utilizada para geração

Figura 3: Mapa com contexto regional de inserção da aldeia Naô Xohã. **Fonte:** Thiago Campos sobre imagem áerea do Google Earth

Figura 4: Foto do acampamento para início da Aldeia Naô Xohã em novembro de 2017. **Fonte:** Célia Gonçalves Pereira

de renda e acesso a serviços como o atendimento a saúde e educação.



Produção do espaço na aldeia Naô Xohã: antes da Barragem - a invenção da retomada

A retomada teve início em outubro de 2017, assim que alguns indígenas acamparam no terreno. Daí em diante passaram a se revezar no acampamento para manter presença constante no local, deslocando-se entre a cidade e a aldeia enquanto trabalhavam para melhorar a estrutura e criar as condições de permanência.

Durante os primeiros meses, poucas famílias conseguiram se manter regularmente na aldeia, devido principalmente às condições precárias dos primeiros abrigos construídos, às dificuldades de resistir ao período chuvoso e à falta de água e alimentos. Para construção das habitações, ou oca, como os moradores denominam, foram usados materiais disponíveis na mata em conjunto com materiais que lhes foram doados. Definiram que todas as construções teriam formato arredondado, padrão utilizado nas aldeias da Bahia. Em janeiro de 2018, havia apenas uma oca coberta, além de estruturas em construção para outras duas.



Figura 5: Foto da aldeia Naô Xohã em agosto de 2018. **Fonte:** Thiago Campos

Nos primeiros meses de 2018, já tendo passado o período de chuvas e devido às doações arrecadadas, as condições de permanência melhoraram um pouco. Por intermédio de algumas lideranças, passaram a receber alimentação, remédios, materiais de construção, utensílios, equipamentos domésticos, botijões de gás, colchões, roupas de cama, vestuário, fraldas, dentre outras doações.

Em junho de 2018, técnicos da FUNAI da Coordenação Regional de Minas Gerais e Espírito Santo visitaram o local com a finalidade de realizar a *qualificação*[6] da aldeia. As lideranças definiram como cacique um indígena Pataxó Hâ-Hâ-Hâe.

Nesse momento, uma das dificuldades era a falta de água potável. Precisavam caminhar alguns quilômetros para buscar água, trazida em baldes. Em agosto um indígena Pataxó planejou instalar um sistema para coleta de água a partir de uma rede da Copasa[7], que passa próximo à aldeia. Apoiadores ligados ao CMACI arrecadaram doações e compraram o material. O indígena executou a instalação que passou a abastecer uma caixa d'água, além de um banheiro e uma fossa.

Nos meses de setembro e outubro, houve um crescimento considerável no número de ocas e moradores, possibilitado tanto pela chegada da água tratada como pelo recebimento de uma doação do CIMI[8], também por intermédio das lideranças indígenas, no valor de R\$4.760,00, destinado à compra de

Figura 6: Mapa com a configuração sócio-espacial da aldeia Naô Xohã. Janeiro de 2018. **Fonte:** Thiago Campos.

materiais de construção.

Em novembro e dezembro, as lideranças conseguiram apoio da ONG Teto[9], que construiu cinco moradias na aldeia. Apesar do formato e dos materiais utilizados nas casas, classificados como “fora da cultura”, os indígenas optaram por construí-las para resolver o problema imediato de falta de moradia, e pretendem removê-las futuramente. Com isso mais indígenas passaram a permanecer no território.

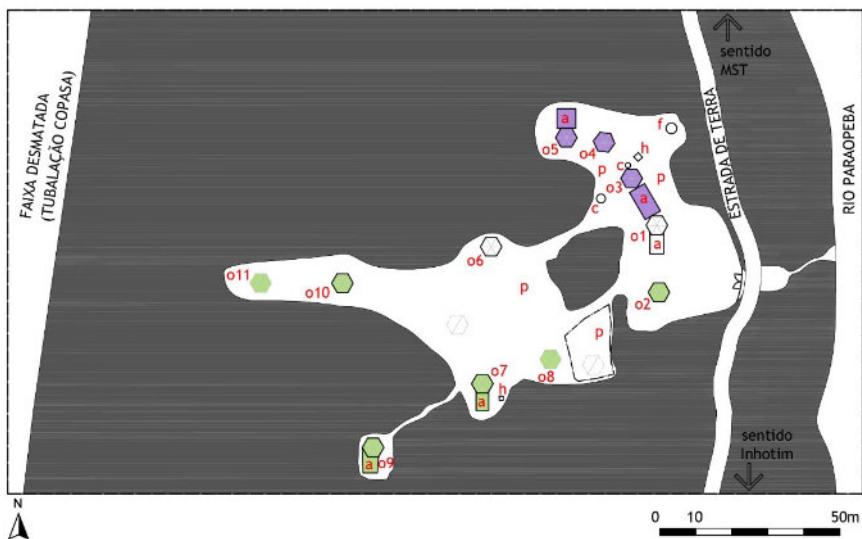
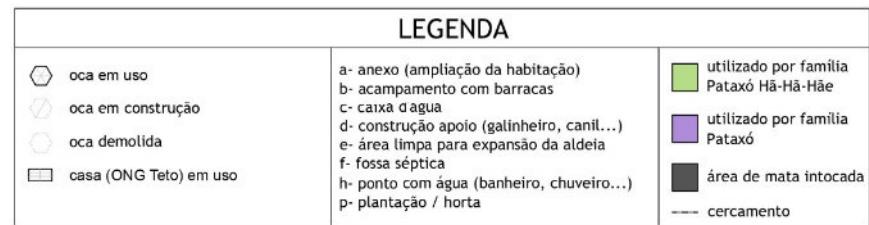
No entanto, nos últimos meses de 2018, com o retorno do período de chuvas, as condições de vida na aldeia voltaram a piorar. Muitas pessoas adoeceram, dentre elas muitas crianças. Sem nenhum suporte no atendimento à saúde, algumas famílias Pataxó Hâ-Hâ-Hâe decidiram deixar a aldeia, sendo que duas das casas construídas pela ONG não chegaram a ser ocupadas pelos contemplados. Os desistentes alegaram ainda que a distância impossibilitava o acesso das crianças à escola, e decidiram voltar a se fixar na cidade. Dentre os desistentes estava o cacique e, por isso, no início de janeiro de 2019, a função foi assumida por seu irmão. As lideranças definiram ainda uma vice cacique, indígena da família Pataxó.

Até esse momento, o que tínhamos era uma comunidade com população flutuante, em que em diversos momentos se fragmentou de tal forma que o desaparecimento dessa retomada parecia prestes a acontecer. Porém, ao mesmo tempo,

LEGENDA	
oca em uso	a- anexo (ampliação da habitação)
oca em construção	b- acampamento com barracas
oca demolida	c- caixa d'água
casa (ONG Teto) em uso	d- construção apoio (galinheiro, canil...)
	e- área limpa para expansão da aldeia
	f- fossa séptica
	g- ponto com água (banheiro, chuveiro...)
	p- plantação / horta
	área de mata intocada
	cercamento



tais dificuldades foram colocando a prova o sentido de aldeia e povo que as etnias foram tentando construir segundo uma estratégia de amalgamento étnico.



A troca inesperada de cacicado, a flutuação pendular entre Belo Horizonte e a aldeia, a dificuldade de construção de uma estrutura mínima apontam para uma prática sócio-espacial caracterizada por uma organização social e política ainda precárias entre os habitantes. No que diz respeito à divisão de responsabilidades, muitos não conseguem se colocar; o cacique é autoridade, mas não conseguia se responsabilizar por todos devido a precariedade das condições. No entanto, há de se ter em mente que esse é o caminho para a construção de uma aldeia: reconstruir laços destruídos por uma história de diásporas, migrações e violências.

Produção do espaço na aldeia Naô Xohã: depois da Barragem – da retomada à ocupação

Figura 7: Mapa com a configuração sócio-espacial da aldeia Naô Xohã. Outubro de 2018.
Fonte: Thiago Campos.

Após a retomada passar por momentos de indefinição, ocorreu o improvável. No dia 25 de janeiro de 2019 deu-se um desastre de enormes proporções, o rompimento da barragem de rejeitos de mineração operada pela empresa Vale S.A., localizada na região de Córrego do Feijão, no município de Brumadinho. Classificado como *crime*, já que foi comprovado que a empresa tinha ciência do risco de rompimento, o ocorrido deixou centenas de mortos[10] e tem gerado enormes impactos socioambientais ao longo do curso dos rios atingidos[11]. Foram liberados cerca de 12 milhões de metros cúbicos de rejeito de minério atingindo o rio Paraopeba, contaminando inclusive o trecho que passa pela Naô Xohã, a cerca de 25 quilômetros do local do rompimento.

A partir de então, a aldeia ganhou visibilidade na mídia, com dezenas de reportagens que chamaram a atenção para sua existência, o que fez com que se intensificasse a circulação de pessoas no local. Repórteres, representantes da mineradora Vale, do Ministério Público Federal (MPF), da FUNAI, apoiadores e pessoas ligadas a entidades filantrópicas passaram a frequentar a aldeia.

As mudanças na configuração sócio-espacial da Naô Xohã se aceleraram. O número de pessoas vivendo no local aumentou consideravelmente com a chegada, em fevereiro, de indígenas Pataxó da aldeia Imbiruçu[12], que permaneceram cerca de um mês para auxiliar no diálogo com a Vale. Indígenas apoiadores ligados ao CMACI entraram em desacordo com lideranças da Naô Xohã e interromperam seu apoio à aldeia. A mineradora Vale, como medida emergencial, passou a doar diariamente grande quantidade de água mineral e alimentos. Intervenções imediatas no espaço foram promovidas pela mineradora: foram fornecidas lonas e madeirites, utilizados para vedação da maioria das casas e ocas e disponibilizado material e mão de obra para instalação de uma caixa d'água de 10.000 litros e uma nova rede de abastecimento de água tratada, além do cercamento parcial do território.

Devido às melhorias geradas pelas intervenções da Vale e às negociações em andamento, sobre o pagamento de salários indenizatórios aos moradores, mais famílias Pataxó Hā-Hā-Hāe decidiram se fixar na aldeia, inclusive a do antigo cacique, que acabou retornando. Pouco depois, no mês de março, houve um desentendimento entre famílias Pataxó Hā-Hā-Hāe e famílias Pataxó e estas decidiram se mudar da Naô Xohã, indo morar na aldeia Imbiruçu, no município de Carmésia. As casas e ocas onde moravam foram apropriadas pelas recém-chegadas famílias

Pataxó Hā-Hā-Hāe.

É notável como o grupo das famílias Pataxó Hā-Hā-Hāe busca se afirmar etnicamente, marcar sua alteridade. Como vimos, esse processo é decorrência da necessidade de *desnaturalizar a mistura*, comum aos indígenas do Nordeste, por terem passado por processos de miscigenação e apagamento de suas tradições (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016). Tal fato pode ser notado devido ao uso das pinturas corporais e indumentárias típicas de seus antepassados; à insistência em manter as construções como ocas arredondadas; à prática do ritual de canto e dança chamado de “Awê”; ao uso de termos no idioma Patxohā; à produção de peças de artesanato para comercialização, dentre outros. A busca pela afirmação étnica dos Pataxó Hā-Hā-Hāe se mostrou ainda mais evidente após o rompimento da barragem em Brumadinho, já que parece ser importante marcar a alteridade e unidade do grupo para conquistar avanços nas negociações junto ao MPF e à Vale. Isso ajuda a explicar os desentendimentos com os demais grupos envolvidos, já que parecia não estar sendo interessante revelar a mistura étnica que prevaleceu de início na Naô Xohā.

No mês de abril, em audiência junto a representantes da Vale no MPF, com presença de agentes da FUNAI, foi acordado o pagamento das indenizações[13] aos indígenas. Seguem as negociações para definir as ações de reparação integral que, por decisão do MPF, deverão ser custeadas pela mineradora. Os indígenas pedem a demarcação da terra, no entanto representantes da Vale colocam como empecilho o fato de existir um processo de reintegração de posse do terreno pela empresa proprietária, a mineradora MMX. Foi apontada a possibilidade de relocação dos indígenas para outro terreno,

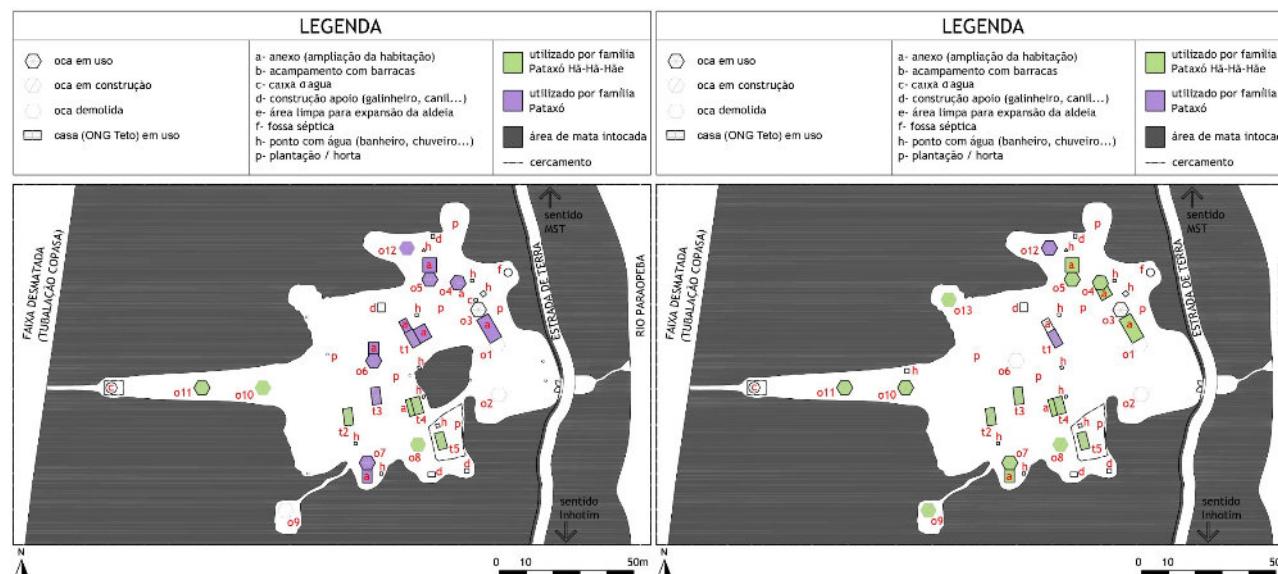


Figura 8: Foto da Aldeia Naô Xohā em fevereiro de 2019.
Fonte: Thiago Campos

Figura 9: Mapa com a configuração sócio-espacial da aldeia Naô Xohā. Fevereiro de 2019. **Fonte:** Thiago Campos.

Figura 10: Mapa com a configuração sócio-espacial da aldeia Naô Xohā. Março de 2019. **Fonte:** Thiago Campos.

também às margens do rio Paraopeba, no entanto estes seguem demandando a demarcação do território que já ocupam.



Assim, a retomada enquanto invenção de uma nova aldeia tem se tornado, nesses poucos meses após o ocorrido, em algo diverso da autônoma e precária aldeia em construção. Sua política sócio-espacializada está sendo substituída por uma política institucionalizada – junto ao Estado e mesmo entre eles, usando agora CPFs para receberem indenizações. Disputado por uma série de entidades filantrópicas que querem chamar a aldeia de sua enquanto esta tiver projeção midiática junto a representantes de instituições que querem ajudar explorando a imagem da aldeia, a aldeia Naô Xohā luta agora para existir enquanto retomada, se isso for de interesse. Modificações certamente ocorrerão nos meses que se seguem, com o recebimento dos salários e demais compensações indenizatórias a serem recebidas. Está em aberto a possibilidade de consolidação da nova aldeia na RMBH.

Notas

1. Os autores gostariam de agradecer ao NPGAU / EAUFMG pelo apoio na produção da dissertação que serviu de base a este artigo, bem como nos deslocamentos até a aldeia; ao programa de extensão Morar Indígena pelo apoio em campo; e ao CNPQ pelo apoio via Edital MCTI/CNPq 01/2016 - Demanda Universal à pesquisa "Morar Indígena: Conflitos e aproximações entre a concepção idealizada e a vivência cotidiana na produção do espaço Indígena em Minas Gerais". O presente texto foi apresentado em julho de 2019 no evento 3º Congresso Internacional Povos Indígenas da América Latina (CIPIAL).

2. O grupo de extensão Morar Indígena está sediado na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais e tem como objetivo promover Projetos de Extensão, em parcerias com grupos não governamentais, comunidades locais ou o próprio Estado, para pensar o espaço indígena e sua especificidade a partir de suas próprias narrativas, com o intuito de gerar e aplicar tecnologia social e metodologias de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo para a gestão territorial, construção de espaços coletivos e de habitação da população indígena.

3. Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva, ONG com sede na cidade de Belo Horizonte - MG. Seu objetivo é promover a informação e formação cultural e pedagógica, documentar, arquivar, pesquisar e publicar temas do interesse do povo e dos movimentos sociais.

4. Pablo Matos Camargo é historiador, trabalhou junto ao CEDEFES e atualmente é Agente Indigenista da FUNAI – Coordenação Regional Minas Gerais e Espírito Santo e acompanha a situação dos indígenas na RMBH desde o início dos anos 2000. Entrevistamos Pablo em 23 de março de 2019.

5. Os principais pontos de venda de artesanato com presença indígena em Belo Horizonte são a Praça Sete de Setembro, uma praça bastante movimentada, marco zero do hipercentro da cidade, e a Feira de Artes, Artesanato e Produtores de Variedades de Belo Horizonte, conhecida popularmente por "Feira Hippie", que acontece todas as semanas, aos domingos, também na região central.

6. Na etapa chamada *qualificação*, um documento é encaminhado pela regional para a FUNAI sede em Brasília com os dados das famílias envolvidas e suas principais reivindicações. Essa é a etapa inicial para o processo de regulação fundiária e demarcação de uma Terra Indígena.

7. Companhia de Saneamento de Minas Gerais.

8. O Conselho Indigenista Missionário é um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil que atua em apoio aos povos indígenas.

9. A ONG teve origem no Chile e atualmente atua também no Brasil. A intervenção proposta tem caráter assistencialista. Classificam os moradores da comunidade através de um questionário e elegem famílias para receber as casas. Em seguida, as famílias contempladas pagam uma taxa simbólica de R\$200,00. Por último, são realizados mutirões para construção das habitações. As casas devem seguir rigorosamente o padrão da ONG e são classificadas como temporárias por terem pouca durabilidade.

10. Dados divulgados pela defesa civil de Minas Gerais em 14 de abril de 2019 apontam que o número de mortos identificados chegou a 228, além de 49 ainda desaparecidos.

11. Segundo o site Wikipédia, a Agência Nacional de Águas (ANA) informou que a lama poluiu, pelo menos, 300 quilômetros de rios.

12. A aldeia Imbiruçu pertence à Terra Indígena Guarani, localizada no município de Carmésia, em Minas Gerais, a 200 quilômetros de Belo Horizonte e possui 23 famílias. Algumas dessas famílias possuem relação de parentesco com os Pataxó que estavam na Naô Xohã.

13. A indenização prevê que a Vale deverá pagar, durante 12 meses, o valor de 1 salário mínimo por adulto, $\frac{1}{2}$ salário por adolescente e $\frac{1}{4}$ de salário por criança, além de uma cesta básica por núcleo familiar. Serão contempladas 46 famílias, num total de 153 indígenas, de acordo com listagem produzida pelos próprios indígenas. Na lista constam o nome, identidade, CPF e contas bancária daqueles que serão indenizados.

Referências

CAMARGO, Pablo; LIMA, Ana Paula Ferreira. Povos indígenas em Minas Gerais: quem são? Cedefes. Disponível em: <http://www.cedefes.org.br/povos-indigenas-destaque>. Acesso em: 09 abr. 2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto 1.ed. 4^a reimpressão, p.41-51, 2016.

DE PAULA Luis Roberto. Afirmção de direitos indígenas em contextos ampliados de interação social: referências bibliográficas e alguns problemas de investigação. ARACÊ - *Direitos Humanos em Revista*. Ano 4, n.5, fevereiro 2017.

FERREIRA, Vanessa Cardoso et al. *Índios na cidade: perfil sociodemográfico dos autodeclarados indígenas residentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR, 2015.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Editions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridade*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomo e autônomo na produção do espaço urbano. In: *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto 1.ed. 4^a reimpressão, p.147-166, 2016.

***Frederico Canuto** é Arquiteto e urbanista, Doutor em Poéticas da Modernidade, atualmente é professor Adjunto – Classe 02 na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais no Departamento de Urbanismo e membro permanente do Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da mesma instituição. Tem como campo de pesquisa narrativas cujo objeto é o espaço e suas múltiplas epistemologias na contemporaneidade, a partir de diversos campos disciplinares envolvendo desde a arquitetura a antropologia, arte, geografia, literatura e filosofia. Atualmente é líder do grupo de pesquisa “Narrativas Topológicas. Email: fredcanuto@gmail.com

Thiago Barbosa de Campos é Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (2008). Entre 2008 e 2017 trabalhou no desenvolvimento de projetos de arquitetura e urbanismo. Em 2019 tornou-se mestre no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA-UFMG) com dissertação “Retomar a terra: como ser indígena na região metropolitana de Belo Horizonte”. Email: titocampostito@gmail.com



Este canto é nosso: festa e direito à apropriação nos territórios atingidos pelos rejeitos de minério do Fundão, em Mariana, Minas Gerais

This Spot is Ours: Celebration and the Right of Appropriation in the Territories Affected by the Mineral Waste in Fundão, Mariana, Minas Gerais, Brazil

Flora d'El Rei Lopes Passos*

Resumo

Mariana, 05 de novembro de 2015: uma avalanche de rejeitos minerais decorrente do rompimento da barragem do Fundão, de responsabilidade das empresas Samarco/Vale/BHP Billiton, atingiu Bento Rodrigues, Camargos, Bicas, Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Pedras e Campinas, no município de Mariana-MG, além de outras diversas localidades dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, percorrendo o rio Doce até desaguar no Oceano Atlântico. O desastre-crime resultou em impactos socioambientais de drásticas proporções e, a partir de então, iniciou-se a luta da população atingida, que já perdura quatro anos, pelas devidas indenizações, reparações e compensações. A relação de dominação estabelecida pela Fundação Renova, criada pelas empresas responsáveis pelo desastre-crime, engendra em Mariana um quadro de contínua violação de direitos, dentre os quais, o direito à apropriação dos territórios atingidos. Para a população atingida de Mariana, as festas são formas de fortalecer a luta e os vínculos afetivos entre eles, e deles com o território. São experiências coletivas e práticas espaciais que resistem ao modelo hegemônico de dominação relacionado à exploração mineral no território e que reafirmam o sentimento de pertencimento e o desejo pelo reestabelecimento dos modos de vida destruídos. Sob essa perspectiva, a festa é reconhecida como um instrumento de resistência e de luta pelo direito à apropriação cotidiana dos territórios atingidos de Mariana.

Palavras-chaves: Território; apropriação; cotidiano; Barragem do Fundão; Mariana/MG.

Abstract

Mariana, November 5th, 2015: an avalanche of mineral waste resulting from the Fundão dam rupture, under the responsibility of Samarco/Vale/BHP Billiton, reached Bento Rodrigues, Camargos, Bicas, Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Pedras and Campinas, in the municipality of Mariana, Minas Gerais, Brazil, as well as several other localities in the states of Minas Gerais and Espírito Santo, crossing the river Rio Doce until flowing into the Atlantic Ocean. The disaster resulted in drastic social and environmental impacts and, since then began the struggle of the affected population for due compensation and reparations, which has already lasted four years. The domination established by the Renova Foundation, created by the companies responsible for the disaster-crime, engenders in Mariana a framework of continuous violation of rights, including the right to the appropriation of the affected territories. For the affected people of Mariana, the celebrations are ways to strengthen the struggle and affective bonds between them, and with the territory. They are collective experiences and spatial practices that resist the hegemonic model of domination related to mineral exploration in the territory and that reaffirm the sense of belonging and the desire for the reestablishment of the destroyed ways of life. From this perspective, a celebration is recognized as an instrument of resistance and struggle for the right to the appropriation of the affected territories of Mariana in everyday life.

Keywords: Territory; appropriation; everyday life; Fundão Dam; Mariana/MG.

Da crise ao crime, do crime à crise: mineração e dominação territorial em Mariana/MG

Eu era uma pessoa assim, quietinha no meu canto... Ah, se eu tivesse em Bento, qual seria minha rotina? Em casa, na igreja, conversando com um amigo. Eu poderia estar vivendo essa vida tranquilamente. Nós não pedimos pra entrar nessa história triste, então ela tem que ser contada. (morador atingido, de Bento Rodrigues)

Moradores estavam ali, cada um no seu canto, plantavam suas hortas e criavam seus animais, se banhavam no rio e cachoeiras, brincavam na rua, jogavam no campo de futebol, mantinham laços afetivos com os vizinhos e amigos de localidades próximas, quando no dia cinco de novembro de 2015, foram atingidos por uma avalanche de rejeitos de minério derramada com o rompimento da barragem do Fundão, sob responsabilidade das empresas Samarco/Vale/BHP Billiton. O desastre-crime ocorrido em Mariana, Minas Gerais, sem precedentes no Brasil e no mundo, resultou em 20 mortes, destruiu localidades em Mariana e Barra Longa, devastou o rio Gualaxo do Norte e toda a Bacia do Rio Doce, desagou no mar de Regência, litoral do Espírito Santo, alcançou unidades marinhas do Sul da Bahia, deixando um passivo ambiental irrecuperável e milhares de pessoas atingidas de Minas Gerais ao Espírito Santo.

No município de Mariana o processo de desterritorialização significou o deslocamento forçado dos moradores de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo principalmente para a sede municipal, além de drásticas rupturas também nos modos de vida dos moradores de Camargos, Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Borba, Pedras e Campinas. Há quatro anos a população atingida luta contra a constante *renovação* das relações de dominação e das violações de direitos, dentre os quais o direito à apropriação nos territórios atingidos. Defender o direito à apropriação nos territórios significa defender o valor de uso dos mesmos pelos sujeitos sociais que ali se sentem pertencentes, em detrimento do valor de troca e das relações de dominação que insistentemente se estabelecem.””v

Essa relação de dominação territorial em Mariana tem como

Figura 01: Imagem do rio Gualaxo do Norte com os rejeitos de minério, em 24/11/2018. Fonte: autoria própria.



marco inicial a instalação das grandes empresas de mineração no município, na década de 1970, processo de industrialização que, assim como em outros municípios brasileiros, resultou em alterações na paisagem urbana e nas dinâmicas territoriais do município como um todo. Ainda em 1967, instalou-se a empresa mineradora S.A. Mineração Trindade (Samitri) e, da sua fusão com a empresa estadunidense *Marcona Mining Company*, surgiu a empresa Samarco Mineração S.A., que começou suas atividades na Mina do Germano em 1977. Entre as décadas de 1970 e 1980, o setor industrial, que representava apenas 23,55%, passou a representar 35,64% (FISCHER, 1993), enquanto a população de Mariana cresceu de 7.720 habitantes, para 12.853 habitantes, conforme dados da Fundação João Pinheiro (1974). Tal aumento populacional significou uma acelerada urbanização, com a expansão e adensamento da sede municipal e, por outro lado, o esvaziamento dos distritos, subdistritos e localidades rurais, uma vez que os trabalhadores foram atraídos para os bairros recém-criados pelo poder público municipal.

Sob a égide neoliberal, as práticas e políticas implementadas a partir da década de 1990 foram decisivas no fortalecimento da esfera empresarial, acentuando relações de dominação e dependência nas cidades. É nesse contexto que se insere a

privatização da então Companhia Vale do Rio Doce, atualmente a maior empresa brasileira de mineração e uma das controladoras da empresa Samarco. Pesquisas realizadas por Bowker e Chambers (*apud* MANSUR et al., 2016) apontam para o aumento das ocorrências de rompimentos de barragens no mundo, principalmente depois de 1990, reflexo das tecnologias modernas de mineração que permitiram a extração em reservas com concentrações cada vez menores de minério, sendo que à medida que a qualidade de minério diminui, aumenta a quantidade de rejeitos e o tamanho das barragens. No Brasil, assim como nos demais países periféricos, continuaram sendo utilizadas as técnicas de menor custo, que permitem maior obtenção de lucro, ainda que signifiquem também maiores riscos sociais e ambientais, a exemplo das barragens alteadas a montante, como é o caso da barragem do Fundão e de pelo menos outras 60 barragens no Brasil e 40 em Minas Gerais, de acordo com a Agência Nacional de Mineração.

Acselrad et al. (2009) apontam que o chamado *Memorando Summers* do Banco Mundial, de 1991, apresentava três razões para que os países periféricos fossem o destino dos ramos industriais mais danosos do meio ambiente: o meio ambiente seria uma preocupação “estética” típica apenas dos bens de vida; os mais pobres, em sua maioria, não vivem o tempo necessário para sofrer os efeitos da poluição ambiental; pela “lógica” econômica, pode-se considerar que as mortes em países pobres têm custo mais baixo que nos países ricos, pois seus moradores recebem salários mais baixos. Esse quadro de injustiça ambiental também se mostra na escala local, já que as áreas mais propensas a sofrer os danos ocasionados pelas indústrias extrativistas são aquelas de maior privação socioeconômica e habitadas por grupos sociais e étnicos sem acesso às esferas decisórias do Estado e do mercado. No caso de Mariana, o rompimento da barragem do Fundão atingiu mais drasticamente dois subdistritos, Bento Rodrigues, onde 84% da população é negra, e Paracatu de Baixo, onde o percentual é de 80% (WANDERLEY, 2015), evidenciando a prática de racismo ambiental das empresas responsáveis pelo desastre-crime. Importante ressaltar que, a partir do acesso de documentos internos da empresa Samarco, o Ministério Público Federal (MPF) instaurou, em 18/11/2016, ação penal contra vinte e duas pessoas físicas ligadas às empresas Samarco Mineração S.A., Vale S.A., BHP Billiton Ltda. e VOGBR Recursos Hídricos e Geotecnica Ltda., além das 4 empresas citadas (pessoas jurídicas).

A dependência econômica de Minas Gerais e do Brasil com relação ao setor mínero-exportador se aprofundou durante a primeira década dos anos 2000, período do megaciclo das *commodities*, quando as importações globais de minério aumentaram 630% e o Brasil ficou em segundo lugar dentre os países responsáveis por dois terços da produção global de minério de ferro (MANSUR et al., 2016). E, por ser uma atividade cíclica, o período posterior, de desvalorização do preço do minério no mercado internacional (pós-boom das *commodities*) se caracteriza pela desvalorização dos minérios, fase em que ocorre, consequentemente, aumento das demissões, terceirizações e outras formas de precarização do trabalho; aumento da extração e do volume de rejeitos depositados nas barragens; aumento das pressões das empresas sobre os órgãos públicos para flexibilizar os procedimentos de licenciamento ambiental e fiscalização, bem como aumento dos casos de rompimentos de barragens. Até 2015 já havia sido registrados sete rompimentos de barragens de rejeitos no estado de Minas Gerais (SANTOS & WANDERLEY, 2017), que se somaram aos casos de Mariana (2015) e Brumadinho (2019).

Todas as questões socioambientais que circundam a mineração são secundarizadas e silenciadas frente à imponência econômica da exploração mineral. Destaca-se, nesse sentido, a aprovação do Projeto de Lei nº 2.946/2015 (nível estadual, Minas Gerais) em 25 de novembro de 2015, o Projeto de Lei do Senado nº 1610/1996 (nível federal) e o novo Código da Mineral. Tais alterações propostas significam um retrocesso, conferindo maior poder às empresas, flexibilizando e fragilizando ainda mais a legislação mineral, ambiental e trabalhista existente, o que tenderá a intensificar o ritmo de extração mineral, possivelmente acentuando a violação de direitos de comunidades e trabalhadores (MANSUR et al., 2016).

O município de Mariana-MG integra o denominado Quadrilátero Ferrífero e está entre as cidades que respondem pela maior produção de minério de ferro do país. A relação de dominação da mineração no município se evidencia, principalmente, associada à arrecadação municipal dos royalties e à geração de emprego. Entretanto, conforme Mansur et al. (2016) apesar de Mariana ter figurado em 2015 como o município brasileiro com maior arrecadação em Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais (CFEM), a cidade convive com indicadores sociais comparativamente baixos, particularmente no que diz respeito à desigualdade de renda e à pobreza no meio rural.

Com extensa dimensão territorial, o município inclui dez distritos além da Sede: Santa Rita Durão, Monsenhor Horta, Camargos, Bandeirantes, Padre Viegas, Claudio Manoel, Furquim, Passagem da Mariana, Cachoeira do Brumado e Águas Claras. Inclui, ainda, diversos subdistritos e localidades, onde destacam-se as práticas agropecuárias e a forte relação dos seus moradores com os rios e a paisagem natural de uma forma geral. É importante observar que vários desses distritos, subdistritos e localidades estão distantes cerca de 40km ou 50km da Sede, o que resulta na carência de políticas públicas nas mais diversas (habitação, planejamento urbano, saneamento básico, transporte público, saúde, cultura, assistência social, educação, etc.). Ao mesmo tempo, nota-se um trânsito sociocultural entre essas localidades, o que significa a construção de identidades territoriais a partir dos laços afetivos intercomunitários.

Os moradores das localidades do município de Mariana atingidas pelo desastre-crime das empresas Samarco/Vale/BHP Billiton – Bento Rodrigues, Camargos, Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Borba, Pedras, Campinas – sofreram (e vêm sofrendo) a violação de direitos, dentre os quais a ruptura dos laços sociais e afetivos. As ações efetivas de reparação, compensação e indenização parecem longe de se concretizarem, podendo ser tomado como exemplo os atrasos nas obras de reassentamento de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. A Fundação Renova, criada pela Samarco/Vale/BHP Billiton com a função de executar as ações de reparação e compensação é, na realidade, estrategicamente desenhada para fazer autopropaganda daquilo que deveria estar fazendo, mas não está; para atrasar ao máximo o processo, exaurindo a população atingida e tentando culpabilizá-la pelos atrasos; e para que as empresas responsáveis pareçam distantes de suas responsabilidades com o desastre-crime.

Centenas de moradores atingidos de Mariana foram deslocados de forma compulsória, principalmente para a sede municipal, forçados a se adaptarem a uma série de mudanças no cotidiano, incluindo uma agenda sobrecarregada de reuniões e audiências para buscar garantir os direitos coletivos. Ao mesmo tempo, os moradores que permaneceram nas demais localidades vivem um quadro insegurança e isolamento.

Nesse sentido, para além de um desastre-crime premeditado, considerando que as empresas Samarco/Vale/BHP Billiton conheciam os riscos de rompimento da estrutura, trata-se de

um desastre-crime continuado, já que a violação aos direitos da população atingida ainda está em curso e se renova. Dentre os direitos reivindicados pela população atingida está o da apropriação com segurança nos territórios ao qual eles pertencem. E, nesse contexto, a festa pode ser percebida como uma ferramenta de luta e resistência.

As festas em Bento Rodrigues e a luta pela não-desapropriação

Saudade... A gente sente a necessidade de estar aqui. Se a gente não tivesse fazendo o que a gente faz hoje, que é vir final de semana e ficar aqui, eu garanto pra vocês que eu não estaria aqui mais, eu já tinha morrido. E assim como eu, várias outras pessoas. As pessoas não entendem o que é você pertencer ao lugar. (moradora atingida, de Bento Rodrigues)

Conforme contam os moradores de Bento Rodrigues, a primeira festa de São Bento, padroeiro do subdistrito, celebrada no território tomado pela lama de rejeitos, aconteceu ainda em 2016 e foi um ato de resistência: “viemos umas 53 pessoas, de crianças até pessoas de oitenta e tantos anos. Eles [empresas] puseram um monte de pedra pra gente não passar, mas nós passamos” (moradora atingida, de Bento Rodrigues).

A retomada do território pelos moradores de Bento não foi fácil, tamanho o controle das empresas Samarco/Vale/BHP Billiton sobre o mesmo. E, apesar desse controle ter sido justificado com a retórica da segurança, nos dias logo após o rompimento, as empresas responsáveis pelo desastre-crime parecem ter acompanhado os saques às casas e estabelecimentos comerciais que não foram atingidos pelos rejeitos, por estarem localizados na área mais alta do subdistrito. Enquanto a população de Bento Rodrigues era impedida de entrar no território, os saques aconteciam: “tanque, pia, móvel, levaram tudo [...] Eles [empresas] deixaram levar porque pensaram: ‘Ah, acabou isso aí, nós vamos tomar isso pra gente’” (moradora atingida, de Bento Rodrigues). Quem visita o território atingido hoje pode ver que os saques não incluíram apenas móveis e demais pertences internos à casa, mas janelas e portas inteiras, fiação elétrica, telhas e estruturas de coberturas, dentre outros

elementos construtivos de difícil remoção e transporte.

A Capela de Nossa Senhora das Mercês, localizada na parte alta e não afetada diretamente pelos rejeitos, parece ter sido a única salva dos saques, possivelmente em consequência de uma força tarefa de resgate dos bens móveis sacros capitaneado pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), em consonância com Termo de Compromisso Preliminar assinado entre este e a empresa Samarco, em 30/11/2015. Contudo, para além da remoção das imagens, nenhuma outra ação foi executada até o momento pela empresa no sentido de garantir a preservação da capela. Os moradores tiveram de lutar para adquirirem o direito às celebrações e sepultamentos na mesma, contudo, não possuem nem mesmo acesso à energia elétrica, que foi interrompido da noite para o dia. E não possuem espaços adequados e equipados, por exemplo, para a preparação dos almoços e jantas nas festividades, já que os imóveis foram saqueados. “A princípio, a gente dormia na rua, nos carros, em barraca, casa dos outros aberta, dormimos na casa [...] sem janela por um bom tempo. Depois decidimos colocar janela, mas improvisada”, conta uma das moradoras atingidas.

“Atualmente, as principais festas que acontecem em Bento Rodrigues são ligadas à religião católica e incluem as celebrações, ora na Capela das Mercês ora nas ruínas da Capela



Figura 02: Preparativos para a Festa de São Bento nas ruínas da Capela, Bento Rodrigues, em 27/07/2019. Fonte: autoria própria.

Figura 03: Procissão da festa de Nossa Senhora das Mercês, Bento Rodrigues, em 22/09/2019. Fonte: autoria própria.

de São Bento, as procissões acompanhadas pelas bandas e percorrendo as ruas do território atingido e o momento de partilha do alimento, cuidadosamente preparado pelos moradores. A auto-organização das festas pelos moradores mostra que o caminho da autonomia e protagonismo dos atingidos deveria ser seguido no processo de reparação e compensação, diferentemente do que vem sendo ditado pelas empresas.

É uma forma de resgatar o passado, uma forma de resistência, uma forma de mostrar que ali é nosso e que a gente quer continuar tendo as nossas festas ali. Eu sei que o grupo é pequeno, vai continuar pequeno e quando tiver na Lavoura [terreno do reassentamento] vai dispersar mais ainda, mas a gente vai ver até onde que vai. Estou passando pra minha filha pra ela dar continuidade.





Mais recentemente, foi divulgada notícia sobre a possibilidade de assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta entre Ministério Público, Samarco/Vale/BHP Billiton, Prefeitura Municipal de Mariana, com interveniência do Governo do Estado, onde era indicada a desapropriação dos terrenos de Bento Rodrigues pelo Município. Grande parte dos moradores que sempre negaram as propostas de permuta e desapropriação ficaram surpresos. E, apesar de realizada reunião pública em Mariana no dia 12/09/2019, algumas incertezas ainda restaram, especialmente, relacionadas ao descomissionamento do chamado dique S4, estrutura executada pelas empresas Samarco/Vale/BHP Billiton com a justificativa de conter o carreamento dos rejeitos de minério. Tal estrutura foi construída

Figura 04: Bento Rodrigues visto de longe e de cima, com a área alagada pelo dique S4. Fonte: autoria própria.

a partir de um decreto de requisição administrativa assinada pelo Governo do Estado, em setembro de 2016, sem o consentimento de moradores, muitos dos quais se recusaram a negociar com as empresas, e significou o alagamento de uma grande parte da área atingida de Bento Rodrigues pouco antes de se completar um ano do desastre-crime. O contexto de construção do dique S4 denuncia, dentre outras questões, que: com o alagamento parte significativa dos vestígios do desastre-crime ficou escondida; houve uma tentativa das empresas em negociar individualmente com os atingidos, oferecendo indenizações irrisórias e em condições assimétricas.

Os moradores explicam que com a manutenção do alagamento

do dique, a tendência seria tudo virar uma grande barragem. Bento Rodrigues seria visto de longe e de cima:

E simplesmente a gente ia chegar do alto e ver a barragem e falar: ‘Ah, é aqui que era Bento Rodrigues’. [...] ia virar uma grande barragem. [...] Do jeito que está ali a gente pelo menos consegue andar, a gente consegue fazer as festividades, a gente leva as pessoas dentro das ruínas de São Bento, a gente entra, lembra de muitas coisas. [...] quando você entra, anda, você consegue ver. (morador atingido, de Bento Rodrigues)

A fala acima é emblemática. Para o morador atingido, não basta ver Bento Rodrigues de longe e de cima, como normalmente se faz nos modelos de gestão e planejamento tecnocráticos da visão de sobrevoo (SOUZA, 2016). É necessário entrar, andar pelas ruas, pelas ruínas da Capela de São Bento, é necessário se apropriar dos espaços, fazer as festividades, inclusive, para acessar as memórias. A festa é a possibilidade do encontro, da troca social, do dissenso, do afeto, que fortalecem a luta coletiva e reforçam a necessidade do protagonismo dos moradores nas decisões sobre os usos futuros do território atingido.

Os (re)encontros nas festas de Paracatu, Ponte do Gama, Pedras e Campinas

Em 2016 a gente não conseguiu fazer a de Santo Antônio, porque estava todo mundo meio atordoado ainda, mas quando foi a de setembro, que é do Menino Jesus, a gente fez. Em 2017 as duas já aconteceram lá. [...] As pessoas não abriram mão mesmo de fazer a festa lá. Em setembro agora vai ter do Menino Jesus. [...] Não pode deixar perder né? Você vê que a gente com a resistência mesmo já vai mantendo. (moradora atingida, de Paracatu de Baixo)

Figura 05: Festa de Santo Antônio, Paracatu de Baixo, em 16/06/2019. Fonte: autoria própria.

Assim, a primeira festa ocorrida em Paracatu de Baixo depois do desastre-crime, como mencionado na fala acima, foi dedicada ao Menino Jesus. A matéria “Céu de esperança”, incluída na Edição nº 3 do jornal *A Sirene* (junho/2016) conta sobre a festa, que sobrevive há 46 anos, e sobre os desejos de um dos maiores defensores das tradições em Paracatu de Baixo, que mesmo tendo perdido todos os instrumentos com a lama de rejeitos, não perdeu as esperanças em retomar a festa no terreiro de sua casa, onde sempre aconteceu. Carregando a bandeira da Folia de Reis, o morador diz, orgulhoso: “Essa bandeira tava lá, a enchente passou, levou os instrumentos, as outras bandeiras, levou tudo... Ela tava num saco plástico. Tudo foi embora, ela não foi e nem ficou barro nela” (morador atingido, de Paracatu de Baixo).

Antes do rompimento da barragem de rejeitos de minério, para arrecadar o dinheiro da festa do Menino Jesus, a Folia de Reis de Paracatu de Baixo, passava por Pedras, Campinas, Ponte do Gama, Monsenhor Horta, Furquim, Águas Claras. Ou seja, fazia o chamado “giro” da Folia pelas comunidades do entorno, o que contribuía para fortalecer os vínculos sociais entre as comunidades. Atualmente tanto a festa do Menino Jesus como a



festa de Santo Antônio, padroeiro do subdistrito, esvaziadas em decorrência do rompimento da barragem, ocorrem com horário para começar e para terminar. A maior parte dos moradores de Paracatu de Baixo precisa se deslocar em ônibus fretados que saem e retornam à Sede de Mariana.

Enquanto isso, as festas nas localidades de Ponte do Gama, Pedras, Campinas também sofrem com o deslocamento forçado dos moradores de Paracatu de Baixo, pois suas festividades se esvaziaram e, com isso, os laços comunitários e vínculos afetivos são impactados.

Ponte do Gama era um local festivo, um local bacana, a gente tinha várias festas, como cavalcada, Gamense ausente. Hoje perdura só a festa de Nossa Senhora, que é a padroeira. As outras não se faz mais, devido à população ao redor e as pessoas consideram lá como uma área contaminada. Então você não tem mais público pra festa, não tem mais pessoas pra festa. (morador atingido, de Ponte do Gama)

Em Ponte do Gama os espaços de sociabilidade foram os principais destruídos pelos rejeitos: a Capela de Nossa Senhora Aparecida, o centro comunitário, o campo de futebol e a arena de cavalcada. Apesar de a capela e centro terem sido reconstruídos



Figura 06: Capela e centro comunitário de Ponte do Gama gradeados pelas empresas, em 13/10/2019. Fonte: autoria própria.

Figura 07: Festa de Nossa Senhora Aparecida, Pedras, em 13/10/2019. Fonte: autoria própria.

pelas empresas responsáveis, o quadro de insegurança conjugado com o modelo dominante de gestão do espaço pelas empresas, resultou no gradeamento das duas edificações reconstruídas e da área de lazer. O campo de futebol e a arena ainda não foram reconstituídos.

Em Pedras, o futebol também era uma prática característica que proporcionava o encontro entre moradores das diversas localidades do entorno. E, da mesma forma, o campo ainda não foi reconstituído. Com relação às festas, moradores lamentam o isolamento tanto em Pedras como em Campinas. Ambas possuem como tradição celebrar a festa de Nossa Senhora Aparecida.

Paracatu, por ser maior, as pessoas participavam das festas em Pedras, em Campinas, então a gente sofreu o impacto dessa queda [...] um participava da festa do outro, dava movimento na festa do outro. E hoje em dia, a gente chega nas festas e pensa 'nossa, tá vazio'. Até em Mariana, aquele povo que vivia unido, a



gente não vê mais isso, tá cada um por si. Aquele gostoso da zona rural, que era todo mundo unido, todo mundo se conhecia, acabou. (moradora atingida, de Borba)

Pesquisa divulgada em 2018, realizada pelo Núcleo de Pesquisa e Vulnerabilidade em Saúde (Naves) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), juntamente com a Cáritas Regional Minas Gerais, que presta assessoria para os atingidos, identificou, a partir de entrevistas com 271 atingidos das comunidades de Bento Rodrigues, Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Borba, Pedras, Campinas, que: 28,9% sofrem de depressão; 32% sofrem de transtorno de ansiedade generalizada (três vezes maior que a média brasileira segundo a Organização Mundial da Saúde - OMS); 12% demonstraram sintomas de transtorno de estresse pós-traumático.

O quadro de depressão entre os moradores atingidos, após o rompimento da barragem do Fundão, é preocupante e se acentua a cada dia por diversos motivos, dentre os quais, as rupturas dos vínculos afetivos entre as comunidades, os atrasos estratégicos da Fundação Renova nas ações de reparação integral e a violação de direitos continuada. Os (re)encontros nas festas das localidades atingidas de Mariana, devem ser percebidos, assim, como experiência de alteridade e de troca social.

A festa como ferramenta de r-existência nos cantos

Quem disputa a superfície da experiência urbana? [...] o direito a ser visto e à copresença, assim como o direito a ser retomado como referência positiva para a ação de muitos outros. A garantia desses direitos encontra-se relacionada ao enfrentamento de preconceitos, à afirmação da autonomia dos atores sociais, à resistência contra diferentes formas de violência simbólica, à indiferença social e à invisibilidade (RIBEIRO, 2010, p. 37).

Conforme a socióloga Ana Clara Torres Ribeiro, as classes dominantes “sempre souberam manipular as regras dos jogos sociais e encenar, com bastante sucesso, o pseudo reconhecimento da autonomia e do saber alheios” (RIBEIRO, 2010, p. 27), o que acaba por alimentar as práticas de dominação, preservando hierarquias sociais e garantindo a desapropriação mercantil, que também é política da experiência urbana da maioria. Assim, a autora sugere que os sujeitos comumente invisibilizados – em suas palavras os “muitos outros” –, cujas vozes são ocultadas nas tomadas de decisão sobre os territórios, devem ser percebidos enquanto protagonistas da luta e experiência nos espaços.

Considerando a tríade da produção do espaço apresentada por Henri Lefebvre (1991) – espaço concebido, percebido e vivido – torna-se fundamental reconhecer a potência do espaço vivido enquanto possibilidade da interação coletiva, da troca social e da apropriação que, segundo o autor, guarda relação com o corpo, com as ameaças à existência através de sanções diversas, com as emoções colocadas à prova a todo instante. Esse espaço vivido não é concebido, é espaço de representação mais que representação do espaço (LEFEBVRE, 1991). No imbricamento entre dominação e apropriação no espaço social, surge o espaço *diferencial*, ou seja, “espaço de uma contracultura, ou um contra-espaço, no sentido de uma alternativa inicialmente utópica frente ao espaço ‘real’ existente” (LEFEBVRE, 1991, p. 349). É em busca do sentido da festa no espaço social que Lefebvre encontra a apropriação e o valor de uso.

Conforme Harvey (2014), a perda de “comunalidade” dos espaços se reflete nas privatizações, cercamentos, controle, policiamento e vigilância dos espaços e, particularmente, na potencialidade de se criar ou inibir novas formas de relações sociais em um processo territorial influenciado, quando não dominado, por interesses capitalistas. Ao investigar formas de desvio aos processos de dominação nas cidades, Paola Jacques (2010) sugere a investigação sobre as possibilidades de “micro-resistências”, destacando a importância do uso comum dos espaços, da experiência corporal e do reconhecimento dos dissensos, em contraposição aos projetos e planos territoriais homogeneizantes, que buscam forjar consensos.

Passados quase quatro anos desde o desastre-crime do

rompimento da barragem do Fundão, em Mariana/MG, sob responsabilidade das empresas Samarco/Vale/BHP Billiton, as justas indenizações ainda não foram pagas à maioria da população atingida, enquanto as ações de reparação e compensação parecem distantes de se tornarem realidade. Muitas perguntas permanecem sem respostas. Qual a previsão de descomissionamento e descaracterização das estruturas do Complexo Germano? Se o dique S4 (que alagou grande parte do território atingido de Bento Rodrigues sem o consentimento de moradores) perdeu sua função e a requisição administrativa dada pelo Governo do Estado não foi prorrogada, qual a previsão para o descomissionamento? Qual o real nível de toxicidade da lama de rejeitos nas diferentes localidades atingidas? Que providências estão sendo tomadas pelas empresas para garantir a apropriação segura dos moradores nos territórios atingidos? Qual papel o poder público tem assumido nesses processos?

Para aqueles que tiveram seus modos de vida drasticamente impactados em Mariana, a festa parece ser uma forma de auto-organização que fortalece os vínculos afetivos entre os moradores atingidos e deles com o território. São práticas espaciais e experiências de alteridade, de troca social, que resistem ao modelo hegemônico de dominação relacionado à exploração mineral e que reafirmam o sentimento de pertencimento e o desejo pelo reestabelecimento da apropriação cotidiana nos territórios. É, portanto, uma ferramenta de luta e r-existência que indica a necessidade de garantia da autonomia e dos direitos da população atingida no processo de reparação integral dos danos resultantes do rompimento da barragem do Fundão.

Notas

1. Este artigo faz parte da pesquisa de Doutorado da autora no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, na Universidade Federal de Minas Gerais (NPGAU-UFMG), sendo que uma primeira ideia foi apresentada no I Congresso Mineiro de Direito ao Patrimônio Cultural, outubro/2018, Ouro Preto/MG.

2. Os depoimentos dos moradores atingidos foram coletados pela autora, com consentimento dos entrevistados, e optou-se pela não divulgação dos seus nomes neste artigo.

3. O termo “Samarco/Vale/BHP Billiton” para expressar o entendimento da responsabilidade compartilhada entre a empresa Samarco Mineração S.A., e suas controladoras, a empresa brasileira Vale S.A. e anglo-australiana BHP Billiton Ltda., pelo desastre-crime do rompimento da barragem de minérios do Fundão, em Mariana/MG.

4. A pesquisa que resultou neste artigo identificou que o termo “desastre-crime” foi o mais recorrente nas falas dos moradores atingidos de Mariana e é, portanto, o termo aqui utilizado.

5. Ainda que o rompimento da barragem do Fundão seja considerado o maior desastre socioambiental do país e o maior relacionado a barragens de mineração no mundo, dado o volume de rejeitos derramados no meio ambiente e a extensão territorial percorrida, é fundamental notar que no início de 2019 o estado de Minas Gerais foi lócus de outro desastre-crime: o rompimento de barragem de rejeitos de minério no Córrego do Feijão, sob responsabilidade da empresa Vale S.A., localizado no município de Brumadinho e que matou cerca de 300 pessoas.

6. Em 1984 a empresa Marcona foi comprada pela empresa australiana *The Broken Hill Proprietary Company Limited* (BHP) e em 2000 a já privatizada Companhia Vale do Rio Doce (que passou a se chamar apenas Vale em 2007) comprou a Samitri. Em 2001 a BHP australiana se fundiu à BHP inglesa, criando a BHP Billiton Ltd. E, então, a Samarco Mineração S.A. se tornou uma “joint venture”, controlada pelas empresas Vale S.A. e BHP Billiton Ltda., que dividiram igualitariamente as ações.

7. Agência Nacional de Mineração. Disponível em: <http://www.anm.gov.br/noticias/anm-publica-nova-norma-para-barragens-de-mineracao>. Acesso em: outubro/2019.

8. Vinte e uma pessoas físicas foram acusadas por homicídio doloso – quando se assume o risco de cometer o crime –, pela morte de 19 pessoas, crimes de inundação, desabamento, lesões corporais graves e doze tipos de crimes ambientais, conforme divulgado na página eletrônica do MPF, disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-denuncia-26-por-tragedia-em-mariana->

mg. Acesso em: outubro/2019.

9. Jornal A Sirene, Ed. no 3, junho/2016. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_ed3_junho_issuu. Acesso em: outubro/2019.

10. Prismma - Diagnóstico de Saúde das Famílias Atingidas pelo Rompimento da Barragem de Fundão em Mariana. Disponível em: https://ufmg.br/storage/3/5/1/4/3514aa320d36a17e5d5ec0ac2d1ba79e_15236492458994_644662090.pdf. Acesso em: outubro/2019.

Referências

ACSELRAD, H.; MELLO, C.; BEZERRA, G. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Geramond, 2009.

FISHER, Mônica. *Mariana: os dilemas da preservação histórica num contexto social adverso*. Dissertação de Mestrado em Sociologia urbana – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1993.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana*. Belo Horizonte, 1975.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes Editora, 2014.

JACQUES, Paola. Zona de tensão: em busca de micro-resistências urbanas. In: JACQUES, P.; BRITTO, F. (Org.). *Corpocidade: debates, ações e articulações*. Salvador: EDUFBA, 2010.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1991.

MANSUR, M.; WANDERLEY, L.; MILANEZ, B.; SANTOS, R.; PINTO, R.; GONÇALVES, R.; COELHO, T. Antes fosse mais leve a carga: introdução aos argumentos e recomendações referente ao desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. In: ZONTA, M.; TROCATE, C. (Orgs.). *Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton*. Marabá-PA: Editorial iGuana, 2016.

RIBEIRO, Ana Clara. Dança de sentidos: na busca de alguns gestos. In: JACQUES, P. e BRITTO, F. (Org.). *Corpocidade: debates, ações e articulações*. Salvador: EDUFBA, 2010.

SANTOS, R.; WANDERLEY, L. Dependência de barragem, alternativas tecnológicas e a inação do Estado: repercussões sobre o monitoramento de barragens e o licenciamento do Fundão. In: ZONTA, M.; TROCATE, C. (Orgs.). *Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton*. Marabá-PA: Editorial iGuana, 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

WANDERLEY, Luiz. *Indícios de Racismo Ambiental na Tragédia de Mariana: resultados preliminares e nota técnica*. Grupo Política,

Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS). Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, 2015.

***Flora d'El Rei Lopes Passos** é Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Minas Gerais (NPGAU/UFMG); Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense (PPGAU/UFF); graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFV; trabalhou como Arquiteta e Urbanista no Escritório Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) de Mariana entre 2014 e 2019. Email: floralopespassos@gmail.com



Maquete-lousa: tecnologia social como ferramenta para a construção coletiva de territorialidades - o caso do plano popular do reassentamento coletivo de Gesteira/Barra Longa/MG

Maquete-lousa: social technology as a tool for a collective construction of territorialities - the case of the popular plan of collective resettlement in Gesteira/ Barra Longa/MG

Karine Carneiro, Tatiana Ribeiro de Souza & Talita Lessa Melo*

Resumo

O rompimento das barragens de Fundão, em 2015, e do Córrego do Feijão, em 2019, além da evacuação de comunidades em diversas regiões de Minas Gerais em virtude da possibilidade de rupturas dessas estruturas construídas pelo processo de alteamento a montante, tem trazido à tona debates sobre a prática extractiva mineral e seus impactos que se estendem para além das regiões mineradas. Dentre as várias consequências desses desastres criados, uma delas é a expulsão de pessoas de seus territórios. É nesse contexto que o Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPSA/UFOP) tem atuado, com o objetivo de contribuir para a reparação integral nos territórios atingidos. Dentre os trabalhos realizados pelo grupo, o desenvolvimento de tecnologias sociais tem sido uma importante ferramenta para os processos de reparação com o intuito de, conjuntamente com as pessoas atingidas e suas assessorias técnicas, construir coletivamente respostas para as violações sofridas. Mais especificamente, iremos apresentar a criação e a aplicação da tecnologia social "Maquete-Lousa", desenvolvida a partir do método cartográfico, no âmbito do Plano Popular do Reassentamento Coletivo de Gesteira, com o intuito de elaborar o anteprojeto do reassentamento das pessoas expulsas de seus territórios. Parte do povoado de Gesteira, em Barra Longa/MG, foi completamente destruída pelos rejeitos de Fundão e os processos de reparação sob a responsabilidade da Fundação Renova têm sido baseados em instrumentos que, além de invisibilizar a situação das pessoas atingidas, aprofunda a violação de seus direitos à moradia e à restauração de seus modos e projetos de vida.

Palavras-chave: Expulsão de Populações; tecnologia social; Maquete-Lousa; Plano Popular do Reassentamento; método cartográfico.

Abstract

The break of Fundão dam, in 2015, and Feijão Stream dam, in 2019, as well as the evacuation of communities in several regions of Minas Gerais due to the possibility of ruptures of these structures built by the upstream elevation process, has brought to light debates on mineral extraction practice and its impacts that extend beyond mined regions. Among the many consequences of these created disasters, one of them is the expulsion of people from their territories. It is in this context that the Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPSA/UFOP) has been acting to contribute to the complete reparation of the affected territories. Among the work developed by the group, the development of social technologies has been an important tool for reparation processes with the purpose of, altogether with the affected people and their technical advisors, collectively build responses to the violations suffered. More specifically, we will present the creation and application of a social technology called "Maquete-Lousa" (whiteboard-model), developed from the cartographic method, within the scope of the Plano Popular do Reassentamento Coletivo de Gesteira, in order to elaborate the preliminary project for the resettlement of people expelled from their territories. Part of the town of Gesteira, in Barra Longa/MG, was completely destroyed by the tailings of Fundão and the reparation processes under Renova Foundation's responsibility have been based on instruments that, besides making the situation of affected people less visible, deepens the violation of their rights to housing and restoration of their ways of life and life projects.

Keywords: Expulsion of populations; social technology; Maquete-Lousa; Popular Resettlement Plan; cartographic method.

Introdução

Dados do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), de 2015, revelam que dos 128.075ha de terras mineradas para extração de minério de ferro no Brasil, 66,3% está em Minas Gerais e representa um total de 84.969ha (INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO, 2015). Esses dados ressaltam, por um lado, o comprometimento do Estado de Minas Gerais com o setor extractivo mineral e, por outro lado, sendo a mineração uma atividade que gera grandes impactos socioambientais, as pressões dessa indústria sobre populações e ecossistemas. Foi nesse contexto que, nos últimos quatro anos, ocorreram, em Minas Gerais, dois dos maiores desastres socioambientais do Brasil e do mundo: o rompimento das barragens de Fundão – da Samarco, Vale e BHP Billiton –, em Mariana, em 2015, e do Córrego do Feijão – da Vale –, em Brumadinho, em 2019. As consequências e impactos desses desastres criados têm sido amplamente divulgados tanto pelos meios acadêmicos quanto midiáticos e, no caso de Fundão, passados mais de quatro anos do rompimento, as medidas de reparação ainda se encontram, majoritariamente, no âmbito emergencial.

É nesta conjuntura que temos trabalhado, no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais da Universidade Federal de Ouro Preto (GEPSA/UFOP), desenvolvendo trabalhos com as comunidades atingidas por esses desastres – muitas delas expulsas de seus territórios – com o intuito de contribuir, conjuntamente com as pessoas atingidas e suas assessorias técnicas, para o processo de reparação integral dos danos sofridos. De modo mais específico, atualmente, o Grupo vem trabalhando com o Plano Popular do Reassentamento Coletivo de Gesteira.

Gesteira é um povoado do município de Barra Longa, Minas Gerais, localizado às margens do rio Gualaxo do Norte, que teve a parte baixa de seu território, Gesteira Velho e adjacências, completamente destruída pelos rejeitos oriundos de Fundão (FIG. 1). Com o desastre, mais de trinta núcleos familiares foram expulsos de suas terras ou colocados em situação de risco social e econômico, já que não têm mais condições de manter sua estrutura sócio comunitária e seus meios de subsistência. Com uma economia amplamente baseada no autoconsumo e produção, com a terra arrasada – na qual os rejeitos ainda permanecem e levam a essa comunidade incertezas, no que concerne à possibilidade de cultivar e de criar animais devido aos riscos de contaminação e ao empobrecimento do solo –, e com a destruição de moradias, comércios, equipamentos comunitários – escola, campo de futebol, salão comunitário e igreja – e de parte do sistema viário, a integralidade do povoado de Gesteira – que de acordo com o IBGE possuía, em 2010, uma população de 100 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE

Figura 1: Gesteira após o desastre. Fonte: Acervo GEPSA

GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010), distribuídos entre Gesteira Velho e Mutirão, este último localizado na outra margem do rio Gualaxo em sua parte mais alta – pode ser considerada atingida. Desse modo, é importante ressaltar que tanto o município de Barra Longa quanto o povoado de Gesteira, embora não tenham vinculação alguma com a indústria extractiva mineral, vêm sofrendo, profundamente, as consequências do desastre de Fundão.



Em virtude da expulsão das pessoas de seus territórios é que parte da comunidade de Gesteira está passando por um processo de reassentamento voluntário. Nesse contexto, o GEPSA vem trabalhando, desde o rompimento, em parceria com as pessoas atingidas de Barra Longa, com a Comissão de Atingidas e Atingidos de Barra Longa e com a Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS) – assessoria técnica das pessoas atingidas de Barra Longa – para contribuir com os processos de reparação integral e para que o protagonismo no reassentamento seja das próprias pessoas atingidas, já que a Fundação Renova tem atuado não apenas de modo a fazer com que as reparações ocorram da forma menos onerosa possível para as empresas, mas também acirrando conflitos nas comunidades e aprofundando a violação de direitos, dentre eles o de participação. Este fato pode ser verificado ao observarmos a Recomendação Conjunta n. 10, de 26 de março de 2018, às empresas Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Ltda., produzida pelo Ministério PÚBLICO Federal (MPF), o Ministério PÚBLICO do Estado de Minas Gerais (MPMG), o Ministério PÚBLICO do Estado do Espírito Santo (MPES), o Ministério PÚBLICO do Trabalho (MPT), a Defensoria PÚBLICA da União (DPU), a Defensoria PÚBLICA do Estado de Minas Gerais (DPMG) e a Defensoria PÚBLICA do Estado do Espírito Santo (DPES), na qual são feitas: “[...] denúncias de violações de

direitos humanos de indivíduos ou comunidades atingidas, preponderantemente relacionadas à dificuldade de acesso à informação e à atuação unilateral e discricionária da Fundação Renova referente aos programas socioeconômicos e socioambientais em curso" (BRASIL, 2018, p.5).

Em virtude desse cenário de desastre construído e continuado, no âmbito do Plano Popular do Reassentamento Coletivo de Gesteira – vinculado ao projeto de extensão Observatório do Reassentamento: rede de ações e apoio aos atingidos nos municípios de Mariana e Barra Longa – temos desenvolvido tecnologias sociais (TSs) com o objetivo de tornar o processo de reassentamento participativo, e a construção do anteprojeto uma atividade coletiva e conjunta entre comunidade atingida, assessoria técnica e academia. Neste artigo, trataremos, especificamente, da TS denominada "Maquete-Lousa". Para isso, inicialmente, explicitaremos como o Grupo tem empregado e trabalhado com o método cartográfico nos territórios afetados como forma de ação crítica, política e de engajamento junto às comunidades para, em seguida, explicitarmos o contexto de criação do Plano Popular e o modo como temos atuado e estruturado, em parceria com as pessoas atingidas e sua assessoria técnica, seu desenvolvimento e aplicação. No momento seguinte, apresentaremos o processo de concepção e feitura da "Maquete-Lousa" para, posteriormente, apresentarmos sua aplicação e utilização no processo de construção do Plano Popular do Reassentamento Coletivo de Gesteira. Finalmente, teceremos considerações acerca das potencialidades de sua aplicação em casos análogos ao tratado.

A cartografia e os trabalhos do GEPSA

Os trabalhos do GEPSA são orientados pelo método cartográfico cuja base filosófica tem como referência as proposições de Deleuze e Guatarri (2011), autores que compreendem a cartografia como uma ferramenta de investigação capaz de transcender reducionismos a partir da investigação das complexidades relacionadas aos coletivos de força em cada situação específica. Nesse sentido, tal método tem sido a base para a compreensão e trabalho com as pessoas atingidas e territórios afetados tendo em vista o ambiente complexo relacionado ao rompimento da barragem de Fundão, no qual o desastre não se configura apenas pela ruptura em si, mas por uma rede de processos, posturas, ações, atores, situações, contextos e acontecimentos anteriores e posteriores a ela.

Tanto Roberta Romagnoli (2009) quanto Virgínia Kastrup e Laura de Barros (2009) apontam a potencialidade da aplicação do método cartográfico, já que ele possibilita: formas múltiplas e

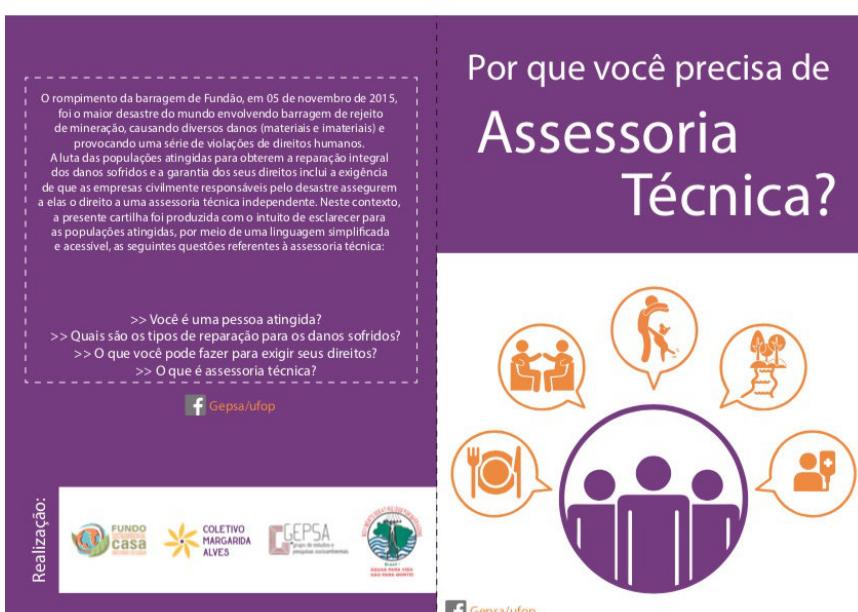
plurais de conceber a pesquisa e o encontro do pesquisador com seu campo; outras possibilidades de conhecimento não coincidentes com a defesa da racionalidade que classifica aquilo que é ou não ciência; a indagação do que se pesquisa sem a restrição imposta por modelos pré-estabelecidos; a articulação de saberes outros que não apenas o científico; a revisão de concepções hegemônicas e dicotômicas que, muitas vezes, invisibilizam os saberes e suas multiplicidades; a produção de conhecimento a partir de percepções, afetos e sensações que são fruto do encontro com o campo que, por sua vez, não é neutro; a ruptura da separação entre sujeito e objeto de pesquisa e entre teoria e prática; a compreensão de que o conhecimento é processual e inseparável do movimento da própria vida; a construção coletiva do conhecimento; e a exploração estética e a criatividade como bases para produção de ferramentas metodológicas de sistematização como forma de dar visibilidade para as enunciações.

É no rigor da aplicação e da construção das atividades cartográficas que as metodologias empregadas pelo GEPSA têm priorizado, por seus processos e resultados, a transformação social através do exercício coletivo que conduz à emancipação. Ou seja, nos encontros com as pessoas atingidas e seus territórios de vida têm sido desenvolvido, pela realização da pesquisa engajada, não um trabalho "para" ou "sobre" as pessoas, mas "com" elas (ROMAGNOLI, 2009). Foi no início do ano de 2016 que os trabalhos do Grupo começaram, a partir do entendimento que não seriam feitas propostas de projetos de extensão ou de pesquisa *a priori*, mas que qualquer atividade a ser realizada e proposta seria o resultado de um trabalho com as comunidades atingidas.

Para tal, em Barra Longa, buscamos estar presentes no território afetado durante atividades – assembleias, reuniões e marchas – que tivessem a participação da Comissão de Atingidas e Atingidos e também do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB). Nesse contexto, em junho de 2016, o GEPSA foi convidado, pelo MAB, para acompanhar, em Gesteira, uma visita técnica promovida pela Samarco que tinha o objetivo de apresentar possíveis terrenos para o reassentamento da comunidade, para posterior votação e escolha. Aquele momento pode ser considerado como essencial para os trabalhos posteriormente realizados pelo Grupo no âmbito do reassentamento coletivo de Gesteira, já que: verificamos que as áreas apresentadas pela empresa não teriam tamanho suficiente para a reparação às pessoas atingidas; o material que foi disponibilizado para as pessoas com dados sobre os terrenos, devido à linguagem excessivamente técnica, não levava informações suficientes para uma escolha livre e informada; não havia um grupo técnico independente das

empresas que pudesse auxiliar a comunidade no processo de escolha dos terrenos e posterior elaboração do projeto do reassentamento (Senna; Carneiro, 2019).

A partir de então, o Grupo, no segundo semestre de 2016, não apenas formalizou o projeto de extensão “Observatório do Reassentamento: rede de ações e apoio aos atingidos nos municípios de Mariana e Barra Longa” – ainda em andamento –, como passou a desenvolver oficinas e atividades conjuntamente com a Comissão de Atingidas e Atingidos de Barra Longa e, inicialmente, com o MAB e, após a implementação da assessoria técnica, em agosto de 2017, com a AEDAS, com o objetivo de, pela cartografia, contribuir para processos de transformação social pela ação engajada. Nesse contexto, a primeira TS desenvolvida pelo Grupo foi a cartilha “Por que você precisa de Assessoria Técnica” (FIG. 2), a partir de oficinas realizadas no distrito-sede e no povoado de Gesteira, com o intuito esclarecer para as populações atingidas, por meio de uma linguagem simplificada e acessível, as seguintes questões referentes à assessoria técnica: Você é uma pessoa atingida? Quais são os tipos de reparação para os danos sofridos? O que você pode fazer para exigir seus direitos? O que é assessoria técnica? (GEPSA, 2017).



Em seguida, nesse mesmo ano de 2016, desenvolvemos os “Cadernos do Reassentamento de Gesteira”. O objetivo foi o de produzir, para os núcleos familiares que tivessem direito ao reassentamento, um caderno com informações (moradia, modos

Figura 2: Cartilha: Por que você precisa de Assessoria Técnica?
Fonte: Acervo GEPSA

de vida e territorialidades) sobre sua situação, anteriormente ao rompimento da barragem de Fundão. A intenção foi a de que os “Cadernos” pudessesem ser utilizados como instrumento de referência para o reassentamento, este último compreendido não apenas como uma reconstrução de uma edificação, mas como um sistema que abrange moradia, modos de vida e territorialidades. Mas foi a partir da entrada da AEDAS no território e com a elaboração dos Planos Populares para o município de Barra Longa que a aplicação da cartografia como ferramenta e método para o desenvolvimento de TSs ampliou-se.

Assim, as atividades metodológicas desenvolvidas conformam um conjunto de estratégias e de plataformas (TSs) que, de um lado, buscam o levantamento de informações, demandas e soluções no processo de reparação dos danos sofridos em virtude do desastre e, por outro lado, exploram e criam meios de representação, apresentação e análise crítica de resultados. Desse modo, o Grupo tem tanto acompanhado o cotidiano da luta das pessoas atingidas por seus direitos – em assembleias, audiências públicas, reuniões e visitas técnicas – quanto produzido jogos, maquetes, cartilhas, mapeamentos coletivos, relatórios e oficinas, sendo que cada uma dessa estratégias e plataformas tem como base o compartilhamento de saberes e a produção coletiva de conhecimento, a depender do momento das lutas enfrentadas nos territórios. Em seguida, será explorado, de forma detalhada, o trabalho do GEPSA no Plano Popular do Reassentamento Coletivo de Gesteira e a TS “Maquete Lousa”.

O plano popular do reassentamento coletivo de gesteira

O Plano Popular do Reassentamento Coletivo de Gesteira surgiu como reação e resistência da comunidade – na busca e luta pela permanência em seus territórios e pela preservação de seus modos de vida – à forma arbitrária pela qual a Fundação Renova vinha conduzindo o reassentamento no povoado. Tal forma contemplava instrumentos e estratégias de produção do espaço de cunho neoliberal – haja vista, como veremos adiante, o uso de *Master Plans* como base do projeto de reassentamento – e a deslegitimização dos saberes das pessoas atingidas, o que pode ser constatado pelas reincidientes propostas de reassentamento urbano para uma comunidade de características eminentemente rurais. Tal situação é espantosa, já que a expulsão das pessoas dos territórios ocorreu em função da prática neoliberal predatória da indústria extrativa mineral, à qual a Fundação Renova representa. Na verdade, antes mesmo da Renova – que foi instituída, em março de 2016 pelo TTAC, e iniciou suas atividades em agosto daquele mesmo ano – a

Samarco, uma das empresas responsáveis pelos danos causados na bacia do Rio Doce, já atuava de modo a alijar as pessoas atingidas do processo do reassentamento. Esse fato pode ser atestado pelo comunicado de sua assessoria de imprensa, de 2016, que dizia: “[a Samarco] articula com as prefeituras de Mariana e Barra Longa a elaboração dos projetos urbanísticos de acordo com as legislações municipais. Os projetos de Bento Rodrigues e Gesteira possuem propostas para apresentação junto às comunidades” (SAMARCO, 2016a). Como pode ser visto, as propostas eram apresentadas para as comunidades depois de elaboradas e negociadas com o poder público sem qualquer participação popular.

Em sua versão inicial, o reassentamento de Gesteira estava sendo proposto para contemplar em torno de 20 núcleos familiares, quase a metade dos 37 núcleos familiares que, na atualidade, têm reconhecido o seu direito ao reassentamento em uma área de aproximadamente 40ha. Sobre esse último aspecto, cabe evidenciar que os dois terrenos inicialmente apresentados pela empresa para o reassentamento abarcavam, respectivamente, 1ha e 7ha (SAMARCO, 2016b). Também não pode deixar de ser mencionado o fato de que as propostas iniciais de reassentamento apresentadas, já pela Renova, em março de 2017, foram denominadas como *Master Plans* – ferramenta urbanística utilizada para o desenvolvimento de planejamentos estratégicos em áreas urbanas de grandes cidades – que, por sua vez, não contemplavam os modos de vida característicos da comunidade. Ainda, a linguagem utilizada pelos técnicos, inicialmente da Samarco e, posteriormente, da Renova – que não se preocupavam em promover e produzir uma interface comunicacional que facilitasse o entendimento das pessoas atingidas no processo – dificultava a compreensão e a leitura do que era apresentado nos momentos de reunião com a comunidade.

Um importante passo para a alteração dessa situação que aprofundava as violações dos direitos à moradia digna, à informação e à participação, para citar algumas, foi a implementação da assessoria técnica de livre escolha das pessoas atingidas, a AEDAS, em agosto de 2017. O trabalho cotidiano e conjunto da equipe da assessoria técnica com as pessoas atingidas foi essencial para reverter esse processo de violações de direitos, e teve como marco uma reunião pública realizada, em abril de 2018, na quadra da comunidade de Gesteira, com a presença da Renova e do Ministério Público Federal e Estadual e da qual o GEPSA participou. Foi naquele momento que a comunidade, em sua maioria, além de rechaçar a forma como a Fundação Renova vinha conduzindo o processo do reassentamento, propôs que este fosse construído por ela (a comunidade) junto à sua assessoria técnica através do que foi

denominado como Plano Popular do Reassentamento Coletivo de Gesteira.

Conforme dito anteriormente, o GEPSA vem acompanhando e desenvolvendo atividades extensionistas com as pessoas atingidas de Barra Longa, desde o início do ano de 2016, com o intuito de desenvolver e aplicar metodologias que são voltadas para reparar as violações de direitos sofridas por essas pessoas, dar visibilidade aos seus modos de vida, de levantar problemas e demandas das comunidades e construir soluções junto “com” elas. Isso porque, como apontado acima, as interfaces e ações encaminhadas pela Fundação nos territórios, majoritariamente, estão vinculadas à imposição de soluções, negociação (em condições desiguais de defesa de interesses) e negação de direito. Por isso, fomos convidadas/os – pela AEDAS e pela Comissão de Atingidas e Atingidos de Barra Longa – a participar, com elas, do processo de elaboração do Plano Popular. Os trabalhos que temos desenvolvido, nesse âmbito, estão relacionados à realização de encontros e oficinas com as pessoas atingidas de Gesteira; concepção, produção e aplicação de tecnologia social; sistematização de informações; visitas técnicas; elaboração de parâmetros e critérios para o reassentamento; e a elaboração do anteprojeto do reassentamento.

No âmbito do Plano Popular do Reassentamento Coletivo de Gesteira, as oficinas foram divididas em três blocos, de acordo com plano de trabalho apresentado e aprovado pelas pessoas atingidas de Gesteira e pela AEDAS: “Era uma vez...”, “Um, dois, três e...”; e “... já”. O primeiro bloco, “Era uma vez...”, abrangeu um encontro no dia 01/06/2019, em Gesteira, e teve como objetivo levantar e registrar histórias, memórias, usos, apropriações e relações socioespaciais com o intuito de gerar dados para o anteprojeto do reassentamento, para que, com sua posterior execução e implementação, pudessem ser recuperados as territorialidades, os modos e projetos de vida da comunidade. Para essa oficina foi desenvolvida uma tecnologia social que teve como interface um jogo também denominado “Era uma vez...”, composto por um tabuleiro que reproduz, em design lúdico, a área de Gesteira conformada pelo Mutirão e Gesteira Velho e por cartas com pictogramas que compõem três temas de perguntas: “onde?” (caminho, casa própria ou de alguém, mercearia, curral, poço de peixe, etc.), “quem?” (família, vizinho, criança, amiga/o, etc.) e “fazendo o quê?” (festejar, vender, trabalhar, rezar, etc.). Ao combinar uma carta de cada um dos três temas com um local específico do tabuleiro, cada pessoa atingida participante da oficina, deveria contar uma história de Gesteira, anterior ao rompimento, que contemplasse os elementos combinados (FIG.3).

O segundo bloco, chamado de “Um, dois, três e...” está



Figura 3: Oficina e jogo “Era uma vez...”. Fonte: Acervo GEPSA

relacionado ao processo de desenho e elaboração conceitual do anteprojeto do reassentamento pelas pessoas atingidas, com a facilitação do GEPSA e da AEDAS, para que o resultado final – o anteprojeto a ser entregue para a Renova – possa ser desenvolvido com base nas intenções, desejos, saberes e expectativas da comunidade de Gesteira. Desse bloco fazem parte duas oficinas, sendo que a primeira foi realizada no dia 17/07/2019 e contou com a aplicação da segunda tecnologia social desenvolvida e denominada “Maquete-Lousa” – tema deste artigo –, que teve como objetivo levantar informações para o desenho do sistema viário e do macrozoneamento do reassentamento (áreas de equipamento público e comunitário, de livre uso público e dos lotes de cada núcleo familiar). Já a segunda oficina desse bloco, que também terá a “Maquete Lousa” como suporte, buscou verificar os anseios da comunidade no que concerne às relações de vizinhança (vinculado com a localização dos lotes) e às atividades que cada núcleo familiar pretende desenvolver em seus lotes tendo como base a recuperação de seus modos e projetos de vida.

Finalmente, o terceiro bloco – denominado “... já” – diz respeito à apresentação da proposta do anteprojeto do reassentamento que será realizada em etapas. Na primeira etapa, que ocorreu no dia 12/09/2019, levamos para a comunidade de Gesteira uma proposta preliminar do reassentamento com a localização do sistema viário, das áreas dos lotes e dos equipamentos comunitários e áreas de livre uso público com o intuito de verificar sua pertinência e correspondência com as informações levantadas nas oficinas anteriores e de colher mais

Tabela 1: Oficina e jogo “Era uma vez...” Fonte: GEPSA

contribuições da comunidade para sua finalização – a do anteprojeto – e posterior entrega à Fundação Renova. Essa proposta preliminar foi desenvolvida não apenas a partir das informações colhidas durante as oficinas, mas também considerando as demais informações técnicas vinculadas a questões físico-geográficas (ventilação, iluminação, características do solo, topografia, vegetação, hidrografia, etc.) e legais. Nas oficinas seguintes, incorporaremos as informações que serão construídas a partir da segunda oficina do bloco “Um, dois, três e...” e realizaremos quantas oficinas mais forem necessárias, neste bloco, para que o resultado do anteprojeto satisfaça a comunidade de Gesteira e sua assessoria técnica. A Tabela 1, abaixo, apresenta a organização dos blocos de oficinas e os objetivos das atividades desenvolvidas para o desenvolvimento do Plano Popular do Reassentamento Coletivo de Gesteira.

A “maquete-lousa”

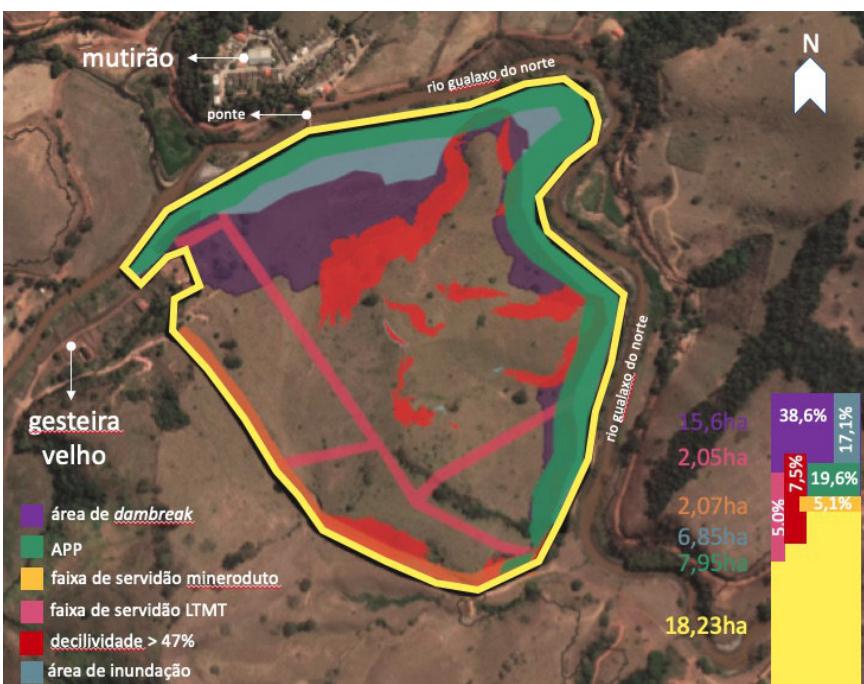
Durante o processo de concepção da “Maquete-Lousa”, tinha-se em perspectiva que a Tecnologia Social a ser desenvolvida para a oficina do bloco “Um, dois, três e...” – explicitado no item anterior – deveria criar possibilidades para que as próprias pessoas atingidas de Gesteira pudessem desenhar possíveis soluções, no terreno do reassentamento, para o sistema viário e para o macrozoneamento (áreas de

	Atividades	TS	Objetivos	Status
BLOCO 1: “Era uma vez”	Oficina 1: “Era Uma Vez”		Levantar e registrar histórias, memórias, usos, apropriações e relações socioespaciais com o intuito de gerar dados para o anteprojeto do reassentamento, para que, com sua posterior execução e implementação, pudessem ser recuperados as territorialidades, os modos e projetos de vida da comunidade.	Concluída
BLOCO 2: “Um, dois, três e...”	Oficina 1	“Maquete-Lousa”	Levantar informações para o desenho do sistema viário e do macrozoneamento do reassentamento (áreas de equipamento público e comunitário, de livre uso público e dos lotes de cada núcleo familiar).	Concluída
	Oficina 2	“Maquete-Lousa”	Verificar os anseios da comunidade no que concerne às relações de vizinhança (vinculado com a localização dos lotes) e às atividades que cada núcleo familiar pretende desenvolver em seus lotes tendo como base a recuperação de seus modos e projetos de vida.	A ser realizada
BLOCO 3: “... já!”	Oficina 1	“Maquete-Lousa”	Apresentar a proposta preliminar do reassentamento com a localização do sistema viário, das áreas dos lotes e dos equipamentos comunitários e áreas de livre uso público com o intuito de verificar sua pertinência e correspondência com as informações levantadas nas oficinas anteriores a partir do diálogo com a comunidade.	Concluída
	Oficina 2 e demais oficinas	“Maquete-Lousa”	Apresentar o anteprojeto e levantar possíveis demandas da comunidade até que se chegue ao anteprojeto finalizado.	A ser realizada

equipamento público e comunitário, de livre uso público e dos lotes de cada núcleo familiar), como forma de subsidiar o desenvolvimento do anteprojeto. É importante lembrar que essa oficina foi pensada para ocorrer logo após a oficina “Era uma vez...”, na qual já se havia recuperado informações sobre os modos de vida e territorialidades da comunidade, anteriores ao desastre.

Assim, para esse momento, partíamos da compreensão de que: ninguém mais, além das próprias pessoas atingidas com seus saberes e vivências sobre o cotidiano e o território, poderia expressar as espacialidades que trariam possibilidades de reparação dos danos sofridos; em oficinas anteriores já havia sido trabalhada a representação da área de Gesteira e do terreno para o reassentamento por meio de mapas, para que as pessoas se familiarizassem com esse modo de representação; a comunidade, de um modo geral, já conhecia e tinha familiaridade com o terreno do reassentamento pelo fato de estar localizado em Gesteira e de ser lindeiro à Gesteira Velho e ao Mutirão; deveria ser pensada uma forma de apresentação/representação que tornasse o mais simples possível a compreensão em escala do terreno a ser trabalhado na oficina; deveriam ser re[a]presentadas as restrições que limitam determinados usos e atividades em certas áreas do terreno de modo que a comunidade pudesse facilmente identificá-las (FIG.4); o material a ser utilizado como superfície para o desenho deveria possibilitar revisões constantes das soluções durante o processo de aplicação da metodologia para que se materializasse como uma interface de comunicação entre as pessoas atingidas e que servisse para inscrever não o “certo” ou “errado” – como resultado final –, mas um processo

Figura 4: O terreno para o reassentamento, pontos de referência e restrições (com exceção da área de reserva legal). Fonte: Acervo GEPSA



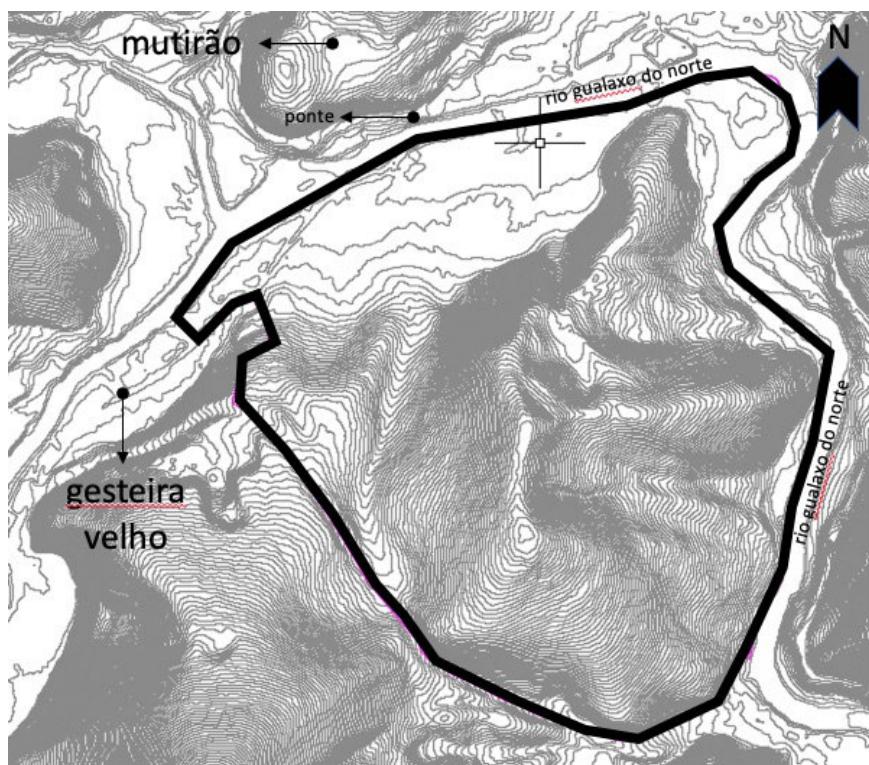
de desenho carregado de multiplicidades; e o processo deveria ocorrer de modo a exercitar um pensamento de solução espacial que se iniciasse e priorizasse os espaços públicos e comuns fazendo com que as áreas privadas – os lotes – fossem uma consequência direta da localização daqueles primeiros.

Tais considerações diziam respeito a questões técnicas importantes para o desenho de soluções acerca do sistema viário e do macrozoneamento – restrições, topografia, características físico-territoriais etc. –, mas, principalmente, a uma metodologia que, diferentemente daquelas aplicadas pela Renova – haja vista o processo de reassentamento de Bento Rodrigues –, colocasse as pessoas atingidas como protagonistas do processo informado de decisão sobre o reassentamento através da legitimação de seus saberes, do conhecimento de suas próprias linguagens e com a possibilidade de imbricar processos de transformação social, emancipação e resistência. Como o método cartográfico é a base dos trabalhos desenvolvidos pelo GEPSA, o trabalho “com” as pessoas não se configurava como uma novidade. A grande questão era: qual tecnologia social poderia atender essas considerações?

Naturalmente, no que diz respeito à forma de representação/apresentação e de interface colaborativa, a maquete surgiu, desde o início, como o suporte apropriado para facilitar a compreensão do terreno em escala, entendendo que funcionaria como sua miniatura e permitiria, principalmente, a compreensão e a relação da área com seu relevo. Entretanto, uma série de perguntas norteava o debate interno da equipe, no período de concepção da TS: qual deveria ser o material da maquete e sua forma de confecção, já que se pretendia uma forma de interação direta das pessoas com essa ferramenta e também esperava-se que as inscrições realizadas sobre sua superfície, durante a oficina, pudessem ser corrigidas, apagadas, reinscritas, etc.? Qual deveria ser o tamanho/escala ideal da maquete para uma atividade que contaria com a participação de, aproximadamente, 30 pessoas atingidas? Como poderíamos representar as restrições do terreno de modo que pudessem ser adicionadas, uma de cada vez, para gerar uma melhor compreensão de suas áreas face à área total do terreno devido à sobreposição de algumas delas? Como identificar as contribuições de cada uma das pessoas durante a oficina? Quais elementos/referências deveriam ser ressaltados na maquete para facilitar a identificação e localização de áreas e referências assim como as relações de proximidade entre elas?

No que concerne ao material para a confecção da maquete, inicialmente, buscamos elencar elementos que poderiam ser manipulados pela própria equipe do GEPSA, no laboratório de maquetes da Escola de Minas/UFOP: isopor, papel paraná e o

emborrachado conhecido como E.V.A.. Cada um dos materiais foi avaliado, inicialmente, quanto à facilidade de corte e o peso final da maquete, tendo em vista a quantidade de curvas de nível que deveria ser cortada e sua montagem (FIG. 5). Esta última variável era de grande importância, considerando-se que a maquete deveria ser transportada de Ouro Preto até Gesteira. Desse modo, em função dos dois requisitos citados acima, o papel paranaíba, mais rígido e mais pesado, foi descartado. Do mesmo modo, em função do transporte, por se tratar de um material mais frágil, mas também da dificuldade de execução, principalmente quanto ao acabamento com massa corrida ou pasta de modelagem e tinta látex, acabamos deixando o isopor de lado e começamos a considerar a feitura da maquete em E.V.A..



Em função do número de participantes da oficina e do transporte da maquete, e após algumas simulações do terreno impresso em escalas distintas, chegamos à conclusão de que o tamanho A0 atenderia aos objetivos da atividade. Foi assim que, posteriormente, chegamos à escala de 1:1022, de modo que as principais referências para a localização do terreno, que são o Mutirão e Gesteira Velho, fizessem parte da maquete. Mas, apesar de algumas definições já terem sido tomadas, o grande

Figura 5:
Levantamento planimétrico do terreno do reassentamento de Gesteira. Fonte: GEPSA adaptado de Fundação Renova

desafio era o de pensar a maneira pela qual as pessoas atingidas poderiam trabalhar o desenho de espacialidades na superfície da maquete com a possibilidade de revisar as soluções pensadas durante o processo. A questão que se colocava era: como os riscos, rabiscos, pontos, desenhos e anotações poderiam ser feitos sobre a superfície em E.V.A. sem que significassem uma resposta definitiva?

Uma das alternativas pensadas foi a produção de uma série de formas (linhas, polígonos, curvas, pontos, etc.), também em E.V.A., para serem colocadas sobre o terreno. Entretanto, essa solução nos dava a impressão de que, em certa medida, ao já disponibilizarmos formas prontas, poderíamos tanto direcionar as soluções quanto cercear as possibilidades de desenho, barrar a originalidade e a ação criativa que viria da própria comunidade. Na verdade, queríamos que se pudesse desenhar diretamente sobre a maquete, à mão livre, como se faz, por exemplo, em uma folha de papel, no quadro branco de uma sala de aula, numa lousa. Foi então que surgiu a pergunta: seria possível produzirmos uma maquete que funcionasse como uma lousa, uma “maquete-lousa”, que recebesse as contribuições e permitisse o diálogo, de forma dinâmica, entre as pessoas que participassem da oficina?

A resposta para o nosso questionamento foi rápida e positiva, tendo em vista que uma das integrantes do GEPSA tem experiência com confecção de maquetes através do modo de impressão em 3D e confirmou a possibilidade de, pelo acabamento aplicado sobre a superfície impressa, transformar a maquete em uma lousa. Embora já tivesse sido discutida a possibilidade da realização da maquete a partir dessa tecnologia, havíamos inicialmente descartado em função da dureza e rigidez de sua superfície – que não possibilitaria cortes ou perfurações no material, dificultando a representação das alterações que por ventura devesssem ser feitas no terreno. Entretanto, com o desenrolar e amadurecimento das definições metodológicas, decidimos reavaliar esta possibilidade de modo a privilegiar a possibilidade de se fazerem vários desenhos, marcações e anotações na maquete e apagar quantas vezes fossem necessárias – com o cuidado, entretanto, de que fossem registradas cada uma das propostas realizadas.

Uma vez escolhida a “Maquete-Lousa” como a metodologia mais adequada para viabilizar a participação das pessoas atingidas nas proposições para o sistema viário e para o macrozoneamento no reassentamento, restava consultar a AEDAS sobre a possibilidade de contratar uma empresa para desenvolver o produto, já que não tínhamos os materiais e recursos tecnológicos suficientes para desenvolvê-lo na própria universidade, o que foi considerado viável. Em seguida verificamos questões relativas ao peso final e tempo de

execução da maquete, o que também tornava esta tecnologia viável. Foi assim que o E.V.A. foi – embora parcialmente, como veremos mais adiante, substituído pelo material da impressão 3D – o filamento conhecido como PLA.

Definidos material e escala da maquete, restava-nos pensar e decidir sobre: a forma de representar as restrições do terreno na maquete; como identificar as contribuições das pessoas atingidas participantes da oficina; como e quais as referências locais seriam fixadas. Decidimos, então, que os desenhos das áreas de restrições – já apontadas anteriormente – seriam recortados em E.V.A. de cores diferentes, para que pudessem ser sobrepostos à maquete; que utilizariamos marcadores coloridos para o desenho das informações (vias, equipamentos comunitários e públicos e áreas de livre uso público); que dividiríamos as pessoas participantes em grupos de até seis pessoas por vez (considerando um número estimado de 30 pessoas participantes – todos eles da comunidade de Gesteira) para facilitar a identificação das contribuições, que seria feita por registro em áudio, vídeo e fotografia; que as referências a serem marcadas em cores fixas sobre a maquete, pela empresa contratada para a impressão, seriam o rio (em azul), as estradas (em marrom), o limite do terreno (em preto com linha tracejada), a ponte (em amarelo) e o Mutirão (em cinza). Além disso, optamos também, pela própria referência com a lousa, que a cor predominante da maquete seria branco-gelo.

É importante ressaltar que acompanhamos todas as fases de produção da maquete para evitar que – em função da dificuldade em fazer alterações após sua impressão – houvesse inconsistência na representação do terreno e para garantir que a superfície realmente desempenhasse a função de uma lousa. As figuras a seguir mostram cada uma dessas etapas, a saber: o

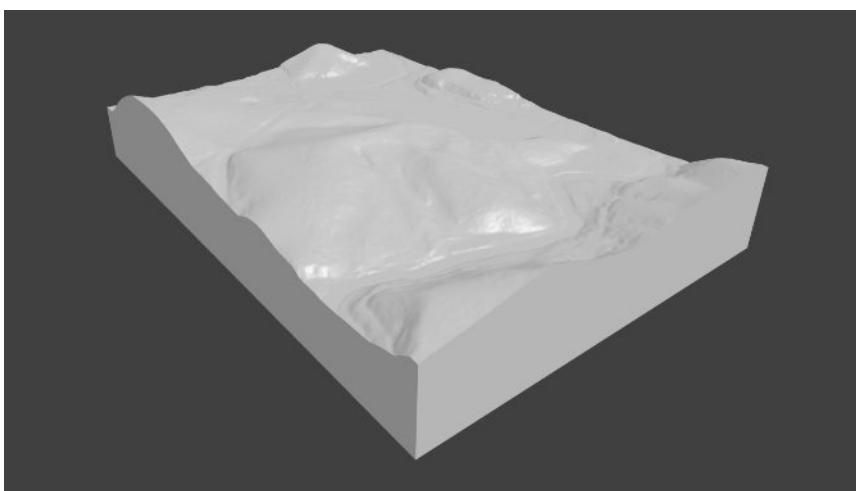


Figura 6: Maquete em 3D - base para a impressão. Fonte: Carolina Gomes

Figura 7: Maquete com primeira demão de massa sobre placas. Fonte: Acervo GEPSA

Figura 8: Maquete pintada. Fonte: Acervo GEPSA

modelo desenvolvido em 3D anterior à impressão (FIG. 6); a primeira cobertura da maquete, com massa regularizadora – *primer* – antes de lixar (FIG. 7); a maquete com a pintura finalizada, incluindo os elementos de referência (FIG. 8); a maquete com o verniz já aplicado sobre a pintura (FIG. 9).

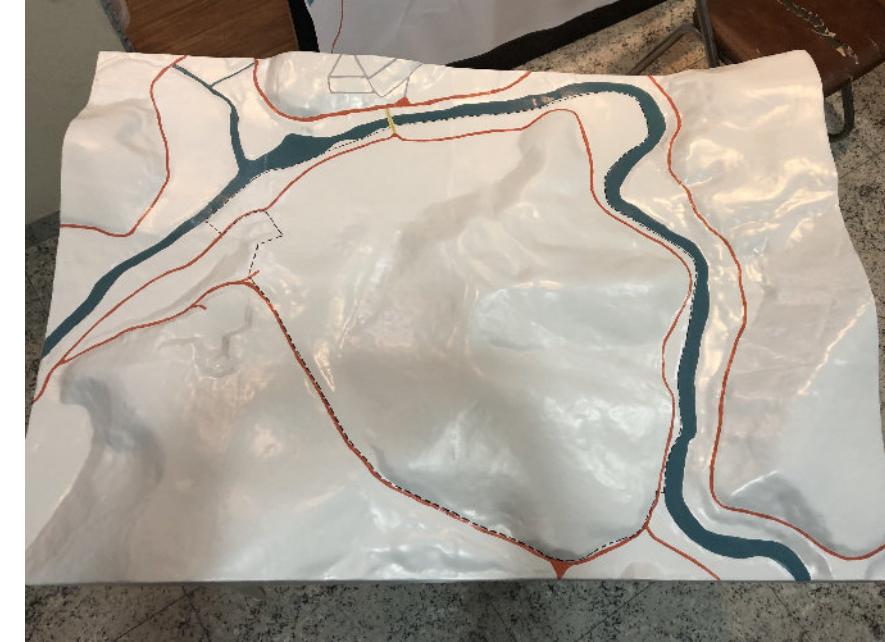




Figura 9: “Maquete-Lousa” finalizada.
Fonte: Acervo GEPSA

A maquete-lousa como tecnologia social em um processo de construção coletiva

A “Maquete-Lousa” foi já utilizada em dois momentos do processo de desenvolvimento do Plano Popular do Reassentamento Coletivo de Gesteira: na 1^a oficina do bloco “Um, dois, três e...”, no dia 17 de julho de 2019; e na 1^a oficina do bloco “...e Já”, no dia 12 de setembro de 2019. Ambas oficinas foram realizadas pelo GEPSA, em parceria com a AEDAS e a Comissão de Atingidas e Atingidos de Barra Longa, e contou com a presença e participação de mais de 30 pessoas da comunidade de Gesteira, quase em sua totalidade composta pelas pessoas que serão reassentadas.

No que concerne a primeira oficina mencionada, a do bloco “Um, dois, três e...”, como acontece em quase todas as atividades desenvolvidas com as comunidades de Barra Longa e Gesteira, logo após a chegada da equipe do GEPSA na cidade, houve uma reunião com a equipe da AEDAS para apresentação do material produzido pelo GEPSA para a oficina e alinhamento da atividade a ser realizada.

Considerando que o objetivo da oficina era a manifestação das expectativas da comunidade com relação ao macrozoneamento e ao sistema viário do reassentamento, para posterior elaboração dos respectivos desenhos para o anteprojeto, o

material levado para a oficina foi composto, além da maquete, por um conjunto de marcadores coloridos para desenhar sobre a “Maquete-Lousa” e as peças – feitas em EVA – representando as restrições, para serem encaixadas na maquete.

Após apresentada a proposta para a atividade em grupo, com as pessoas atingidas, a equipe da AEDAS sugeriu uma dinâmica já utilizada pela assessoria técnica para organizar a participação das pessoas em etapas, o que foi prontamente aceito pelo GEPSA. De acordo com a proposta da AEDAS, no início da oficina, distribuiríamos números de 1 a 5 (correspondente ao número de grupos que pretendíamos formar) entre os participantes. Com seus respectivos números em mãos, cada grupo de pessoas seria chamado (em ordem crescente) para ficar em volta da maquete e colaborar com a representação das suas expectativas para o reassentamento, em quantas rodadas fossem necessárias. Assim, depois de iniciada a oficina, com as atividades preliminares ao uso da maquete (boas-vindas, mística e apresentação das restrições ao uso do terreno), chamaríamos todas as pessoas que receberiam o número 1 para se aproximarem da maquete e começarem a descrever e desenhar como consideravam que deveriam ser as vias no terreno do reassentamento, o que corresponderia à primeira rodada. Após um tempo razoável para que todas as pessoas deste grupo tivessem a oportunidade de apresentar as suas ideias e contribuir com o desenho sobre a “Maquete-Lousa”, o grupo seria convidado a voltar a se sentar para que o grupo com o número 2 fosse chamado para a mesma atividade. E assim sucessivamente, até que fosse chamado o grupo de pessoas com o número 5 e todos tivessem participado desta etapa. Na sequência, chamaríamos novamente o grupo com o número 1 para, dests vez, apresentar as suas ideias e desenhar (na “Maquete-Lousa”) a localização dos equipamentos comunitários, começando a segunda rodada, que se estenderia para os grupos com os demais números, sucessivamente. Por fim, fariamos mais uma rodada, com a mesma dinâmica, para a marcação das áreas de livre uso público na “Maquete-Lousa”. Consequentemente, as áreas restantes, seriam aquelas direcionadas ao parcelamento dos lotes.

Feito o alinhamento entre as equipes do GEPSA e da AEDAS, dirigimo-nos à Gesteira, onde seria realizada a oficina, para organizarmos o espaço e nos preparamos para a chegada da comunidade. Na medida em que as pessoas chegavam, tinham a oportunidade de se aproximar da “Maquete-Lousa” e começar um processo de reconhecimento do terreno nela representado, conversando entre si, apontando referências territoriais. Já nesse momento era possível perceber a importância da utilização da maquete como ferramenta de discussão e formulação de propostas para o reassentamento, pois via-se

como as pessoas facilmente identificavam as referências territoriais.

Sob a organização do GEPSA, o apoio da AEDAS e após a chegada das pessoas da comunidade, foram iniciados os trabalhos. Registre-se ainda que compareceu à oficina, na qualidade de observadora e com o consentimento do GEPSA e da AEDAS, uma representante da equipe da Ramboll, empresa contratada como *expert* do Ministério Público Federal para acompanhar os programas de reparação em curso na bacia do Rio Doce.

Conforme planejado, após o momento de “boas-vindas”, a oficina foi iniciada com uma “mística” – atividade introdutória, conduzida pela própria comunidade, que envolve uma ou mais expressões artísticas ou religiosas e consiste em uma prática comum nas organizações populares, que tem como principal intuito sensibilizar e concentrar os presentes – para dar início à reunião. O respeito à realização da “mística” e a sua incorporação nas atividades do GEPSA, relacionadas ao Plano Popular do Reassentamento, é considerado parte do método cartográfico, tendo em vista que se trata de uma prática que passou a ser associada ao processo de luta e de união para as pessoas atingidas na defesa dos seus direitos. Posteriormente ao momento da mística, foi feito junto às pessoas atingidas um resgate do processo das oficinas passadas para situá-las em relação às 3 etapas propostas, sendo aquela oficina correspondente à etapa “1, 2, 3 e...”. Seguiu-se, então, a explicação para as pessoas presentes do que seria a “Maquete-Lousa” e como elas interagiriam desenhando e apagando, caso sentissem necessidade. Por fim, foi pedido que as pessoas participantes se aproximassem da “Maquete-Lousa”, a fim de assegurar que todas elas pudessem reconhecer os elementos que foram demarcados como pontos de referência (rio, ponte, comunidade do Mutirão, estrada e limite do terreno do reassentamento) fixos na “Maquete-Lousa”, como citado mais acima.

No momento seguinte, deu-se início a explicação sobre as restrições ao uso do terreno (FIG. 10). Para melhor representação e visualização dessas áreas de restrição, em relação ao terreno, na medida em que era mencionada cada restrição, era também encaixada sobre a “Maquete-Lousa” um recorte em E.V.A. que correspondia ao desenho da respectiva área de restrição e que, por consequência, demonstrava a diminuição da área do terreno considerada completamente desembaraçada. Na sequência, foram explicados quais tipos de uso (público e privado) poderiam ser feitos nessas áreas de restrição, como, por exemplo, a construção de parques, praças, pista de caminhada, campo de futebol, plantação de hortaliças, etc.

Figura 10: A localização das restrições na “Maquete-Lousa”.
Fonte: Acervo GEPSA



Após esse momento de familiarização das pessoas atingidas com a “Maquete-Lousa”, conforme planejado, foram distribuídas as fichas, com números de 1 a 5, para a divisão em grupos e foi iniciada a primeira rodada de desenhos sobre a maquete e relacionada ao traçado do sistema viário (com o marcador de cor preta) (FIG. 10). Da mesma maneira que na primeira rodada, os cinco grupos foram chamados para a segunda rodada, que consistia em marcar os equipamentos comunitários (com o marcador de cor azul) (FIG. 11), e, na sequência, para a terceira rodada, na qual as pessoas participantes marcaram as áreas de livre uso público (com o marcador de cor verde) (FIG. 12). Durante as três rodadas, foram registradas em fotografias todas as etapas e versões dos desenhos e marcações feitas sobre a maquete, a fim de se identificar tanto o processo de idealização do reassentamento até a sua configuração final, quanto para preservar as diferentes sugestões e alternativas sobre determinadas áreas (FIG. 13).

Durante todo esse processo de realização da oficina pode ser observado e confirmado que as pessoas atingidas são as que devem e podem decidir acerca do que esperam das espacialidades do reassentamento e que as suas expectativas refletem os modos de vida da comunidade (identificados na oficina “Era uma vez...”), reafirmando a necessidade de conferir a elas o protagonismo na concepção do projeto do reassentamento. Mesmo que a utilização de maquete seja uma experiência nova para praticamente a totalidade das pessoas participantes da oficina, observou-se também a rápida familiarização com essa forma de representação do espaço,

bem como o interesse de cada uma de expor a sua visão sobre o reassentamento e, ao mesmo tempo, acatar as sugestões das outras pessoas, produzindo a complementaridade de saberes para a definição do melhor uso para as diferentes áreas do terreno.

Já na oficina do bloco “...e Já” – quando apresentamos a proposta preliminar do reassentamento com a localização do sistema viário, das áreas dos lotes e dos equipamentos comunitários e áreas de livre uso público –, a utilização da “Maquete-Lousa” foi importante não apenas no momento da oficina, pois serviu para todo o processo de elaboração da proposta que foi apresentada, como descreveremos a seguir.



Figura 11: Desenhando o sistema viário. Fonte: Acervo GEPSA

Figura 12: Localizando e definindo os equipamentos comunitários. Fonte: Acervo GEPSA

Figura 13: Localizando e definindo as áreas de livre uso público. Fonte: Acervo GEPSA

Figura 14: O resultado final - um exercício coletivo. Fonte: Acervo GEPSA



O trabalho da equipe do GEPSA e da AEDAS, nas semanas que se seguiram a 1a oficina do bloco “Um, dois, três ...” foi, inicialmente, o de transportar o desenho feito pela comunidade na Maquete-Lousa, para o software Autocad (Fig. 15). O intuito foi o de, a partir dessa base, realizar as adequações necessárias para converter a proposta construída pela comunidade na primeira versão do anteprojeto. Para isso, trabalhamos a partir das indicações referentes à instalação dos equipamentos coletivos na parte mais alta e central do terreno, das indicações das localizações dos equipamentos de livre uso público, do traçado proposto para o sistema viário e do tamanho padrão definido para o parcelamento do terreno, assim como dos quantitativos referentes aos lotes.

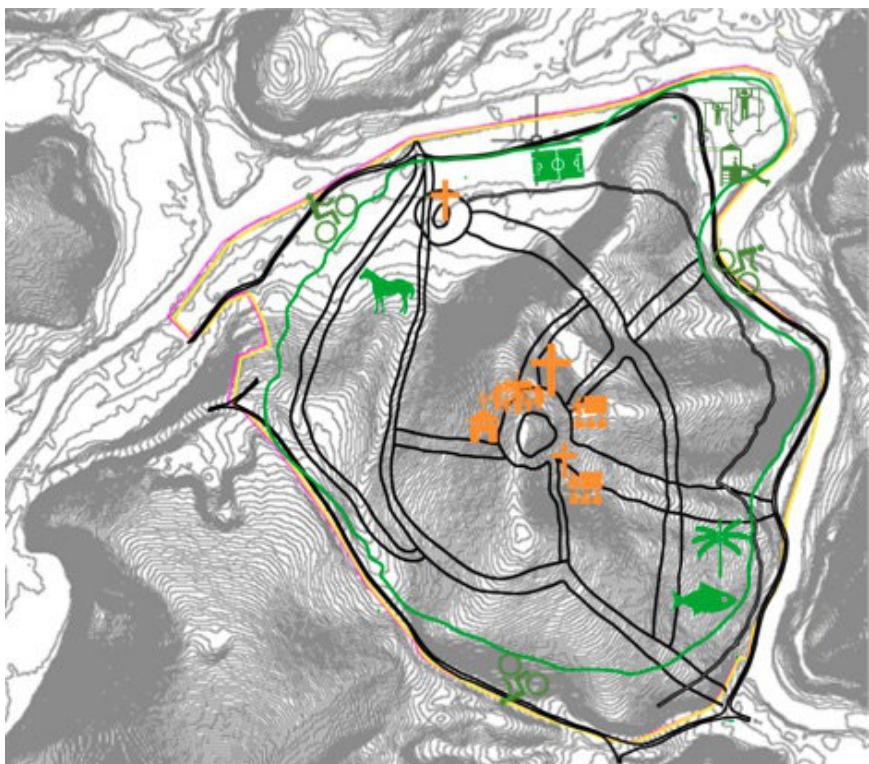


Figura 15: A transferência dos dados da “Maquete Lousa” para o Autocad. Fonte: Acervo GEPSA

Figura 16: A “Maquete-Lousa” como ferramenta de desenvolvimento projetual. Fonte: Acervo GEPSA

Nessa perspectiva, a equipe do GEPSA e da AEDAS passou a utilizar a maquete para avaliar, cada decisão projetual tomada para a distribuição desses elementos (FIG. 16) que, ao final, resultou na primeira proposta apresentada para a comunidade. Desse modo, a maquete foi essencial para o processo de projeto e na tomada de decisões relacionadas, principalmente, as questões topográficas e de declividade.



Finalmente, na oficina do dia 12 de setembro de 2019, a apresentação da primeira proposta de anteprojeto para o reassentamento coletivo para a comunidade de Gesteira teve a “Maquete Lousa” como uma das ferramentas de representação como pode ser visto na

Figura 17: Utilização da “Maquete Lousa” na apresentação da 1^a proposta do anteprojeto do reassentamento. Fonte: Acervo GEPSA

Figura 17. Desta vez, como as pessoas atingidas já haviam trabalhado na maquete no momento anterior, as discussões acerca da proposta e as sugestões apresentadas por elas ocorreu naturalmente. Tais sugestões foram colhidas e servirão de base para a elaboração de uma nova versão do projeto.



Considerações finais

A proposta deste artigo foi a de apresentar as potencialidades da TS “Maquete-Lousa” na construção coletiva de espacialidades em processos de elaboração de projetos de reassentamento ou situações similares. Vale lembrar que, muito embora o desenvolvimento da “Maquete-Lousa” tenha ocorrido no contexto do Plano Popular do Reassentamento Coletivo de Gesteira, o Plano está ainda em desenvolvimento e em construção. Desse modo, cabe-nos avaliar se seu emprego como TS cumpriu os objetivos e resultados esperados nos dois momentos de sua aplicação, ou seja, na 1^a oficina do bloco “Um, dois, três, e...” e na 1^a oficina do bloco “...Já” – lembrando que ela ainda será utilizada em outras oficinas.

Quanto à 1^a oficina do bloco “Um, dois, três, e...” pudemos observar que, embora a representação em maquete se aproxime da realidade, ela ainda é uma abstração. Nesse sentido, foi importante termos reforçado, na maquete, os elementos de

referência (Gesteira Velho, Mutirão, Rio Gualaxo do Norte, os limites do terreno e as estradas) da gleba. Ainda, e, como a oficina foi realizada próxima ao terreno onde será realizado o reassentamento, foi também importante posicionarmos a maquete na mesma direção da gleba – o que também auxiliou na identificação de algumas referências. Certamente, esse último aspecto foi possível porque realizamos a oficina próximo à área onde ocorrerá o reassentamento, entretanto, mesmo sabendo que essa condição nem sempre é possível, tal aspecto merece ser ressaltado.

Durante a aplicação da atividade, observamos, ainda, que o caráter lúdico que possibilitava o desenho livre, aberto e de fácil alteração – já que era possível desenhar, apagar e redesenhar como numa lousa –, gerou experimentações formais e estruturais (do reassentamento), que foram acontecendo tanto na dimensão individual – o trabalho de cada pessoa participante –, quanto também na dimensão coletiva, em função das trocas de ideias e diálogos entre as pessoas. Ao final, o engajamento da comunidade de Gesteira durante a atividade satisfez o objetivo da oficina e atendeu às expectativas sobre as possibilidades de contribuição da “Maquete Lousa” como TS para o processo de produção do anteprojeto para o reassentamento, já que conseguimos que as pessoas atingidas expressassem suas intenções, desejos, saberes e expectativas através de um desenho realizado por várias mãos.

Já no que concerne à primeira oficina do bloco “...e Já” a TS “Maquete-Lousa”, como mostrado, foi de importância não apenas durante a realização da oficina, por ter servido de suporte para a representação da primeira proposta de anteprojeto, como também auxiliou no processo interno de trabalho das equipes do GEPSA e da AEDAS para a elaboração dessa proposta. Desse modo, consideramos que a “Maquete-Lousa” tanto contribuiu para a participação direta das pessoas na elaboração do anteprojeto quanto no processo de aprofundamento projetual interno, pelas equipes do GEPSA e da AEDAS, face à necessidade de verificação e compatibilização técnica a partir da proposta gerada pela comunidade.

Assim, a experiência, ainda em desenvolvimento, do Plano Popular do Reassentamento Coletivo de Gesteira, por meio da articulação entre as pessoas da comunidade, atingidas pela barragem de Fundão, a sua assessoria técnica e a universidade, tem aprofundado a diretriz norteadora de nossos trabalhos, qual seja, a de que a única forma de reparação integral dos danos sofridos é aquela construída pelas próprias vítimas, que são as únicas pessoas capazes de identificar o que precisa ser reparado. Tal perspectiva, que privilegia o saber popular, contrapõe-se à prática adotada pelas empresas nas suas propostas de reparação dos danos causados, já que os projetos

elaborados pela Fundação Renova não contemplam um processo amplo de participação popular e de tomada de decisões.

O discurso engendrado pelas empresas é sustentado exclusivamente sobre o saber técnico chancelado por especialistas, que tomam decisões em seus escritórios, distantes, portanto, da realidade que está sendo tratada e dos saberes do povo. Essa prática reflete a desconsideração da alteridade e do saber popular, pois parte do pressuposto de que são os especialistas que detêm as respostas e/ou decisões finais sobre o que pode e o que precisa ser feito para reparar os danos sofridos pelas pessoas atingidas. O resultado desse *modus operandi* é a impossibilidade de criação das condições para que se reestabeleçam os modos de vida interrompidos, que são desconhecidos para os especialistas, e a criação de uma realidade com a qual as pessoas atingidas não se identificam, não alcançando, portanto, um dos requisitos essenciais para a reparação integral, que é a satisfação das vítimas.

Com o propósito de dar centralidade para as pessoas atingidas, no processo de reassentamento de Gesteira, o GEPSA, em parceria com a AEDAS, buscou desenvolver uma tecnologia social que permitisse a construção coletiva do projeto do reassentamento, de modo que o saber popular pudesse orientar a tomada de decisão acerca de como devem ser produzidas as espacialidades no terreno adquirido, para que os modos de vida que foram interrompidos possam ser retomados. Nesse sentido, a utilização de maquete 3D facilitou a visualização e compreensão das possibilidades na construção do reassentamento, pois essa forma de materialização do espaço e do território tanto permitiu a confrontação das expectativas com os limites impostos pela topografia, pelas restrições e pelo próprio tamanho do terreno, quanto ampliou as condições para propostas, ideias e soluções por parte da comunidade.

Além da opção pelo uso de maquete 3D como forma de representação do espaço para a discussão sobre o projeto do reassentamento, buscamos também encontrar uma maneira de viabilizar a experimentação por parte das pessoas atingidas, de modo que elas pudessem visualizar várias alternativas na distribuição dos usos das áreas que fazem parte do terreno destinado ao reassentamento. Nesse sentido, a inspiração na lousa, ou quadro branco, – que pode ser riscado, pintado, desenhado e ter todas essas inscrições apagadas quantas vezes forem necessárias, sem que isso altere a sua forma – viabilizou o desenvolvimento do material para que o terreno, sob a forma de maquete, pudesse ser exaustivamente desenhado e redesenhadado até que se chegassem ao resultado desejado, que se consubstanciasse no projeto popular do reassentamento.

Portanto, a “Maquete-Lousa” consiste em uma tecnologia social que pode ser utilizada em diversos contextos de produção do espaço, e foi idealizada para promover o protagonismo de comunidades vulnerabilizadas na decisão acerca do seu futuro. Seja em reassentamentos de comunidades vítimas de deslocamento forçado, seja em assentamentos urbanos para populações historicamente invisibilizadas, a “Maquete-Lousa” deve ser considerada uma ferramenta para a expressão dos saberes populares acerca das espacialidades, bem como um instrumento de luta por direitos.

Notas

1. A denominação “desastre criado” vem sendo desenvolvida e utilizada pelo GEPSA por considerarmos mais adequada do que “desastre humano” ou “desastre tecnológico”, tendo em vista que os desastres não-naturais também podem ser causados pelo modelo de governança empresarial que avalia o custo da reparação dos danos causados pelo desastre iminente como mais viáveis economicamente do que as medidas preventivas. Portanto, seja pela negligência, imprudência, imperícia ou até dolo humano, seja por erro ou defeito técnico, seja por mau uso da tecnologia, todos os desastres não-naturais foram criados, justificando o uso dessa terminologia.

2. LOSEKANN; MAYORGA, 2018; ZONTA; TROCATÉ, 2016; MILANEZ; LOSEKANN, 2016; PINHEIRO et al., 2019.

3. O GEPSA é um grupo interdisciplinar com uma composição interdepartamental entre os cursos de Arquitetura e Urbanismo e Direito da UFOP. O Grupo tem trabalhado numa perspectiva transescalar, já que acompanha os desdobramentos do desastre a partir da atuação nos territórios – microescala – e também na observação dos processos vinculados ao sistema de justiça – macroescala. Nesse sentido, as questões relacionadas com a destruição total e/ou parcial de territórios, moradias, modos e projetos de vida têm sido foco de nossas atividades.

4. O distrito-sede de Barra Longa foi a área urbana mais destruída dentre os municípios afetados pelo rompimento da barragem de Fundão.

5. Foi através do Termo de Acordo Judicial, assinado em 31 de maio de 2017 – Processo nº 0010263-16.2016.4.01.3800 da 12ª Vara Federal de Belo Horizonte (Brasil, 2017a), assinado entre Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Samarco, Vale, B.H.P Billiton, Fundação Renova e a Comissão dos Atingidos e Atingidas de Barra Longa –, que se institucionalizou a implementação da AEDAS em Barra Longa para que as pessoas atingidas pudessem ter, ao longo do processo de reparação, técnicas/os de sua confiança que lhes dessem suporte.

6. Responsável pela criação condução e implementação dos programas para a reparação integral na bacia do Rio Doce, a Fundação Renova foi criada no âmbito do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), assinado cerca de quatro meses após o desastre, em março de 2016, entre as empresas responsáveis pelo desastre – Samarco, Vale e B.H.P Billiton –, o poder público e diversos entes federativos. O TTAC é um acordo jurídico referente à reparação dos territórios e populações atingidas pelo desastre assinado, mais especificamente, entre: União, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Agência Nacional de Águas

(ANA), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Estado de Minas Gerais, Instituto Estadual de Florestas (IEF), Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), Estado do Espírito Santo, Instituto Estadual de Meio e Recursos Hídricos (IEMA), Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF), Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH), Samarco S.A., Vale S.A., e B.H.P. Billiton S.A..

7. A cartilha foi realizada em parceria com o MAB, com o apoio do Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular e contou com fomento do Fundo Casa.

8. Naquele momento, foram produzidos e entregues cadernos para 6 núcleos familiares que moravam em Gesteira Velho antes do desastre. Para mais informações sobre os “Cadernos do Reassentamento” ver: SOUZA; CARNEIRO, 2019. É válido ressaltar que esta TS produzida pelo GEPSA conduziu à elaboração de outras: os “Cadernos Cartográficos – uma cartografia das moradias, das territorialidade e dos modos e projetos de vida das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão nas áreas rurais do município de Mariana/MG”, para a Cáritas Brasileira Regional Minas – assessoria técnica dos atingidos de Mariana; o jogo “[r]existir: um jogo de memória, afeto e visibilidade”, também para a Cáritas e as pessoas atingidas de Mariana; e os “mapas interativos” que servem de suporte para outro trabalho que está sendo desenvolvido pelo GEPSA junto à AEDAS, o “Plano Popular de Recuperação da Infraestrutura Viária de Barra Longa/MG”.

9. As atividades a serem realizadas e que vêm sendo trabalhadas estão divididas em três etapas – todas elas desenvolvidas conjuntamente com as pessoas atingidas e a AEDAS: levantamento de dados e informações diretas (dados socioeconômicos, culturais, patrimoniais e simbólicos através de oficinas e reuniões com a AEDAS e as pessoas atingidas) e indiretas (dados sobre o território e as condicionantes físicas, geográficas e ambientais); confecção do anteprojeto (denominado pela Fundação Renova como “projeto conceitual”); e acompanhamento das etapas seguintes, relativas à incorporação do plano popular nos projetos a serem desenvolvidos pela Fundação Renova ou outra entidade indicada pela AEDAS e pelas pessoas atingidas - para garantir sua implementação.

10. “Tecnologias sociais são técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas na interação com a população, que representam soluções para a inclusão social. Nessa perspectiva, as experiências inovadoras podem ser avaliadas e valorizadas tanto pela sua dimensão de processos de construção de novos paradigmas e novos atores sociais, de fortalecimento da democracia e da cidadania, quanto pelos resultados que proporcionam em termos de melhoria da qualidade de vida”. (BAVA, 2004)

11. A TS “Maquete-Lousa” foi desenvolvida a partir de reuniões

internas da equipe do GEPSA e de reuniões entre o GEPSA e a AEDAS que, pelo seu trabalho cotidiano com as pessoas atingidas, atualizavam sobre as situações diárias enfrentadas pela comunidade de Gesteira face às questões do reassentamento e das demandas a serem atendidas. Foram três reuniões internas da equipe do GEPSA (07/06/2019; 28 e 12/07/2019) e duas reuniões entre GEPSA e AEDAS (04 e 09/07/2019). A equipe do GEPSA, naquele momento, era composta pelas Profas. Dras. Karine Gonçalves Carneiro – do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFOP – e Tatiana Ribeiro de Souza – do Departamento de Direito da UFOP; por sete alunas/os de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFOP (Carolina Aparecida Menuchi da Silva, Carolina Kauark Fontes, Carolina de Oliveira Souza, Eloína Caroline Ferreira Paes, Gabriel de Melo Senna, Gabriela Moreira Anonni e Rodrigo de Castro Silva Versiani Passos); por um aluno de graduação em Direito da UFOP Luis Felipe Lopes Costa; e por três alunas/os do Programa de Pós-Graduação em Direito “Novos Direitos, Novos Sujeitos” da UFOP (Henrique Ribeiro Afonso Domingos, Marianela Laura Galanzino e Paola Alvarenga Portes)

12. Em reuniões e oficinas anteriores, as restrições já haviam sido apresentadas e discutidas com as pessoas atingidas. São elas: áreas de *dambreak*, preservação permanente (APP), de inundação, de faixas de servidão de mineroduto e de linha de transmissão de média tensão, de declividade superior à 47% e de reserva legal.

13. Ver: XAVIER, 2018.

Referências

- BAVA, Silvio. Tecnologia social e desenvolvimento local. In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL (org.). *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: 2004.
- BRASIL. Recomendação Conjunta No 10 de 26 de março de 2018. Disponível em: <https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/0f19e77d-09c4-4d33-b231-ca09917f8371.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico de 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/barra-longa/pesquisa/23/27652?detalhes=true>. Acesso em: 09 de maio de 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO. *Panorama da Mineração em Minas Gerais*. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00006212.pdf>. Acesso em: 11 de agosto de 2019.
- FOUCAULT, M.; DELEuze, G. Os intelectuais e o poder - conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.
- GEPSA. Cartilha “Por que você precisa de assessoria técnica?”. Ouro Preto: GEPSA, 2017. Disponível em: https://issuu.com/gepsaufop/docs/final_cartilha_assessoria_para_o_is. Acesso em: 03/06/2018
- LOSEKANN, C.; MAYORGA, C. (Orgs.). *Desastre na Bacia do Rio Doce: desafios para a universidade e para instituições estatais*. Rio de Janeiro: Folio Digita, 2018.
- MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (Orgs.). *Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2016.
- PINHEIRO, Tarcísio et al (Orgs.). *Mar de Lama da Samarco na Bacia do Rio Doce: em busca de respostas*. Belo Horizonte: Instituto Guaiacuy, 2019.
- ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. A cartografia e a relação pesquisa e vida. In: *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v.21, n.2, p.166-

173, ago. 2009. Disponível em:
http://www.academia.edu/27241517/A_CARTOGRAFIA_E_A_RELACAO_PESQUISA_E_VIDA. Acesso em: 10 de julho de 2019.

SAMARCO. *Reassentamento das Comunidades*. 2016a. Disponível em: <https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/11/19-10-2016-Reassentamento-das-comunidades.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

SAMARCO. *Moradores de Gesteira visitam opções de locais para a reconstrução da comunidade*. 2016b. Disponível em: <https://www.samarco.com/noticia/gesteira-residents-visit-location-options-for-the-community-reconstruction/>. Acesso em: 19 de maio de 2019.

SENNA, G.M.; CARNEIRO, K. O Deslocamento Forçado das pessoas atingidas pelo desastre de Fundão, em Gesteira Velho, Barra Longa/MG: o Plano Popular do Reassentamento Coletivo para a reparação às vulnerabilidades geradas. In: *18º Seminário sobre Economia Minerária*, 2019, Diamantina. Anais. Disponível em: https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2019/D18_490.pdf. Acesso em: 22/09/2019

SOUZA, T.R.; CARNEIRO, K. Observatório do reassentamento: [r]existir - um jogo de memória, afeto e visibilidade, para cartografar modos de vida. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1646>. Acesso em: 12 de agosto de 2019.

XAVIER, Celiane. *Uma Análise do Master Plan como instrumento de reassentamento para Bento Rodrigues: o papel da mineração na produção dos espaços*. 2018. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/36261983/Uma_análise_do_Master_Plan_como_Instrumento_de_Reassentamento_para_Bento_Rodrigues_O_papel_da_Mineração_na_Produção_Neoliberal_dos_Espaços. Acesso em: 13 de agosto de 2019.

ZONTA, M.; TROCAT, C. (Orgs). *Antes Fosse mais Leve a Carga: Reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton*. Marabá: Editoria iGuana, 2016.

***Karine Gonçalves Carneiro** é Doutora em Ciências Sociais (Puc-Minas/2016) - com participação no programa de doutorado sanduíche no exterior (PDSE/Capes – instituição de fomento) no departamento de Sociologia da Universidad Nacional de Colombia –, mestre em Sociologia com ênfase em Meio Ambiente (Fafich-UFMG/2006), especialista em Arquitetura Contemporânea (IEC-PucMinas/1999) e graduada em Arquitetura e Urbanismo (EA-UFMG/1996). Professora Adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e do Programa de Pós-Graduação em Direito, na área de concentração “Novos Direitos, Novos Sujeitos”/UFOP. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPSA /UFOP). Email: carneirokari@gmail.com

Tatiana Ribeiro de Souza é Doutora em Direito Público e mestre em Ciências Sociais, ambos pela PUC Minas, e pós doutora pela Universidad Rovira i Virgili, Catalunha (ES). Professora Adjunta do Departamento de Direito da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e do Programa de Pós-Graduação em Direito, na área de concentração “Novos Direitos, Novos Sujeitos”/UFOP. Coordenadora do Núcleo de Direitos Humanos (NDH) e do Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPSA /UFOP). Email: tatiana.souza@ufop.edu.br

Talita Lessa Melo é Mestre no Programa de Pós-graduação, ICAL- Integração contemporânea da América Latina, na UNILA - Universidade de Integração Latino Americana, do Instituto Latino-American de Economia, Sociedade e Política – ILAES. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Fundação Mineira de Cultura (2011). Email: talitalessamelo@gmail.com



Estamos juntos, estamos vivos e somos muitos¹: desastre e resistência – a voz dos atingidos em Mariana/MG²

We are together, we are alive and we are many: Disaster and Resistance - the Voice of the Affected Ones in Mariana/MG

Maria Auxiliadora Ramos Vargas*

Resumo

A abordagem dos desastres pelas Ciências Sociais vem representando o desafio de problematizar a sua interpretação hegemônica, considerando sua forte apropriação pelas chamadas ciências duras. Tal esforço tem permitido desvelar a existência de uma disputa pela sua apropriação e a presença de estratégias discursivas e práticas que marcam os posicionamentos dos diferentes atores sociais envolvidos, evidenciando diversidade e complexidade. Este artigo pretende abrir reflexões em torno de uma forma específica de resistência e denúncia, originada do sofrimento social que tem marcado a experiência de grupos ameaçados pela desterritorialização, tendo por foco os afetados pelo rompimento da Barragem de Fundão – Mariana/MG. Desde o desastre desencadeado em novembro de 2015, comunidades situadas imediatamente à jusante da referida barragem tiveram sua territorialidade profundamente alterada, assim como milhares de agricultores, comerciantes e pescadores viram comprometidas suas atividades produtivas ao longo de todo o Rio Doce – perdas que impactam a base material e simbólica de suas experiências no território. A reflexão pretende se deter nos aspectos que vêm marcando a resistência dos afetados, expressa em valiosas estratégias de luta no enfrentamento do desastre em curso. O Jornal A Sirene – para não esquecer é um desses recursos e se revela fundamental na manutenção e reafirmação da memória e da organização desses sujeitos coletivos.

Palavras-chaves: Desastre; vulnerabilização social; estratégias de resistência; Jornal A Sirene; Mariana/MG

Abstract

The approach to disasters in Social Sciences has entailed the challenge of its dominant interpretation, considering its strong appropriation by the so-called hard sciences. Such effort has enabled to unveil the existence of a dispute for its appropriation and the presence of discursive and practical strategies marking the positioning of different social actors involved and highlighting both diversity and complexity. This article intends to propose reflections on a certain form of resistance and protest, arising from social suffering that has marked the experience of specific groups threatened to suffer deterritorialization, focusing mainly those affected by a tailing dam breach in Mariana/MG. Since the disaster in November 2015, communities located immediately downstream the dam suffered deep changes in their territorialization, likewise thousands of farmers, traders and fishermen had their productive activities affected along Doce River – losses that impact the material and symbolic support of their experiences in the territory. The analysis aims to investigate those aspects deemed relevant in the resistance of afflicted communities, explicit in valuable struggle strategies triggered in order to cope with the underway disaster. A Sirene Newspaper – to not forget represents one of those resources and has been shown to be essential to maintain and reassert the memory and organization of these collective subjects.

Keywords: Disaster; social vulnerability; resistance strategies; A Sirene Newspaper; Mariana / MG.

Desastre: a perspectiva sociológica

O fenômeno desastre será aqui brevemente abordado a partir de uma de suas possíveis expressões, num recorte bastante específico e ainda exploratório que objetiva protagonizar a resistência, os enfrentamentos e a denúncia da ameaça de desterritorialização, das diferentes formas de violência, abandono, da mobilidade social descendente experimentadas por grupos sociais em processo de vulnerabilização (ACSELRAD, 2006) e que têm nesse fenômeno um elemento agravador de suas condições estruturais. Dois pressupostos, entre outros significativos, se revelam fundamentais: a) considera-se que as relações macro e microssociais precedentes ao impacto que delineia um desastre desenham as características da vulnerabilidade, dando contornos que tanto ampliam quanto reduzem as defesas de um determinado grupo contra os perigos de natureza variada. Tais relações incluem tanto a lógica organizadora do tecido territorial quanto a que rege o acesso aos recursos naturais, aos bens materiais, à infraestrutura e demais serviços públicos, conforme nos elucida Norma Valencio (2011); b) as formas de resistência atinentes a esses contextos se alternam entre expressões de organização coletiva e manifestações de natureza mais pontual que poderiam ser nominadas, nos termos de James Scott (2002), *resistência cotidiana*. Os grupos sociais comumente afetados pelos desastres são parte constituinte de um jogo em que as condições de poder são diversas, em que é possível identificar a tentativa de imposição monofônica do conhecimento científico e técnico em detrimento dos saberes populares, advindos das trajetórias de vida e experiência no Lugar.

Quando se avança nessa perspectiva, qual seja, no esforço de identificação das posições ocupadas pelos diferentes atores nesse cenário particular, é possível identificar as regularidades que disparam o embate de forças entre aqueles que Vargas (2013) denominará autoridades e afetados nos desastres. E o esforço de identificar os discursos e práticas de valoração usados por autoridades e afetados, os que revelam o poder de impor um discurso particular de valoração e as resultantes dessa relação, que levam a autora à constatação de que as nomeações feitas por esses atores são simétricas, mas disparam as diferenças e embates presentes nesse universo complexo.

Para a autora, nessa relação, os sujeitos do Lugar, os afetados, vêm registrando o esforço de se fazerem reconhecer como

agentes políticos. Suas formas de resistência se alternam entre as expressões de organização coletiva e as de natureza mais pontual ou cotidianas. Travadas por movimentos locais, regionais e nacionais, as iniciativas de reivindicação e contestação coletivas revelam-se um contraponto à noção de indivíduos atomizados que obscurece a existência de coletividades organizadas em torno da resistência e da defesa de seu território (ZHOURI; OLIVEIRA, 2010). São, portanto, identificados discursos e ações que se voltam contra uma ordem hegemônica estabelecida e que se origina da perda de legitimidade da autoridade, cujas ações não são mais vistas como justificáveis.

O recorte de análise proposto tem como ancoragem a perspectiva sociológica acerca dos desastres, possibilitando o seu entendimento como um tipo de crise social, abarcando uma construção social e também um acontecimento físico, tendo como elementos essenciais: o conjunto complexo de sujeitos e forças atuantes no meio social; a descrição do desastre como um acontecimento social trágico e pontual sem que, com isso, seja sonegada a sua definição como um tipo de crise crônica na esfera social em ocorrência num tempo social, possibilitando a convergência analítica de situação e processo, mesclando situações rotineiras e não rotineiras. Quando falamos em desastres, não estamos todos falando a partir de um mesmo lugar e sobre um mesmo processo. São configuradas disputas pela sua definição, caracterizadas por estratégias tanto discursivas como práticas. Enquanto sua visão hegemônica tende a enfatizá-lo como evento “natural”, a opção feita nesta abordagem é aquela que, à luz da Sociologia, tratará os desastres como fenômenos inherentemente sociais cuja origem se encontra na estrutura ou no sistema social (VARGAS, 2013).

Tais contribuições, inspiradas em Quarantelli (1998, 2005) e Valencio (2012), permitem o tratamento do fenômeno como adverso e provocador da ruptura da rotina, dos lugares, fazeres e práticas, possuindo um viés classista e se associando diretamente às opções de desenvolvimento em curso na sociedade.

O universo da pesquisa sociológica no campo dos desastres tem permitido a identificação do que vêm se configurando como as principais características do sofrimento social agudizado por esse fenômeno. Os afetados denunciam os desastres como acontecimentos persistentes que se mantêm no sofrimento cotidiano, originado de uma multidimensionalidade e

agudização de danos (VALENCIO, 2011), cenários comumente marcados pela redutibilidade da condição humana daqueles que, simultaneamente, viram perder seus familiares, moradia, meios de trabalho, bem como o espaço da vida comunitária, qual seja, o da humanidade compartilhada. São vários, portanto, os planos em que os desastres ocorrem: simbólico, subjetivo, concreto.

Os traços de abandono identificados nesses contextos estão marcados pela própria distância estabelecida entre o meio perito responsável pela gestão e os segmentos sociais que são objeto de sua intervenção, revelando duas características marcantes da gestão pública nesse campo: uma racionalidade técnica monológica e, portanto, excludente da participação dos afetados na gestão e a discrepância entre o discurso institucional e as práticas que efetivamente são adotadas.

Antecedentes do impacto

O rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana/MG, vem sendo considerado o maior desastre envolvendo barragens de rejeito de mineração do mundo, tomando por referência os registros iniciados em 1915, segundo Milanez e Losekann (2016). Desde aquele novembro de 2015, muito se tem produzido em notícias, pesquisas no intuito de mapear os danos ambientais provocados pelo impacto dos rejeitos sobre as comunidades e seus territórios, ao longo de toda a extensão do Vale do Rio Doce.

Esta breve reflexão pretende se deter nos aspectos que vêm marcando a experiência de resistência dos afetados (ou atingidos, como se auto definem[3]), considerando centralmente as comunidades que se situam imediatamente à jusante da referida barragem e que tiveram sua territorialidade profundamente alterada pelo impacto[4].

Cabe enfatizar que o referido desastre acresce particularidades aos cenários já caracterizados em pesquisa, quando envolverá, de maneira mais direta, a presença do ente privado/mercado, não só como diretamente responsável pelo desencadeamento do processo, como pela sua atuação na gestão. Pontuam-se características desse processo que, na verdade, assemelham-se a tantos outros e, ao mesmo tempo, ampliam os elementos de análise do desastre:

- no escopo das investigações policiais, o evento foi tipificado

como crime ambiental – na verdade, o maior crime ambiental do Brasil envolvendo mineração;

- o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) contextualiza o desastre na realidade mineral brasileira, apontando-o como consequência do modelo mineral brasileiro e sinalizando que a esse modelo se associam um quadro de conflitos socioambientais e de violações de Direitos Humanos. Nesse âmbito estão presentes as desiguais condições de poder que envolvem as tomadas de decisão que marcam o novo Código de Mineração brasileiro: empresas mineradoras versus comunidades atingidas, movimentos sociais e trabalhadores, sendo estes últimos raramente incluídos na agenda pública em torno do tema;

- As raízes geo-históricas do desastre, quais sejam, o processo de ocupação do vale do Rio Doce e o impacto da mineração na região, levam a consequências socioambientais dramáticas (MILANEZ, 2016). A mineração de grande escala no Brasil tem apresentado um padrão de apropriação extensiva da natureza e dos territórios. Segundo Silva e Andrade (2016), o aumento da produção mineral no Brasil nos últimos 15 anos veio acompanhada de uma dinâmica predatória imposta ao meio ambiente e às comunidades do seu entorno, provocando a perda da reprodução socioeconômica dos grupos que vivem e trabalham nos locais onde os empreendimentos são instalados e gerando a dependência a uma atividade única: a mineração;

- Nessa mesma direção, fica evidenciada a incapacidade do Estado de se impor ao mercado, articulando uma “solução negociada” que substitui as Ações Civis Públicas por um Acordo entre representantes do Estado e da empresa, embora sem o envolvimento efetivo dos atingidos. Evidencia-se a acomodação da empresa e a redução de seu envolvimento nas reuniões com os atingidos em Mariana. Zucarelli (2016) associa esse processo à presença crescente no Brasil do modelo de Resolução Alternativa de Disputa e denuncia o esforço de retirada da dimensão política dos debates, buscando consensos que, na verdade, ocultam a diferença de poder e a influência das partes envolvidas;

- Ainda nesse âmbito, o poder econômico e político das empresas BHP Biliton e Vale aparece associado a interesses e setores específicos do Estado brasileiro, particularmente devido ao papel do BNDES na tomada de decisões da mineradora. Dessa situação, decorre um Estado que se ausenta do

atendimento à população atingida, transferindo toda a gestão à Samarco – institucionalizada em Acordo assinado sem a participação dos atingidos. Este acordo não só define que o governo deverá colocar fim nas ações judiciais contra a empresa, como também atribui à Fundação Renova, criada pela empresa, o poder de definir quem são as pessoas atingidas;

- Ficam claramente evidenciadas as fragilidades e inconsistências do processo de licenciamento ambiental da barragem do Fundão, destacando os elementos associados à sua localização, permitindo, segundo Wanderley (2016), a adoção da noção de racismo ambiental, quando da análise da composição racial na distribuição dos riscos associados à proximidade da barragem.

Mariana/MG: Separados pela lama, unidos pela luta^[5]

Na observância de tais considerações gerais, essa reflexão pretende apresentar os componentes objetivos e simbólicos que subsidiam tais experiências e lutas. Para tal, além da breve revisão bibliográfica já esboçada, serão apresentadas reflexões reunidas centralmente a partir das publicações do periódico “A Sirene – para não esquecer”, produzido mensalmente pelos atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão/Mariana^[6]. Os realizadores desse periódico são os atingidos que têm o apoio permanente da Universidade Federal de Ouro Preto, Arquidiocese de Mariana, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e do coletivo local #UmMinutoDeSirene^[7]. Contam com um corpo profissional de jornalismo, editoração, diagramação, fotografia, revisão. Há também os que interagem mais indiretamente com essa produção, a exemplo de diferentes núcleos acadêmicos de pesquisa, o Ministério Público de MG, dentre outros, e sua fonte de recursos é o termo de ajustamento de conduta (TAC) feito entre a Arquidiocese de Mariana e MP/MG (2ª Promotoria de Justiça de Mariana). Parte-se, neste artigo, do reconhecimento desse instrumento de comunicação como estratégia valiosa de expressão da luta e resistência dos atingidos no enfrentamento do desastre em curso desde novembro de 2015^[8]. Acrescem riqueza a esse esforço, a escuta informal em conversações presenciais ocorridas tanto no contato com discentes e docentes do Curso de Serviço Social da UFOP, a partir de evento local em 2016, como com assistentes sociais vinculados a entidades que têm prestado assessoria às comunidades afetadas

Esboçados os elementos que se dispõem como integrantes da realidade dos atingidos de Mariana/MG, buscar-se-á protagonizar suas manifestações, na forma dos discursos, denúncias, práticas de mobilização e organização, resgates de memória e aprendizados frente aos confrontos experimentados, narrativas e registros extraídos de 23 (vinte e três) exemplares do periódico que chegou à sua 29ª edição, em junho de 2018.

Esta análise se inicia com o próprio papel cumprido pelos **instrumentos de comunicação** que desvelam as tensões na disputa que marcam a tradução do desastre, assim como, as ações dele decorrentes. Tendo como referência o veículo de comunicação criado pela Fundação Renova/Samarco, a Comissão dos Atingidos de Mariana publica: “Por que dizemos não ao Jornal da Renova^[9]”. Em 05 (cinco) depoimentos complementares, moradores representantes de comunidades diversas afirmarão: “Nossa liberdade de expressão está aqui; não faz sentido divulgar o que não faz; nosso jornal é A Sirene; querem mudar de assunto; não podemos compactuar com eles”. De forma mais ampliada, a mesma edição registra o que a mídia nacional não diz, o que é reafirmado posteriormente através do espaço *Recados para a Mídia*. Além do caráter de denúncia, buscam qualificar o instrumento criado pelo coletivo dos atingidos, objetivando fortalecê-lo como a representação da experiência de organização.

O desastre trouxe para o cotidiano dos atingidos a convivência com um conjunto de instituições e normativas, considerando a esfera pública e privada, que desde novembro de 2015 tem marcado suas experiências e os esforços de seu enfrentamento. Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Prefeituras e Legislativo Municipal, Samarco/Vale/BHP, com desdobramentos na Renova, Arquidiocese de Mariana, Cáritas do Brasil, UFOP e diversos núcleos de pesquisas e movimentos sociais figuram como os principais exemplos. O periódico *A Sirene*, ao longo de suas edições, vem sendo instrumento de publicização do lugar ocupado por essa diversidade de atores. Os atingidos se organizam para compreender e enfrentar essas forças, entendendo que integram um jogo. As sessões construídas em *A Sirene* revelam um esforço de entendimento do aparato judicial e institucional presentes, que denunciam as contradições e injustiças presentes num embate que se dá a partir de condições desiguais de poder. Esforçam-se também na

compreensão de uma rationalidade adversa à sua experiência, que revela a relação mercadológica estabelecida pelo poder econômico com o meio ambiente.

Para facilitar a exposição, a síntese dos conteúdos será apresentada a partir das categorias chave: **Denúncias do sofrimento social, resistência, luta; Resgate da história, memória e identidade; Organização, informação e conhecimento.**

As denúncias revelam aspectos do sofrimento experimentado a partir das perdas e do sentimento de injustiça que os acomete, gerando indignação, forjando lutas organizadas e resistência. O conjunto das matérias revelará, entre outros, a denúncia de violação dos direitos das mulheres[10], do acesso restritivo aos seus territórios[11] e, em contrapartida, o esforço de retorno a esses lugares como reafirmação da resistência[12]. Os textos colocam em evidência o sempre retorno ao território para limpar a igreja para um novo casamento, para uma atividade de escavação na tentativa de localizar objetos importantes, como o banco da praça, para pernoitar no território e reavivar memórias e alegrias da convivência ou para reuniões. Uma das moradoras relata que foi abordada por funcionários da Samarco ao pedir a chave da Igreja, quando perguntaram: “De quem é o Bento? Para que ele serve agora?” E a resposta dela foi: “Serve para isso, para resistir!”[13] O tema dos direitos violados é perpassado também pela propriedade perdida para a lama, os desafios do reassentamento, as ameaças à saúde, assim expressas: *No quintal a tragédia!* (a história de Dona Maria)[14]; *Minha terra é insubstituível*[15]; *Terras alagadas, direitos violados*[16].

A matéria “14 de março, dia de luta” trouxe a mobilização que provocou o recebimento do Movimento dos Atingidos por Barragens por Juiz Federal e pelo governador de MG[17]. *De Mariana à Foz*¹⁸ trabalhou a perspectiva coletiva e de união das diversas comunidades impactadas pela lama de rejeitos ao longo da bacia do Rio Doce, em que é registrada a destruição sem precedentes das fontes de subsistência de milhares de famílias e sua adaptação forçada a partir da falta do rio e da terra fértil.

Finalizando esse recorte, destacam-se as matérias que trouxeram *O MAB e a luta dos atingidos em Barra Longa*[19], *Dizer às mineradoras*[20], texto que traduz o esforço de vocalização dos atingidos no trato direto com as empresas, em que denunciam a inoperância, a desconfiança, o desrespeito e a

falta de responsabilidade que perpassa o trato com as comunidades. Revela, também, o nivelamento do conhecimento, como traduz a afirmativa de Genival Pascoal, de Bento Rodrigues: “*Precisamos do processo de reassentamento incluído na Ação Civil Pública de Mariana para nossa garantia. Como podemos acreditar e confiar que o nosso reassentamento vai sair sem estar judicializado?*” Por fim, duas vitórias são documentadas em *A Sirene* de setembro de 2016 e dezembro de 2017, quais sejam, o retorno do processo de Brasília para Mariana, assim como a matéria que noticia a manutenção do bloqueio dos 300 milhões de reais das empresas a serem destinados à reparação dos atingidos.

A organização se fortalece a partir do conhecimento de outras experiências e lutas, conforme relatado na matéria *Experiências de outras lutas: Nova Soberbo*[21]. A comunidade foi visitada pelos ex-moradores de Bento Rodrigues em busca da troca de experiências com famílias atingidas por outras barragens. Também assessorada pelo MAB e pelo Ministério Público, a comunidade de Nova Soberbo descobriu a necessidade da organização coletiva: “Em 2002, o MAB chegou avisando dos problemas que viriam com a barragem. Aos poucos, algumas pessoas começaram a participar do movimento, e foi assim, unidos e organizados, que muitas conquistas vieram (...”).

O Jornal reserva grande espaço ao **resgate da história, memória e identidade dos atingidos**, marcando as experiências do universo privado das famílias e também aquelas que expressam a construção coletiva do Lugar, da sociabilidade e da luta, sendo que essas esferas se retroalimentam, revelando a teia que integra as vivências e construções coletivas – sendo que a perda desse elo é um dos elementos mais expressivos do sofrimento social desencadeado pelos desastres (VARGAS, 2006). As edições de *A Sirene* estão repletas das expressões dos hábitos e práticas cotidianas, que traduzem vínculos, identidade, luto, luta pela reconstrução, pela retomada da história interrompida naqueles territórios. Trazem o trabalho, receitas (*Saberes que continuam* que apresenta a receita do pastel de Dona Laura[22]), os times de futebol locais (a exemplo do São Bento Futebol Clube, time feminino de Bento Rodrigues), a música e a poesia, a genealogia, mostram os álbuns de família (família Gonçalves, Família Silva, de Bento Rodrigues e Família Santos, de Ponte do Gama), os casamentos[23] (*O último casamento em Paracatu; O último casamento em Bento Rodrigues; A felicidade volta ao Gama*, primeiro casamento depois do rompimento da barragem).

Há um esforço de manutenção das festas tradicionais que revelam as expressões da fé e religiosidade, traços fortes no universo dos atingidos por desastres, inclusive influenciando na sua interpretação (VARGAS, 2013). Há muitos relatos recuperando a prática das missas e comemorações religiosas nos territórios impactados pelos rejeitos: Céu de esperança – (história, fé, tradição e cultura se unem para um bem comum em Paracatu de Baixo, sobre a reabertura da Capela de Santo Antônio)[24]. O local é tradicionalmente espaço para a Festa do Menino Jesus e também tem como tradição, há 46 anos, a Folia de Reis. Sr. Zezinho, apresentando um estandarte, afirma na matéria: “Essa bandeira tava lá, a enchente passou, levou os instrumentos, as outras bandeiras, levou tudo... Ela tava num plástico. Tudo foi embora, ela não foi e nem ficou barro nela” (p. 11). Outros títulos trazem o tema[25]: Fé, força e lama; Primeira Missa no Bento; Viva São Bento!; Dias de festa, vida e fé; Acolhida, esperança e resistência – práticas da fé, festas dos Santos. Por fim, recupera a prática das benzedeiras locais, com a matéria: Benzedeiras da alma, do corpo e do coração[26].

Numa mescla com a religiosidade está o resgate do patrimônio local, mais centralmente representado pelas igrejas, mas também pelos muros e bancos de praça. *Muros Antigos de Bento* apresenta os muros feitos em pedra seca, construídos entre os séculos XVIII e XIX, com enorme importância arqueológica e que ficarão enterrados nos rejeitos estocados pelo Dique S4[27]. Na mesma edição, pode ser lida a coluna *Memória e Espaço* que traz o fragmento:

Os moradores de Bento, não suportando a morosidade dos trabalhos na comunidade atingida, já há algum tempo realizam expedições em conjunto com os arqueólogos responsáveis pelo trabalho. E encontraram um banco que ficava próximo ao Bar da Sandra, embaixo de uma árvore. Maria fez o que estava acostumada desde pequena: saudou o velho companheiro, deitando-se sobre o seu corpo de pedra (p. 7)[28].

A *Sirene* abre espaço para as crianças e jovens expressarem suas impressões e pensarem o futuro. Na matéria *Acabou-se o que era doce*[29], as crianças de Bento e Gesteira desenham e escrevem sobre suas escolas e vivências; os jovens falam sobre o seu futuro no texto intitulado *O futuro vai à escola*[30].

É possível afirmar que tais elementos são convergentes para a reafirmação de uma identidade, a do Lugar[31], que passa a portar a marca de atingido (o sujeito, a coletividade, o território). Alguns textos trazem diretamente essa reflexão: *Atingido, um conceito em disputa*[32]; *Atingidos: figurantes em sua própria história*[33]; *Atingido, quem é você?*[34] – que buscam apresentar a história das pessoas –; *Somos atingidos, sim!*[35] – que busca revelar histórias partilhadas que constroem essa identidade. Os diferentes sujeitos nomearão os elementos de tal processo conforme o lugar que ocupam no jogo e revelarão suas interpretações tomadas por intencionalidades. *Atingido* é a denominação com a qual, comumente, se identificam os moradores das comunidades impactadas pelos rejeitos da Barragem de Fundão e outras, além de ser de uso do próprio Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB.

Um dos elementos de destaque nessa análise é a repercussão que o rompimento da barragem gera na relação construída entre os estabelecidos, moradores de Mariana e os atingidos, moradores dos territórios impactados, situados no entorno. Desde a transferência dos atingidos para a sede do município e considerando a sua permanência, as primeiras manifestações públicas contra a empresa e a continuada luta pela justiça e reconhecimento de direitos, tal relação vem sendo marcada por uma inversão de lógica, que faz com que os atingidos sejam vistos como ameaçadores à ordem econômica historicamente estabelecida, qual seja, a atividade mineradora. Os atingidos registraram na edição de Junho de 2016, Ano 1 do Jornal *A Sirene: Discriminação é o que temos sofrido dia a dia, desde o rompimento da barragem* (p. 14). Ou seja, a publicização de sua condição como segmento diretamente afetado pela empresa tem levado a comportamentos hostis e condenatórios contra eles. Esse se evidencia como um dos danos provocados pela ausência de outras atividades econômicas de geração de renda e emprego, para além do determinismo minerador. Na matéria *Vamos conversar sobre o Preconceito*[36], os atingidos relatam “a vivência da tragédia” que compreende, também, o cotidiano perpassado pela discriminação dos que tecem julgamentos e constroem condenações infundadas.

No ponto de ônibus, Lêda, atingida de Paracatu de Baixo, ouve a conversa de duas mulheres. Em um dado momento percebe que, sem saber, falavam dela: “- Esse povo da barragem é tudo folgado, aproveitador”. Enquanto pôde, Lêda

permaneceu quieta. Quando não pôde mais, desabafou: “- Licença, meu nome é Lêda, sou atingida (...). Desde o dia 15 de novembro de 2015, quando ainda estava no hotel com meus filhos, saí para procurar emprego. Não sou folgada, nem aproveitadora ...”. “- Desculpa, não estávamos falando da senhora.” “- Desculpa eu, mas estavam, sim. Estavam falando dos atingidos. Eu sou atingida. Eu, meu marido e minha filha mais velha trabalhamos e não merecemos ouvir esse tipo de coisa. Quando vocês falam de barragem, não importa a comunidade, dói na gente. Não pedi para sair da minha casa (...)”.

De atingido virei réu[37] é uma das matérias que reafirma essa inversão da lógica, revelando uma das facetas do poder econômico e corporativo que se traduz na apropriação do aparato judicial, utilizando-se de recursos e linguagem herméticos e ininteligíveis, além de prazos que objetivam exercer pressão sobre as vidas e decisões dos atingidos. “Sou atingido e sou réu. (...) enfrento um processo movido pela empresa que nos tornou réus. A ação é sobre a não autorização formal para fazer sondagens em nosso terreno. (...)”.

O sofrimento dos atingidos pelos rejeitos foi ampliado pela ausência de um plano de emergência efetivo e pela incapacidade do Estado e da empresa de prestarem o devido atendimento. Destacam-se os impactos sobre a saúde mental dos atingidos e o sofrimento associado à vivência do desastre; a perspectiva da violação do direito à água e aos problemas a ela associados; os possíveis impactos sobre a saúde do contato de curto e longo prazo com metais encontrados, ou potencialmente presentes, no rejeito da barragem do Fundão. Aponta-se, ainda, as implicações trabalhistas sobre as operárias e operários da atividade minerária e também sobre os demais trabalhadores que se encontram ao longo da bacia do Rio Doce.

Por fim, e de grande importância, é a experiência de perda da casa. Vargas (2017, p. 103) afirma: Os cenários de desastres socioambientais têm como uma de suas principais e mais dramáticas expressões o comprometimento da experiência de moradia e vinculação com o Lugar de parcelas sociais significativas (...). O conjunto de expressões desse sofrimento

está bem representado numa diversidade de textos, dos quais serão destacados: *Um ano sem “lá fora”*[38], que trata da perda da extensão da casa, representada pelo quintal e seus componentes, vizinhança e pela rua, trazendo a vida pública e as relações como continuação do espaço privado. *O que ficou com você?*[39], trata do esforço de recuperação dos pertences perdidos na lama. Uma das sessões criadas para o trato do espaço da casa como de identidade é denominado *Intimidade Provisória*. Nela os atingidos revelam como reinventam seus novos locais de moradia provisória, as casas de aluguel, trazendo elementos que configuram a intimidade. *Onde o coração fez morada*[40], conta sobre a ida para Bento Rodrigues nos finais de semana, atividade comum para alguns ex-moradores do subdistrito. “Quando a gente vai pro Bento até o semblante nosso muda, a gente fica feliz. É só ver que tá chegando e o coração nosso até bate mais depressa”, fala Terezinha sobre o sentimento de retornar.

No escopo da **organização, informação e conhecimento**, A Sirene criou sessões onde os atingidos encontram todo o agendamento mensal das reuniões, audiências, cursos de formação, plantões técnicos, festas e onde são também publicadas notas de repúdio e cartas de esclarecimento, além dos Grupos de Trabalho (GT) temáticos --GT Reparação e GT Patrimônio. Há chamadas informativas no “Aconteceu na Reunião” e orientações importantes acerca da assinatura de documentos, presente em todas as edições.

Na sessão *Direito de Entender*, o Ministério Público publica sobre a venda de animais, especial sobre doações; especial sobre o Acordão o Policar, Assessoria Técnica, Indenização de danos, cancelamento de cobrança de tributos de veículos, doações para a Arquidiocese, Fundação Renova, dentre outros. São esclarecimentos de natureza legal, produzidos em linguagem direta e clara. O quadro *A gente explica* traz a ideia dos atingidos a respeito dos termos que lhes dizem respeito, a exemplo de: Acolhimento, Compaixão, Comunidade, Desconfiança, Discriminação, Igualdade, Intolerância, Julgamento, Lavoura, Rejeição, Vizinhança. Há também a sessão *Rede Colaborativa* que apresenta os apoiadores dos atingidos, aqueles já mencionados anteriormente.

Considerações Finais

No contexto dos desastres, o protagonismo dos atingidos é algo

comumente passageiro que se encerra tão logo o impacto e o sofrimento social por ele gerado deixa de ser interessante como notícia a ser propagada dentro dos interesses da grande mídia. E isso se dá como se o desastre estivesse finalizado, ou seja, como se se restringisse ao momento do impacto e aos dias imediatamente posteriores a ele. Na verdade, trata-se de um processo que permanece em andamento, se entendido como acontecimento trágico que gera a ruptura da rotina, dos lugares e fazeres, como já referenciado.

Apesar de seu alcance local e, portanto, reduzido, o Jornal *A Sirene – para não esquecer* se transforma num instrumento fundamental de manutenção e reafirmação da memória e da organização, construída paulatinamente, revelando o lugar dos atingidos numa luta que se dá a partir de condições extremamente desiguais de poder, trazendo significação e visibilidade às suas experiências, para si próprios e na formação da opinião pública.

***Maria Auxiliadora Ramos Vargas** é Assistente Social efetiva da Prefeitura de Juiz de Fora – Secretaria de Planejamento e Gestão/Subsecretaria de Planejamento do Território; Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Salgado de Oliveira – Campus Juiz de Fora/MG. Possui Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1992), Mestrado em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006) e Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (2013). Atuação e pesquisa com ênfase em políticas de desenvolvimento urbano, proteção social, defesa civil e desastres. Email: doravargas@uol.com.br

Notas

- 1 Replicado do título da matéria constante da página 6, Edição de Setembro de 2017, do Jornal A Sirene – para não esquecer.
2. O referido artigo foi apresentado oralmente no XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS, em Vitória/ES – dezembro de 2018 e publicado nos seus Anais.
3. Em observação a esse registro, será adotada a mesma terminologia no decorrer do texto.
4. As informações apresentadas no Jornal A Sirene dizem respeito a um conjunto de distritos, subdistritos/comunidades rurais integrantes da região de Mariana/MG. São eles: Bento Rodrigues, Paracatu, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Barra Longa, Ponte do Gama, Pedras, Gesteira, Camargos, Borba, Campina e Barretos.
5. Expressão retirada de matéria publicada no Jornal A Sirene – Para não esquecer, edição de dezembro de 2017, p. 14. Acessar em https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal_a_sirene_ed21_dezembro_0_issuu
6. jornalasirene@gmail.com. Também pode ser acessado no facebook: <https://www.facebook.com/JornalSirene/> e jornalasirene.com.br
7. <https://twitter.com/1minutodesirene>
8. **Jornal A Sirene: a voz dos atingidos pela Barragem.** A luta pelo direito de voz dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, em Mariana/MG, tem uma importante arma: o Jornal A Sirene. Produzido pelos próprios atingidos, o veículo está no epicentro da maior tragédia ambiental do Brasil e é mantido por um acordo entre os atingidos, o Ministério Público e a Arquidiocese de Mariana. Sempre no dia 5 (data que marca a tragédia que matou 19 pessoas e destruiu diversas comunidades) de cada mês, os atingidos lançam uma nova edição do jornal. São veiculados relatos sobre as dificuldades enfrentadas e, também, denúncias sobre a Samarco e suas controladoras, esclarecimentos para as comunidades atingidas e a troca de experiências entre os antigos vizinhos (...). (Ano 3, Edição 27 de 05 de Junho de 2018).
9. Jornal A Sirene, Ano 2 – Edição 18 – Setembro de 2017, p. 02.
10. Mulheres na Luta. Jornal A Sirene - Ano 2, Edição 15, Junho de 2017, p. 10.
11. Onde vou colocar minhas cabras? Jornal A Sirene - Ano 2, Edição 15, Junho de 2017, p 6; Meu acesso é controlado. Ano 1, Edição 9, dezembro de 2016, p. 05.

12. Uma visita à Barra Longa. Jornal A Sirene – Ano 3, Edição 25, Abril de 2018, p. 06.
13. Meu acesso é controlado. Jornal A Sirene – Ano 1, Edição 9, Dezembro de 2016, p. 05.
14. Jornal A Sirene - Ano 1, Edição 3, Junho de 2016, p 16.
15. Jornal A Sirene - Ano 1, Edição 8, Novembro de 2016, p. 08.
16. Jornal A Sirene - Ano 1, Edição 13, Abril de 2017, p. 08.
17. Jornal A Sirene – Ano 1, Edição 13, Abril de 2017, p. 14.
18. Jornal A Sirene – Edição Especial – Setembro de 2017, p. 04.
19. Jornal A Sirene – Ano 1, Edição 6, Setembro de 2016, p. 06.
20. Jornal A Sirene – Ano 2, Edição 22, Janeiro de 2018, p. 06.
21. Jornal A Sirene – Ano 1, Edição 6, Setembro de 2016, p. 10.
22. Jornal A Sirene – Ano 3, Edição 25, Abril de 2018, p. 13.
23. Jornal A Sirene – Ano 1, Edição 3, Dezembro de 2016, p.13; idem – Ano 1, Edição 10, Janeiro de 2017, p. 10; idem – Ano 1, Edição 13, Abril de 2017, p. 13.
24. Jornal A Sirene – Ano 1, Edição 3, Junho de 2016, p. 10.
25. Jornal A Sirene – Ano 1, Edição 4, Julho de 2016, p. 06; Idem – Ano 1, Edição 11, Fevereiro de 2017, p. 30; idem – Ano 2, Agosto de 2017, p.05; Idem – Ano 2, Edição 19, Outubro de 2017, p. 12; Idem – Ano 1, Edição 5, Agosto de 2016, p. 13.
26. Março de 2018.
27. Jornal A Sirene – Ano 1, Edição 10, Janeiro de 2017, p. 06.
28. A matéria vem seguida de uma Nota: “A intenção desta reportagem não é estimular essa prática, mas demonstrar como o trabalho de arqueologia tem andado a passos lentos e não corresponde às expectativas dos atingidos”.
29. Julho de 2016.
30. Abril de 2017.
31. A categoria Lugar é tratada por Vargas (2013, p. 21) em associação com a ideia de identidade e pertencimento.
32. Agosto de 2016.
33. Dezembro de 2016.

34. Janeiro de 2017.
35. Agosto de 2017.
36. Jornal A Sirene – Ano 2, Edição 19 , Outubro de 2017, p. 07.
37. Jornal A Sirene – Ano 1, Edição 9, Dezembro de 2016, p. 07.
38. Novembro de 2016.
39. Novembro de 2016.
40. Outubro de 2017, p. 13.

Referências Bibliográficas

- ACSELRAD, Henri. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. In: Encontro Nacional De Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais. *Anais...* Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <http://www.fase.org.br/projetos/clientes/noar/UserFiles/17/Files/VulnerabilidadeAmbProcRelAcselad.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.
- Jornal A Sirene – *Para Não Esquecer*. Mariana/MG. Disponível em <http://jornalasirene.com.br/edicoes>
- MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (orgs). *Desastre no Vale do Rio Doce. Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.
- QUARANTELLI, Enrico L. *What is a disaster?: Perspectives on the question*. London/New York: Routledge, 1998.
- . A social science research agenda for the disasters of th 21 st century: theoretical, methodological and empirical issues and their professional implementation. In: R. W. Perry; E. L. Quarantelli (eds). *What is a Disaster? New answers to old questions*. USA: International Research Committee on Disasters, 2005, p.325-396.
- SCOTT, James. *Formas cotidianas de resistência camponesa* Campina Grande, v 21, n 01, p 10-31, janjun/2002. . Tradução Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra. Raízes
- VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor. *Abandonados nos desastres: uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011.
- VALENCIO, Norma. *Para além do dia do desastre – o caso brasileiro*. Curitiba: Appris, 2012.
- VARGAS, Maria. Auxiliadora Ramos. *Construção Social da Moradia de Risco: trajetórias de despossessão e resistência – a experiência de Juiz de Fora/MG*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ/Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, 2006. 160 p. Dissertação de Mestrado.
- . *Da “chuva atípica” à “falta de todo mundo”*: a

luta pela classificação de um desastre no município de Teresópolis/RJ. PPGS/UFSCar/ Doutorado em Sociologia, 2013. 309 p. Tese de Doutorado.

_____ *Moradia e Pertencimento: a defesa do Lugar de viver e morar por grupos sociais em processo de vulnerabilização.* In: CARDOSO, Adauto L. et al (orgs). Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2017, p. 103-130.

WANDERLEY, Luiz J.; MANSUR, Maíra S.; PINTO, Raquel G. Avaliação dos antecedentes econômicos, sociais e institucionais do rompimento da barragem de rejeito da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). In: MILANEZ, B.; LOSEKANN (orgs). *Desastre no Vale do Rio Doce. Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição.* Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016, p. 39-89.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Quando o lugar resiste ao espaço. Colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (orgs). *Desenvolvimento e conflitos ambientais.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 439-462.

ZUCARELLI, Marcos C. Efeitos institucionais e políticos dos processos de mediação de conflito. In: MILANEZ, B.; LOSEKANN., C (orgs). *Desastre no Vale do Rio Doce. Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição.* Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016, p. 311-338.



Um museu de território para Bento Rodrigues

A territory museum for Bento Rodrigues¹

Samantha de Oliveira Nery, Claudia Nunes de Lima e Andrade & Leonardo Barci Castriota*

Resumo

O rompimento da barragem de Fundão em Mariana, Minas Gerais, devastou o subdistrito de Bento Rodrigues. Com mais de 80% das edificações destruídas, o vilarejo foi esvaziado e sua população realocada temporariamente na sede do município, de forma dispersa, comprometendo seus vínculos de vizinhança, identidade social e referências culturais. Logo após o desastre, o território foi cercado, seu acesso controlado e a empresa mineradora construiu, de forma autocrática, um dique, inundando parte das propriedades privadas, apesar de protestos da população. A partir de um trabalho realizado com a população atingida percebe-se, contrariamente ao que a empresa responsável e outros atores lhe impuseram, que ela deseja retomar o uso pleno do seu território, dentro dos limites da legislação vigente, implementando ali um Museu do Território, que tem potencial para tornar-se um “sítio de consciência”. Com este intuito, o presente trabalho discute o conceito de Museu de Território, que acompanha as profundas mudanças ocorridas no campo das ciências sociais e a ampliação do conceito de patrimônio. Um Museu de Território almeja, primordialmente, o desenvolvimento dos moradores e a preservação de seus bens culturais, materiais ou imateriais, promovendo o envolvimento continuado da comunidade, sob o viés da valorização patrimonial, cultural e identitária. A proposta dos próprios moradores transformarem o território de Bento Rodrigues em um museu que dê visibilidade às formas de funcionamento e aos impactos da mineração brasileira é tanto uma maneira de resistência na luta pelos seus direitos, como de auxílio no processo de recuperação da comunidade após o desastre.

Palavras-chave: Bento Rodrigues; mineração; museu de território; sítio de consciência; resistência.

Abstract

The breaking of the Fundão dam in Mariana, Minas Gerais, devastated the subdistrict of Bento Rodrigues. As over 80% of the constructions were destroyed, the 300-year village was evacuated and its population was scattered at their temporary reallocation in the municipality seat, compromising their neighborhood ties, social identity and cultural references. Right after the disaster, the territory was fenced, its access was controlled and the mining company autocratically built new dikes, causing the flooding of private properties, despite protests by the community. It can be noticed from the work undertaken with the affected population that, contrary to what the company and State have imposed, they wish to resume full use of its territory in compliance with current law and implementing a Territory Museum there, which could serve as a “site of conscience”. Therefore, this paper discusses the concept of “territory museum”, a proposition that accompanies profound changes in the field of social sciences and the broadening of the heritage concept. A Territory Museum aims at community development and preservation of its material and immaterial heritage by promoting continuous community engagement, from the perspective of an ongoing increase in heritage, cultural and identity values. In this regard, the proposal of the residents to transform the territory of Bento Rodrigues into a museum, which exposes the usual mining industry operations in Brazil and its impacts, is both a form of resistance that stiffens their fight for rights, and can help in the process of community recovery after the disaster.

Keywords: Bento Rodrigues; mining; Territory Museum; site of conscience; resistance

Introdução

O presente trabalho discute a proposta de implementação de um Museu de Território em Bento Rodrigues, subdistrito de Santa Rita Durão, município de Mariana-MG, no sentido de preservar o território frente à devastação provocada pelo rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015. O Museu visa conservar os valores materiais e simbólicos atribuídos pelos moradores, promover o desenvolvimento local e reflexões sobre os impactos do modelo mineral predomínante no Brasil.

Primeiramente o artigo irá contextualizar as transformações provocadas pelo desastre socioambiental naquele território e discorrer sobre o conceito de Museu de Território (IBRAM, 2012; VARINE, 2007). Essa concepção surgiu na década de 1970, a partir de questionamentos sobre o papel do museu, como consequência das mudanças profundas ocorridas no campo das ciências sociais. A emergência da “Nova História”, com enfoque no “cotidiano” e em suas estruturas, como paisagens, natureza, povos e seus costumes, rompeu com a história tradicional, caracterizada por uma narrativa linear, política e voltada para grandes eventos. Essa mudança refletiu-se em outras disciplinas, como na antropologia, desencadeando questionamentos em relação à visão processualista e determinista da cultura, que seria entendida como um sistema constituído por mecanismos de autorregulação, para se adaptar a mudanças e manter-se em equilíbrio, desconsiderando a agência humana. Em contraposição, as ideias advindas do pensamento pós-estruturalista suscitarão à corrente pós-processualista da antropologia a exploração das dimensões cognitivas (memória) e ideacionais (identidade) do ser humano, constituindo novas visões sobre a cultura.

Assim, a cultura passa a ser vista como um contínuo devir, escrita e re-escrita pelos sujeitos e, diante das potenciais modificações culturais, a memória adquire novo significado, como responsável por garantir a perpetuação dos significados relevantes para os grupos sociais. Isso afeta também a própria visão dos museus, como espaço que guarda essas memórias, elegidas de acordo com as relações dos sujeitos com seus bens. Nesse contexto, é pensado um novo conceito de patrimônio, que passou a englobar, além dos atributos históricos e estéticos dos bens, valores como o social, o econômico e o espiritual, enfatizando a relação entre os bens e suas comunidades, temas estes que serão discutidos em seguida.

Bento Rodrigues e o maior desastre sócio-ambiental brasileiro[2]

Bento Rodrigues era um pacato povoado que completou 306 anos em 2015, formado a partir da exploração do ouro de aluvião ao final do século XVII. Ao exaurir suas reservas auríferas no início da centúria seguinte, encontrou sua vocação rural e de entreposto comercial, servindo de pouso e abastecendo as tropas que seguiam o Caminho do Diamante, extensão da Estrada Real que ligava Diamantina ao Rio de Janeiro.

Como muitos assentamentos coevos, o vilarejo se consolidou em torno da Igreja de São Bento, ao longo dos caminhos principais e ligações de suas fazendas, que a partir do século XX foram paulatinamente adquiridas por empresas de capital aberto para a exploração de bauxita e minério de ferro. Essa nova forma de exploração mineral redesenhou a malha viária na região e, aos poucos, foi isolando o subdistrito.

Assim, Bento Rodrigues, um lugar bucólico de rica beleza cênica e com uma comunidade coesa e acolhedora, encontrou nova vocação, além da atividade rural: passou a ser reconhecido como refúgio de fim de semana[3] e turismo histórico, ecológico e rural[4], conforme relataram os atingidos durante os grupos realizados para a elaboração do seu Dossiê de Tombamento.

No entanto, a mineradora optou por construir ali uma barragem com a tecnologia mais arriscada existente, em função de custos menores[5], risco somado à pouquíssima distância de Bento Rodrigues. Como explica o geólogo Eduardo Marques, professor da Universidade Federal de Viçosa (UFV), o método conhecido como “alteamento a montante”, no qual a barreira de contenção recebe camadas do próprio material do rejeito da mineração (também usado pela mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho) “é a forma mais comum porque é mais barata para se construir e mais rápida de se licenciar porque ocupa menos espaço da bacia hidrográfica. Mas é também a mais perigosa e com maior risco. Por isso países com características similares ao do Brasil não usam ou estão proibindo”. (ODILLA, 2019).

A situação mudou no dia 05 de novembro de 2015, quando a barragem de Fundão, pertencente a Samarco Mineração S.A., contendo 55 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro (IBAMA[6] apud CNDH, 2017) se rompeu, dando vazão ao seu conteúdo, deflagrando o maior desastre sócio-ambiental brasileiro. Os rejeitos fizeram seu percurso de cerca 680 km, ao longo do Córrego Santarém, Rios Gualaxo do Norte, do Carmo e

Doce até atingir o Oceano Atlântico, no Espírito Santo, impactando 35 municípios mineiros e 3 capixabas (CNDH, 2017). Entre essas populações, as de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, em Mariana, e Gesteira, no município de Barra Longa, foram as mais afetadas, com o seu deslocamento compulsório frente à devastação de seus territórios. A biodiversidade do Rio Doce foi comprometida com a destruição de habitats provocada pelo assoreamento dos leitos de rios, soterramento de lagoas e nascentes de cursos d'água e contaminação da água pela lama de rejeitos e seus desdobramentos[7], com previsões incertas de recuperação.

De fato, esse foi considerado o maior desastre ambiental envolvendo barragens de rejeitos no Brasil (Minas Gerais, 2016), em termos do maior volume de rejeitos despejados no ambiente, entre 50 a 60 milhões de metros cúbicos, e também apresentou a maior distância percorrida pela lama, 680 km, de acordo com estudo realizado pela Bowker Associates[8] (OLIVEIRA, 2016).

Devido à ausência de sirene ou outro tipo de alerta de responsabilidade da mineradora, os moradores de Bento Rodrigues tiveram pouco tempo para salvarem suas vidas, correndo para os pontos mais altos do lugar. Assistiram suas casas, lembranças e o que fora construído ao longo de suas vidas e de seus antepassados sendo arrastados pela lama. Mais de 80% das edificações foi completamente destruída. A maior parte da população deslocada foi alojada em hotéis e pousadas, e posteriormente transferida para casas alugadas na sede de Mariana, onde ainda permanecem após quase quatro anos, aguardando o reassentamento, que será realizado em outro sítio[9].

Naquele momento, a mineradora cercou o lugarejo e passou a ter completo domínio sobre o território, controlando seu acesso e impedindo visitações dos moradores à localidade, nos primeiros meses seguintes. Nesse mesmo ano, a partir de programas do Termo de Ajuste de Conduta - TAC, de responsabilidade da Fundação Renova – abrangendo duas frentes de trabalho principais, socioeconômica e socioambiental, foi estabelecida a construção do dique S3 – para a contenção de sedimentos que eram carreados de Fundão para áreas localizadas à jusante – considerada uma ação emergencial de acordo com Relatório de Impacto Ambiental Integrado do Complexo Germano, RIMA (2017). (DOSSIÊ... 2019, p.193).

Ao longo de 2016, a proposta de construção de outro dique, o S4,

gerou maior impacto e protestos dos moradores, pois ele iria ocupar grande parte das ruínas do sub-districto e promoveria "um segundo e significativo impacto negativo na paisagem local, pois a submersão deste espaço pelo lago que seria formado pela barragem impediria a curto e médio prazos estudos sobre os danos causados nesta área pelo rompimento [...]" (LIMA, 2017). Como relatou um morador, em um dos grupos realizados durante a elaboração do Dossiê:

[...] a água tá só aumentando, já tá chegando lá muito perto da casa dele... é uma dor, uma dor, uma dor que eu sinto no coração... a gente tá vendo, dia após dia a água tá só crescendo, só aumentando, só aumentando. [...] Eles foram lá, tão fazendo aquilo, tão acionando o S4. Só que ninguém veio pra gente e falou: ô gente, nós vamos, podemos alagar seu terreno, nós vamos pagar você ou nós vamos comprar o terreno, ninguém fez, simplesmente correram atrás do governo, o governo baixou um decreto lá [...] foi aquela confusão no dia da reunião, porque a Samarco, o rapaz da Samarco veio falar que já depositou 136 mil reais na conta do governo de Minas Gerais, que o governo de Minas Gerais vai pagar pelos atingidos, pelo S4. Agora eu fui atingido pelo S3, primeiro; ninguém me falou nada. Agora tô sendo atingido pelo S4, ninguém também (veio de falar nada...) E o governo de Minas Gerais vai pagar a gente?

Apesar dos fortes protestos, somados ao posicionamento da Superintendência Regional do IPHAN de Minas Gerais, à própria publicação do ato de tombamento do núcleo de Bento Rodrigues pelo COMPAT, em 2016, e ao Ministério Público de Minas Gerais ter ajuizado Ação Civil Pública solicitando estudos para identificar outras possibilidades e medidas cabíveis, pedindo a suspensão das obras, foi autorizada a construção do Dique S4 no dia 20/09/2016, pelo Decreto 500, assinado pelo Governo de Minas Gerais, e as obras foram concluídas antes que houvesse decisão judicial contrária (CNDH, 2017, Pôlen, 2017). Essa operação inundou nova parcela de Bento Rodrigues, constituída

por propriedades privadas e espaços públicos, no setor abaixo da Capela de São Bento (LIMA, 2017), submerso também importante acervo arqueológico, antes mesmo dos proprietários terem recebido indenizações adequadas[10].

O Tombamento e o Dossiê de Bento Rodrigues

Diante do rompimento da barragem, o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Mariana, COMPAT, promoveu, através da Resolução nº 002/2016, o tombamento provisório de Bento Rodrigues, Paracatu de Cima e de Baixo como patrimônio cultural e paisagístico de Mariana (COMPAT, 2016), mas faltava um documento que justificasse tecnicamente o tombamento. Assim, a Promotoria de Patrimônio Cultural de Minas Gerais contactou o ICOMOS Brasil para realizar um estudo técnico que auxiliasse na preservação da memória, história e patrimônio daquelas comunidades.

Foram realizados estudos por uma equipe interdisciplinar do ICOMOS e do Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da UFMG, contando com a participação da comunidade atingida, no intuito de entender os valores do seu patrimônio e como esta pretendia reocupar seu território. Dentre os métodos utilizados estão visitas ao sítio e estudos teóricos e comparativos com outros desastres. Já a participação ocorreu através da realização de grupos focais, grupos de trabalho e reuniões com os atingidos e com outros colaboradores[11], além da disponibilização de versões preliminares do Dossiê para os moradores, objetivando a realização de reflexões e modificações em seu conteúdo.

O processo resultou no Dossiê de Tombamento de Bento Rodrigues, entregue ao Ministério Público em maio de 2019, visando subsidiar as ações do patrimônio nos âmbitos estadual, federal e municipal. O Dossiê descreve a história, as características socioeconômicas do subdistrito, os impactos do desastre e discorre sobre o seu patrimônio material e imaterial, incluindo a compreensão de seu valor social, de acordo com proposições da Carta de Burra (2013), que aborda os valores associativos de um lugar com sua comunidade, e seus valores históricos, culturais, simbólicos e espirituais.

Ao longo do processo participativo, foram discutidos também os usos possíveis e desejáveis do território. Nesse sentido, a equipe

entendeu que a constituição de um Museu de Território no subdistrito e naquela microrregião configura-se como opção para proteger os lugares e valores associativos fundamentais para os moradores, bem como dar voz às suas lutas e contribuir para seu desenvolvimento. Essa proposição visa o uso do local de patrimônio para, através de interpretações do bem, promover debates sobre questões socioeconômicas e culturais amplas, como os riscos advindos da instalação de atividades minerárias perto de áreas habitadas e a necessidade de mudança na estruturação econômica do Estado de Minas Gerais, que hoje se encontra totalmente dependente da mineração (CASTRIOTA et al., 2019).

Assim, a partir da tragédia, constata-se que a primeira comunidade atingida pela avalanche de lama adquiriu novo valor, se tornando um ícone do próprio evento. Consequentemente, o Dossiê sugere que Bento Rodrigues seja reconhecido como patrimônio nacional, símbolo do maior desastre ambiental brasileiro e entende que essa microrregião possa se tornar um sítio de memória sensível onde, “a violência passada deve ser lembrada e relacionada, não apenas para forjar empatia com as vítimas do passado, mas também para tornar menos provável qualquer repetição futura de tais eventos em circunstâncias comparáveis” (ASHWORTH, 2008, p.242)[12].

Esses fatos que devem ser rememorados para preservarem as memórias e favorecem aprendizados e mudanças necessárias em contextos delicados inspiraram a fundação da ONG Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência (*International Coalition of Sites of Memory*, ICSC), que diz:

sítios de memória são lugares que são investidos com significância histórica, social ou cultural referente a natureza dos eventos que ocorreram ali. Esses sítios podem ter uma significância particular devido ao seu papel em moldarem a identidade de uma comunidade ou nação. (INTERNATIONAL COALITION OF SITES OF CONSCIENCE, 2018, p. 25).

Somado a isso, nos anos 90 desenvolveu-se novo conceito de “sítios de consciência”,

[...] no cruzamento da defesa dos Direitos Humanos e da conservação do patrimônio, [são] definidos como lugares que:

- Interpretam a história através de um sítio;
- Envolvem o público em programas que estimulam diálogo sobre temas sociais prementes;
- Compartilham oportunidades para envolvimento público e ação positiva sobre temas levantados no local;
- Promovem justiça e culturas universais dos Direitos Humanos (INTERNATIONAL COALITION OF SITES OF CONSCIENCE, 2018, p.14,15, *apud* CASTRIOTA et al., 2019).

Entende-se, portanto, que Bento Rodrigues é um sítio de memória, que exacerba os efeitos destrutivos do rompimento da Barragem e representa a destruição de toda a bacia do Rio Doce, tanto em nível local como nacional. Defende-se que o povoado, através especialmente da constituição de um Museu de Território, torne-se um sítio de consciência, ao proporcionar visões da conflituosa relação que envolve atividade minerária, governos e populações, estimulando discussões, críticas e novas percepções sobre esse tema tão relevante e contemporâneo. Nesse sentido, apresenta-se a seguir a evolução do conceito de museu.

1. Uma nova Museografia para acompanhar os avanços nos campos da História, Antropologia, Memória e Patrimônio

Museus são historicamente espaços nos quais a humanidade guarda seus tesouros preciosos e os bens valorizados pelas sociedades de diferentes épocas que, a partir de seus atributos e significados, são selecionados para a preservação no presente e no futuro. A percepção dos valores e bens que devem ser preservados, no entanto, mudaram ao longo do tempo.

As próprias concepções de cultura, história, arte, memória e patrimônio sofreram grandes transformações ao longo do século XX, tornando-se necessária uma revisão no formato dos museus, em seus respectivos acervos e funções, fomentando a criação de novas tipologias. Nesse período, a crise ocorrida nas ciências sociais e humanas levou ao questionamento de conceitos e paradigmas baseados no modelo racionalista herdado do Iluminismo, resultando em um processo de reinterpretação da realidade e modificando perspectivas sobre os museus e bens patrimoniais.

No âmbito da História, o movimento chamado *École des Annales* refutou a História positivista[13] como verdade absoluta, questionando fontes e mudando seu foco para a análise da historiografia. Essa ruptura permitiu novos olhares, incluindo em seu repertório as minorias, a vida privada e suas estruturas. Essa mudança refletiu-se em outras disciplinas, como na antropologia. O conceito normativo e desenvolvimentista de cultura difundido pelas correntes evolucionista e histórico-culturalista foi fortemente questionado pelos pensadores processualistas, que a explicavam como “um sistema adaptativo extrassomático que é empregado na integração de uma sociedade com seu ambiente e com outros sistemas socioculturais” (BINFORD[14], 1965, p. 205) e constituído por mecanismos de autorregulação, para adaptar-se a mudanças e manter-se em equilíbrio.

Todavia, a agência humana e seus aspectos ideacionais foram ignorados na construção dos modelos preditivos positivistas por serem consideradas inacessíveis, suscitando críticas ao seu caráter determinista. Assim, as ideias advindas do pensamento pós-estruturalista – no qual a realidade é considerada uma construção social, subjetiva e em perpétuo devir – levaram a corrente pós-processualista da antropologia a explorar as múltiplas “visões de mundo”. Essas englobam a memória, o pensamento, e os “ethos”, que incluem em suas análises significados simbólicos, linguagem, arte, crenças, mitos, rituais, subjetividades, motivações e aspectos identitários do ser humano, para constituir novas visões sobre a cultura, descrita por Geertz[15] como

um padrão historicamente transmitido de significados incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens se comunicam, se

perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e atitudes em relação à vida. (GEERTZ, 1973, p. 89, *tradução nossa*)

Essa linha de investigação pós-processualista se contrapõe à antropologia clássica. Enquanto esta última buscava encontrar o que era comum às culturas, a essência do Homem para construção de leis gerais de funcionamento da sociedade, para Geertz (*ibid*), o Homem não poderia ser definido apenas por suas capacidades inatas, sua “essência”, ou por seu comportamento atual, mas pela maneira como suas potencialidades se realizam, transformando sua natureza em comportamento.

Assim, “quando vista como um conjunto de dispositivos para controlar o comportamento [...], a cultura proporciona a ligação entre o que o homem é intrinsecamente capaz de se tornar e o que ele, um a um, de fato se torna” (GEERTZ, 1973, p. 51). Tornar-se humano, então, seria constituir sua individualidade. A partir da sua natureza, usar os padrões culturais, sistemas de significação historicamente criados, para com eles dar direcionamento e forma à vida.

Geertz entendia a cultura como sendo a produção de sentido; uma inextricável teia de significados que os homens tecem em suas interações e que estrutura a ação social. A antropologia hermenêutica, da qual foi fundador, enxerga a cultura como um texto ou conjunto de textos, o qual os atores sociais leem para entender os acontecimentos. Assim, a Antropologia passa a ser considerada não mais como uma ciência empírica em busca de leis universais, mas como uma disciplina interpretativa à procura de significados, passíveis de serem questionados e renovados.

A cultura, portanto, é escrita, reescrita e transmitida continuamente aos sujeitos, pelos próprios sujeitos, através de suas interações e, é esse aspecto que confere importância à memória, responsável pela transmissão e perpetuação dos significados culturais.

O interesse crescente pelas “memórias”, de acordo com a alemã Aleida Assmann[16] (2006 *apud* URTIZBERREA 2016) justifica-se, sobretudo, pela aceleração do ritmo de vida a partir da consolidação dos fenômenos da globalização e da pós modernidade, o desaparecimento das grandes narrativas

ideológicas que vinculavam o presente dos coletivos sociais com seu passado e os projetavam ao futuro e as reivindicações dos excluídos a partir das guerras e conflitos violentos para que suas presenças sejam reconhecidas nos discursos históricos e memórias coletivas.

Para o sociólogo Halbwachs[17] (2013), uma vez que a lembrança, mesmo individual, é construída dentro do contexto social, resulta da combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais o sujeito participa e por eles é influenciado. Nessa ótica, o indivíduo compartilha dois tipos de memória, individual e coletiva, que se entrelaçam continuamente, sendo a individual um ponto de vista sobre a memória coletiva. Enquanto a memória individual carrega as histórias e experiências individuais, a memória coletiva carrega histórias e construções comuns, representando

o conjunto de acontecimentos, fatos, experiências, vivências, imagens, conceitos, noções, símbolos, significados ou categorias – incluímos também o que se denominou “marcos sociais” – que um coletivo de indivíduos compartilha, em algum grau, assim como o processo através do qual todos os constituintes deste conjunto são registrados, conservados, atualizados, transmitidos e representados (e ambos os processos) tem como consequência proporcionar uma identidade, um sentido de continuidade aos indivíduos e aos coletivos sociais (URTIZBERREA, 2016, p.13).

A “memória”, diz Roigé[18] (2016) é um processo que vem do passado, mas se vive no presente e se concretiza frequentemente nos “lugares de memória”. Na definição do historiador francês Pierre Nora[19] (1993 *apud* ROIGÉ 2016, p. 21), esses “são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente (...)” onde coabitam a memória e a história. Por isso, estes espaços não apenas devem escapar do esquecimento, mas serem reconhecidos por uma coletividade e serem musealizados

para que a memória exista em algum

lugar. Ou seja, no momento em que uma tradição da memória enquanto processo experimentado e vivenciado coletivamente começa a se esvair no tempo, é preciso criar marcos para ancorar essa nova memória (NORA, 1984, p.78).

Os museus, centros de interpretação e monumentos estruturam as memórias coletivas (ROIGÉ apud URTIZBERREA, 2016) e auxiliam em sua perpetuação, para que elas não sejam esquecidas. Essas memórias estão contidas ou ancoradas nos bens culturais, e seus critérios de elegibilidade também passaram por modificações. Inicialmente eram reconhecidos sobretudo patrimônios materiais cujos atributos estéticos, vinculados a um conceito de beleza pré-estabelecido os atribuía caráter excepcional, ou aqueles relacionados à narrativa histórica “oficial”. A partir da nova compreensão da cultura como catalisadora de uma identidade coletiva, o entendimento de patrimônio foi ampliado, incorporando bens dotados de outros valores, como o social, o econômico e o espiritual:

O patrimônio é o processo cultural ou o resultado daquilo que remete aos modos de produção e de negociação ligados à identidade cultural, à memória coletiva e individual e aos valores sociais e culturais (SMITH, 2006, apud DESVALLÉS, 2013, p 76)

A importância simbólica e o significado cultural vão se tornando cada vez mais relevantes na conservação dos bens, surgindo a categoria de patrimônio imaterial. E mesmo os bens materiais passam a ser valorizados não apenas em sua materialidade, mas também por sua dimensão intangível. Assim, recentemente, tem-se perfilhado os valores do patrimônio a partir da relação que a sociedade estabelece com os bens, ampliando-se a perspectiva dos experts ao abracer a perspectiva da comunidade, intérprete por excelência de sua própria cultura. Como ressalta Avrami (2000), o mais importante é que os envolvidos na conservação se preocupem com as funções do patrimônio e seus usos, que são as fontes reais de seu significado e a razão de ser da conservação.

Muitas pesquisas vêm sendo desenvolvidas nessa perspectiva, por exemplo, na Inglaterra, pelo *English Heritage*, nos Estados Unidos, pelo *National Park Service* e na Austrália, pelo ICOMOS, incorporando efetivamente a teoria “centrada em valores” (MASON, 2008, p. 182) no planejamento e gestão da conservação patrimonial.

Um dos precursores desse entendimento, o ICOMOS Austrália, acatou os questionamentos sobre as abordagens tradicionais e promulgou a “Carta para Conservação de Lugares de Significância Cultural”, conhecida como Carta de Burra (1980, 2013), uma referência para inúmeros trabalhos. O documento modificou a visão de patrimônio ao defini-lo de maneira ampliada, incluindo no seu conceito os valores associativos na sua relação com a comunidade. A *Australian Heritage Commission* seguiu essa mesma linha de raciocínio, reconhecendo que o “significado social se constitui com a comunidade e seus valores e, devido à sua própria natureza, não se presta à análise do expert, na maneira como as avaliações dos valores históricos e arquitetônicos têm sido abordados” (JOHNSTON, 2014, p. 40), apontando para uma transformação profunda do significado de um bem.

Nesse contexto onde a história do fato pelo fato foi colocada em xeque e os conceitos de artes, cultura, memória e patrimônio foram ampliados, a Conferência do ICOM, no Rio de Janeiro em 1958, instaurou questionamentos sobre os museus tradicionais e instituiu de maneira incipiente a nova museologia, salientando sua função educativa. Estas discussões levaram a Unesco a recomendar que “os Estados-Membros tomassem todas as medidas necessárias no sentido de assegurar os meios mais eficientes para tornar o museu acessível a todos, independentemente de status econômico ou social” (MANHART, 2012, p.104). Consequentemente, a década de 1960 assistiu a um debate ideológico sobre o museu. Na década seguinte, em maio de 1972, um grupo de museólogos e outros profissionais das ciências sociais se reuniu em Santiago, Chile, para alinhar as ações museais que vinham ocorrendo em diferentes locais.

Esse grupo reconheceu que mudanças sociais, econômicas e culturais constituíam grandes desafios para os museus, às quais estes devem se adaptar para manter sua credibilidade e viabilidade. Esse grupo de especialistas foi o precursor da museologia moderna,

uma vez que entendeu logo no início o enorme potencial dos museus para servir a sociedade moderna, bem como a necessidade de promover a participação plena de toda a sociedade nos museus (MANHART, 2012, p.104).

Logo, a Declaração da Mesa Redonda de Santiago, de 1972, “evidenciou simbolicamente a implosão de valores seculares, desencadeando uma busca de novos caminhos para os processos de musealização” (BRUNO, 2010 *apud* Kaseker, 2014, p. 31) e formas de aproximar os museus das comunidades (VARINE, 2007, p. 2). Inspirados pela apresentação de Jorge Hardoy[20], o grupo adotou a proposta de um novo conceito, o “Museu Integral”, que se contrapunha aos museus tradicionais, desvinculados dos territórios e das comunidades locais. Sobre essa definição, Trampe afirma que é

[...] integral porque aborda aspectos além dos tradicionais, de modo a melhor atender às necessidades das pessoas e promover uma vitalidade cultural das sociedades às quais os museus pertencem. Para isso, seria necessário cruzar fronteiras e enfrentar resistências conservadoras. As funções técnicas [...] assumiram outro sentido e claramente já não eram suficientes para satisfazer as expectativas emergentes. Por outro lado, o museu integrado é visto como um elemento integral e orgânico de uma estrutura social e cultural maior, como um elo de uma corrente e não mais como uma fortaleza ou ilha com acesso restrito a um grupo pequeno de privilegiados. (TRAMPE, 2012, p. 113)

Em um museu tradicional, organizado a partir do gosto estético, ressalta saber científico e de interesses culturais do museólogo, são mais relevantes o conhecimento e a erudição do que outros critérios. Segundo Hugues de Varine[21], em um museu integral, o patrimônio definido pela coletividade está em permanente criação, é vivo. Seu objetivo é servir à comunidade e ao seu

desenvolvimento, e o museu pode ser melhor descrito como um processo, para adaptar-se às suas mudanças (2005, 2014). Complementarmente, Kaseker[22] verifica que a musealização territorial de um museu do século XXI propõe a substituição do “tradicional trinômio homem-objeto-museu por um trinômio mais abrangente: território-patrimônio-sociedade” (KASEKER, 2014, p.19). Nesse sentido,

[...] o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante, e que traz consigo os elementos que lhe permitem participar da formação da consciência das comunidades que atende. Por meio dessa consciência, os museus podem incentivá-las a agir, situando suas atividades em um contexto histórico para ajudar a identificar problemas contemporâneos; ou seja, ligando o passado ao presente, comprometendo-se com mudanças estruturais em curso e provocando outras mudanças dentro de suas respectivas realidades nacionais (IBRAM, 2012, p.31).

Museu de Território

2. Como Kaseker (2014) constatou, no século XX houve a proliferação de novas tipologias de instituições museológicas, espaços onde a memória e a história poderiam ser resgatadas, acessadas e preservadas. Tem-se utilizado uma nomenclatura variada para designar os novos museus como ecomuseus, museu integral, museu comunitário, de território, museu a céu aberto, entre outros, e há casos em que os gestores não denominam o processo local como um “museu”, mas se baseiam nas premissas de um Museu de Território, defendidas pelo Movimento Internacional da Nova Museologia (MINOM), juntamente ao ICOM (Conselho Internacional de Museus).

De acordo com Varine, cada território possui ao menos dois recursos básicos: a população, que são cidadãos e atores da vida no território, e o patrimônio, capital associado às suas riquezas naturais e culturais, materiais e imateriais (VARINE, 2014, p.41). Varine (2007) ressalta que no mundo capitalista o patrimônio é um capital do povo, do território e parte da cultura. É um capital social porque pertence a toda comunidade e um capital

econômico, como riqueza coletiva, porque pode alavancar o turismo e outras iniciativas desenvolvimentistas.

Existem alguns eixos que definem um “Museu de Território”: o território, a comunidade e o patrimônio global – o seu acervo. Como ressaltado, o museu deve conectar-se às memórias individuais e coletivas de uma comunidade e/ou de várias comunidades que possuam valores complementares e às suas questões identitárias. A participação cidadã é outro eixo, refletida em um processo de apropriação e constituição do museu pela população, partícipe na seleção do acervo, administração dos recursos e em sua própria mobilização, ainda que possa receber apoio técnico e científico de especialistas.

Esse processo deve prever um “plano de investimento no patrimônio”, que inclui a educação patrimonial global, voltada para as escolas e para a comunidade como um todo, para que o cidadão adquira uma “consciência clara e real da sua herança”. Afinal a museologia popular “deve transmitir conhecimentos que permitam intervir na conservação, na manutenção e evolução do patrimônio”, incluindo a formação dos atores sociais (VARINE, 2007, p.5).

O desenvolvimento econômico é outro aspecto significativo do processo, pois um Museu de Território pode alavancar o desenvolvimento local de base comunitária, ao incentivar e dinamizar iniciativas locais, culturais, econômicas e socioambientais de determinado território oferecendo, por exemplo, fontes de financiamento para o fomento das iniciativas individuais, coletivas e do próprio museu (VARINE, 2005, 2007). Acima de tudo, a estruturação desse Museu pressupõe reconhecimento e reafirmação das memórias individuais e coletivas eleitas como essenciais, enquanto constitutivas do patrimônio e dignas de serem reveladas para o público. Como aponta Kaseker

[...] sem negligenciar seu caráter preservacionista, os museus passam a se desenvolver como sistemas complexos de comunicação e instrumento de mediação e, nesse percurso, possibilitam a transformação do patrimônio em herança cultural a céu aberto. Preservam e reinventam a memória como contribuição para a invenção do futuro, na medida em que o tema do patrimônio

cultural configura uma consciência coletiva de apropriação do passado pelo presente. (KASEKER, 2014, p. 70)

Um Museu de Território para Bento Rodrigues

Durante a elaboração do Dossiê de Tombamento de Bento Rodrigues, os atingidos verbalizaram, em várias dinâmicas realizadas, seu desejo de transformar aquele sítio em “um museu a céu aberto” para alertar sobre os riscos da mineração que usam barragens de contenção de rejeitos a montante. Esse desejo se refletiu no Relatório do CNDH, que elenca medidas a fim de reparar, compensar e restituir integralmente os atingidos pelas violações de direitos humanos

Que seja construído um memorial alusivo ao desastre tecnológico e criminoso no local do antigo distrito de Bento Rodrigues, no qual a empresa e o Estado de MG estão construindo [construíram] o Dique S4, nos moldes que reivindicam os atingidos, para que as consequências do desastre não sejam esquecidas, assim como para não se repitam novos desastres como este (CNDH, 2017, p.51)

Como percebido pelos moradores, a natureza e a dimensão da tragédia não condizem com o formato de um museu memorial tradicional. Para a interpretação e compreensão do evento, percebeu-se a necessidade de um formato que extrapolasse o limite imposto por construções, sendo necessário vivenciar o território. O desejo deles pode ser expresso no significado de um sítio de consciência, e pode ser materializado através da constituição de um Museu de Território. Em um dos grupos, quando perguntados sobre como queriam utilizar o território de Bento, os moradores responderam:

- *Mandar pintar uns postes lá, né? Por umas tintas brancas lá para não sumir as marcas lá da tragédia*
- *E no mais seria colocar marcos, né? Como Bento é um caso... a lama chegou até ali, naquele ponto. Um marco ali, ó, um marco de concreto, porque as árvores vão desaparecer, alguma coisa nesse sentido, pra ver, não só nós, não só nós de Bento*

[...] mas que o mundo, outras pessoas de outros lugares, venham... Puxa vida! Isso aqui, o que que aconteceu?

- Ver o que aconteceu com a nossa vida
- Isso aqui foi o que? Engenheiros

Ganância!

- Engenheiros que não projetaram a barragem direito... [...] você é engenheiro civil, que constrói barragem? [...] mas pra mim ser um engenheiro eu vou ter que ter muita responsabilidade, eu vejo que tem que ser uma coisa construída nessa linha.
- [...] vocês que vão ser engenheiros, projetistas [...] que vocês sejam responsáveis por aquilo que vocês vão construir. [...] seria até forçar que todos os engenheiros tivessem lá uma aula, pelo menos uma aula lá dentro, pra ver o que que é responsabilidade.
- Até mesmo eu acho que identificar, né? Porque cada um tinha a sua casa ali [...] o que nós conseguimos visualizar lá é um pedaço de coluna, desse tamanho assim, só! [...] Então, assim, eu acho que poderia colocar, como falou, marcos, né? Pra poder identificar cada casa que não está ali, demarcar tudo direitinho, onde era o que.

As ruas, né?

- As casas, e mesmo as que estão, identificar, quem era o proprietário, tudo, deixar ali com fotos
- E voltando atrás do que eu falei, colocar marcos até onde a lama chegou pra servir de exemplo pro mundo inteiro ver

Além disso, estudos de outros espaços que haviam sofrido com grande tragédia ou desastre também apontavam como solução a proposta de um Museu de Território para Bento Rodrigues e microrregião. Um Museu de Território permite aos moradores preservarem, experienciarem seu território e manterem suas propriedades privadas, conservando assim seu forte vínculo com o lugar, ainda que estesjam impedidos legalmente de

habitarem seus terrenos. O vínculo inequívoco que criaram com o lugar há várias gerações tornou-se patente poucos meses após o desastre, em 2016, quando os atingidos começaram a frequentar Bento Rodrigues, acampando em barracas improvisadas, realizando celebrações privadas e públicas, como as suas festas mais significativas, mesmo diante do fechamento do território pela empresa mineradora, com portões e guaritas ocupadas por seguranças vinte e quatro horas por dia.

Esse fato reflete parte da resistência e da luta da comunidade diante de uma série de impedimentos e perdas, demonstrando a força do grupo e o papel do patrimônio material e imaterial na constituição de suas memórias e histórias individuais e coletivas. Outra questão significativa constatada nos grupos com os bento-rodriguenses foi uma forte coesão social entre os participantes, um sentido de identidade positiva que se conectava ao território e às histórias de seus antepassados.

Além da importância que Bento Rodrigues conquistou nacional e internacionalmente como ícone dos efeitos danosos de uma matriz mineral predatória, assumindo importante papel reflexivo, o lugar é imantado de significados, contendo um rico patrimônio, capaz de contribuir para a compreensão da história da formação e consolidação do território mineiro.

Uma das premissas centrais para a constituição do Museu de Território é a participação ativa dos moradores, privilegiando suas escolhas e garantindo que eles sejam os gestores do território em questão. Dentre as propostas possíveis, considerase que o Museu possa constituir-se por um parque, que mantenha as ruínas do vilarejo, com as marcas da passagem do mar de lama, permitindo que os visitantes percebam a dimensão do desastre. Pensou-se também na construção de um Centro de Referência, contendo uma reserva técnica, espaço para atividades de educação patrimonial, oficinas de resgate da cultura local e do resgate adequado em casos análogos, tanto da biodiversidade como do patrimônio cultural, cumprindo seu papel na propagação do conhecimento e contribuindo para o desenvolvimento sócio econômico dos atingidos.

Reflexões finais

No Brasil, a atividade mineradora vem menosprezando vidas, meio ambiente, valores do patrimônio. Abrem-se minas ao lado de sítios arqueológicos importantes, desmontam-se morros e

picos que fundamentam referências geográficas, são construídas barragens acima de assentamentos humanos. Em função da dependência econômica do estado de Minas Gerais e municípios mineradores em relação à mineração, aceita-se expor a sociedade, em especial comunidades tradicionais e o meio ambiente a condições de extrema vulnerabilidade e risco.

Essa era a situação vivida pelos moradores de Bento Rodrigues e comunidades vizinhas, que ocuparam aquele território alguns séculos antes da barragem de Fundão, mas foram removidos forçadamente com a devastação provocada pela ruptura violenta da barragem.

O tombamento emergencial de Bento Rodrigues motivou a elaboração de seu Dossiê, que propõe a criação de um Museu de Território, entendendo que o lugar é uma sítio de memória e pode se tornar um sítio de consciência, possibilitando análises dos processos histórico-culturais formadores de sua paisagem e fomentando uma postura crítica frente ao modelo de exploração mineral e seus impactos, incluindo sua responsabilidade pela proteção dos bens patrimoniais naturais e culturais.

O Museu, como espaço potencial para promover reflexões e debates, pode contribuir também no processo de recuperação dos moradores às perdas sofridas, incluindo-se a necessidade de receberem reparações não apenas materiais, mas imateriais. Ao mesmo tempo, ao garantir o uso do território pela comunidade, calcado na preservação dos valores materiais e imateriais associados a seu patrimônio, estar-se-á contribuindo para uma nova estruturação e ancoragem das memórias individuais e coletivas, possibilitando manter vivos seus fortes vínculos com o lugar, suas tradições e celebrações.

Ele poderá contribuir também para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável da comunidade, como gestora do território, incentivando o resgate das iniciativas e potencialidades locais que já existiam ali devido à atividade turística e, acima de tudo, consolidando a função curativa do patrimônio, como refletido no desejo de uma moradora: "eu imagino um Bento que eu possa ir a hora que eu quiser, entrar e sair do jeito que eu sempre entrei a vida inteira, fazer nossas festas, tudo...".

Notas

1. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

2. Para o Grupo da Força-Tarefa do Estado de Minas Gerais “o rompimento da barragem de Fundão foi considerado o maior desastre ambiental do Brasil e o maior do mundo envolvendo barragens de rejeito, com efeitos que serão sentidos ao longo dos anos” (CNDH, 2017, p.7) A Organização das Nações Unidas enquadrou o desastre como um evento violador dos direitos humanos (ONU apud CNDH, 2017, p.7). O Banco de Dados Internacional, *The International Disaster Database, Center for Research on the Epidemiology of Disasters – CRED*, registrou o desastre decorrente do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão como um “desastre tecnológico”, reconhecido em nível mundial (NAÇÕES UNIDAS, 2017, em Dossiê... 2019).

3. O MPMG conseguiu, em negociação com a Samarco S.A., uma antecipação de indenização que considerava valores diferenciados a serem recebidos entre os moradores habituais de Bento Rodrigues e os de finais de semana (CNDH, 2017).

4. Bento Rodrigues integrava a rota histórica e turística da Estrada Real e suas trilhas estavam no percurso oficial do Iron Biker Brasil, recebendo grande quantidade de desportistas, especialmente nos finais de semana.

5. “O evento ‘rompimento da barragem de Fundão’ poderia ter sido plenamente evitado, tendo ocorrido somente pela falta de gestão eficiente e responsável da barragem” (Comissão Extraordinária das Barragens da ALMG apud CNDH, 2017, p.45) o que motivou a imputação de responsabilidade pelo desastre tecnológico e criminoso à empresas SAMARCO MINERAÇÃO S.A., VALE S.A., BHP BILLITON BRASIL LTDA e VOGBR RECURSOS HÍDRICOS E GEOTECNIA LTDA., esta última por apresentar laudo falso alegando a segurança da estrutura da barragem.

6. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

7. A União, o Estado de MG e o Estado de ES (ACP Processo 69758-61.2015.4.01.340) indicam esses danos, entre outros (CNDH, 2017).

8. O mesmo estudo fez análises comparativas entre ocorrências similares, constatando que apenas cinco acidentes com barragens de rejeitos excederam 10 milhões de m³ de lançamentos, até hoje, em todo o mundo. Ressalta-se ainda que a Samarco diz que o montante correto de rejeitos despejados no ambiente foi de 32 milhões de metros cúbicos (Oliveira, 2016).

9. A construção da “Nova Bento”, também chamada Lavoura, foi

iniciada em 2019, sob responsabilidade da Fundação Renova. Em reunião aberta ao público com os atingidos da região, promovida pelo Ministério Público de Mariana (19/09/2019), atingidos denunciaram o ritmo lento das obras, apontando que nenhuma casa havia sido concluída até então, e alegando que não têm visto nenhum progresso construtivo no novo subdistrito ao longo dos últimos meses.

10. Sob a alegação de que a requisição administrativa de que trata o Decreto com numeração especial n.º 500, de 20 de setembro de 2016, “afeta apenas a posse dos imóveis, mas não os desapropria” e, como denunciado por alguns moradores de Bento Rodrigues, os valores foram calculados sobre terra improdutiva. Além disso, a empresa vem desobedecendo o prazo limite para descomissionamento do Dique S4, que venceu em julho de 2019 (informação verbal). (Ministério Público do Estado de Minas Gerais, 2019) (Reunião Pública, 19/09/2019, Mariana).

11. Dentre os colaboradores estão equipes da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais, da Pró-Reitoria de Extensão da UFMG, da Cáritas Mariana, da Pólen Consultoria, Patrimônio e Projetos, e seu coordenador, Prof. Kleverson Lima, que colaborou também no Capítulo Histórico do Dossiê, e o grupo de pareceristas convidados – pesquisadores e membros do ICOMOS Brasil, que avaliaram uma primeira versão do trabalho e enviaram ao grupo considerações fundamentais.

12. Gregory J. Ashworth, nascido em 1941, é professor emérito do Departamento de Planejamento Espacial e Ambiental da Universidade de Groningen, nos Países Baixos, dedicando-se à gestão do patrimônio, turismo urbano e estudos sobre cultura e identidade.

13. O positivismo foi uma corrente de pensamento surgida no séc. XIX, baseada na ideia de progresso moral e científico contínuo da humanidade. De acordo com essa teoria, seria possível medir o nível de desenvolvimento intelectual de cada sociedade pela lei dos três estados: Teológico, Metafísico e Científico. Essa linha deu origem à historiografia positivista, para a qual o progresso histórico seria aferido baseando-se nos fatos registrados.

14. Lewis R. Binford (1931 - 2011), arqueólogo norte americano, foi considerado fundador da Arqueologia Processual ou “Nova Arqueologia”, nos anos 1960.

15. Clifford J. Geertz (1926 - 2006), antropólogo e sociólogo norte americano, foi considerado fundador da vertente chamada Antropologia Hermenêutica, Simbólica ou Interpretativa.

16. Assmann é reconhecida internacionalmente por seus trabalhos sobre memória.

17. Maurice Halbwachs (1877-1945) foi sociólogo francês, doutor em ciências políticas e econômicas, destacando-se por suas

contribuições sobre a memória coletiva.

18. Xavier Roigé Ventura é antropólogo social, pesquisador e professor da Universitat na Catalunha, autor de diversos projetos museográficos.

19. Pierre Nora nasceu em Paris, 1931, e é referência entre os historiadores franceses contemporâneos, conhecido pelos seus trabalhos sobre a identidade francesa e a memória.

20. Jorge E. Hardoy (1926 - 1993), especialista argentino da história da urbanização na América Latina, fundou o Instituto Internacional de Medio Ambiente y Desarrollo (IIED) da América Latina e presidiu a Comisión Nacional de Museos, Monumentos y Lugares Históricos.

21. Hugues de Varine é um administrador e consultor francês nascido em 1935. Foi diretor do Conselho Internacional dos Museus (ICOM), entre 1965-1974.

22. Davidson P. Kaseker é mestre em Museologia pela Universidade de São Paulo. Foi secretário municipal da Cultura e Turismo de Itapeva (SP) e é diretor do Grupo Técnico de Coordenação do SISEM-SP.

Referências

ASHWORTH, G.J., 2008. The memorialization of violence and tragedy: human trauma as heritage. In: B. Graham and P. Howard, eds. *The Ashgate research companion to heritage and identity*. Hampshire, UK: Ashgate, 231–244.

AUSTRALIA ICOMOS. *The Burra Charter. The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance*. 2013.

AVRAMI, Erica; MASON, Randall; DE LA TORRE, Marta. *Values and Heritage Conservation: Research Report*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2000.

BINFORD, Lewis R. Archaeological Systematics and the Study of Culture Process. *American Antiquity*, Vol 31, No. 2, Part 1 (Oct, 1965) p 203-210. Disponível em <<http://links.jstor.org/sici?si=0002-7316%28196510%2931%3A2%3C203%3AASATSO%3E2.0.CO%3B2-2>>. Acesso em mar. 2018.

CASTRIOTA, Leonardo Barci et al. *Dossiê de Tombamento de Bento Rodrigues*. Belo Horizonte: IEDS, 2019.

Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Mariana - COMPAT. *Resolução nº 002/2016*. Mariana, COMPAT, 2016.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS - CNDH. *Relatório sobre o Rompimento da Barragem de Rejeitos da Mineradora Samarco e seus Efeitos sobre a Vale do Rio Doce*. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/informacao-ocial/participacao-social/old/cndh/relatorios/RelatriodaBarragemdoRioDoce_FIN_AL_APROVADO.pdf> Acesso em: 10 out. 2019.

DESVALLÉS, A.; MAIRESSE, F. *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DO VALLE, Juvencio. Discurso proferido, Santiago 20 de maio 1972. In Nascimento Junior; José do Trampe, Alan; Santos, Paula Assunção dos (Org.) *Mesa redonda sobre a importância e o Desenvolvimento de os Museus no mundo contemporâneo: mesa redonda de Santiago de Chile*, 1972. Brasília: Ibram/ MinC; Programa IberMuseus, 2012. v.1.

GEERTZ, Clifford. *The Interpretation of Cultures: Selected Essays*. New York: Basic Books, 1973.

_____. Nova Luz sobre a Antropologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. In: FROEHLICH, J. M.; VENDRUSCOLO, R.; DULLIUS, P. R. *Território Quarta Colônia/RS - patrimônio cultural e gastronomia em foco*. 2008. Disponível em: <http://www.augm-cadr.org.ar/archivos/7mo-coloquio/mesa_5/20080290.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2018. Tradução Vera Ribeiro.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

IBRAM, Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo: *Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972*. Brasília: Ibram/ MinC; Programa Ibermuseos, 2012. v. 1; Disponível em <http://www.ibermuseus.org/wp-content/uploads/2014/09/Publicacion_Mesa_Redonda_VOL_I.pdf> Acesso em: 14 dez. 2017.

INTERNATIONAL COALITION OF SITES OF CONSCIENCE. *Interpretation of sites of memory*. Study commissioned by the World Heritage Centre of UNESCO and funded by the Permanent Delegation of the Republic of Korea. 2018 Disponível em: <<http://whc.unesco.org/document/165700>>. Acesso em: 10 mai 2018.

JOHNSTON, Chris. Inhabiting Place: Social Significance in Practice in Australia Author(s): *APT Bulletin*, Vol. 45, No. 2/3, SPECIAL ISSUE ON VALUES-BASED PRESERVATION (2014), p. 39-47 Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/23799526>>. Acesso em: 6 ago. 2016.

_____. *What is social value?* Canberra: Australian Government Publishing Service, 1992.

KASEKER, Davidson Panis. *Museu, território, desenvolvimento - diretrizes do processo de musealização na gestão do patrimônio de Itapeva (SP)*. Dissertação (Mestrado). USP, São Paulo, 2014.

MANHART, Christian. Mesa-Redonda de Santiago do Chile in Nascimento Junior; José do Trampe, Alan; Santos, Paula Assunção dos (Org.) *Mesa redonda sobre a importância e o Desenvolvimento dos Museus no mundo contemporâneo: mesa redonda de Santiago de Chile, 1972*. Brasília: Ibram/ MinC; Programa IberMuseus, 2012. v.1.

MARTINS Tamara. MARIANA, Iron Biker Brasil tem marianense no pódio. 2015. Disponível em: <<http://www.mariana.mg.gov.br/noticia/2788/iron-biker-brasil-tem-marianense-no-podio>> Acesso em 9 out. 2019.

MASON, Randall. Management for Cultural Landscape Preservation. Insights from Australia. In: LONGSTRETH, Richard. *Cultural Landscapes: Balancing Nature and Heritage in Preservation Practice*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008. p.180-196.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In: Pierre NORA (org). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, [1984]. Vol 1 La République. p. VII a XLII.

ODILLA, F. Quais são os tipos de barragem e porque a Vale construiu a menos segura na mina Córrego do Feijão? *BBC News Brasil*, 29/01/2019. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47048439>> Acesso em: 13 out. 2019.

OLIVEIRA, Noele. "Desastre em Mariana é o maior acidente mundial com barragens em 100 anos" *Portal EBC*. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-01/desastre-em-mariana-e-o-maior-acidente-mundial-com-barragens-em-100-anos>> Acesso em: 02 abr. 2018.

LIMA, Kleverson. *PÓLEN: Diagnóstico Preliminar dos Bens Culturais Identificados no Território Atingido em Mariana pelo Rompimento da Barragem de Fundão*: Relatório Técnico História. 88 páginas. Lagoa Santa: 2017.

ROIGÉ, X. (2016) De monumentos de piedra a patrimonio inmaterial. Estrategias políticas, museológicas y museográficas de presentación de la memoria. In: Arrieta, I. (Ed) *Lugares de Memoria Traumática. Representaciones museográficas de conflictos políticos y armados*. Bilbao: UPV/EHU Servicio Editorial, 23-47.

URTIZBEREA, Iñaki Arrieta (Ed.) *Lugares de Memoria Traumática: representaciones museográficas de conflictos políticos y armados*. Bilbao: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, 2016.

VARINE, Hugues. Reflexões sobre um museu de território. *Atas do I Encontro de Museus do Douro*. Setembro 2007. <<http://www.museudodouro.pt/tpls/mu/files/encontros/pdf/hugues.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

_____. O museu comunitário como processo continuado. *Cadernos do CEOM* - Ano 27, n. 41 - Museologia Social. 2014. Disponível em:
<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2595/1495>. Acesso em: 25 mar. 2018.

_____. *O museu comunitário é herético?* 2005. Disponível em:
<http://redemuseusmemoriaemovimentossociais.blogspot.com.br/2010/09/museu-comunitario-e-heretico-hugues-de.html>. Acesso em: 02 abr. 2018.

***Samantha de Oliveira Nery** é psicóloga, mestre MSc em Psicologia Social pela London School of Economics and Political Sciences, Diploma de Estudios Avanzados, Universidad de Barcelona e doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável PPACPS, Escola de Arquitetura da UFMG. Tem trabalhado em projetos de desenvolvimento e planos diretores. Email: samnery@gmail.com

Cláudia Nunes de Lima e Andrade é arquiteta urbanista pela Escola de Arquitetura/UFMG com MBA em Gerenciamento de Projetos pela IBS/FGV; mestrandona programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, PPACPS. Têm experiência em planos diretores e patrimônio cultural, e é professora convidada do Curso de Pós-graduação em Patrimônio Arquitetônico, Urbanístico e Ambiental: Preservação x Sustentabilidade da Universidade CEUMA.

Leonardo Barci Castriota é arquiteto urbanista (1986) e doutor em Filosofia (2000) pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; pós-doutorado no Getty Conservation Institute (GCI), Los Angeles (2001) e na Universidad Politécnica de Madrid (2009/2010). É professor titular da UFMG, subcoordenador do Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, PPACPS, presidente do ICOMOS Brasil e vice-presidente do ICOMOS Internacional. Tem atuação em diversos cargos e conselhos na área do patrimônio. Email: leocastriota@yahoo.com.br

q

h

X

ø

p

f

b

s

l

ü

K

Y